

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE ARTES E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

Jéssica Cantele de Freitas

**CONSTRUÇÃO DO ARGUMENTO E MANIFESTAÇÃO DA ATITUDE
EM DEBATES ELEITORAIS TELEVISIVOS DE PRESIDENCIÁVEIS:
UM ESTUDO SISTÊMICO-FUNCIONAL**

Santa Maria, RS
2023

Jéssica Cantele de Freitas

**CONSTRUÇÃO DO ARGUMENTO E MANIFESTAÇÃO DA ATITUDE EM
DEBATES ELEITORAIS TELEVISIVOS DE PRESIDENCIÁVEIS: UM ESTUDO
SISTÊMICO-FUNCIONAL**

Tese apresentada ao Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Letras, Área de concentração em Estudos Linguísticos, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Doutora em Letras**.

Orientadora: Profa. Dra. Sara Regina Scotta Cabral

Santa Maria, RS
2023

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001

Freitas, Jéssica Cantele de
Construção do argumento e manifestação da atitude em debates eleitorais televisivos de presidenciáveis: um estudo sistêmico-funcional / Jéssica Cantele de Freitas. 2023.
202 p.; 30 cm

Orientador: Sara Regina Scotta Cabral
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Artes e Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras, RS, 2023

1. Linguística Sistêmico-Funcional 2. Sistema de Avaliatividade 3. Discurso Político 4. Argumentação I. Scotta Cabral, Sara Regina II. Título.

sistema de geração automática de ficha catalográfica da unsm. dados fornecidos pelo autor(a). sob supervisão da direção da divisão de processos técnicos da biblioteca central. bibliotecária responsável paula schoenfeldt watta cma 10/1720.

Declaro, JÉSSICA CANTELE DE FREITAS, para os devidos fins e sob as penas da lei, que a pesquisa constante neste trabalho de conclusão de curso (Tese) foi por mim elaborada e que as informações necessárias objeto de consulta em literatura e outras fontes estão devidamente referenciadas. Declaro, ainda, que este trabalho ou parte dele não foi apresentado anteriormente para obtenção de qualquer outro grau acadêmico, estando ciente de que a inveracidade da presente declaração poderá resultar na anulação da titulação pela Universidade, entre outras consequências legais.

Jéssica Cantele de Freitas

**CONSTRUÇÃO DO ARGUMENTO E DA MANIFESTAÇÃO DA ATITUDE EM
DEBATES ELEITORAIS TELEVISIVOS DE PRESIDENCIÁVEIS: UM ESTUDO
SISTÊMICO-FUNCIONAL**

Texto apresentado ao Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Letras, Área de concentração em Estudos Linguísticos, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Doutora em Letras**.

Aprovado em 18 de outubro de 2023:

Sara Regina Scotta Cabral, Dr.^a (UFSM)
(Presidente/Orientador)

Wellington Vieira Mendes, Dr. (UERN)

Erick Kader Callegaro Correa, Dr. (UFN)

Gil Roberto Costa Negreiros, Dr. (UFSM)

Cristiane Salete Florek, Dr.^a (UFSM)

Santa Maria, RS
2023

RESUMO

CONSTRUÇÃO DO ARGUMENTO E MANIFESTAÇÃO DA ATITUDE EM DEBATES ELEITORAIS TELEVISIVOS DE PRESIDENCIÁVEIS: UM ESTUDO SISTÊMICO-FUNCIONAL

AUTORA: Jéssica Cantele de Freitas
ORIENTADORA: Sara Regina Scotta Cabral

Acontecimentos e fatos do âmbito político resultam em uma pluralidade de produções discursivas amplamente divulgadas, o que deixa a população frente a uma gama de discursos que implicam a necessidade de uma leitura crítica. Nesse sentido, ao atrelar conceitos teóricos em linguística ao discurso político e à argumentação, esta Tese visa analisar a arquitetura argumentativa do raciocínio prático empregada em debates eleitorais de presidenciáveis na TV brasileira no período eleitoral de 2018 e de 2022 e verificar como os debatedores utilizam o subsistema de atitude dos principais campos semânticos (afeto, julgamento e apreciação) em relação ao termo Brasil de modo a operar na construção do argumento desses eventos discursivos. Para tanto, apoiamos-nos no sistema de avaliatividade (MARTIN; WHITE, 2005), bem como na concepção de discurso político de Bochetti *et al.* (2017) e de argumentação no discurso político de Fairclough e Fairclough (2012). Tomamos como *corpus* a transcrição da íntegra dos sete debates eleitorais televisivos de presidenciáveis do primeiro turno eleitoral de 2018 e dos três debates eleitorais televisivos de presidenciáveis do primeiro turno eleitoral de 2022. A metodologia empregada foi de cunho quantitativo e qualitativo, estruturada nos seguintes passos: (1) identificação das palavras predominantemente utilizadas pelos presidenciáveis e seleção dos trechos em que elas aparecem; (2) averiguação da presença de avaliações atitudinais e de argumentação prática nos excertos selecionados; (3) classificação das ocorrências de atitude realizadas pelos debatedores nos excertos selecionados; (4) identificação dos argumentos e dos elementos de raciocínio prático nos trechos selecionados; e (5) cruzamento dos resultados das etapas anteriores para identificação da arquitetura argumentativa do raciocínio prático nos debates presidenciais na mídia televisiva brasileira. Com os resultados, evidenciamos que os argumentos empregados pelos presidenciáveis são do tipo raciocínio prático, na medida em que caminhos plausíveis a serem adotados em um futuro estado de coisas foram recorrentes nas deliberações (FAIRCLOUGH; FAIRCLOUGH, 2012). Ademais, constatamos que, dentre as cinco premissas de raciocínio prático propostas por Fairclough e Fairclough (2012), os argumentos que continham avaliações atitudinais para o termo Brasil contavam primordialmente com *proposta de ação* e *circunstância*, de modo que as premissas *objetivo*, *meio-fim* e *valor* não possuíam lugar de destaque. Por fim, os resultados comprovaram que avaliações atitudinais para o país ao qual os presidenciáveis pretendem governar contribuem para a construção argumentativa do evento discursivo em questão.

Palavras-chave: Linguística Sistêmico-Funcional. Sistema de Avaliatividade. Discurso Político. Argumentação.

ABSTRACT

ARGUMENT CONSTRUCTION AND ATTITUDE EXPRESSION IN TELEVISED PRESIDENTIAL DEBATES: A SYSTEMIC-FUNCTIONAL STUDY

AUTHOR: Jéssica Cantele de Freitas
COADVISOR: Sara Regina Scotta Cabral

Events and facts in the political sphere result in a plurality of widely disseminated discursive productions, which leaves the population facing a range of discourses that imply the need for critical reading. In this sense, by linking theoretical concepts in linguistics to political discourse and argumentation, this thesis aims to analyze the argumentative architecture of practical reasoning employed in electoral debates of presidential candidates in the Brazilian TV during the electoral periods of 2018 and 2022 and verify how debaters use the attitude subsystem of the main semantic fields (affect, judgment and appreciation) in relation to the term *Brasil* in order to contribute to the construction of the argument of these discursive events. To achieve this, we rely on the appraisal system (MARTIN; WHITE, 2005), as well as the conception of political discourse by Bochetti *et al.* (2017) and argumentation in the political discourse of Fairclough and Fairclough (2012). The *corpus* consists of full transcripts of all seven televised electoral debates of presidential candidates from the first electoral round of 2018 and the three televised electoral debates of presidential candidates from the first electoral round of 2022. The methodology was both quantitative and qualitative, structured in the following steps: (1) identification of the words predominantly used by the presidential candidates and selection of the excerpts in which they appear; (2) investigation of the presence of attitudinal evaluations and practical argumentation in the selected excerpts; (3) classification of attitude occurrences performed by the debaters in the selected excerpts; (4) identification of arguments and elements of practical reasoning in the selected excerpts; and (5) cross-referencing the results of the previous steps to identify the argumentative architecture of practical reasoning in presidential debates in Brazilian television media. The results show that the arguments employed by the presidential candidates are of the practical reasoning type, in that plausible paths to be adopted in a future state of affairs were recurrent in the deliberations (FAIRCLOUGH; FAIRCLOUGH, 2012). Furthermore, we found that, among the five premises of practical reasoning proposed by Fairclough and Fairclough (2012), arguments containing attitudinal evaluations for the term *Brasil* primarily involved *claim for action and circumstance*, which leaves the premises *goal, means-goal and values* in a less prominent place. Finally, the results demonstrated that attitudinal evaluations towards the country the presidential candidates intend to govern contribute to the argumentative construction of the discursive event in question.

Keywords: Systemic Functional Linguistics, Appraisal System, Political Discourse, Argumentation.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Topologia do Discurso Político	32
Figura 2 - Anos de publicação de teses e dissertações relativas ao nosso campo de conhecimento	49
Figura 3 - Gêneros constituintes dos corpora dos trabalhos selecionados	57
Figura 4 - Representação visual dos subsistemas de avaliatividade predominantes	60
Figura 5 - Relação entre avaliatividade e tipo de discurso político	61
Figura 6 - Categorias e tipos de discurso nos trabalhos sobre argumentação.....	63
Figura 7 - Esquema de raciocínio prático	75
Figura 8 – Esquema de raciocínio prático com contra-argumento	76
Figura 9 - Estratificação da linguagem	85
Figura 10 - Regiões semânticas do subsistema atitude	89
Figura 11 - Regiões semânticas do subsistema engajamento	89
Figura 12 - Regiões semânticas do subsistema gradação	90
Figura 13 - Palavras predominantemente recorrentes	112
Figura 14 - Nuvem de palavras do <i>corpus</i>	113
Figura 15 - Codificação para a análise do subsistema atitude	116
Figura 16 - Esquema de raciocínio prático em D1BL1GA	128

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Categorias da LSF empregadas nas teses e dissertações	59
Quadro 2 - Categorias linguísticas empregadas no exame da argumentação	62
Quadro 3 - Tipologia de Circunstâncias da argumentação prática	79
Quadro 4 - Partidos e participações em debates	103
Quadro 5 - Contextualização dos debates	104
Quadro 6 – Codificação do <i>corpus</i>	107
Quadro 7 - Configuração dos debates	108
Quadro 8 - Participação dos candidatos em cada momento da interação e emprego do termo “Brasil”	114
Quadro 9 - Número de excertos analisados	121
Quadro 10 - Categorização das avaliações atitudinais	123
Quadro 11 - Cômputo dos elementos de raciocínio prático nas respostas dos candidatos	125
Quadro 12 - Excerto para ilustração das premissas de raciocínio prático nas respostas (D1BL1GA)	126
Quadro 13 - Cômputo das avaliações atitudinais nos elementos do Raciocínio Prático – Respostas	129
Quadro 14 - Avaliação do termo Brasil (composição complexidade negativa) na premissa proposta de ação - Resposta (D4BL4CG)	131
Quadro 15 - Avaliação do termo Brasil (estima social capacidade positiva) na premissa objetivo - Resposta (D5BL6HM)	132
Quadro 16 - Avaliação do termo Brasil (composição complexidade negativa) na premissa objetivo - Resposta (D1BL1JB)	134
Quadro 17 - Avaliação do termo Brasil (composição complexidade negativa) na premissa meio-fim - Resposta (D3BL1GB)	135
Quadro 18 - Avaliação do termo Brasil (composição complexidade negativa) na premissa circunstância - Resposta (D10BL4ST)	137
Quadro 19 - Avaliação do termo Brasil (composição proporção negativa) na premissa circunstância - Resposta (D6BL2GA)	138
Quadro 20 - Avaliação do termo Brasil (sanção social propriedade negativa) na premissa circunstância - Resposta (D8BL3FD)	140

Quadro 21 - Avaliação do termo Brasil (composição proporção negativa) na premissa valor - Resposta (D4BL4FH)	141
Quadro 22 - Avaliação do termo Brasil (composição complexidade negativa) na premissa valor - Resposta (D8BL3STH)	142
Quadro 23 - Avaliação do termo Brasil (valorização positiva) na premissa valor - Resposta (D1BL2HM)	144
Quadro 24 - Cômputo dos elementos de raciocínio prático nas réplicas dos candidatos	147
Quadro 25 - Cômputo das avaliações atitudinais nos elementos do Raciocínio Prático – Réplicas.....	148
Quadro 26 - Avaliação do termo Brasil (estima social capacidade negativa) na premissa proposta de ação - Réplica (D7BL1HM)	150
Quadro 27 - Avaliação do termo Brasil (composição complexidade negativa) na premissa proposta de ação - Réplica (D1BL1JB).....	151
Quadro 28 - Avaliação do termo Brasil (composição complexidade negativa) na premissa objetivo - Réplica (D5BL2FH)	152
Quadro 29 - Avaliação do termo Brasil (composição proporção negativa) na premissa meio-fim - Réplica (D6BL1GA)	154
Quadro 30 - Avaliação do termo Brasil (composição proporção negativa) na premissa circunstância - Réplica (D1BL3CG).....	155
Quadro 31 - Cômputo dos elementos de raciocínio prático nas tréplicas dos candidatos	157
Quadro 32 - Cômputo das avaliações atitudinais nos elementos do Raciocínio Prático – Tréplicas.....	158
Quadro 33 - Avaliação do termo Brasil (composição complexidade negativa) na premissa proposta de ação – Tréplica (D7BL2GB)	160
Quadro 34 - Avaliação do termo Brasil (composição complexidade negativa) na premissa objetivo – Tréplica (D1BL3CG)	161
Quadro 35 - Avaliação do termo Brasil (composição complexidade positiva) na premissa meio-fim – Tréplica (D7BL1CG).....	163
Quadro 36 - Avaliação do termo Brasil (composição complexidade negativa) na premissa circunstância – Tréplica (D2BL1GA).....	165
Quadro 37 Cômputo dos elementos de raciocínio prático nos comentários dos candidatos.....	167

Quadro 38 - Cômputo das avaliações atitudinais nos elementos do Raciocínio Prático – Comentários	168
Quadro 39 - Avaliação do termo Brasil (composição complexidade negativa) na premissa proposta de ação – Comentário (D1BL2CG)	170
Quadro 40 - Avaliação do termo Brasil (sanção social propriedade negativa) na premissa objetivo – Comentário (D3BL2AD).....	171
Quadro 41 - Avaliação do termo Brasil (valoração positiva) na premissa circunstância – Comentário (D1BL2GB)	172
Quadro 42 - Avaliação do termo Brasil (valoração negativa) na premissa valor – Comentário (D1BL3JB)	173
Quadro 43 - A arquitetura argumentativa dos debates eleitorais televisivos brasileiros com avaliações atitudinais para o termo Brasil	176

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 POLÍTICA E LINGUAGEM: O DISCURSO POLÍTICO	19
2.1 DEFININDO A QUESTÃO	22
2.1.1 Discurso político: uma produção discursiva em ambiente tradicional	22
2.1.2 Discurso político: uma produção discursiva do frontstage e do backstage da ação política	25
2.1.3 Discurso político: uma produção discursiva de várias vozes	28
2.1.4 Discurso político: uma produção discursiva dos diversos contextos.....	31
2.1.5 Discurso político: uma produção discursiva com definição personalizada	33
2.2 O GÊNERO EM INVESTIGAÇÃO: DEBATE ELEITORAL TELEVISIVO	35
2.3 MAPEANDO O NICHOS	46
2.3.1 Olhar amplo: Linguística Sistêmico-Funcional e discurso político	49
2.3.2 Olhar restrito: a avaliatividade e a argumentação	58
3 ARGUMENTAÇÃO	65
3.1 A BASE DAS TEORIAS DE ARGUMENTAÇÃO	67
3.2 TEORIA DE ARGUMENTAÇÃO NO DISCURSO POLÍTICO.....	69
4 A ABORDAGEM LINGUÍSTICA	81
4.1 LINGUAGEM, TEXTO, CONTEXTO E METAFUNÇÕES	82
4.2 SISTEMA DE AVALIATIVIDADE.....	87
5 METODOLOGIA	101
5.1 UNIVERSO DE ANÁLISE.....	101
5.2 <i>CORPUS</i> DE ANÁLISE	103
5.2.1 Critérios de seleção do <i>corpus</i>	103
5.2.2 Coleta do <i>corpus</i>	106
5.2.3 Características do <i>corpus</i>	107
5.3 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE.....	111
6 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	118
6.1 APRESENTAÇÃO CONTEXTUAL	118
6.2 ATITUDES DOS PRESIDENCIÁVEIS FRENTE AO TERMO BRASIL EM ARGUMENTOS DE RACIOCÍNIO PRÁTICO.....	121

6.2.1 Atitudes frente ao termo “Brasil” em argumentos de raciocínio prático nas Respostas dos debates eleitorais televisivos de presidenciais	125
6.2.2 Atitudes frente ao termo “Brasil” em argumentos de raciocínio prático nas Réplicas dos debates eleitorais televisivos de presidenciais	146
6.2.3 Atitudes frente ao termo “Brasil” em argumentos de raciocínio prático nas Tréplicas dos debates eleitorais televisivos de presidenciais	157
6.2.4 Atitudes frente ao termo “Brasil” em argumentos de raciocínio prático nos Comentários dos debates eleitorais televisivos de presidenciais	167
6.3 ARQUITETURA ARGUMENTATIVA DOS DEBATES ELEITORAIS TELEVISIVOS DE PRESIDENCIAIS NO BRASIL	175
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	181
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	191
APÊNDICE A — Visão geral das teses e dissertações mapeadas para contextualização da pesquisa	201

1 INTRODUÇÃO

Política e linguagem são aspectos entrelaçados, indissociáveis. Não se pode imaginar política sem linguagem, visto que as atividades de um ator político, as quais “podem incluir coisas como busca de consenso, elaboração de políticas, negociação e mediação de conflitos, representação de interesses e oposição à política de terceiros, são atividades fundamentalmente linguísticas”¹ (BAYLEY, 2004, p. 8). Esse escopo pode ainda ser ampliado, na medida em que política está presente também na vida cotidiana da população. Essa acepção está relacionada diretamente com a mídia, já que, por causa dela,

“os cidadãos podem ganhar novas perspectivas sobre os assuntos das instituições e construir seu próprio discurso em torno deles, no local de trabalho, em casa ou em locais públicos de reunião, e esse tipo de conversa faz parte da socialização política”² (BAYLEY, 2005, p. 2).

Isso posto, compreendemos que a política é uma esfera social ampla, que, por sua vez, contempla uma série de eventos discursivos passíveis de categorização em virtude do seu grau de protocolaridade e de performatividade (BOCHETT, *et al.*, 2017). Independente de qual seja o *status* que a política circunde (ou seja, eventos discursivos em que a política esteja presente) negociações linguísticas estão em jogo para que o propósito do falante seja atingido. Tal percepção permite que, em nossas investigações linguísticas, adotemos a perspectiva de linguagem em que o falante lança mão de um sistema de escolhas para atingir os seus propósitos (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014). Essa é a visão hallidayana da linguagem, que a concebe como sociossemiótica na medida em que é por meio dela que significados vinculados a contextos sociais são produzidos e trocados.

A amplitude de eventos discursivos na política designa uma multiplicidade de mobilizações linguísticas diferentes que devem estar adequadas aos propósitos envolvidos em cada contexto da situação interativa. Dentre tais eventos, encontra-se o gênero socialmente conhecido³ por debate eleitoral televisivo, que opera como uma

¹ No original: “The activities of a politician, which may include things such as seeking consensus, elaborating policy, negotiating and mediating in conflicts, representing interests and opposing the policy of others, are all fundamentally linguistic activities”.

² No original: “citizens may gain new perspectives on the affairs of the institutions, and construct their own discourse around them, at the workplace, at home or at public meeting places, and this kind of talk is part of political socialization”.

³ Expressão empregada com base em /Nunes (2018).

experiência democrática (LEITE, 2003; COLLEMAN, 2000), pois o seu nascimento está atrelado à consolidação da democracia, momento no qual o povo passou a ter participação na decisão de voto. Com vistas à conquista de votos, os atores políticos envolvidos nesse evento comunicativo – ou seja, os debates eleitorais televisivos - precisam ter um bom preparo para ter um desempenho positivo ao vivo (GONÇALVES, 2008), a fim de atingir os seus objetivos, a saber, derrotar os adversários e conquistar o eleitor (DALINGHAUS, 2018). Inicia-se aí o que chamaremos de “guerra verbal” (RODRIGUES; MACEDO, 2005).

Especificamente, esta pesquisa direciona-se à análise de debates eleitorais televisivos relativos às eleições presidenciais brasileiras no ano de 2018 e do ano de 2022, de modo que o *corpus* é constituído pelos sete debates que foram realizados no primeiro turno das eleições de 2018 e pelos três debates realizados no primeiro turno das eleições de 2022, uma vez que, em ambos os anos, não houve debates em segundo turno. No total, sete foram as emissoras televisivas responsáveis pela transmissão dos debates aqui investigados: Band, SBT, Globo, RedeTV, TV Gazeta, TV Aparecida e Record, de modo que as três primeiras transmitiram debates nos dois períodos eleitorais, 2018 e 2022, e as demais transmitiram debates apenas no ano de 2018.

Embora os anos de 2018 e 2022 tenham sido marcados fortemente pelo recurso da internet – discussões entre eleitores, falas individuais de candidatos, ataques entre concorrentes – torna-se pertinente a investigação desse tipo de discurso na medida em que este continua sendo, ainda, a forma regulamentada de discussão de ideias para candidatos em período pré-eleitoral (BRASIL, 1997). Salientamos que nosso propósito não é o de evidenciar aspectos não-verbais que circundam os debates, ou características linguísticas que foram cruciais para que um candidato se destacasse mais que outro – ou, ainda, características linguísticas que fossem determinantes para a vitória de um candidato. Nosso foco reside apenas na investigação da linguagem verbal empregada, e não nos seus resultados pragmáticos.

Na compreensão do debate eleitoral televisivo como uma parcela discursiva dentro da política, não podemos deixar de considerar a importância do estudo do discurso político como um todo. O redesenho do mundo político que culmina em diversos acontecimentos políticos marcantes delega a importância de se estudar o discurso político na atualidade (SOUZA; CABRAL; DE SOUZA, 2018). A análise desse tipo de discurso possibilita, de acordo com DeSouza (2018), entender melhor o

entrelaçamento dos discursos políticos que estão sendo construídos ao nosso redor, os quais afetam amplamente a sociedade. O entendimento desse entrelaçamento confere a validade dessa área de investigação, uma vez que “ajudar as pessoas a descobrir os infortúnios da maioria desses discursos é uma posição ética e moral que vale a pena ser seguida”⁴ (DESOUZA, 2018, p. 139).

Especificamente no que se refere aos debates eleitorais televisivos que nos servem de *corpus* de pesquisa, consideramos que a prudência de sua análise se mostra imprescindível na medida em que o que está em jogo são escolhas que afetam diretamente o rumo do país. Os diversos candidatos envolvidos lançam mão de inúmeros recursos linguísticos, os quais exigem uma leitura crítica. Este é o fundamento que denota uma função social crucial ao analista do discurso que se propõe a investigar textos relativos ao discurso político: “tornar explícitas as operações encobertas da gramática”⁵ (BUTT; LUKIN, MATTHIESSEN, 2004, p. 288). Nessa tentativa de desvelar mecanismos linguísticos e como estes encobrem os posicionamentos em falas de atores políticos que se pretendem agir em prol do povo, esta Tese visa responder à seguinte pergunta de pesquisa: **como a argumentação de raciocínio prático é construída em debates de campanha eleitoral na TV em relação ao uso de avaliações interpessoais?**

Esta Tese vincula-se à linha de pesquisa *Linguagem no Contexto Social*, do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Santa Maria. Ademais, conecta-se a projetos sediados também na Universidade Federal de Santa Maria, a saber, *Laboratório de Língua Portuguesa* (LabPort – GAP 044630) e *Mídia, Política e Gramática Sistêmico-Funcional II – Fase II* (GAP 049420). Esses projetos têm se fortalecido na área de estudos de discurso político nas diversas searas por ele compreendidas, do contexto midiático até o contexto parlamentar, a partir do prisma teórico-analítico da Linguística Sistêmico-Funcional.

Os estudos sobre discurso político e Linguística Sistêmico-Funcional estão em ascensão no Brasil, e a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) tem se tornado um palco fértil nesse cenário (FREITAS; CABRAL, 2023). A dedicação a esse tema tem rendido frutos em trabalhos nos variados formatos, como teses, dissertações, trabalhos finais de graduação e artigos. Os resultados dessas pesquisas vêm

⁴ No original: “Helping people to uncover the misdoings of most of these discourses is an ethical and moral stand worth being pursued”.

⁵ No original: “to make overt the covert operations of grammar”.

revelando que as ferramentas analíticas da Linguística Sistêmico-Funcional têm se mostrado úteis para as análises de textos desse campo, as quais também são recomendadas por diversos estudiosos consolidados do discurso político (DESOUZA, 2018; BAYLEY, 2004; MULDERRIG, 2001). As pesquisas realizadas pelos integrantes dos grupos sediados na UFSM, coordenados pela professora Sara Cabral, dão conta da multiplicidade de eventos discursivos da esfera política, os quais são explorados face a diferentes propósitos. Destacamos aqui alguns a título de exemplo, todos respaldados pela perspectiva sistêmico-funcional da linguagem.

Freitas (2017) investigou textos sobre a Operação Lava Jato publicados na página Observatório da Imprensa com vistas a identificar as representações atribuídas ao termo “corrupção”. Cabral (2015) investigou a transcrição do debate transmitido pela Rede Globo nas eleições de 2014 entre os candidatos à presidência Dilma Rousseff e Aécio Neves para constatar as representações pessoais construídas por eles. Schmidt (2019) explorou excertos de entrevistas sobre educação de seis pré-candidatos à presidência do país nas eleições de 2018 para o programa Roda Viva para verificar os recursos discursivos utilizados. Freitas e Cabral (2020) analisaram a seção de Considerações Finais do debate presidencial transmitido pela Rede Globo em 2018, com vistas a identificar representações, avaliações e imaginários que candidatos construíram de si mesmos, do Brasil e dos brasileiros. Cabral e Bochetti (2018) exploraram seis audiências públicas sobre meio ambiente e desenvolvimento sustentável com foco no emprego do modal “dever” nas vozes textuais dos políticos participantes de audiências públicas, a fim de identificar seu grau de comprometimento.

Callegaro (2015; 2019) explorou discursos proferidos por ex-presidentes brasileiros, com foco na investigação do marcador discursivo “não”. Nunes e Cabral (2013) investigaram uma coluna de opinião publicada na revista Veja sobre o comportamento de Dilma Rousseff, a fim de constatar manifestações de julgamento de um autor/escritor, cuja pesquisa teve seu *corpus* ampliado em Nunes (2014). Rodrigues (2013) analisou 31 exemplares da coluna de opinião de Eliane Catanhêde no jornal Folha de São Paulo, com foco na exploração da identificação da assinatura valorativa da jornalista. Rodrigues (2017) estudou oito discursos de posse dos seis primeiros presidentes após o regime militar com foco nos recursos semântico-discursivos e léxico-gramaticais de interpessoalidade. Farencena e Santos (2018) analisaram o discurso de Michel Temer na cerimônia de comemoração do Dia

Internacional da Mulher em 2017, visando verificar a contribuição dos recursos de gradação para a construção da avaliação e para o grau de envolvimento do então presidente.

Esses são apenas alguns dos trabalhos que foram desenvolvidos pelos integrantes dos grupos de pesquisa, apresentados aqui a fim de ilustrar a multiplicidade de discursos e de investigações linguísticas possíveis. Nesse contexto, esta Tese está organizada com o propósito de contribuir com essas pesquisas e de ampliar o escopo de investigação. Para isso, com a pergunta de pesquisa já delimitada, — a saber: como a argumentação de raciocínio prático é construída em debates de campanha eleitoral na TV em relação ao uso de avaliações interpessoais? — tornou-se necessária a triangulação de três concepções norteadoras fundamentais para que ela possa ser respondida: discurso político (FAIRCLOUGH; FAIRCLOUGH, 2012; WODAK, 2009), argumentação no discurso político (FAIRCLOUGH; FAIRCLOUGH, 2012) e avaliações na linguagem (MARTIN; WHITE, 2005).

Em linhas gerais, discurso político é compreendido aqui como um discurso deliberativo, sendo entendido como uma forma de argumentação prática, que pode fundamentar uma decisão, relacionada à deliberação e à tomada de decisão em contextos de incerteza, riscos ou desacordos, em que a questão de decidir o que fazer é fundamental (FAIRCLOUGH; FAIRCLOUGH, 2012). Por ser entendida como uma forma de argumentação prática, o segundo elemento da nossa triangulação é primordial. Argumentação, nesse contexto, é compreendida como o efeito produzido pelos agentes que pretendem alcançar um determinado fim, o qual pode ser convencer um público sobre a validade de um determinado curso de ação. Nesse viés, os argumentos podem ser visualizados por meio de um esquema de raciocínio prático, que se refere ao percurso de decidir a solução do que fazer frente a um problema (FAIRCLOUGH; FAIRCLOUGH, 2012).

Por fim, o último aporte da triangulação necessária para a análise refere-se à avaliação na linguagem. Para essa questão, tomamos por base a Linguística Sistêmico-Funcional, especificamente o Sistema de Avaliatividade (MARTIN; WHITE, 2005), que se configura como a parte da linguagem que apresenta mecanismos para a realização de posicionamentos nas relações interpessoais. Mais especificamente, baseamo-nos no subsistema atitude, que diz respeito a avaliações de sentimentos, comportamentos e coisas, relacionadas às regiões semânticas de afeto, julgamento e apreciação.

Com os pressupostos teóricos base da pesquisa delimitados, expomos o objetivo geral que perpassa esta pesquisa, a saber: Analisar a arquitetura argumentativa do raciocínio prático empregada em debates presidenciais na TV brasileira no período eleitoral de 2018 e 2022 e verificar como os debatedores utilizam o subsistema de atitude dos principais campos semânticos frente ao termo Brasil de modo a operar na construção do argumento desses eventos discursivos.

Tal objetivo, por sua vez, desdobra-se nos seguintes objetivos específicos:

1. Reconhecer o campo semântico predominante nos discursos dos candidatos;
2. Identificar as situações em que há uma organização argumentativa do raciocínio prático nos discursos, a partir das premissas de raciocínio prático (FAIRCLOUGH; FAIRCLOUGH, 2012);
3. Analisar as avaliações atitudinais (MARTIN; WHITE, 2005) que os candidatos fazem no processo argumentativo de raciocínio prático frente ao país que pretendem governar;
4. Interpretar como as avaliações atitudinais operam para a construção da argumentação de raciocínio prático.

Destacamos que o termo “arquitetura”, utilizado no objetivo geral, é tomado por empréstimo de Halliday e Mathiessen (2004; 2014) e Matthiessen (2007), que o utilizam para designar a organização da linguagem e de outros sistemas. Dessa forma, a expressão “arquitetura argumentativa” empregada nesta Tese parte do mesmo raciocínio, uma vez que se objetiva investigar a organização argumentativa dos discursos proferidos no *corpus* delimitado para análise. Por organização argumentativa, entende-se a forma como os argumentos são construídos com base no esquema de raciocínio prático, nos tipos de argumento e nos recursos avaliativos do subsistema atitude.

Os fundamentos teóricos que embasam os objetivos, tanto o geral quanto os específicos, serão detalhadamente discutidos nos capítulos subsequentes. Até aqui, o foco consistiu em apresentar as noções basilares que norteiam o andamento da pesquisa. No Capítulo 2, exploraremos distintas concepções de discurso político e assumiremos a posição que adotamos nesta pesquisa, bem como discorreremos acerca do gênero debate eleitoral televisivo que nos serve de *corpus*. Adicionalmente, apresentaremos um mapeamento dos estudos de discurso político e Linguística Sistêmico-Funcional no Brasil, a fim de situar o contexto em que esta pesquisa se insere e de justificar as contribuições que esperamos atingir com ela.

No Capítulo 3, dissertaremos a respeito das definições de argumentação que, juntas, embasaram as análises. No Capítulo 4, delinearemos os conceitos básicos que são caros à perspectiva teórica da Linguística Sistêmico-Funcional, bem como discorreremos sobre o Sistema de Avaliatividade, com foco no subsistema atitude. No Capítulo 5, ilustraremos a metodologia aplicada no *corpus* selecionado para investigação, o que será seguido pelo Capítulo 6, que contará com as análises e discussões dos resultados. Por fim, no Capítulo 7, apontaremos as considerações finais da pesquisa.

2 POLÍTICA E LINGUAGEM: O DISCURSO POLÍTICO

Para que possamos adentrar na investigação sobre o *corpus* com vistas a responder aos nossos objetivos, faz-se necessário clarificar os tópicos norteadores que subjazem esta pesquisa. Sabemos que nosso foco de investigação é o discurso político; todavia, para que possamos reconhecer e compreender a sua ampla gama de conceituações e particularidades, é preciso definir as questões fundamentais concernentes ao contexto basilar que o perpassa: a política. Assim, dedicamo-nos, nas linhas iniciais deste capítulo, a elucidar como ela está concebida nesta pesquisa.

Relativo aos primórdios das explanações acerca da definição de política, Aristóteles é um nome expoente. Nesse viés, a perspectiva Aristotélica centra-se na concepção de política como a ciência da felicidade humana, de modo que todas as outras ciências estejam a ela subordinadas (ARISTÓTELES, 2000 [1140]). Decorre, pois, para o filósofo grego, que a finalidade da ação política é a felicidade geral, o que está intrinsecamente ligado à busca por um bem-estar coletivo; por isso, o fim da política deve abarcar o de todas as outras ciências, com o propósito de atingir o bem humano (ARISTÓTELES, 2000 [1140]; 2002 [1252]). Segundo Aristóteles (1991), a política tem por papel determinar o bem viver e o bem agir, delimitando tudo em uma sociedade, a qual deve estar organizada conforme as necessidades dos cidadãos.

Para o filósofo, há vários tipos de governo, estes entendidos como a realização do poder supremo do Estado, advindos dos diversos tipos de constituição e atrelados aos diversos tipos de cidadãos e suas necessidades, de modo que o melhor governo é o que convém a cada povo (ARISTÓTELES, 2002 [1252]). Nessa perspectiva basilar, é papel dos governantes, bem como dos cidadãos, buscar a felicidade coletiva da *pólis*, de modo que o interesse do Estado deve sempre prevalecer sobre o interesse individual, pois o princípio é a coletividade, o que evidencia uma questão moral. Um Estado, ou sociedade política, é então constituído pela universalidade dos seus cidadãos, os quais têm por virtude a sua conservação, de modo que todas as suas instituições operam como meios para atingir o fim da política: bem viver juntos (ARISTÓTELES, 2002 [1252]).

Uma vez que tudo está em constante evolução, consideramos que a perspectiva supracitada, embora pertinente e basilar, deva ser ampliada para abarcar a nossa realidade moderna. Para isso, tomamos como base o estudo de Singer, Araujo e Belinelli (2021), que reconhecem a instabilidade do termo política com a

sobreposição de camadas de sentido que ela vem recebendo desde a Antiguidade clássica, fase que marca a sua origem com os gregos. Com vistas a deixar de lado uma perspectiva única a respeito do tema, os autores se apropriaram de alguns nomes relevantes nos estudos políticos, tais como Karl Marx, Moses Finley, Perry Anderson, John Dunn, Bernard Manin e, especialmente, Max Weber e Hannah Arendt, para cunhar a sua definição.

Os autores partem de acepções polares acerca da política: política como prática coletiva da liberdade e política como direção do Estado. Tais percepções são inspiradas nos ideais de Arendt e Weber, perspectivas as quais os autores julgam fornecer aspectos fundamentais para a compreensão da política (SINGER; ARAUJO; BELINELLI, 2021).

A política como prática coletiva de liberdade, primeira acepção abordada, toma como partida a pólis grega (Antiguidade clássica), e supõe que, para a política ocorrer, torna-se necessária a existência de um espaço público em que haja processo deliberativo, do qual faça parte os seres humanos livres e em situação de igualdade (SINGER; ARAUJO; BELINELLI, 2021). Segundo Singer, Araujo e Belinelli (2021), a deliberação, nesse contexto, possui a palavra como único elemento válido para persuadir, uma vez que esse processo se dá por meio de trocas argumentativas para a discussão das preferências dos participantes.

A segunda acepção, que concebe a política como a luta pela direção do Estado, no entanto, não se situa no nível da palavra como a anterior, uma vez que ela engloba o monopólio do uso legítimo da força física dentro de um determinado território (SINGER; ARAUJO; BELINELLI, 2021). Tal percepção pressupõe, conforme Singer, Araujo e Belinelli (2021), que a ocorrência da política se dá com a presença da violência organizada na disputa pela condução do Estado, de modo que haja o recrutamento de aliados e voluntários para a vitória nessa disputa.

Embora divergentes, com a dualidade liberdade/violência explícita, Singer, Araujo e Belinelli (2021) afirmam que ambas fazem sentido. Tal constatação se dá pois, segundo os autores, enquanto uma representa o poder coletivo com a expectativa humana de superar a dominação, a outra representa o risco, em virtude do desconhecimento da dominação, da existência de um governo descontrolado e sem orientação.

Surge disso a dicotomia esperança *versus* medo, a qual reflete no sentido que os autores concebem para política no contexto moderno: a política engloba todas as

práticas que visam à direção da sociedade por meio do Estado, incluindo a busca de consenso pela persuasão e o uso da violência (SINGER; ARAUJO; BELINELLI, 2021). Em linhas gerais, os autores atribuem uma versão *dirigista* para a política, de modo que esta concerne na disputa pela direção do Estado, visando ao monopólio da violência legítima (SINGER; ARAUJO; BELINELLI, 2021).

Apesar de as acepções de política sofrerem evoluções desde a Antiguidade clássica, a percepção aristotélica de que o homem é um animal político que possui uma inclinação natural para viver em sociedade ainda persiste. Essa questão o caracteriza como um animal cívico, que se diferencia dos demais animais pela capacidade da fala, a qual está ligada a nossa capacidade de expressão, o que faz com que o homem seja de natureza política e, sendo o homem um princípio motor de ação, ele se comunica para deliberar sobre coisas a serem feitas (ARISTÓTELES, 2002 [1252]). Dessa maneira, reconhecemos que a palavra segue sendo princípio motor do fazer político, pois, mesmo quando assumimos uma postura de política *dirigista* (SINGER; ARAUJO; BELINELLI, 2021), conversas e negociações se fazem presentes na condução do Estado.

Ressaltamos que as perspectivas apresentadas nesta introdução do capítulo denotam apenas algumas questões iniciais sobre Política, de modo que essa ideia será aprofundada no decorrer das seções que seguem. Como o nosso foco supõe a clarificação das questões relativas ao discurso político, levamos em conta a percepção de DeSouza (2018, p. 125) que nos diz que “qualquer discussão sobre o discurso político enfrenta desde o início pelo menos três grandes desafios: o primeiro, definir o que realmente é o discurso político; o segundo, discutir as muitas disciplinas ocupadas com o campo e, o terceiro, justificar o propósito de analisar o próprio discurso político”⁶. Dessa maneira, este capítulo está organizado em seções que visam a responder esses três desafios.

As seções 2.1 e 2.2, bem como as subseções relativas, visam a responder ao primeiro desafio, de modo que se dedicam a delimitar, respectivamente, o que se entende por discurso político, bem como o que se entende pelo tipo de discurso político específico a ser investigado, a saber, o debate eleitoral televisivo. A tentativa de resposta ao segundo desafio encontra-se também na seção 2.1 quando se

⁶ No original: “Any discussion on political discourse proper faces from the very outset at least three big challenges: the first, to define what political discourse actually is; the second, to discuss the many disciplines occupied with the field and, the third, to justify the purpose for analyzing political discourse itself”.

apresentam disciplinas que se preocupam com esse contexto. Ressaltamos que não há um grande empenho em clarificar essa questão de forma mais detalhada, uma vez que foge do escopo desta pesquisa. Por fim, com a seção 2.2 objetivamos responder ao terceiro desafio, através de um mapeamento de produções acadêmicas acerca de discurso político, a fim de justificar o propósito de realizar esta pesquisa em questão.

2.1 DEFININDO A QUESTÃO

Como evidenciamos, a linguagem é que torna o homem um animal político. Tal constatação já antecipa a percepção de que política e linguagem são aspectos indissociáveis. Há uma amplitude de disciplinas que possuem espaço para o estudo da esfera política, tais como “análise do discurso, análise da conversação, linguística, antropologia linguística, ciência política, psicologia, sociologia, história, filosofia, retórica, ciências da comunicação e estudos culturais”⁷ (GASTIL, 1992, p. 470), todavia, apesar da multiplicidade de disciplinas, há uma característica em comum presente em todas elas: a linguagem.

Essa amplitude de disciplinas preocupadas com a investigação do discurso político resulta em uma multiplicidade de abordagens e conceitos para esse termo. Por essa razão, e também em virtude da variedade de práticas discursivas envolvidas pelo tema política, não há um consenso do que seja o discurso político. Dentre as definições existentes, podemos dizer que elas se distinguem em torno do grau de abrangência dos discursos: as perspectivas variam de um nível mais restrito até uma visão mais liberal. Nesse sentido, organizamos as subseções que seguem, 2.1.1, 2.1.2, 2.1.3 e 2.1.4, de modo a apresentar essa amplitude de abordagens. Posteriormente, na seção 2.1.5, dedicamo-nos à apresentação do nosso ponto de vista acerca do discurso político.

2.1.1 Discurso político: uma produção discursiva em ambiente tradicional

A visão mais tradicional de discurso político é aquela que o concebe apenas como relativa a textos de atores políticos legitimados. Tal é a perspectiva assumida por Fairclough e Fairclough (2012) que, com base nos pressupostos da Análise Crítica do Discurso, evidenciam a reprodução e a contestação do poder político por meio do

⁷ No original: “discourse analysis, conversation analysis, linguistics, linguistic anthropology, political science, psychology, sociology, history, philosophy, rhetoric, communication science and cultural studies”.

discurso político. Trata-se de uma visão bem restrita dessa seara, uma vez que os autores consideram que discursos políticos são aqueles que se ligam a atores políticos — indivíduos, instituições e organizações políticas — que se envolvem exclusivamente em processos e eventos políticos oficiais, de modo que qualquer manifestação discursiva fora desses ambientes não pode ser classificada como discurso político (FAIRCLOUGH; FAIRCLOUGH, 2012).

Isso ocorre, pois, nesse viés, “contextos políticos são contextos *institucionais*, isto é, contextos que tornam possível para os atores exercerem sua agência e capacitá-los a agir sobre o mundo de uma forma que tem um impacto sobre questões de interesse comum”⁸ (FAIRCLOUGH; FAIRCLOUGH, 2012, p. 18, grifo no original). Uma questão que justifica a classificação de que discursos políticos são restritos ao contexto parlamentar e governamental reside no fato de que, para os autores, política é concebida como ação, de modo que só pode ser compreendida no contexto da realidade institucional (FAIRCLOUGH; FAIRCLOUGH, 2012).

Conforme os autores, ação é entendida como deliberação e tomada de decisão em contextos de crise, como incertezas, riscos e desacordos. Nesse contexto,

[a] política tem a ver principalmente com decisões de ação sobre questões de interesse comum, e as decisões são o resultado da deliberação; nem toda deliberação é razoável ou democrática, e nem todas as decisões são decisões razoáveis. A política consiste em chegar cooperativamente a decisões sobre o que fazer no contexto de discordância, conflito de interesses e valores, desigualdades de poder, incerteza e todos esses fatores podem afetar a racionalidade das decisões tomadas⁹. (FAIRCLOUGH; FAIRCLOUGH, 2012, p. 236).

Política refere-se, então, a escolhas racionais relativas ao modo de ação em resposta a acontecimentos. Vincula-se a isso a noção de argumentação prática, em que se empregam deliberações, com vistas a fundamentar as decisões e a determinar o curso de ação a prevalecer (FAIRCLOUGH; FAIRCLOUGH, 2012). Nessa perspectiva, política está atrelada a decisões sobre o que fazer em relação a questões de interesse comum com base na argumentação. Por essa razão,

⁸ No original: “political contexts are institutional contexts, i.e. contexts make it possible for actors to exert their agency and empower them to act on the world in a way that has an impact on matters of common concern”.

⁹ No original: Politics has to do primarily with decisions for action on matters of common concern, and decisions are the outcome of deliberation; not all deliberation is reasonable or democratic, and not all decisions are reasonable decisions. Politics is about arriving cooperatively at decisions about what to do in the context of disagreement, conflict of interests and values, power inequalities, uncertainty, and all these factors can affect the rationality of the decisions that are made”.

política não só opera num contexto de discórdia e conflito, mas também em condições de incerteza, de informação e de risco incompleto, onde o que é muitas vezes necessário é uma decisão imediata em resposta a alguma situação problemática. (FAIRCLOUGH; FAIRCLOUGH, 2012, p. 34).¹⁰

Assim, o papel da deliberação reside, então, em pesar as diversas considerações e, em um ambiente democrático, produzir uma decisão legítima no sentido processual, além de favorecer a racionalidade do processo de tomada de decisão, de modo a possibilitar a produção de uma decisão mais racional.

De maneira geral, os autores não consideram que o discurso político consista unicamente de argumentos, mas, sim, que política tem a ver “sobre como fazer escolhas sobre como agir em resposta às circunstâncias e objetivos”¹¹ (p. 1). Dessa maneira, são as escolhas que os políticos devem tomar e tudo o que segue delas que se baseiam em argumentos práticos. Por essa razão, os autores ponderam que uma análise de discurso político deve estar centrada em uma análise de argumentação prática, o que denota que, nessa perspectiva, discurso político e argumentação estão inerentemente imbricados. Os argumentos práticos têm como elementos as narrativas, as concepções mentais e os imaginários, e a argumentação prática é vista como uma cadeia complexa, que contém meios e fins e metas e circunstâncias (FAIRCLOUGH; FAIRCLOUGH, 2012). Os autores defendem que compreender a natureza argumentativa de textos políticos é relevante na medida em que possibilita avaliar as estratégias políticas que dele fazem parte.

Nesse viés, Fairclough e Fairclough (2012) apresentam aquilo que julgamos ser uma das principais contribuições da teoria: uma estrutura para analisar a argumentação, denominada “esquema de raciocínio prático”. Esse esquema é voltado para respostas em situações de crise, em que se faz necessário tomar decisões sobre como agir para restaurar o equilíbrio e a racionalidade. Tal questão refere-se a raciocinar sobre o que fazer em respostas a problemas que surgem em circunstâncias particulares e com vários objetivos, e seus elementos constituintes serão apresentados de forma detalhada no Capítulo 3, relativo à Argumentação.

¹⁰ No original: “Politics operates not only in a context of disagreement and conflict, but also in conditions of uncertainty, incomplete information and risk, where what is often required is an immediate decision in response to some problematic situation”.

¹¹ No original: “about making choices about how to act in response to circumstances and goals”.

2.1.2 Discurso político: uma produção discursiva do *frontstage* e do *backstage* da ação política

Wodak (2009) defende a necessidade do entendimento da lógica interna das organizações e concentra-se em um estudo etnográfico do cotidiano do Parlamento europeu com base na Abordagem Histórico-Discursiva, com vistas a fornecer uma ponte entre macro e microestruturas envolvidas nos processos de interação social. Um ponto de sua pesquisa que destacamos, já de início, reside no fato de que a autora assume uma postura menos tradicional do que a de Fairclough e Fairclough (2012) no que concerne à abrangência do discurso político. Para Wodak (2009), somos confrontados, na vida cotidiana, com uma série de gêneros dessa esfera que vão além dos discursos oficiais e formais, razão pela qual se justifica o título desta subseção.

Tal abordagem é criticada por Fairclough e Fairclough (2012), na medida em que estes a consideram classificatória ou taxonômica, pois discordam dessa diversidade de subgêneros políticos reconhecidos pela autora, com o argumento de que não existe uma indicação do que seja comum a todos eles. Todavia, Wodak (2009), que é adepta, como dissemos, do estudo etnográfico, alega que o estudo da política acarreta a necessidade de se levar em conta todo o contexto que a perpassa. Por essa razão, devemos atentar ao fato de que os políticos trabalham em vários âmbitos, e não apenas nos contextos oficiais em que prevalece a questão de tomada de decisão. Esses outros ambientes — e, conseqüentemente, os gêneros discursivos que são oriundos deles — também precisam ser contemplados (WODAK, 2009).

Dentre os gêneros de discurso político considerados por Wodak (2009, p. 3), citamos “conferências de imprensa na televisão, debates políticos no rádio e na TV, trechos no YouTube ou reportagens sobre eventos políticos na imprensa”¹². Esses são exemplos relativos à esfera midiática, todavia essa circulação pode ser ainda mais ampla. De acordo com Wodak,

slogans e anúncios nos olham quando caminhamos pelas ruas, folhetos de partidos políticos ou grupos de interesse aparecem pelo correio e, durante as campanhas eleitorais, podemos ouvir políticos fazendo campanha nas prefeituras ou em comícios eleitorais (WODAK, 2009, p. 3).

¹² No original: “televised press conferences, political debates on radio and TV, snippets on YouTube, or reports on political events in the press”.

Ainda de acordo com a autora, os partidos têm assumido características empresariais na medida em que possuem logotipos, marcas, sites e até mesmo músicas encomendadas para promover alguns políticos.

Wodak (2009) evidencia que há alguns serviços de radiodifusão, como a emissora BBC, que possuem programas destinados à transmissão de debates parlamentares aos ouvintes, o que faz com que o público se aproxime do processo de tomada de decisão. Ademais, a autora ressalta que há blogs de políticos individuais que contemplam diariamente *insights* relativos aos seus pensamentos, bem como filmes de ficção sobre eventos políticos notórios. Esses exemplos denotam “uma relação quase simbiótica entre os mundos da política e da mídia”¹³ (WODAK, 2009, p. 3). Trata-se, de acordo com a autora, de gêneros oficiais e semioficiais que projetam para o público o trabalho e a vida dos políticos de fora, com evidência às várias maneiras como os políticos gostam de se apresentar para o público — são gêneros que fazem parte da atividade política, seguem normas e regras específicas e são ritualizados (WODAK, 2009).

No entanto, são gêneros que retratam apenas a face pública da política, pelos quais a população tem acesso apenas a um instante da vida do político da forma como eles querem mostrar, com pouca ou nenhuma visão dos bastidores (WODAK, 2009). Essa questão supõe a mobilização de três elementos por parte do político para gerenciar de maneira confiável a recepção do público, a saber: a aparência, o cenário e o comportamento (WODAK, 2009). Isso relaciona-se ao *frontstage*, “onde a performance acontece e os artistas e o público estão presentes”¹⁴ (WODAK, 2009, p. 9). Performance, no contexto artístico, vincula-se à representação — pôr à mostra ao público apenas os aspectos desejados pelo artista; no discurso político, tal fenômeno ocorre com propósito similar, por meio do emprego estratégico de dispositivos persuasivos e da ocultação de certas informações da plateia (WODAK, 2009).

Dois elementos se fazem essenciais para a performance: cenário e frente pessoal. Por cenário, a autora entende o ambiente adequado que comporta a aparência e a estrutura do discurso do político, enquanto por frente pessoal entende os itens ou equipamentos que se fazem necessários para o desempenho, tais como vestuário, microfone, pódio e manuscrito do discurso. Essas questões implicam um

¹³ No original: “an almost symbiotic relationship between the worlds of politics and media”.

¹⁴ No original: “where the performance takes place and the performers and the audience are present”.

investimento de energia prévia, o que supõe que o desempenho dos políticos no palco resulta da agência de consultores em segundo plano (WODAK, 2009). Tal questão é relativa ao *backstage*, “onde os artistas estão presentes, mas o público não, e os artistas podem sair do personagem sem medo de atrapalhar a performance”¹⁵ (WODAK, 2009, p. 10).

Nessa região, relativa aos bastidores, aparecem os fatos e ações informais que são suprimidos no *frontstage*, ou seja, nos momentos em que a agenda oficial dos políticos está à mostra, de forma totalmente inacessível à plateia (WODAK, 2009). Trata-se do momento da vida cotidiana dos políticos, a qual, como qualquer outra organização, é caótica, uma vez que se organiza em meio a imprevistos, mas também a situações bem planejadas (WODAK, 2009). Essa situação caótica é uma característica necessária da “política como de costume”, e os políticos mais experientes sabem como lidar melhor, visto que eles internalizam a experiência de contextos e eventos específicos, o que atribui a eles a habilidade de identificar novos acontecimentos inesperados e situações similares (WODAK, 2009).

A esfera midiática possui, como dito, uma relação quase simbiótica com a política. No entanto, coberturas excessivas da mídia acarretam expectativas irreais entre os leigos, pois muitas vezes os políticos são postos como “capazes de resolver problemas urgentes de maneira racional e eficiente”¹⁶ (WODAK, 2009, p. 18). Há, aí, uma redução de processos complexos a breves holofotes, com foco apenas em algumas imagens (WODAK, 2009). Isso porque, como apresentado por Wodak (2009), o que jornalistas desejam é uma boa história, capaz de atrair muitos leitores, e o que políticos desejam é estar na mídia, de forma que acabam adquirindo um *status* de celebridade. Nesse contexto, em que não há acesso aos bastidores da política, há a construção de um mundo ideal relacionado à política, distinto da realidade (WODAK, 2009).

A autora defende a importância da haver essa construção da representação da política cotidiana na mídia, uma vez que constrói e reforça mitos sobre “fazer política”, de modo a tranquilizar o público em relação às intenções racionais e boas que subjazem às decisões dessa esfera. No entanto, também ressalta que o ato de “fazer política” seja “altamente dependente do contexto, influenciado por tradições e

¹⁵ No original: “where performers are present but the audience is not, and the performers can step out of character without fear of disrupting the performance”.

¹⁶ No original: “are capable of solving urgent problems in rational and efficient ways”.

sistemas políticos nacionais, pelo *habitus* (bagagem teórica) dos políticos, pelos modos de atuação, pelas muitas características corporais personificadas, estruturas organizacionais e interesses políticos antagônicos”¹⁷ (WODAK, 2009, p. 26). Por essa razão, a autora defende que o estudo desse complexo requer “além de combinação com teorias ‘gerais’, pesquisa etnográfica e qualitativa, histórica e interdisciplinar, capaz de detectar e explicar as sutilezas e os meandros da política cotidiana”¹⁸ (WODAK, 2009, p. 26).

2.1.3 Discurso político: uma produção discursiva de várias vozes

Embora a visão de Wodak (2009) seja mais aberta do que a de Fairclough e Fairclough (2012), uma vez que abarca uma maior multiplicidade de gêneros relativos ao discurso político, ela permanece restrita à voz de um participante específico: o político. Na perspectiva adotada por Wodak (2009), que leva em conta os textos das várias atividades discursivas que o trabalho de um político envolve — programas de televisão, reportagens, vídeos no YouTube, textos em *blogs*, etc. — não há referência a discursos produzidos por outras pessoas sobre política ou políticos, pois, mesmo que se trate de programas ficcionais, como o seriado *The West Wing*¹⁹, citado pela autora, prevalece, ainda assim, a visão do político. Esse ponto, que é, em certa medida, ainda restrito, é ampliado na perspectiva de Bayley (2005), que atribui a produção de discursos políticos também a outras vozes, razão pela qual consideramos essa uma perspectiva de abrangência mais global do discurso político.

Bayley (2005) reconhece que a política possui objetivos que são materiais e não linguísticos, como a distribuição de recursos em uma determinada sociedade. Ainda assim, esses objetivos são conduzidos por conversas e textos, de modo que “tais conversas e textos promulgam a ação política”²⁰ (BAYLEY, 2005, p. 1). Tal percepção é possível de ser visualizada em nossa realidade, na medida em que as redes sociais desempenharam papel determinante na promulgação da ação política

¹⁷ No original: “is highly context dependent, influenced by national traditions and political systems, by the habitus of politicians, the modes of performance, the many embodied personality features, organizational structures, and antagonistic political interests”.

¹⁸ No original: “combination with ‘grand’ theories, qualitative ethnographic and historical, interdisciplinary research that is capable of detecting and explaining the subtleties and intricacies of everyday politics”.

¹⁹ *The West Wing* é um seriado que apresenta, de forma ficcional, o cotidiano da equipe do presidente americano na Casa Branca, incluindo rotinas e crises. Wodak (2009) faz menção a esse seriado para ilustrar o interesse que aspectos dos bastidores da política provocam na população.

²⁰ No original: “such talk and texts enact political action”.

em diversos eventos, tais como a Primavera Árabe, nos países árabes do norte da África e no Oriente Médio, e como o movimento “Vem pra Rua”, no Brasil.

Desde o momento da fundação de um Estado, a linguagem se faz presente e se mantém durante todo o percurso de sua evolução por meio de declarações, documentos e constituições, por exemplo, além de se fazer presente também na interação com outros Estados por meio de tratados (BAYLEY, 2005). Na visão do autor, a linguagem também se vincula à relação entre política e lei, na qual legislaturas são formuladas, redigidas, debatidas e votadas, as quais podem ser contestadas pelos cidadãos.

Essa noção implica uma transposição discursiva da instituição para o privado — resulta disso a principal diferença na perspectiva de discurso político concebida por Bayley (2005). Para Bayley, o discurso político não é apenas aquele restrito ao ambiente institucional do fazer político. Assim como Wodak (2009), o autor também considera que discursos políticos circulam na mídia e reconhece que “à medida que a mídia se desenvolve como resultado de novas tecnologias — primeiro o rádio, depois a televisão e finalmente a internet — eles próprios se tornam uma arena para a atividade política, pelo menos tão importante quanto as instituições”²¹ (BAYLEY, 2005, p. 2). Assim, Wodak (2009) e Bayley (2005) se assemelham na perspectiva de que a mídia contempla discursos proferidos por agentes políticos.

No entanto, há uma distinção crucial que separa os posicionamentos dos dois pesquisadores: na perspectiva de Bayley (2005), a voz do jornalista também é reconhecida como produtora de discurso político. Isso porque, no cenário político, a imprensa desempenha papel de importância, uma vez que, por meio da linguagem, ela informa, recontextualiza e traduz a linguagem política para o público, o que ocorre por meio da ação de jornalistas, que desempenham papel de mediadores (BAYLEY, 2005). O autor (2005) ressalta que essa seja talvez a única forma pela qual a população leiga tenha acesso a informações de grande relevância desse contexto. Por essa razão, é através da mídia que a população pode “ganhar novas perspectivas sobre os assuntos das instituições e construir seu próprio discurso em torno deles, no local de trabalho, em casa ou em locais públicos de reunião”²² (BAYLEY, 2005, p. 2).

²¹ No original: “As the media develop as a result of new technologies - first the radio, then television and finally the internet - they themselves become an arena for political activity, at least as important as the institutions”.

²² No original: “citizens may gain new perspectives on the affairs of the institutions, and construct their own discourse around them, at the workplace, at home or at public meeting places, and this kind of talk is part of political socialization”.

Dessa forma, dá-se início a uma socialização política, em que jornalistas e cidadãos adquirem agência discursiva nesse contexto. Por essa razão,

a política, que intrinsecamente e desde a sua criação tem sido uma atividade primariamente linguística, é caracterizada por múltiplas camadas do discurso: diálogo dentro e entre as instituições, diálogo entre a mídia e as instituições, diálogo entre a mídia e os partidos e diálogo entre a mídia e os cidadãos²³. (BAYLEY, 2005, p. 2)

Disso decorre que o discurso político não está apenas na instituição parlamentar, uma vez que a política pressupõe uma série de camadas, as quais incluem a mídia e o cidadão, e todas essas atividades podem ser objeto de investigação linguística (BAYLEY, 2005). O autor reconhece que a política pode ser vista de forma tanto ampla como restrita, por isso a considera em três esferas: limitada à atividade das instituições; abrangendo atividades das organizações que pertencem à sociedade civil, mas que não são necessariamente reguladas pelo estado, bem como ampliada para a esfera privada: na casa, no local de trabalho e nos locais de reunião pública (BAYLEY, 2005).

Em virtude dessa amplitude contextual em que o discurso político está presente, o autor defende que “não existe uma linguagem política, mas um conjunto amplo e diversificado de discursos, ou gêneros, ou registros, que podem ser classificados como formas de linguagem política”²⁴ (BAYLEY, 2005, p. 3). Assim, nessa perspectiva há formas de linguagem “canônicas”, tais como documentos políticos, discursos ministeriais e manifestos de partidos, as quais são proferidas por atores políticos primários; há as formas de linguagem “intermediárias”, como o discurso da mídia, dos grupos de pressão e de órgãos administrativos; e há também as formas de linguagem “de base”, que contemplam conversas sobre política na esfera privada (BAYLEY, 2005). Dessa amplitude de registros decorre que nenhum texto pode ser compreendido como um ato de comunicação autônomo, pois “qualquer instância do discurso político é apenas parte de uma rede muito mais ampla de relações intertextuais”²⁵ (BAYLEY, 2005, p. 3).

²³ No original: “politics, which intrinsically and since its inception has been a primarily linguistic activity, is characterised by multiple layers of discourse: dialogue in and between the institutions, dialogue between the media and the institutions, dialogue between the media and the parties, and dialogue between the media and the citizens”.

²⁴ No original: “there is no such thing as political language, but a wide and diverse set of discourses, or genres, or registers that can be classified as forms of political language”.

²⁵ No original: “Any instance of political discourse is but a part of a much wider network of intertextual relations”.

2.1.4 Discurso político: uma produção discursiva dos diversos contextos

Bayley (2005) evidencia que, na política, a linguagem é compreendida, em grande parte, como constitutiva de sua ação, de modo que suas práticas recorrem ao discurso para a realização de suas atividades. Na medida em que existem diversas práticas sociais e discursivas vinculadas à política, as características que remetem aos discursos desse contexto são amplas e variadas. Nessa perspectiva, como o título desta subseção supõe, com relação ao contexto de produção e todos os elementos que dele decorrem, Bochett *et al.* (2017) apresentam uma visão tripartite do discurso político: Discurso Político (DP), Discurso do Político (DDP) e Discurso Sobre Política (DSP), os quais se diferenciam em razão da legitimidade dos agentes envolvidos, da finalidade e do âmbito em que são veiculados.

Para os autores, a política é constituída pela linguagem, de modo que as “manifestações linguísticas sobre tal tema apresentam características próprias segundo os participantes, seus interesses, *status* e *locus* de manifestação” (BOCHETT *et al.*, 2017, p. 129). Assim, compreende-se que o discurso político é moldado pelo contexto em que é proferido, bem como pela natureza dos agentes/participantes envolvidos. Desse modo, “diferentes contextos de pronunciamentos provocam construções discursivas diversas” (p. 129). Trata-se de um trabalho que apresenta um detalhamento, abordando vários meios de circulação e distintas práticas discursivas, uma vez que reconhece que a política se dá por meio de textos oficiais, textos institucionais e textos midiáticos.

Em tal estudo, que atrela conceitos aristotélicos, da Análise Crítica do Discurso e da Abordagem Histórico-Discursiva, Bochett *et al.* (2017) encontraram na Linguística Sistêmico-Funcional, especificamente na noção de registro (MATTHIESSEN, 2015), respaldo para a delimitação da configuração do discurso político. Isso decorre, pois, na visão dos autores, do fato de que esse tipo de discurso não é limitado a uma única manifestação linguística, uma vez que dá conta de diversas práticas discursivas, as quais têm suas características delimitadas em virtude da situação a qual o texto está atrelado.

O registro está relacionado a palavras e estruturas que são selecionadas a fim de atingir diferentes propósitos de comunicação. Nessa concepção, são tomadas por base as variáveis de registro, vinculadas ao contexto de situação da perspectiva hallidayana, a ser explorado detalhadamente do Capítulo 4. O registro, dessa maneira,

é permeado por propósitos e possui características que permitem acompanhar a variabilidade do discurso político (BOCHETT *et al.*, 2017).

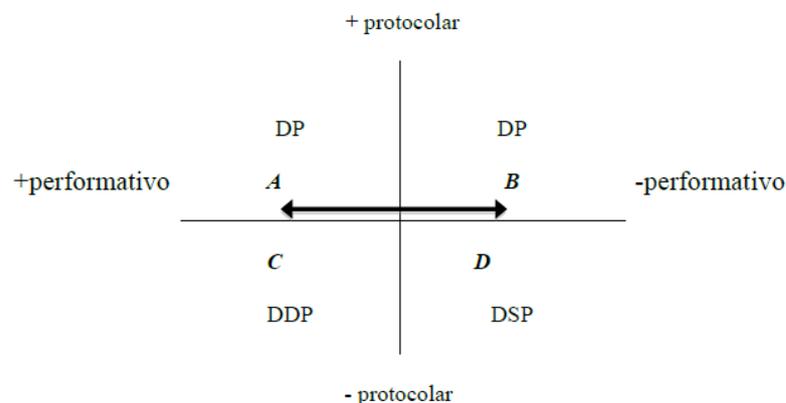
Em linhas gerais, para os autores,

discurso político é a forma que agentes políticos de contextos sociogeográficos particulares movimentam a produção de textos, tanto para a disputa pelo poder quanto para o processo de cooperação, visando ao bem-estar social de uma população, de acordo com normas e leis vigentes do sistema particular do fazer político. (BOCHETT *et al.*, 2017, grifo no original).

Assim, os textos que fazem parte de discursos políticos são atividades sociais que se configuram conforme seus propósitos, participantes envolvidos e contextos de veiculação, dando conta de textos oficiais, institucionais e midiáticos.

Assim, com o respaldo da LSF, relativo aos variados registros que abarcam o discurso político, os autores o concebem em uma visão tripartite, em que o tipo de discurso político é compreendido em virtude do contexto em que é proferido, bem como em razão dos agentes envolvidos: Discurso Político (DP), Discurso do Político (DDP) e Discurso Sobre Política (DSP), constituindo uma tripartição acompanhada de topologia orientadora para investigações de textos dessa área. Assim, reconhecendo que discursos políticos situam-se dentro do contexto cultural de uma sociedade, em diversos ambientes e em diversos formatos, a partir da concepção de registro de Matthiessen (2015), os autores concebem a topologia do discurso político, apresentada na Figura 1.

Figura 1 – Topologia do Discurso Político



Fonte: Bochetti *et al.* (2017, p. 145).

A classificação se dá em virtude do nível de protocolaridade e de performatividade: os procedimentos legais do fazer político mais rígidos são mais protocolares, enquanto os campos de atividades sociais que modificam o estado da política são mais performativos (BOCHETT, *et al.*, 2017). Os quadrantes da Figura 1 dão conta dos três tipos de discurso político, classificados em razão da legitimidade dos agentes envolvidos, da finalidade e do âmbito em que são veiculados: DP, DDP e DSP.

Para o DP, empregado por agentes políticos legitimados, munidos de poder de ação política, são atribuídos dois quadrantes: “A”, mais performativo e mais protocolar, e “B”, de baixa performatividade e de alta protocolaridade. “A” diz respeito ao discurso político legítimo, pertencente à esfera institucional; possui caráter normativo e seus registros ocorrem em seções parlamentares. Já “B” é constituído por discursos oficiais de agentes políticos sobre ações políticas que não foram regulamentadas, tendo como registros anúncios oficiais e promessas de políticos vigentes.

Ao DDP, proferido por agentes políticos legitimados direcionados aos eleitores da nação, é atribuído o quadrante “C”, de alta performatividade e de baixa protocolaridade, uma vez que ocorre em esferas institucionais e tem tendência a se tornar normativo, a exemplo de registros em campanhas eleitorais e debates interpartidários que têm como propósito angariar votos. Por fim, no quadrante “D” situa-se DSP, elaborado pelos meios de comunicação acerca de temas políticos, é menos protocolar e menos performativo, uma vez que circula na esfera pública e não é proferido por agentes políticos legitimados. Podemos apontar como exemplos de DSP notícias, reportagens, artigos de opinião e programas televisivos, além de conversas cotidianas acerca de temas políticos. Essas três definições não são excludentes, elas nos são úteis de acordo com o registro no qual a nossa investigação está centrada. Os dois primeiros quadrantes são canônicos, e os dois últimos são mais abrangentes.

2.1.5 Discurso político: uma produção discursiva com definição personalizada

Em virtude da amplitude de perspectivas válidas relativas ao discurso político, torna-se de suma importância a definição da forma como nós o compreendemos nesta pesquisa. Todos esses autores apresentados nesta seção, embora com visões distintas, servem-nos para ancorar este estudo em alguma medida. Inicialmente,

concordamos com Bayley (2005) quando este inclui as categorias “de base” também como produtoras de discurso político. Isso decorre em função de vivenciarmos uma sociedade teoricamente democrática, onde cidadãos comuns também devem possuir voz em questões relativas à política. Ao socializar acerca desse tema no cotidiano, a população está exercendo o seu papel democrático.

Concordamos também com Wodak (2009) no que se refere à ideia de relação simbiótica entre política e mídia. Consideramos que essas duas esferas distintas podem funcionar como um só organismo na tentativa de aproximar a população das questões institucionais e, também, na tentativa de construir imagens de políticos e partidos de uma forma que seja acessível ao público. Consequentemente, concordamos com a importância da ideia apresentada pela autora, em que há um trabalho no *backstage* de preparação para que o político possa representar no *frontstage*, de forma a deixar à mostra apenas o que ele deseja e que lhe favorece.

Quanto a Fairclough e Fairclough (2012), embora os autores defendam uma perspectiva restrita do discurso político, na qual não cabe o nosso gênero de investigação nesta pesquisa, concordamos com a noção de que política está relacionada à argumentação prática. No entanto, consideramos que a argumentação prática não compete apenas a contextos de tomada de decisão em ambientes institucionais, uma vez que ela pode ocorrer de forma hipotética em outras situações em que se discutem questões atreladas à política, como em falas cotidianas e, inclusive, em contexto de debate eleitoral televisivo, como se pretende evidenciar com esta Tese.

Em relação à perspectiva de Bochetti *et al.* (2017), concordamos com a classificação proposta pelos autores, na qual os tipos de discurso político são classificados de acordo com o nível de protocolaridade e de performatividade. Trata-se de uma perspectiva ampla, que possui espaço para alocar cada evento discursivo ligado à política em uma tipologia conforme o seu registro. Essa perspectiva nos revela que não há uma forma única de olhar para o discurso político, uma vez que a amplitude de eventos discursivos denota uma multiplicidade de visões possíveis.

A partir disso, nesta Tese concebemos discurso político como o conjunto de textos que se relacionam em alguma medida com a esfera política, podendo ser proferidos por diversos agentes sociais — de políticos legitimados a cidadãos comuns — nos diversos ambientes sociais. Ademais, consideramos que atores políticos lançam mão de performances para desempenhar o melhor papel possível, e que a

argumentação prática está presente em todos os níveis de discurso político. Por fim, consideramos que os diversos gêneros relativos ao discurso político podem ser classificados em virtude de suas características, e que, nesse sentido, nosso *corpus* de investigação, que será descrito na seção seguinte, pode ser compreendido como Discurso do Político - DDP (BOCHETT *et al.*, 2017).

2.2 O GÊNERO EM INVESTIGAÇÃO: DEBATE ELEITORAL TELEVISIVO

Inserimo-nos, no Brasil, em um regime de Estado Democrático de Direito, no qual, conforme consta em nossa Constituição Federal, o poder é oriundo do povo, cuja soberania se efetiva por meio da escolha de seus representantes através de voto direto e secreto (BRASIL, 1988). Nesse contexto, faz-se necessário que, em época de campanha eleitoral, políticos que se pretendem vitoriosos no pleito precisem estar visíveis àqueles que detêm o poder de definir os representantes do país. Dentre os eventos discursivos que estão à disposição dos candidatos, há o gênero socialmente conhecido por debate eleitoral televisivo²⁶, o qual tem sua origem atrelada a dois pontos primordiais, quais sejam: evolução do contexto político e avanços tecnológicos (DALINGHAUS, 2018; LEITE, 2003).

Quanto à noção de evolução do contexto político, compreendemos que ela está intimamente relacionada à consolidação do regime democrático em que o povo possui poder na decisão de voto (BRASIL, 1988). Vale ressaltar que, assim como a acepção de política, o conceito de democracia sofreu evoluções, e já não pode mais ser concebido apenas como aquele dos homens livres em que predominam os mais numerosos, tal como compreendia a perspectiva aristotélica (ARISTÓTELES, 2002 [1252]). Ademais, para o filósofo grego a democracia não era o melhor regime de governo a ser adotado em uma sociedade, uma vez que o julgava como uma das formas degradadas de governo (ARISTÓTELES, 2002 [1252]).

Singer, Araujo e Belinelli (2021) conceituam a democracia antiga, com base na percepção aristotélica, como o autogoverno do povo, de forma que todos os seres

²⁶ Nesta pesquisa, optamos por empregar a terminologia *debate eleitoral televisivo* para nos referirmos ao *corpus* selecionado. Todavia, essa nomenclatura não é consenso entre os pesquisadores que embasam este referencial teórico, os quais utilizam expressões como *debate televisivo* (FAUSTO NETO, 2006; LOURENÇO, 2007), *debate político televisivo* (BRAGA, 2006), *debate eleitoral* (MARQUES, 2005) e *debate político eleitoral* (DALINGHAUS, 2018) para se referirem ao mesmo gênero que estamos investigando. Apesar de não reconhecermos essas expressões como equivalentes a debate eleitoral televisivo, elas são utilizadas nesta seção para respeitar a terminologia empregada pelos autores que referenciamos; portanto, neste contexto, elas devem ser entendidas como sinônimas.

humanos livres pertencentes a qualquer grupo social poderiam expressar participação direta nas decisões comuns. Ao ampliar essa definição de forma contextualizada com a realidade moderna, os autores trazem a presença de um novo elemento na definição de democracia: a representatividade; isso evidencia que, na democracia antiga, o povo tinha o poder de governar, agora, o povo tem o poder apenas de escolher²⁷ quem irá governar (SINGER; ARAUJO; BELINELLI, 2021).

Tal perspectiva reflete adequadamente a realidade, uma vez que os autores apontam três argumentos para a inviabilidade de se conceber a democracia como um autogoverno coletivo na contemporaneidade: é impossível a presença física e simultânea de milhões de pessoas em um lugar para deliberação; há diferenças qualitativas em um processo decisório em grande escala; e existe o problema do individualismo, no qual o cidadão, ao criar uma pequena sociedade pessoal, acaba abandonando a sociedade em geral (SINGER; ARAUJO; BELINELLI, 2021).

Nessa perspectiva, Singer, Araujo e Belinelli (2021) reconhecem que, a partir da realidade de que o povo não governa, a expectativa é a de que eles escolham representativamente aqueles que são melhores para governar, sendo esse um dos objetivos do pleito. A partir disso, evidenciamos que o debate eleitoral faz parte de uma experiência democrática, uma vez que coloca à mostra os candidatos e suas ideias para uma melhor escolha para representar o povo. Entretanto, considerando que, conforme a Lei 9.504 (BRASIL, 1997), a participação nos debates eleitorais televisivos de presidenciáveis seja assegurada apenas aos candidatos cujo partido possui ao menos cinco representantes na Câmara, não é possível afirmar que tal evento discursivo seja essencialmente democrático, uma vez que há a exclusão de alguns candidatos ao cargo.

No entanto, embora não seja plenamente democrático, é inegável que o debate eleitoral televisivo possua relação com a democracia. Essa noção é corroborada pelo fato que esse é um evento recente nos países que passaram por longos regimes autoritários, como é o caso do Brasil, da Espanha e de Portugal, por exemplo (LEITE, 2003). Nesse cenário, Coleman (2000) destaca que “o debate está no coração da democracia”²⁸ (p. 1), uma vez que o direito justo e inclusivo ao voto e o direito de

²⁷ Tal escolha se dá no sentido de que, por meio de votação, o candidato com maior número de votos torna-se eleito para ocupar o cargo político.

²⁸ No original: “Debate lies at the heart of democracy”.

conduzir uma discussão pública informada e sem censura de ideias são pré-requisitos desse regime de governo.

Já no que se refere à ideia de avanços tecnológicos, sabemos que ela está ligada à esfera midiática, ou seja, “à invenção da televisão e sua disseminação enquanto meio de comunicação de massa” (LEITE, 2003, s/p)²⁹. Apesar de os debates eleitorais serem realizados na esfera televisiva e serem moldados por características desse contexto, compreendemos que eles ultrapassam a sua realização em si. Além da televisão, a mídia, como categoria ampla, engloba outros veículos — rádio, jornais, internet, cinema, etc. — os quais fazem parte da vida cotidiana da população e estão em constante mutação (MIGUEL, 2000), e os debates eleitorais televisivos repercutem em discursos nesses outros veículos midiáticos.

Os debates “preenchem os requisitos necessários, os critérios de noticiabilidade e os valores de notícia, por isso ocupam espaço de destaque sendo manchetes nos principais veículos de comunicação do país” (GONÇALVES, 2008, p. 160), o que salienta o seu caráter midiático. A midiatização passou a apresentar forte influência na construção e no funcionamento do discurso político de forma evidente a partir de 1989, o que equivale ao período pós-regime militar (GONÇALVES, 2008; FAUSTO NETO, 2006). Como destacado por Gonçalves (2008, p. 158), “depois da eleição de Fernando Collor de Mello as relações entre política e mídia jamais foram as mesmas no país”. Essa constatação reforça a definição de que mídia e democracia estão interligadas na concepção de debate eleitoral televisivo.

Debate, no geral, significa “discussão acirrada, alteração, contendo por meio de palavras ou argumentos ou exposição de razões em defesa de uma opinião ou contra um argumento, ordem, decisão, etc.” (COSTA, 2014, p. 94). Debate político eleitoral televisivo, por sua vez, significa discussão em prol da apresentação e defesa de pontos de vida de candidatos sobre temas de interesse dos eleitores com vistas a convencê-los (DALINGHAUS, 2018). Conforme Dalinghaus (2018), na realização desse evento discursivo dois ou mais debatedores empregam estratégias — tanto verbais quanto não verbais ou paraverbais — para se posicionar de forma a derrotar os adversários e conquistar os eleitores.

²⁹ Ressaltamos que, nas eleições presidenciais de 2018 e de 2022, nosso foco de investigação, tivemos como característica marcante o uso da internet, em que as redes sociais serviram como ferramenta para mobilizar campanhas políticas, tanto por candidatos quanto por eleitores. Ainda assim, os debates televisivos seguiram o seu curso normal e provocaram grande engajamento na população, o que denota, ainda hoje, a força da televisão enquanto meio de comunicação de massa no processo eleitoral.

Em linhas gerais, “o *debate político televisivo* consiste em um evento comunicativo, de caráter argumentativo e político, organizado e regido por normas pré-estabelecidas, tendo como alvo o eleitor”³⁰ (DALINGHAUS, 2018, p. 56). Acrescentamos a essa definição o fato de ser um evento que herda características da esfera midiática, uma vez que é organizado pela mídia. Ademais, coadunamos com a concepção de Benoit e Sheafer (2006) que consideram que, por ocorrer em um veículo de comunicação de massa, os debates televisionados são a melhor maneira de atingir um grande público de eleitores.

Vale destacar que, para nós, debate eleitoral não pode ser concebido como sinônimo de debate político, embora faça parte deste. O debate político é amplo, pode acontecer a qualquer tempo e não precisa necessariamente ser realizado por agentes políticos. Quaisquer cidadãos que se reúnam para discutir sobre temas relevantes para a sociedade estão participando de um debate político. O debate eleitoral, por sua vez, possui um contexto específico, restrito àqueles realizados por candidatos no período que antecede à escolha de governantes (TEMPO DE POLÍTICA, 2018?). Por essa razão, a terminologia “debate eleitoral” é empregada em nosso *corpus* de investigação, seguida do termo “televisivo”, para especificar o seu ambiente de produção.

Os debates televisivos fazem parte, então, do período de campanha política e constituem-se como um produto midiático que demanda estratégias, planejamento e investimentos por parte das emissoras responsáveis por sua realização (GONÇALVES, 2008). Nesses eventos organizados pelas emissoras, cabe ao candidato preparar-se para ter um bom desempenho ao vivo, pois se trata de um momento em que “as fraquezas e limitações estão à mostra” (GONÇALVES, 2008, p. 160). Embora não seja seguro relacionar a performance de um candidato no debate televisivo ao resultado dos votos dos eleitores, uma vez que é necessário “levar em consideração fatores sociais e históricos das eleições em questão para interpretar seu resultado” (SERRALVO, 2011, p. 168), é fundamental que os candidatos estejam preparados para esse evento discursivo.

Nesse viés, para atingir os objetivos da interação, o locutor precisa conhecer as características e os propósitos do contexto em que está inserido, pois são eles que mobilizam os enunciados. Isso ocorre, porque as atividades humanas são constituídas

³⁰ Grifos no original.

por enunciados que representam tanto as condições específicas desses contextos quanto as suas finalidades, por meio de recursos da língua que denotam o conteúdo e o estilo verbal (BAHKTIN, 2003). Conforme Bahktin (2003), “cada esfera da atividade humana elabora os seus tipos *relativamente estáveis* de enunciados”³¹ (p. 280), o que configura os gêneros do discurso. Dessa forma, o debate eleitoral televisivo, enquanto gênero, possui suas características relativamente estáveis, adequadas ao contexto em que se insere e ao propósito comunicativo.

De acordo com Soares e Gomes (2007), a configuração do debate eleitoral televisivo aparenta ser pouco flexível, uma vez que as suas regras de funcionamento são estabelecidas anteriormente de forma explícita. Todavia, “não se pode sustentar a existência de uma regularidade rígida referente à estrutura e funcionamento dos gêneros” (SOARES; GOMES, 2007, p. 70), uma vez que eles, incluindo o gênero em questão, constituem-se de forma simultânea ao ato de interação dialógica. Por ocorrer na situação dialógica concreta, a construção do gênero se dá de forma ativa, na qual o desempenho do locutor depende da resposta produzida por seu receptor.

A par disso, ao enunciador caberão as escolhas necessárias no quadro das possibilidades genéricas nas quais está inserido, orientando sua leitura ou interpretação, participando ativamente da construção de um coenunciador e, conseqüentemente, da composição final assumida pelo gênero. (SOARES; GOMES, 2007, p. 70).

Ademais, assim como os debates influenciam a mídia ao interromper a rotina televisiva com a modificação da programação (LEITE, 2003), a mídia também passa por mutações que refletem na produção do gênero, o que evidencia a sua flexibilidade. Segundo Leite (2003), a profissionalização dos debates é uma das mudanças mais evidentes, na qual se vê um esforço por parte dos candidatos e de sua assessoria em se preparar para diminuir os riscos, além de um empenho da mídia para restringir o espaço a um roteiro com pouca possibilidade de improviso. Todavia, embora a mídia tente criar uma configuração restrita para o debate eleitoral televisivo, não podemos desconsiderar que se trata, na perspectiva bahktiniana, de um gênero relativamente estável, que pode sofrer modificações em virtude da situação interacional e da evolução da mídia.

³¹ Grifos no original.

Uma das modificações acarretadas pela mídia na constituição do debate eleitoral televisivo se dá pela mescla dos seus objetivos com os distintos propósitos comunicativos da televisão, a qual atende a questões mercadológicas (SOARES; GOMES, 2007). A mídia precisa se preocupar com o entretenimento, de modo que atribui ao debate um caráter de espetacularização, organizado de acordo com o suporte disponível, o qual possibilita aos gêneros “a ampliação de recursos comunicacionais relacionados principalmente com a difusão e potencialização dos efeitos dos enunciados por intermédio da tecnologia disponibilizada” (SOARES; GOMES, 2007, p. 71). Nesse sentido, compreendemos que a configuração do gênero pode sofrer influências conforme o tipo de suporte fornecido pela emissora que o realiza.

Além disso, sabemos que, quanto à configuração do quadro comunicativo do debate político televisivo, é necessário considerar as coordenadas espaciotemporais, o formato pré-estabelecido e os pontos que se afastam do formato ritualizado, além dos objetivos comunicativos e da estrutura de participantes que é estabelecida previamente (BRAGA, 2006)³². Entretanto, de acordo com Moura (2018), o debate eleitoral, que é organizado pelas emissoras e pelos representantes dos candidatos participantes, não exige um padrão rígido para a sua realização. No geral, há três principais momentos na dinâmica, quais sejam:

Num primeiro momento, geralmente formado por 1 bloco, os candidatos se apresentam e se dirigem à plateia, quando presente, e ao telespectador. Num segundo momento, os candidatos respondem a perguntas diversas, propostas por convidados e por eles mesmos, entre si, em um ou mais blocos. Finalmente, uma última parte é destinada às considerações finais, momento em que os candidatos comumente retomam os pontos principais de suas campanhas. (MOURA, 2018, p. 245).

Trata-se, assim, de uma estrutura geral, mas que não necessariamente precisa ser seguida, uma vez que há a possibilidade de uma variação na dinâmica da interação. Essa variabilidade pode se dar na divisão dos blocos, bem como no tempo destinado para os momentos da interação discursiva — pergunta, resposta, réplica, tréplica e direito de resposta — além de o tema a ser debatido, que pode ser pré-definido ou escolhido livremente, e de as perguntas serem feitas por participantes

³² O estudo de Braga (2006) é o único trabalho referenciado aqui que não se refere especificamente ao debate eleitoral televisivo. Entretanto, empregamos essa referência, porque, ao analisar um debate político televisivo — categoria ampla —, o autor apresenta características que consideramos serem equivalentes ao debate eleitoral televisivo — categoria restrita —, ricas para o nosso contexto de investigação.

distintos — pelo mediador, por jornalistas, pela plateia e/ou de candidato para candidato (POLITIZE, 2016).

Nesse viés, consideramos que a ausência de uma rigorosidade para a configuração da estrutura do gênero evidencia ainda mais o seu caráter de flexibilidade. Há diferenças, também, entre os turnos dos debates — os quais ocorrem, tradicionalmente, nos estúdios das emissoras —, uma vez que no primeiro turno há um número maior de candidatos, enquanto no segundo há apenas dois participantes³³ que experienciam um nível maior de tensão (DALINGHAUS, 2018).

No que se refere aos participantes do debate eleitoral televisivo, há aqueles cuja presença varia conforme a organização proposta pela emissora — eleitores na plateia, interlocutores virtuais ou convidados especiais (jornalistas e personagens políticas, por exemplo) —, e há aqueles que são personagens-chave para a ocorrência desse evento discursivo, comum a todas as emissoras — o mediador e os candidatos que disputam a eleição. Ao mediador atribui-se, segundo Braga (2006, p. 55), as competências de “balizar a abertura e o encerramento do programa, de gerir as tomadas de voz dos participantes no debate e os conteúdos que pretende ver debatidos”.

Além disso, cabe ao mediador controlar o tempo de palavra entre os participantes envolvidos, com autonomia para interromper aqueles que ultrapassarem o período delimitado (DALINGHAUS, 2018). Dessa forma, é inegável o papel central do mediador no debate político televisivo, principalmente no que se refere ao equilíbrio da sua condução e regulação (DALINGHAUS, 2018). Dalinghaus (2018) ressalta que, embora o mediador tenha suas próprias ideologias e opiniões, faz-se necessário que ele não as manifeste, com vistas a prevalecer o máximo de neutralidade ou imparcialidade na condução da discussão. Essa questão é fundamental, uma vez que a credibilidade dos debates reside no fato de haver a mesma possibilidade de vitória entre os envolvidos (LEITE, 2003).

Aos candidatos, por sua vez, como já dito, cabe utilizar o espaço para defender seu ponto de vista e suas propostas frente aos espectadores por meio do emprego de diversas estratégias (DALINGHAUS, 2018). Aqueles que podem participar são, no caso dos debates presidenciais, apenas os pertencentes aos partidos que tenham a representação de, no mínimo, cinco parlamentares no Congresso Nacional, conforme

³³ Acrescentamos: No Brasil, em locais onde ocorre o segundo turno, introduzido a partir da Constituição de 1988.

garantido pela Lei n. 13.488 de 2017 (BRASIL, 2017). Nesse contexto, os candidatos aptos são convidados pela esfera midiática que organiza o debate, os quais, ao aceitarem, “assumem também o compromisso de respeitar as regras pré-estabelecidas e contribuir para que os objetivos do programa sejam alcançados” (DALINGHAUS, 2018, p. 21).

Leite (2003) compara os debates televisivos, com destaque para os que comportam presidenciáveis como participantes, a eventos desportivos, pois, assim como em jogos, eles também possuem regras que são apresentadas antes de sua realização. Como nos combates, interessa saber, ao final do evento discursivo, quem foi o vencedor, e esse papel de juiz é atribuído à audiência, que, ao mesmo tempo, desempenha também a função de torcida (LEITE, 2003). Um dos fatores que faz com que os eleitores avaliem como negativo o desempenho do candidato, segundo Dalinghaus (2018), é a sua desobediência às normas estabelecidas. Para inibir essa indisposição com os telespectadores, os candidatos devem agir de modo a evitar conflitos, assim, “cada participante da conversa precisa estar atento ao que é dito, respeitar a vez do outro, não transgredir os turnos e procurar não interferir de forma inconveniente” (DALINGHAUS, 2018, p. 59).

Na literatura, outra analogia atribuída ao debate, além da do evento desportivo, é a do espetáculo teatral, em que o sucesso depende do bom desempenho de todos os atores envolvidos. Segundo Dalinghaus (2018), com vistas a conquistar o auditório, os candidatos empregam vários recursos para convencer e fazer com que tanto os seus partidários quanto os demais espectadores acreditem nas suas ideias. Assim, “quando os debatedores entram em cena, geralmente tentam disfarçar a tensão e a ansiedade, no intuito de representar, da melhor forma possível, o papel que lhes foi concedido” (DALINGHAUS, 2018, p. 57). Outra característica que faz com que o debate se assemelhe ainda mais com um espetáculo teatral, de acordo com Dalinghaus (2018), é o discurso na maioria das vezes improvisado.

O fator de improviso está ligado à realização do debate eleitoral televisivo no modo ao vivo, o que, apesar de todo o planejamento existente antes do evento, traz sempre uma imprevisibilidade (LEITE, 2003). Ainda que os participantes se reúnam com sua equipe para elaborarem argumentos convincentes às possíveis questões que sejam levantadas no debate, não há como prever com exatidão o que acontecerá (DALINGHAUS, 2018). Além de ser ao vivo, o que já denota um caráter de imprevisibilidade, os temas para discussão são sorteados no momento da interação e

as respostas às perguntas pelos adversários precisam ser dadas de forma rápida (DALINGHAUS, 2018).

Essa situação de tensão justifica a necessidade de improviso nos discursos, de modo que os debatedores precisam não apenas se preparar anteriormente, mas também “necessitam de muito traquejo para elaborar respostas convincentes e muito equilíbrio para não depor contra si mesmos” (DALINGHAUS, 2018, p. 55), o que pode ser uma dificuldade para políticos iniciantes. Segundo Dalinghaus (2018), o eleitor percebe quando um candidato não está preparado, o que pode refletir de forma negativa no momento do voto; assim, faz-se necessário que políticos que participam dos debates saibam improvisar, uma vez que eles devem evitar despertar desconfiança nos telespectadores.

Embora os telespectadores não sejam parte integrante da construção discursiva do debate eleitoral televisivo, exceto os que fazem parte da plateia ou os que realizam perguntas virtualmente, eles possuem função primordial nesse evento. Isso ocorre, porque as estratégias de persuasão empregadas nos discursos são voltadas a esse público ausente (MARQUES, 2005)³⁴. Conforme Soares e Gomes (2007, p. 78), os candidatos simulam “um embate virtual entre os dois protagonistas da cena discursiva”, todavia, o objetivo é atingir o eleitor-telespectador, considerado o público-alvo projetado do evento discursivo. Assim, há, no debate, apenas dois níveis interacionais, mas três polos de interação — uma triangulação que concebe o moderador e os participantes em um nível de copresença e o público em um nível de ausência física, mas que é afetado diretamente pelas estratégias de persuasão empregadas no discurso (MARQUES, 2005).

Por ser direcionado aos eleitores, esse evento discursivo possui grande importância no período eleitoral, uma vez que fornece a possibilidade de emitir conclusões acerca dos candidatos a partir da comparação dos seus posicionamentos com os dos seus adversários (DALINGHAUS, 2018; BENOIT; SHEAFER, 2006). Segundo Lourenço (2007), os motivos que levam um eleitor a ter preferência por um candidato e, conseqüentemente, destinar o seu voto, estão ligados à avaliação que ele faz deste frente aos seus concorrentes.

³⁴ A autora considera o debate eleitoral como um subgênero do debate televisivo e do debate público. Nesta pesquisa, entretanto, não adentramos nessa nivelção, na medida em que focalizamos o debate eleitoral televisivo exclusivamente como um gênero do discurso.

Essa avaliação pode reunir tanto elementos que dizem respeito ao futuro (de caráter prospectivo) quanto ao passado (de caráter retrospectivo). Também podem ser de ordem política (plano de governo e experiência política), de percepções sobre a competência do candidato (preparo) ou até mesmo da pessoa do candidato (confiança e simpatia). (LOURENÇO, 2007, p. 285).

Assim, o debate eleitoral televisivo é um evento discursivo que favorece esse tipo de avaliação, visto que suas características são expostas na interação face a face entre os candidatos. Nesse sentido, os candidatos esforçam-se para empregar uma argumentação de contrastes, “em que cada participante procura convencer, tornando-se crível, mas desacreditando o adversário” (MARQUES, 2005, p. 61). Dessa maneira, há uma polarização interpessoal, na qual o foco é salvar a sua face a atacar a do seu oponente (DALINGHAUS, 2018; MARQUES, 2005). Essa tentativa de construção da autoimagem e de desconstrução da imagem dos oponentes é permeada, segundo Dalinghaus (2018), por estratégias específicas elaboradas pelos candidatos em conjunto com suas equipes de apoio durante o período de campanha política.

Ligada à estratégia de construção e de desconstrução de imagens nos debates eleitorais televisivos está a característica primordial inerente a esse gênero: a argumentação. A persuasão consiste, justamente, na tentativa de “influenciar o auditório e levá-lo a agir de um modo muito direto e preciso, num tempo determinado” (MARQUES, 2005, p. 48), ou seja, o foco está em convencer os eleitores de que os candidatos são a melhor opção de voto. De acordo com Moura (2018), nessa tentativa de persuadir o eleitorado, são empregados discursos retóricos e dialéticos da perspectiva aristotélica³⁵, “uma vez que são direcionados a um auditório que somente assiste sem interferências, ao mesmo tempo em que duas ou mais pessoas se enfrentam com tempos regrados, tratando de temas que são, a princípio, de especialistas políticos: economia, saúde, educação, etc.” (MOURA, 2018, p. 245).

Ademais, por se tratar de um evento discursivo em que se debatem propostas para ações hipotéticas que poderão ocorrer caso o candidato seja eleito, é inegável que a apresentação de futuros estados de coisas seja uma característica marcante de um debate eleitoral televisivo. Por essa razão, consideramos que não podemos analisar um debate eleitoral televisivo sem levar em conta o conceito de *irrealis*, que, conforme Exter (2012), trata-se de um domínio modal que abarca vários subdomínios

³⁵ Essa questão será abordada na seção 3.2 – A argumentação no discurso político.

modais, o que, em um debate eleitoral televisivo, materializa-se nas marcas linguísticas de desejo dos presidenciáveis.

Mais claramente, *irrealis* tem a ver com situações do pensamento, perceptíveis na imaginação (PALMER, 2001). No gênero de pesquisa em questão, essa percepção se faz necessária para entendermos que o raciocínio prático construído pelos candidatos situa-se exclusivamente no nível do pensamento, como projeções que poderão vir a se tornar realidade, a depender do resultado nas urnas. Dessa maneira, consideramos, para a investigação dos argumentos, marcas linguísticas de *irrealis*, propostas por Exter (2012, p. 185), quais sejam: de forma geral, marcas de “a) obrigação, vontade, futuro imediato (obrigatoriamente) b) futuro, habilidade, permissão; provisório (opcionalmente; sempre com os respectivos marcadores)”³⁶ e, em construções sintáticas específicas, “a) complementos de ‘querer’ (obrigatoriamente) b) prótase³⁷ e apódose³⁸ de orações condicionais hipotéticas, apódose de orações condicionais contrafactuais (opcionalmente; sempre com o marcador futuro)”.

Para ilustração, o Exemplo 1 demonstra, em uma fala de Jair Bolsonaro, marcas de *irrealis* atreladas à questão da obrigação, relativas ao que deve ser feito no país. Nesse viés, o emprego do modal “devemos” evidencia que as ações citadas por ele – investir na iniciativa privada, acabar com a indústria da multa e rever o preço dos pedágios – são fundamentais no futuro em prol do desenvolvimento do país.

Ex. 1	<p>Devemos investir buscando a iniciativa privada em outros modais, como ferrovias e aquaviária. No mais, como temos basicamente o rodoviário, devemos acabar com a indústria da multa. É um vexame o que acontece, uma roubalheira só. Devemos rever via acordo o preço dos pedágios.</p>
D1BL4JB	

A partir do exposto nesta seção, podemos afirmar que, nesta pesquisa, concebemos o debate eleitoral televisivo, gênero cujo contexto de produção remete ao período de campanha eleitoral, como pertencente tanto à esfera política quanto à

³⁶ No original: “a) Obligation, volition, immediate future (obligatorily) b) Future, ability, permission; tentative (optionally; always with the respective markers)” e “a) Complements of ‘want’ (obligatorily) b) Protasis and apodosis of hypothetical conditional clauses, apodosis of counterfactual conditional clauses (optionally; always with the future marker)”.

³⁷ Prótese: parte, na qual se expõe o argumento e se inicia o seu desenvolvimento.

³⁸ Apódose: elemento subordinante ou condicionante que encerra um enunciado e que satisfaz a expectativa criada pela prótese.

esfera midiática. É um gênero político, pois é realizado por agentes legitimados dessa esfera, os quais discutem sobre temas de interesse social, e têm como propósito a conquista de votos da maioria da população para a escolha dos governantes, o que também ressalta o seu caráter democrático. Além disso, possui cunho midiático na medida em que é proferido em ambiente televisivo, interfere na programação das emissoras e sofre influências diretas desse meio em sua configuração.

Por essa razão, justifica-se a classificação desse evento comunicativo como do tipo DDP — “discurso do político” — proposto por Bochetti *et al.* (2017) e apresentado na seção 3.1 desta Tese. O DDP refere-se ao discurso em que os agentes são políticos, mas o ambiente em que a interação se realiza não é o institucional. Disso decorre, pois, que os ambientes em que são proferidos, ou seja, as emissoras, uma vez que possuem suas regras e características próprias, interferem na configuração do gênero, atribuindo ao debate eleitoral televisivo uma relativa flexibilidade. Ademais, o fato de ser transmitido por um meio de comunicação de massa garante que esse seja um gênero que contribua para a formação da opinião pública.

É um gênero em que a capacidade de improviso se faz necessária para um desempenho satisfatório e que, embora os participantes da interação estejam no palco, o Receptor³⁹ do evento comunicativo é um participante ausente: o eleitor-telespectador. Ademais, marcas de *irrealis* são evidentes e necessárias nesse tipo de discurso. Além disso, salientamos que o que está em evidência nos discursos desse gênero é a construção de imagens — positiva de si e negativa do oponente — o que nos motiva a investigar essa característica por meio dos recursos avaliativos empregados no *corpus* de análise. Como já citamos anteriormente, a característica principal do gênero, que norteia a sua produção, é a argumentação, a qual nos dedicamos a explorar no capítulo seguinte. Porém, antes de adentrarmos na argumentação, abordaremos acerca dos estudos prévios pertinentes à esta pesquisa.

2.3 MAPEANDO O NICHOS

Sabemos que, ao realizarmos uma pesquisa, o entendimento a respeito do estado atual do conhecimento relativo ao campo que nos propomos investigar se mostra imperativo. Para isso, torna-se oportuna a realização de um levantamento das

³⁹ Empregamos aqui a palavra “Receptor” no sentido hallidayano de “aquele a quem o dizer é dirigido” (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014, p. 306).

pesquisas de mesmo campo precedentes a nossa análise, com vistas a “identificar o estágio em que se encontram os conhecimentos acerca do tema que está sendo investigado” (GIL, 2008, p. 60). Entendemos que isso implica mapear o que já foi publicado na área, identificar os pontos convergentes e divergentes nas publicações, apontar os caminhos e os aspectos que vêm sendo explorados e, principalmente, identificar se há lacunas de pesquisa existentes, a fim de constatar e evidenciar como podemos preenchê-las.

Do propósito basilar desta Tese — analisar a arquitetura argumentativa empregada em debates presidenciais na TV brasileira no período pré-eleitoral de 2018 e de 2022 e verificar como os debatedores utilizam o subsistema de atitude de modo a operar na construção do argumento desses eventos discursivos — depreendem-se três concepções fundamentais que são norteadoras para a pesquisa: Linguística Sistêmico-Funcional, discurso político e argumentação no discurso político⁴⁰. A primeira se mostra essencial na medida em que abrange a concepção linguística que subjaz ao estudo e, além disso, abarca o sistema de avaliatividade, caro para a nossa pesquisa; a segunda é importante, uma vez que denota a dimensão discursiva ampla em que se insere o debate eleitoral televisivo, nosso objeto de análise; e, por fim, a terceira é necessária visto que compreende a construção lógica interna dos discursos, foco do que nos propomos a investigar.

Dessas três concepções cruciais, consideramos, em um primeiro momento, que a produção acadêmica concernente à relação entre Linguística Sistêmico-Funcional e discurso político, por ser mais abrangente, tem muito a nos revelar acerca do nível atual do conhecimento da área científica que perpassa esta pesquisa. Em detrimento disso, concentramo-nos, inicialmente, em coletar trabalhos que englobam essa seara e em observar o que eles expõem acerca do atual estágio do conhecimento. Em um segundo momento, julgamos imprescindível um olhar restrito para os trabalhos que, dentro dos selecionados anteriormente, fizeram uso do sistema de avaliatividade e/ou da argumentação em suas investigações. Isso decorre da necessidade de evidenciar em que esta pesquisa difere das anteriores e, com isso, preencher as lacunas nesse contexto.

Isso posto, com vistas a evidenciar o estado da arte e compreender como esta pesquisa pode contribuir para o avanço das investigações de discursos políticos na

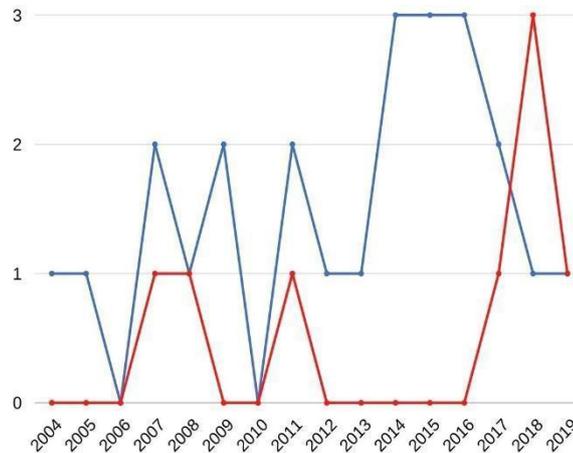
⁴⁰ Tais concepções serão fundamentadas teoricamente ao longo dos Capítulos 3, 4 e 5.

perspectiva sistêmico-funcional, focalizamos a localização de estudos da relação entre LSF e discurso político em um nível mais amplo, e de avaliatividade e argumentação em um nível mais restrito. Evidentemente, compreendemos que diversas são as fontes pertinentes para a identificação do estágio das pesquisas do campo em investigação, tais como teses, dissertações, periódicos científicos, anais de eventos, periódicos de indexação e resumos (GIL, 2008). Todavia, sabemos que as análises de discurso político e LSF estão em amplo crescimento e, por isso, comportam os diversos gêneros científicos, e tal fato demonstra a inviabilidade de, neste momento, realizarmos uma pesquisa que abranja a todos os trabalhos, o que, além disso, fugiria do propósito principal desta Tese.

Por essa razão, limitamo-nos a localizar, apresentar e examinar os trabalhos finais de pós-graduação *strictu sensu*, por pertencerem ao mesmo nível científico desta pesquisa. Ademais, consideramos que dissertações de mestrado e teses de doutorado podem nos dar uma amostragem significativa do que vem sendo pesquisado na área, uma vez que, em geral, muitos trabalhos pertencentes a outros gêneros — tais como artigos, resumos e textos em anais de eventos, por exemplo — são publicados a partir de recortes dessas pesquisas maiores. Salientamos que os dados aqui apresentados tomam por base o estudo de Freitas e Cabral (202), no qual as autoras investigaram teses e dissertações brasileiras publicadas no “Catálogo de Teses e Dissertações”, da Capes, que dão conta da interface discurso político/Linguística Sistêmico-Funcional. Em posse dos resultados que emergiram de tal estudo, apropriamo-nos dos que eram pertinentes a esta Tese e, em alguma medida, ampliamos para dar conta do nosso objetivo neste capítulo.

Freitas e Cabral (2023) localizaram 24 dissertações e 08 teses que se enquadram nos critérios previamente delimitados. Ou seja, até o período da coleta do *corpus* do artigo (maio de 2020), haviam sido produzidos, no Brasil, 32 trabalhos de pós-graduação *strictu sensu* de investigações de discursos políticos a partir do prisma teórico da Linguística Sistêmico-Funcional. Vale destacar que a concepção de discurso político utilizada pelas autoras, e que serve de base para o levantamento dos textos, é a proposta por Bochetti *et al.* (2017), que classifica os tipos de discursos de acordo com os participantes envolvidos, a instância de realização e o nível de protocolaridade, a qual também é basilar nesta Tese e foi apresentada na seção 2.2.4. Tal produção está concentrada entre 2004 e 2019 para as dissertações, e entre 2007 e 2019 para as teses, como mostra a Figura 2.

Figura 2 - Anos de publicação de teses e dissertações relativas ao nosso campo de conhecimento



Fonte: Freitas e Cabral (2023).

A linha azul na Figura 2, relativa às dissertações, evidencia que, desde que teve início, em 2004, as pesquisas de mestrado se mostraram constantes, com lacunas apenas nos anos de 2006 e 2010, enquanto as teses, representadas pela linha vermelha, não mantiveram a mesma linearidade, uma vez que, a contar do ano de início, 2007, até 2019 apenas em seis anos houve publicações. Tal fato demonstra que as pesquisas de mestrado possuem uma maior constância na área ante às pesquisas de doutorado. Em posse desses trabalhos julgamos pertinente, de início, apresentarmos os seus resultados, os quais encontram-se na seção 2.3.1.

2.3.1 Olhar amplo: Linguística Sistêmico-Funcional e discurso político

As 32 pesquisas localizadas são relativas a diversos temas do âmbito político, as quais demonstram uma ampla gama contextual de investigação. Constatamos que diversas foram as contribuições dos trabalhos dessa área para o campo de conhecimento. Dessa maneira, trazemos aqui os principais resultados obtidos, agrupados por temática, a fim de mostrar o estado atual das pesquisas na interface discurso político e Linguística Sistêmico-Funcional no país. A visão geral dos trabalhos coletados encontra-se no Anexo A.

Eventos discursivos do fazer político foram foco de exame em algumas das pesquisas, as quais nos mostram que o emprego de mecanismos linguísticos

específicos pelos falantes nesses contextos constrói significações que estão atreladas aos seus propósitos. Dentre os eventos discursivos, textos de campanha eleitoral recebem lugar nessas investigações. Nesse viés, Marchi (2012), ao investigar elementos ideacionais em um discurso de Barack Obama na campanha à presidência dos Estados Unidos (EUA) em 2008, evidenciou que, com vistas à projeção política e à viabilização de sua candidatura, o presidenciável construía ideologias e objetivos políticos que se inclinavam à manutenção da hegemonia dos EUA e, ao mesmo tempo, voltavam-se a um tom de diálogo conciliatório entre os países. Ainda no contexto de campanha, Rodrigues (2004), ao analisar recursos de modalidade empregados em textos de propaganda política nas eleições de 2002, detectou um propósito dos participantes em destacar as suas ações e em preservar sua imagem política ao evidenciar suas ideias, opiniões e proposições e ao enfatizar a sua capacidade e competência na realização política.

Além de textos de campanha, discursos de posse também foram explorados. Por exemplo, Milanez (2019), ao examinar de forma crítica, a partir dos sistemas de transitividade, de modalidade e de avaliatividade, o primeiro discurso de Temer na posse de seus ministros, constatou que, para a percepção da persuasão implícita empregada pelo então presidente, faz-se necessário atrelar as escolhas léxico-gramaticais microestruturais aos valores da estrutura macroestrutural do texto, de modo que tal compreensão depende do *frame* do interlocutor. Nesse mesmo contexto, Rodrigues (2017), ao averiguar os recursos semântico discursivos e léxico-gramaticais que instanciam a interpessoalidade em discursos de posse de seis presidentes, apurou uma variação na identidade autoral deles de acordo com o período político e os ideais da época, mas que, em geral, assumiam a postura de um chefe que toma a audiência como sua subordinada e que tem membros e personalidades do contexto político como público-alvo de seus discursos.

Alguns recursos linguísticos específicos empregados por políticos em seus discursos operam na construção de efeitos que contribuem para a construção de imagens de participantes, como, por exemplo, o uso do marcador discursivo “não”. Referente a esse recurso, Callegaro (2015), ao examinar um discurso de Lula com vistas a identificar o papel semântico do marcador “não” na construção da sua *persona* textual em relação ao alinhamento/desalinhamento com o seu público, a partir dos sistemas de polaridade e de avaliatividade, entendeu que o ex-presidente apresentava-se como conhecedor dos problemas sociais e econômicos e como alguém que visa

não repetir os erros do passado. Tal pesquisa foi ampliada em Callegaro (2018) que, ao investigar discursos de ex-presidentes militares e de ex-presidentes civis, indicou que a frequência do “não” é relativamente menor nos discursos dos primeiros. A conclusão do trabalho revela que esse fenômeno está atrelado ao período histórico, uma vez que o regime militar foi marcado por órgãos de controle nacional, o que denota a impossibilidade de abertura de um espaço dialógico entre produtor textual e seu público.

Há atores, acontecimentos e regimes políticos que se destacam na sociedade e despertam o interesse em pesquisas, as quais têm por intuito evidenciar como os produtores de discursos nesse cenário empregam determinados mecanismos linguísticos. Como exemplo, tomamos o trabalho de Martins (2007), sobre atores políticos do contexto internacional, que, ao identificar e classificar as microexigências no discurso proferido por Tony Blair em 30 de setembro de 2003, na conferência anual do Labour Party, a partir do sistema de transitividade, localizou 30 microexigências e expôs que a predominância no que se refere ao Primeiro Ministro do Reino Unido, ao seu partido, ao seu governo e à Grã-Bretanha é de processos materiais, empregados na tentativa de recuperar a credibilidade desses participantes, ao serem colocados como agentes de mudança. Outro trabalho nesse âmbito foi o de Corte (2009) que, ao buscar a representação de um governo latino-americano em reportagens sobre Hugo Chávez, lançando mão da análise de contexto da perspectiva sistêmico-funcional, revelou que os depoimentos nos textos indicavam contrariedade ao presidente e que a análise contextual atrelada à textual é capaz de revelar o poder argumentativo na linguagem.

Com foco em participantes do contexto nacional, ao se concentrar na investigação da representação de Lula e seu governo, no ano de 2004, pelo jornalista Diogo Mainardi em seus artigos de opinião publicados na Revista Veja, a partir dos sistemas de transitividade, de avaliatividade e da representação dos atores sociais, Jornada (2009) reconheceu uma implicância do jornalista com o ex-presidente por representá-lo de forma pejorativa, ao questionar a sua capacidade intelectual. Textos relacionados a tal ex-presidente também foram enfocados por Cabral (2007) que, ao pesquisar, em 153 artigos publicados na internet, as manifestações linguísticas de julgamento de jornalistas brasileiros sobre a expulsão do jornalista Larry Rohter após sugerir que Lula abusava da bebida, apontou, por meio da teoria da valoração (avaliatividade), uma diferença em relação às vozes apresentadas: quanto aos

juízos autorais, predominaram valores negativos de estima social — usualidade e capacidade —, enquanto nos juízos não autorais foram predominantes os valores de estima social tenacidade e de sanção social propriedade, cujas evidências revelaram que a voz do articulista ultrapassa a do correspondente, mas não atinge a do comentarista.

Ainda em relação a participantes em nível nacional, Nunes (2014), ao focalizar os juízos quanto ao desempenho de Dilma Rousseff em 13 editoriais do Estado de SP, por meio do sistema de avaliatividade, destacou o predomínio de avaliações negativas que resultam na interpretação de que a então presidente não tinha preparo para administrar o país. Outra pesquisa nesse cenário foi a de Moraes (2008) que, ao buscar identificar a representação da mulher na política, selecionou como *corpus* artigos de revistas de circulação nacional – Época, Veja e IstoÉ - e, com o uso do sistema de transitividade, reconheceu a existência de uma representação distinta entre homens e mulheres. Os resultados revelaram que às mulheres são enfatizadas características femininas e voltadas à vida privada, enquanto aos homens são enfocadas suas disputas e desonestidades.

Concernente à investigação de textos de participantes políticos em nível estadual, Duarte (2005), ao observar discursos de políticos do estado do Pará, durante o horário gratuito de propaganda eleitoral, com vistas a verificar como os participantes constroem suas experiências no mundo, desvelou, com base no sistema de transitividade, a predominância de processos materiais e relacionais, o que opera como estratégia, na medida em que as falas são voltadas para as plataformas de trabalho e as capacidades dos candidatos, o que contribui para a construção positiva das suas imagens.

Para além da investigação de participantes políticos, acontecimentos desse cenário também foram foco de alguns trabalhos. Um dos episódios que recebeu grande espaço nas pesquisas foi o impeachment de Dilma Rousseff, que ocorreu recentemente, no ano de 2016, e foi de grande repercussão, uma vez que afetou diretamente toda a população brasileira. Nesse viés, Santos (2016), ao observar práticas sociodiscursivas relativas à representação de atores centrais no processo de *impeachment*, em *posts* das redes sociais do Movimento Brasil Livre (MBL), a partir do sistema de avaliatividade, considerou que as manifestações discursivas nesse cenário constroem uma teia narrativa para a constituição de verdades universais, bem como asseverou que as redes sociais atuam como um meio expressivo de

mobilização social. Para mais, Santos (2017), ao atentar às representações do evento *impeachment* e seus atores sociais, em um editorial do Folha de SP e outro do New York Times sobre o tema, elucidou, através dos sistemas de transitividade, de avaliatividade e de modalidade, que o texto brasileiro atribui a responsabilidade do afastamento da presidente às instituições governamentais, enquanto o texto americano responsabiliza a pessoa de Dilma. Ademais, Silva (2018), ao estudar a relação verbo-gestual em construções modalizadores em vídeos gravados de entrevistas do Programa Roda Viva sobre o *impeachment*, com o apoio da modalidade e da multimodalidade, percebeu a predominância de expressões modalizadoras e de Adjuntos modais associados a gestos metafóricos, além de evidências de relação interligada entre falas e gestos nas modalizações.

Ainda nessa temática, Nunes (2018), ao se concentrar na forma como relações lógico-semânticas atuam na construção sequencial da argumentação em artigos de opinião, cartas abertas e editoriais sobre o *impeachment*, com base no complexo oracional, verificou que o aninhamento das estruturas dentro do argumento denota uma preocupação dos autores em justificar a escolha da tese com a apresentação de argumentos que a fundamentem, além do emprego de recursos que façam progredir a argumentação. Outro trabalho foi o de Arruda (2018) que, ao se voltar para a representação de Lula e Dilma no período de *impeachment* em artigos de opinião da Veja e Carta Capital, com foco no sistema de transitividade e na estrutura temática, explanou que, apesar de reverberarem diferentes ideologias, as revistas não apresentaram diferenças acentuadas quanto ao posicionamento dos referentes na estrutura temática, nem quanto ao papel dos participantes no sistema de transitividade.

Quanto a eventos políticos mais remotos, DeSouza (2011), ao analisar, com o respaldo dos sistemas de transitividade, de modo e de modalidade, o discurso epistolar de Padre Cícero em quatro cartas escritas por ele em 1910 durante a luta de Juazeiro por sua independência de Crato, comprovou a existência de três linhas hegemônicas e três relações de poder no discurso, bem como uma representação de Padre Cícero como um ator político poderoso e conciliador. No que se refere a episódios gerais da atividade política, sem restrição de tema ou período, Rodrigues (2013), ao intentar delinear a assinatura valorativa de Eliane Cantanhêde em sua coluna de opinião política na Folha de SP, selecionou textos sobre acontecimentos desse cenário e detectou que a jornalista emprega estratégias que conferem leveza

ao seu discurso e interação com seus leitores, bem como articula julgamentos voltados à competência/incompetência dos atores políticos.

Outro foco de interesse dos trabalhos esteve voltado para regimes políticos. Rocha (2007), ao verificar representações para o Governo Militar de 64 e o período de redemocratização em editoriais do jornal Diário de Pernambuco, ressaltou, com foco no sistema de transitividade, que a predominância de processos oferta aos leitores um conhecimento do mundo físico, com pouca evidência para o mundo interior dos participantes. Da mesma forma, Rocha (2018), ao investigar representações da ditadura civil militar brasileira, do período de redemocratização e do cinquentenário do golpe, em editoriais do Estado de São Paulo, da Folha de São Paulo e do O Globo, também com o auxílio do sistema de transitividade, apresentou representações que revelam o posicionamento dos veículos, alinhando-se a um discurso que confronta os princípios básicos da imprensa, imparcialidade e compromisso com a verdade. Referente ao período pós-ditadura, Freitas-Escórcio (2014), ao explorar a representação do Brasil em discursos de posse de seis presidentes brasileiros, por meio do sistema de transitividade e da representação dos atores sociais, expressou que, dentre os resultados constatados, há a ideia de um líder salvacionista, com caráter renovador.

Muitos acontecimentos envolvendo políticos ocorrem de forma ilícita e se configuram em crime, o que resulta em investigações policiais. A mídia, que cobre diretamente esses casos, acaba, ao elaborar seus discursos, por construir representações linguísticas para fatos importantes que perpassam esses acontecimentos, como, por exemplo, a corrupção, que ocupa papel crucial nesse cenário. Tais representações são direcionadas aos seus leitores e três trabalhos já deram conta dessas questões em diferentes escândalos políticos. Referente a um escândalo mais atual, Freitas (2017), ao examinar representações para a corrupção no contexto da Operação Lava Jato em textos publicados no Observatório da Imprensa, a partir dos sistemas de transitividade, de avaliatividade e da representação dos atores sociais, salientou que, nesse contexto midiático, tal fenômeno é representado como sendo de caráter institucional.

No tocante a outras polêmicas políticas anteriores, Yared (2011), ao averiguar os recursos de construção simbólica em reportagens da Folha de São Paulo e da Revista Veja sobre o escândalo de corrupção na Casa Civil, por meio de relações lógico-semânticas de projeção, enunciou representações que vão para a

espetacularização, em que o papel ativo dos empresários nesse acontecimento era apagado e que tais representações recebiam influência do período eleitoral. Ademais, Brent (2011), ao atentar à construção de realidades de crise e de corrupção nos escândalos do Mensalão, do Dossiê e dos Cartões Corporativos, em seis reportagens da Revista Veja, com base no sistema de transitividade, externou a existência de um discurso que se preocupa mais em criticar e condenar os acusados do que em abordar para o público os valores da política na sociedade, a qual é democrática.

Alguns dos acontecimentos em que os políticos se envolvem causam indignação nos eleitores, o que, em algumas vezes, acarreta reações populares. Ações do povo em virtude da revolta contra políticos também foram temáticas de investigação nos trabalhos, cujos discursos relativos a esses acontecimentos foram explorados, por meio de recursos linguísticos, tanto do ponto de vista do povo quanto de políticos e da mídia. Do ponto de vista da população, Costa (2016), ao analisar a expressão “Vem pra rua” - entoada por manifestantes contra a corrupção - em *posts* no Facebook, no YouTube e no G1, explicitou, com base na evidência de circunstâncias e do sistema de avaliatividade, uma mudança de sentido nesse dito em dois contextos diferentes: em 2013, ele operava como hino dos protestos populares com pauta de reivindicação, enquanto em 2015 se tornou integrante na organização de um grupo com propósitos político-partidários.

Quanto ao ponto de vista de políticos, Veiga (2015), ao buscar representações de “povo” em discursos de Deputados Federais acerca das manifestações populares de 2013, por meio dos sistemas de transitividade e de MODO/modalidade e da representação dos atores sociais, enfatizou uma tentativa, por parte dos parlamentares, de apaziguamento da audiência, a partir da demonstração de compreensão pelas reclamações e de disposição em atender as suas causas. No que tange ao ponto de vista da mídia, Martins (2014), ao pesquisar o modo como a avaliação contribui para a persuasão do leitor em dois artigos de opinião da Folha de São Paulo e também sobre as manifestações populares de 2013, por meio dos sistemas de transitividade e de avaliatividade, atestou diferenças na forma como os articulistas criticam o país: um mostra que a situação está grave a ponto de o povo poder sublevar-se, enquanto o outro mostra que a precariedade no país se encontra em praticamente todos os setores.

Outro ponto importante diz respeito a acontecimentos de interesse da sociedade, que são discutidos por atores políticos. Os recursos linguísticos

empregados por eles constroem sentidos que merecem ser analisados, por exemplo, sobre meio ambiente e desenvolvimento sustentável, sobre a relação entre religião e política no casamento igualitário e sobre o gênero discursivo feminino, temas os quais foram investigados nos trabalhos selecionados. Quanto ao primeiro tema, Bochetti (2015), ao pesquisar o gênero textual e o grau de comprometimento dos políticos e de especialistas com seus discursos em seis audiências públicas sobre meio ambiente e desenvolvimento sustentável, com base na Pedagogia de Gêneros, na Estrutura Potencial de Gêneros e na modalidade, caracterizou o desenvolvimento sustentável como um macrogênero e, em relação à modalidade, identificou o pouco comprometimento de políticos por meio do uso de um grau baixo de modulação e um comprometimento maior por parte dos especialistas com o emprego em grau alto de obrigação/modulação.

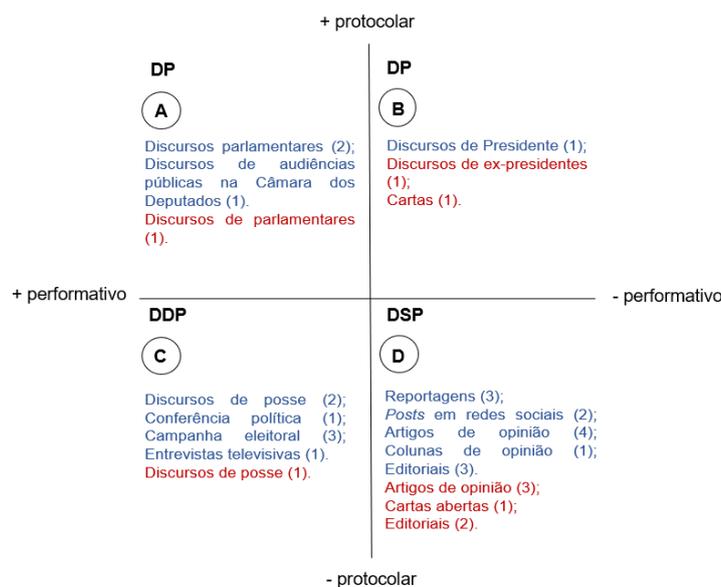
Relativo ao segundo tema, Rodrigues (2016), ao realizar uma investigação entre religião e política em discursos parlamentares da 54ª legislatura sobre casamento igualitário, por meio do sistema de avaliatividade, precisou a existência de uma postura religiosa conservadora por parte dos deputados, sem abertura de espaço dialógico nesse ambiente, de modo que o discurso religioso aparece imbricado no político. Por fim, referente ao terceiro tema, Barros (2008), ao verificar a apresentação do gênero discursivo feminino em 30 discursos de parlamentares, através do sistema de transitividade, da metáfora gramatical e de nominalizações, exprimiu que o contexto institucional influencia nas práticas discursivas parlamentares e que as mulheres, diferentemente de seus colegas homens, apresentam-se em suas falas por meio de suas reais condições de existência.

Podemos verificar que as pesquisas podem ser agrupadas em seis grandes categorias temáticas distintas: eventos discursivos, recursos linguísticos, atores e períodos políticos, escândalos políticos, reações populares e assuntos sociais. Em virtude dessas temáticas e dos resultados obtidos nessas pesquisas, podemos perceber que a área dos estudos de discurso político pelo viés da Linguística Sistêmico-Funcional já apresenta grandes contribuições, na medida em que, ao investigar práticas discursivas em uma ampla gama contextual, com foco em vozes de políticos, da mídia e até mesmo do povo, evidencia a construção de significados sociais que perpassam os variados eventos do cotidiano ligados à política. Ademais, ressaltamos que, apesar de haver um grande número desses trabalhos que empregam a LSF não como teoria principal, mas como suporte para a investigação

pela Análise Crítica do Discurso ou pela Linguística Crítica (43,75%), conforme levantamento realizado por Freitas e Cabral (2023), os resultados aqui expostos indicam que as categorias linguísticas da perspectiva sistêmico-funcional denotam relevância e autonomia para a investigação de construções de significados em discursos.

Dos dados apresentados anteriormente sobre o objetivo, o *corpus*, as categorias linguísticas e os resultados obtidos em cada uma das pesquisas concernentes à interface Linguística Sistêmico-Funcional e discurso político no Brasil — restritas aqui aos trabalhos finais de pós-graduação *stricto sensu* — uma questão se desvela: a amplitude de gêneros discursivos dos textos investigados. Dessa maneira, torna-se categórico um olhar para essa questão, de forma a averiguar as atividades sociosemióticas do discurso político predominantes nos trabalhos selecionados. Para tanto, com base na tripartição de discurso político proposta por Bochetti *et al.* (2017) — DP, DDP e DSP —, podemos verificar que os gêneros estão situados, de acordo com a sua performatividade e protocolaridade, conforme os quadrantes apresentados na Figura 3⁴¹.

Figura 3 - Gêneros constituintes dos corpora dos trabalhos selecionados



Fonte: Freitas e Cabral (2023).

⁴¹ Salientamos que os gêneros apresentados em azul são relativos aos *corpora* das dissertações e os em vermelho, aos das teses.

Quanto aos discursos políticos (DP), que são mais protocolares e mais performativos, verificamos a presença de discursos de parlamentares e discursos de audiências públicas na Câmara dos Deputados. Já referentes aos discursos políticos (DP) com caráter de menor performatividade, há cartas, discursos de presidentes e de ex-presidentes. Relativo aos discursos do político (DDP), de menor protocolaridade e maior performatividade, constatamos discursos de posse, conferência política, campanha eleitoral e entrevistas televisivas. Por fim, sobre os discursos sobre política (DSP), de menor performatividade e menor protocolaridade, identificamos reportagens, *posts* em redes sociais, artigos de opinião, colunas de opinião, cartas abertas e editoriais⁴².

Os gêneros apresentados nos mostram que, embora haja a investigação de textos de campanha eleitoral, não foram verificados trabalhos que tiveram como *corpus* o gênero debate especificamente. Essa evidência denota que, até o momento da realização deste levantamento, não foi localizado nenhum trabalho final de pós-graduação no Brasil que tenha aplicado preceitos teórico-metodológicos da Linguística Sistêmico-Funcional na análise de debates eleitorais televisivos. Esse indício nos revela que há, então, tal lacuna nas pesquisas, e que esta Tese está estruturada de forma a preenchê-la e a contribuir na ampliação dos eventos discursivos investigados sob esse escopo.

2.3.2 Olhar restrito: a avaliatividade e a argumentação

Uma vez que, como já apresentado, esta pesquisa comporta uma tríade - Discurso Político, Linguística Sistêmico-Funcional — com foco no sistema de avaliatividade, e argumentação no discurso político, e já tendo sido verificados os trabalhos precedentes acerca da relação entre Discurso Político e Linguística Sistêmico-Funcional de forma ampla na seção anterior, torna-se necessário agora afunilar o nosso olhar para as questões mais restritas que perpassam esta pesquisa. Um olhar atento para os estudos selecionados que empregaram o sistema de avaliatividade em suas análises bem como para os trabalhos que tiveram por objetivo a investigação da argumentação se mostra crucial para evidenciarmos, de forma mais

⁴² Tal classificação foi apresentada na subseção 2.1.4.

minuciosa, quais são os aspectos que esta pesquisa pode acrescentar nos estudos de Linguística Sistêmico-Funcional com foco no Discurso Político.

Dessa maneira, a partir de um levantamento das categorias da Linguística Sistêmico-Funcional empregadas nas análises das teses e dissertações selecionadas, percebemos que algumas são priorizadas pelos pesquisadores em detrimento de outras. As categorias e os dados numéricos observados estão expostos no Quadro 1.

Quadro 1 - Categorias da LSF empregadas nas teses e dissertações

Categoria	Ocorrências
Avaliatividade	14
Contexto	1
Envolvimento	1
Estrutura potencial de gêneros	1
Estrutura temática	1
Individuação	1
Metáfora gramatical	1
Modalidade	10
Multimodalidade	1
Negociação	1
Normalização	1
Pedagogia de gêneros	1
Polaridade	3
Relações lógico-semânticas	2
Representação dos atores sociais	4
Transitividade	18
Total	61

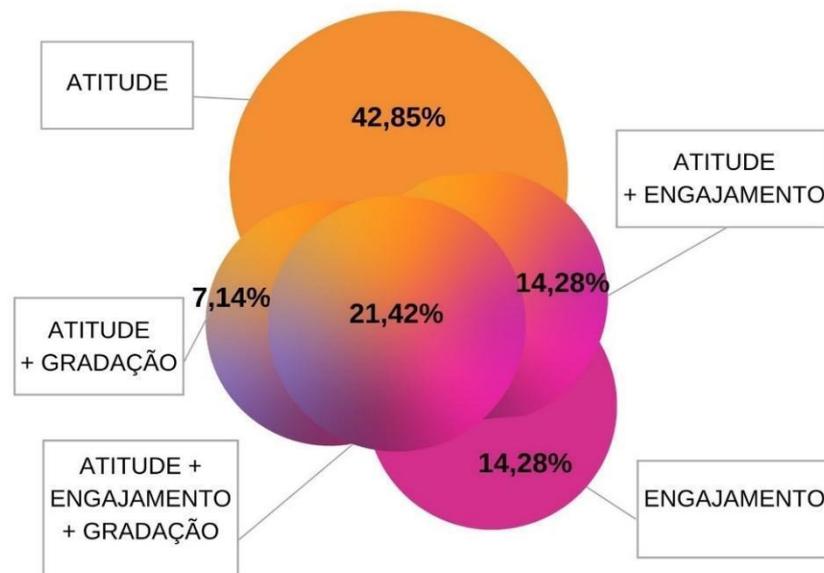
Fonte: Adaptação de Freitas e Cabral (2023).

O número extensivo de categorias linguísticas que serviram de base para as investigações nas pesquisas comprova o potencial que a Linguística Sistêmico-Funcional fornece para a investigação de discursos políticos. No entanto, nesse cenário específico, há três que se destacam: sistema de transitividade (18), sistema de avaliatividade (14) e modalidade (10). Assim, os interesses linguísticos predominantes nas teses e dissertações consistiram na identificação de representações linguísticas de experiências no mundo, no reconhecimento de

posicionamentos expressos pelos locutores em seus discursos, bem como na verificação do grau de comprometimento dos falantes em seus discursos, respectivamente.

Como posto, interessa-nos, nesta Tese, as pesquisas que empregaram análises atreladas ao sistema de avaliatividade, o qual, por ser uma das categorias predominantes nos trabalhos selecionados, sinaliza o potencial iminente na investigação de discursos políticos. Dessa maneira, a fim de compreendermos o uso desse sistema nos trabalhos, observamos as ocorrências dos subsistemas⁴³ nos 14 trabalhos que o empregaram. Os dados obtidos estão representados pela Figura 4.

Figura 4 - Representação visual dos subsistemas de avaliatividade predominantes



Fonte: Elaborado pela autora.

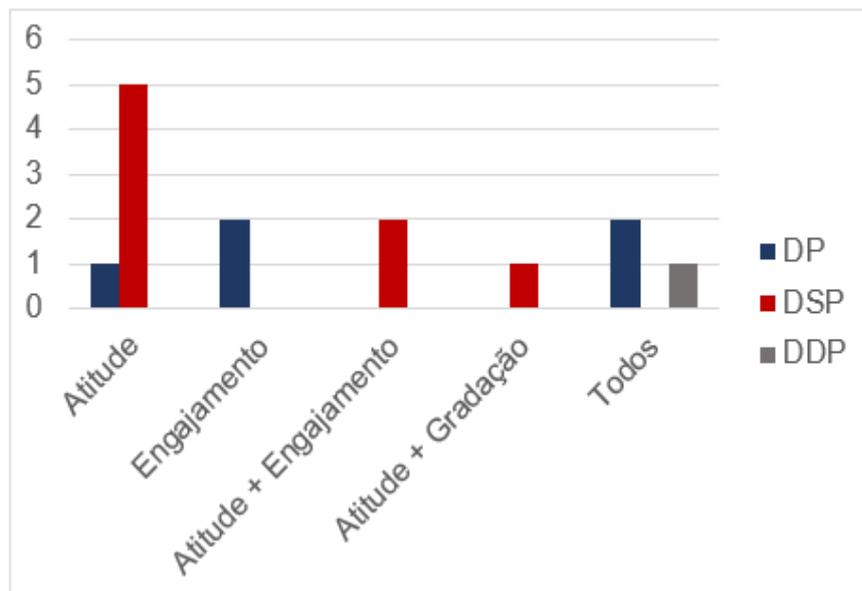
A Figura 4 emprega um esquema de cores para representar a proporção do uso dos subsistemas nos trabalhos selecionados. A cor amarela é equivalente ao subsistema atitude; a cor rosa é alusiva ao subsistema engajamento; e a cor roxa, por sua vez, é consonante ao subsistema gradação. O círculo central é relativo aos trabalhos que aplicaram os três subsistemas em suas investigações (21,42%), o que justifica a representação pela mescla das três cores. Diferentemente da gradação, os

⁴³ Os subsistemas serão descritos detalhadamente no Capítulo 5.

subsistemas atitude (42,85%) e engajamento (14,28%), como mostram os círculos amarelo e rosa, foram analisados de forma autônoma nas pesquisas. Os demais círculos representam as pesquisas que incorporam dois subsistemas ao mesmo tempo no exame de seus *corpora*: atitude e engajamento (14,28%) e atitude e gradação (7,14%).

Os dados deixam transparecer a predisposição do subsistema atitude nessas pesquisas, uma vez que ele foi o único a ser empregado em todas as combinações: sozinho, com a gradação, com o engajamento e com ambos. Da mesma forma, é notório que a sua porcentagem impera ante os demais subsistemas. Essas evidências asseveram a potencialidade que o subsistema atitude dispõe para as análises de textos de caráter político, o que justifica a sua relevância ao ser utilizado como foco de investigação linguística nesta Tese. Para mais, outro tópico que merece observação dentre os trabalhos que fizeram o uso do sistema de avaliatividade diz respeito a sua relação com os tipos de discurso político (BOCHETT *et al.*, 2017) com os quais se relacionavam. Esse encadeamento é representado graficamente na Figura 5.

Figura 5 - Relação entre avaliatividade e tipo de discurso político



Fonte: Elaborado pela autora.

Percebemos que a preponderância dos discursos analisados com a investigação do sistema de avaliatividade é do tipo DSP (8 ocorrências), seguido pelo

tipo DP (5 ocorrências). Discursos do tipo DDP, ao qual pertence o *corpus* de pesquisa desta Tese, foram investigados de forma diminuta sob o viés desse sistema semântico-discursivo (1 ocorrência). Esses indicadores revelam mais uma lacuna latente para ser preenchida por esta pesquisa, uma vez que, além de o tipo discursivo relativo aos debates eleitorais televisivos terem sido analisados em apenas um trabalho, o foco recaiu na investigação conjunta dos três subsistemas, e não apenas no exame do subsistema atitude, como esta pesquisa propõe.

Por fim, outro ponto caro para esta pesquisa diz respeito à argumentação, de modo que se mostra necessário atentarmos para as suas ocorrências nos trabalhos precedentes. No total, cinco trabalhos tinham por objetivo a investigação da argumentação, os quais, como é esperado, tinham como foco principal a investigação das estratégias empregadas para a persuasão dos leitores ou ouvintes dos discursos analisados. Essas análises ocorreram a partir de uma investigação atrelada a categorias da Linguística Sistêmico-Funcional para a análise linguística, as quais são evidenciadas no Quadro 2.

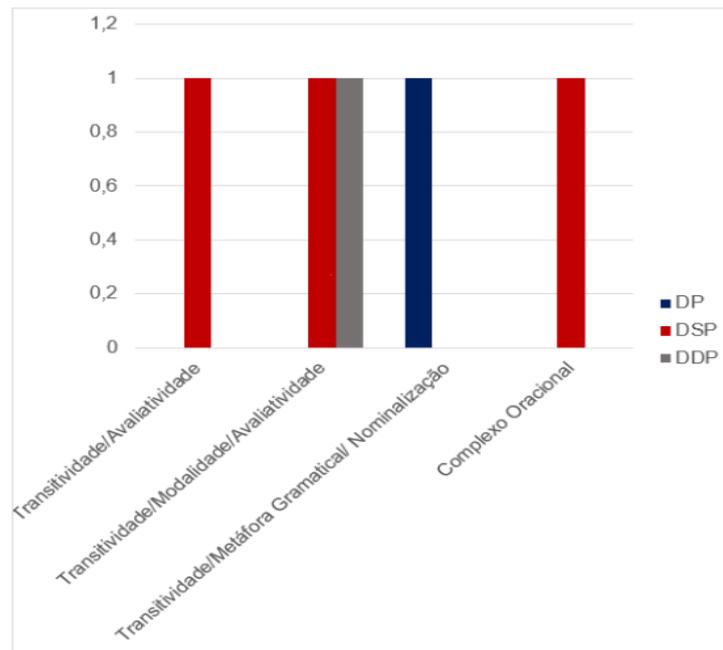
Quadro 2 - Categorias linguísticas empregadas no exame da argumentação

Categoria	Ocorrências
Transitividade	4
Avaliatividade	3
Modalidade	1
Metáfora gramatical	1
Nominalização	1
Complexo oracional	1
Total	11

Fonte: Elaborado pela autora.

Constatamos a predominância das investigações pautadas nos sistemas de transitividade (4) e de avaliatividade (3), o que indica maior interesse dos pesquisadores sobre argumentação em análises baseadas em representações e posicionamentos, respectivamente. Tal evidência reforça a notoriedade do sistema de avaliatividade nessas investigações, o que justifica, novamente, a sua importância nesta Tese. Julgamos pertinente, também, um olhar para a concatenação entre as categorias linguísticas e os tipos de discurso concernentes aos trabalhos que empregaram a argumentação, os quais são retratados graficamente na Figura 6.

Figura 6 - Categorias e tipos de discurso nos trabalhos sobre argumentação



Fonte: Elaborado pela autora.

A Figura 6 revela que, na maior parte dos trabalhos, foi empregada uma combinação de categorias linguísticas para o exame da argumentação, exceto um trabalho, que teve como base exclusivamente o complexo oracional. Ademais, percebemos uma variedade nas análises concatenadas de argumentação e Linguística Sistemico-Funcional, uma vez que não há repetição de categorias nos tipos de discurso. No que se refere a essa questão, o DSP é novamente o tipo de discurso predominante, e o DDP, o mesmo tipo do *corpus* desta Tese, apareceu em apenas um trabalho. Trata-se do trabalho de Milanez (2019), que realizou um exame crítico do discurso de Temer na ocasião da posse de seus ministros, com vistas a identificar a forma como a metafunção ideacional e a interpessoal contribuem para o processo persuasivo do discurso. Esses dados nos mostram que, apesar de muitos trabalhos empregarem a avaliatividade, ela foi analisada, em todos, em conjunto com outra categoria. Dessa maneira, situamos mais uma lacuna que esta Tese se propõe a preencher: a investigação da avaliatividade na construção da argumentação em textos do tipo DDP, uma vez que nenhum trabalho nesse sentido foi localizado.

A partir do exposto, ressaltamos que este capítulo se organizou de modo a situar esta pesquisa no campo atual do conhecimento entre Linguística Sistemico-

Funcional e discurso político. Para tanto, apresentamos a cartografia dos trabalhos precedentes e estreitamos a atenção para os pontos primordiais que subjazem esta pesquisa: sistema de avaliatividade e argumentação. Isso feito, evidenciamos algumas lacunas na área e identificamos como esta pesquisa pode contribuir para avançarmos nas investigações dessa interface, o que atende ao terceiro desafio apresentado por DeSouza (2018): a justificativa do estudo do discurso político. Nos capítulos que seguem, continuaremos nos dedicando à explanação das bases teóricas essenciais para atingirmos os nossos objetivos. Começamos, então, com as questões relativas ao discurso político e, agora, passaremos para a argumentação e finalizaremos com a Linguística Sistêmico-Funcional, com foco no sistema de avaliatividade.

3 ARGUMENTAÇÃO NO DISCURSO POLÍTICO

Ao pensarmos no caráter da retórica, inicialmente, devemos levar em conta a sua abrangência nas ciências humanas, uma vez que ela é uma das ciências mais antigas e mais globais; perpassa todas as outras ciências, o que evidencia a sua transversalidade. Como apresentado por Alexandre Júnior (2005), na introdução da Retórica (ARISTÓTELES, 2005 [1354]), embora a aceção a ela atribuída inicialmente seja a de ciência, sabemos que essa não foi a sua delimitação *a priori*. Isso decorre do fato de que ela não foi criada com base na idealização de princípios de Aristóteles, mas nasceu do resultado da experiência de oradores habilidosos, a partir da percepção das estratégias e codificação dos preceitos naturais a esses oradores. Ou seja, o filósofo grego sistematizou a percepção das habilidades dos bons oradores, com vistas a auxiliar os demais nessa arte.

Alexandre Júnior (2005) também evidencia que essa ciência brotou da capacidade grega para a expressão oral, e a literatura da época, a qual foi moldada pela retórica, é, sobretudo, um dos principais modelos de divulgação dessa arte. Isso faz com que a literatura desempenhe importante papel cultural na sociedade, a exemplo das obras de Homero, as quais apresentam uma representação dos gregos como bons oradores encantados pela arte da palavra. Considera-se que os gregos, antes do surgimento da retórica, já dominavam uma espécie de pré-retórica, devido a sua boa oratória, que se caracterizava pela arte de falar bem, resultando no convencimento do outro.

Péricles, enquanto figura política, foi um dos principais representantes dessa ciência, cuja boa retórica contribuiu para a Grécia avançar do patamar da eloquência espontânea — oratória cotidiana — para a eloquência erudita — oratória técnica. Ou seja, contribuiu para ligar dois mundos: de uma Grécia espontânea e poética para uma Grécia da reflexão, da filosofia e da ciência. A figura de Péricles, como um líder que governava pela palavra uma cidade livre, deu origem ao surgimento da oratória como uma metalinguagem (ALEXANDRE JÚNIOR, 2005).

De acordo com Alexandre Júnior (2005), os primeiros registros retóricos provêm de Siracusa, em um cenário de acontecimentos nos quais, por meio da palavra, a democracia vence a tirania. Isso demonstra que uma boa retórica é fundamental para um ambiente democrático de valor. Nesse meio, surgem outros

nomes importantes, como Córax e Tísias, que elaboraram o primeiro manual da retórica, e Górgias, um importante professor de dialética e retórica.

Vários foram os estudiosos da retórica clássica e, por isso, não é possível situar um sistema uniforme para essa arte. As dissuasões existentes entre os estudiosos são voltadas para quatro questões: o seu estatuto metodológico - nem todos a compreendem como arte/ciência; o seu propósito - não há clareza entre o nível teórico da retórica e o nível prático da eloquência; o seu objeto - não há conformidade entre os gêneros do discurso aos quais ela se aplica; e o seu conteúdo ético - há, por exemplo, os que consideram a ética como responsabilidade da ciência e outros que a consideram como responsabilidade exclusiva do orador. Apesar das diferenças, o consenso que há entre todas as definições dessa arte é em relação a sua finalidade: a persuasão. Em linhas gerais, a partir do exposto, devemos compreender a retórica como uma arte/ciência que engloba três características: o bem dizer, o persuadir e a moral (ALEXANDRE JÚNIOR, 2005).

Todas essas informações contidas na Introdução da Retórica ressaltam a importância dessa arte não apenas nas ciências humanas, mas na vida em geral. De origem antiga, há registros de que o emprego da retórica⁴⁴ produziu efeitos históricos, como a derrocada da tirania em prol da democracia em Siracusa (ALEXANDRE JÚNIOR, 2005). Essa é uma das razões pelas quais devemos levá-la em conta nos diversos contextos sociais, especialmente naqueles em que o emprego da argumentação demonstra papel primordial, tal como em discursos políticos.

Ressaltamos que há diversas teorias atuais da argumentação, tais como as propostas por Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996), Toulmin (2001) e Amossy (2018). No entanto, considerando o nosso objetivo de pesquisa, contemplaremos, aqui, apenas os preceitos de teóricos que nos foram base para a investigação do *corpus* no que concerne à argumentação no discurso político. Para isso, este capítulo encontra-se dividido em duas seções: em 3.1 são apresentadas as questões basilares da argumentação, com base em Aristóteles, e em 3.2 são expostas questões relativas à

⁴⁴ Destacamos que há autores que consideram retórica e argumentação como aspectos distintos. Nesta pesquisa, estamos empregando esses termos com o mesmo sentido, na medida em que, assim como Amossy (2018), consideramos que se trata de questões permutáveis, visto que os discursos visam ora conquistar o público, ora orientar o olhar, de modo que é importante entender, ao mesmo tempo, “como o discurso faz ver, crer e sentir, e como ele faz questionar, refletir e debater” (AMOSSY, 2018, p. 11), não sendo necessário fazer distinção entre argumentação e retórica.

argumentação especificamente no discurso político, com foco na argumentação prática.

3.1 A BASE DAS TEORIAS DE ARGUMENTAÇÃO

Como apresentado, Aristóteles não trata a Retórica como uma ciência, e sim como uma arte. Não é ciência, uma vez que considera que ela está ligada ao conhecimento comum, pois, de alguma maneira, todos tentam “defender-se ou acusar” (ARISTÓTELES, 2005 [1354], p. 89). Para o filósofo, trata-se de uma arte, da qual todos participam de forma bem-sucedida, seja pelo acaso ou pela prática do hábito, o que torna possível a existência de um método.

Referente aos seus predecessores dos estudos de retórica, Aristóteles salienta que dedicaram maior atenção a outras questões, sem tratar dos entimemas (um tipo de silogismo retórico). A crítica do filósofo a esses autores reside no fato de que a atenção maior recaía sobre questões que afetavam o juiz, e não o assunto, como a compaixão e a ira, na tentativa de perverter o juiz e “falsear a regra que se pretende utilizar” (ARISTÓTELES, 2005 [1354], p. 91).

Assim como trata em sua *Política* (ARISTÓTELES, 2002 [1252]), Aristóteles (2005 [1354]) considera que as leis sejam bem feitas, de modo que sobram poucas questões para a decisão dos juizes. Dois são os motivos: é mais fácil encontrar poucos homens prudentes capazes de legislar e julgar e por que os juízos se dão de modo imprevisto. Há aí mais uma crítica aos seus predecessores, os quais se ocupam de questões externas que podem criar uma predisposição no juiz, sem foco nas provas realmente artísticas, as quais configuram o entimema. O mesmo método compete ao gênero deliberativo e ao judicial, entretanto, a oratória deliberativa é mais útil ao Estado, embora outros autores detenham-se mais no discurso judicial. A diferença entre elas é que, no discurso deliberativo, os ouvintes julgam sobre coisas que os afetam pessoalmente, enquanto nos discursos judiciais, os juizes julgam sobre questões alheias (ARISTÓTELES, 2002 [1252]).

Para Aristóteles (2005 [1354]), o método artístico é referente às provas por persuasão, que é uma espécie de demonstração, e a demonstração retórica é uma espécie de entimema (mais decisiva de todas as provas de persuasão), uma espécie de silogismo. Aquele que melhor puder teorizar sobre as premissas, que se refere ao que é e como se produz um silogismo, será o mais hábil em entimemas; além disso,

é necessário discernir o que é verdadeiro do que é verossímil, de modo a discernir sobre o plausível e a verdade.

Para Aristóteles (2005 [1354]), a utilidade da Retórica reside no fato de que a verdade e a justiça são mais fortes que os seus contrários, cabendo aos juízos serem feitos como convém, senão serão vencidas pelos seus contrários. A persuasão não deve se dar sobre o que é imoral, mas é preciso saber argumentar persuasivamente sobre as coisas contrárias, para que não escape o real estado da questão. Apenas a retórica e a dialética são artes que obtêm conclusões sobre contrários por meio de silogismos. A persuasão sobre coisas injustas pode causar danos, a exemplo de outros bens como a força, a saúde, a riqueza e o talento militar, por exemplo, que “sendo usados justamente, poderão ser muito úteis, e, sendo usados injustamente, poderão causar grandes danos” (ARISTÓTELES, 2005 [1354], p. 94).

A retórica não pertence a nenhum gênero particular e sua função não é persuadir, “mas discernir os meios de persuasão mais pertinentes a cada caso” (ARISTÓTELES, 2005 [1354], p. 94), pertencendo a ela o credível e o que tem aparência de o ser – silogismo verdadeiro e silogismo aparente; ou seja, na retórica um será retórico por conhecimento e outro por intenção. Além disso, a retórica não se trata apenas da faculdade da persuasão, mas, sim, da faculdade de descobrir os meios de persuasão adequados a cada caso, razão pela qual suas regras não se aplicam a nenhum gênero específico.

Referente às provas de persuasão, Aristóteles (2005 [1354]) considera que algumas são inartísticas, pois já são existentes (testemunhos, confissões sob tortura, documentos escritos, etc.), e outras são artísticas, as quais podem ser preparadas pelo método e por nós próprios. Há três espécies de provas de persuasão fornecidas pelo discurso: pelo caráter moral do orador, quando dá a impressão de que o orador é digno de fé (oriunda do discurso, e não de uma opinião prévia sobre ele); pela disposição dos ouvintes, quando são levados a sentir emoções por meio do discurso (pois os juízos variam conforme o sentimento); e pelo discurso, quando é mostrada a verdade ou o que parece verdade em cada caso particular. Essas provas servem para quem for capaz de formar silogismos (raciocinar criticamente) e puder teorizar sobre os caracteres, as virtudes e as paixões (ARISTÓTELES, 2005 [1354]). De acordo com o filósofo, a retórica é parte da dialética e a ela se assemelha, de modo que ambas proporcionam razões para os argumentos.

Em relação aos gêneros da retórica, Aristóteles (2005 [1354]) compreende que são três: o deliberativo, no qual temos o conselho e a dissuasão; o judiciário, no qual temos a acusação e a defesa; e o epidíctico, no qual temos o elogio e a censura. Um orador deliberativo se ocupa das coisas que podem vir acontecer ou não, ou seja, não há deliberação sobre aquilo que necessariamente existe ou existirá, nem sobre o que é impossível que exista ou que venha a existir. De tal maneira, os assuntos sobre os quais podem ser deliberados “são os que naturalmente se relacionam conosco e cuja produção está em nossas mãos” (ARISTÓTELES, 2005 [1354], p. 106), cujos temas principais são finanças, guerra e paz, defesa nacional, importações e exportações, bem como legislação. Aristóteles (2005 [1354]) destaca que o fim da deliberação consiste na felicidade e o seu objetivo reside no bom e no conveniente.

O gênero epidíctico, por sua vez, refere-se à virtude e ao vício, bem como ao belo e ao vergonhoso. Aristóteles evidencia que “as maiores virtudes são necessariamente as que são mais úteis aos outros, posto que a virtude é a faculdade de fazer o bem” (2005 [1354], p. 125). Há, nesse gênero, uma valorização da virtude, aspecto caro na teoria de Aristóteles, de modo que a sua grandeza é evidenciada por meio de um elogio, enquanto a sua falta é apresentada por meio de uma censura. Por fim, o gênero judiciário é relativo à injustiça, entendida como uma forma de violação à lei de forma voluntária, o que está relacionado à virtude e às paixões (ARISTÓTELES, 2005 [1354]).

Interessa-nos, nesta Tese, o gênero deliberativo, como será evidenciado na seção seguinte. Isso posto, ressaltamos que nesta seção foram apresentados apenas alguns dos aspectos básicos da perspectiva aristotélica de retórica, os quais se mostram importantes para a compreensão da teoria e para o desenvolvimento desta pesquisa. Na seção seguinte, restringiremos o nosso olhar para a argumentação especificamente quanto ao discurso político, nosso foco de investigação.

3.2 TEORIA DE ARGUMENTAÇÃO NO DISCURSO POLÍTICO

Pautados pelos pressupostos da Análise Crítica do Discurso (ACD), Fairclough e Fairclough (2012) fornecem uma estrutura replicável para a investigação do discurso político com foco na argumentação. A inovação na abordagem dos autores reside na maneira pela qual o discurso político é compreendido: como uma forma de argumentação prática; ou seja, a visão de política adotada é a de que a questão

relativa à ação, ao o que fazer, é fundamental. Tal noção atrela-se à concepção aristotélica de deliberação, na medida em que, para Fairclough e Fairclough (2012), os agentes políticos, envolvidos em situações de argumentação para fundamentar uma decisão, precisam deliberar acerca das várias possibilidades para a ação. Nesse viés, deliberação é entendida como “um *gênero* argumentativo em que a argumentação prática é o modo dominante de argumentação”⁴⁵ (FAIRCLOUGH; FAIRCLOUGH, 2012, p. 13 - grifo no original).

No entanto, os autores ressaltam que essa perspectiva não implica a compreensão de que o discurso político é constituído unicamente por argumentos. Isso porque, para eles, a política “é fundamentalmente sobre como fazer escolhas sobre como agir em resposta às circunstâncias e objetivos, é sobre a escolha de *políticas*, e tais escolhas e ações que se lhes seguem são baseadas em argumentos práticos”⁴⁶ (FAIRCLOUGH; FAIRCLOUGH, 2012, p.1 - grifo no original). Assim, há, na política, outros gêneros, tais como narrativa, descrição e explicação, que são não argumentativos; porém, estes encaixam-se na argumentação prática, dando subsídio a ela (FAIRCLOUGH; FAIRCLOUGH, 2012). Os autores ainda ressaltam que até mesmo argumentos que não são práticos, como aqueles que sustentam uma visão de mundo, incorporam-se à argumentação prática com vistas a sustentar a decisão e a ação.

Os procedimentos metodológicos adotados por Fairclough e Fairclough (2012) para a análise da argumentação no discurso político são aplicados em um contexto de crise, especificamente financeira e econômica. Crises, segundo os autores, são tanto inevitáveis quanto necessárias, para que as pessoas imponham ordem nas situações de desequilíbrios. Nesses contextos, “as pessoas têm de tomar decisões sobre como agir em resposta e desenvolver estratégias para a consecução de determinados cursos de ação ou políticas que venham a restaurar o equilíbrio e racionalidade”⁴⁷ (FAIRCLOUGH; FAIRCLOUGH, 2012, p. 3). Para os autores, o interesse consiste nos aspectos subjetivos das crises, pois são eles que se vinculam à agência dos atores políticos na tomada de decisões e ao desenvolvimento de

⁴⁵ No original: “an argumentative *genre* in which practical argumentation is the dominant mode of argumentation”.

⁴⁶ No original: “is most fundamentally about making choices about how to act in response to circumstances and goals, it is about choosing *policies*, and such choices and the actions which follow from them are based upon practical argumentation”.

⁴⁷ No original: “people have to make decisions about how to act in response and to develop strategies for pursuing particular courses of action or policies which will hopefully restore balance and rationality.”

estratégias em resposta a ela, o que justifica a concepção de que os atores políticos se envolvem discursivamente em argumentação prática, incluindo deliberação.

O fim do discurso político, nessa perspectiva, pode ser o de convencer um público de que um determinado percurso de ação é correto ou que um ponto de vista é verdadeiro, razão pela qual se prioriza a perspectiva de argumentação prática. Assim, na análise de discurso político torna-se indispensável a capacidade de analisar a estrutura de um argumento prático para poder avaliá-lo criticamente, o que implica a percepção de que “compreender a natureza argumentativa de textos políticos é, portanto, fundamental para ser capaz de avaliar as estratégias políticas de que fazem parte”⁴⁸ (FAIRCLOUGH; FAIRCLOUGH, 2012, p. 18). Como discutido no Capítulo 2, política, nessa visão, opera em contexto de discórdia e conflito, e também em condições de incerteza, situações essas que exigem uma tomada de decisão imediata, em uma tentativa, inclusive, de levar a política para uma direção mais democrática.

O papel da deliberação é, portanto, crucial: pesar cuidadosamente uma variedade de considerações relevantes, e aliado com os outros, em um ambiente democrático onde uma grande variedade de pontos de vista podem ser expressos e tidos em conta, não só irá produzir uma decisão legítima no sentido processual, mas também irá melhorar a racionalidade do processo de tomada de decisão e, portanto, tem uma chance de produzir uma decisão melhor, mais razoável. A decisão será razoável, como resultado do procedimento pelo qual se chegou, apesar de nem sempre ser a "melhor" decisão (dado de tempo inevitável e as limitações de informação e outras limitações)⁴⁹. (FAIRCLOUGH; FAIRCLOUGH, 2012, p. 34).

Nessa tentativa de se tomar uma decisão mais razoável, cujo contexto exige uma racionalidade no processo de tomada de decisão, Fairclough e Fairclough (2012) delineiam uma estrutura analítica para a investigação do raciocínio prático e para a sua avaliação. De imediato, vale destacar que raciocínio prático é diferente de raciocínio teórico: o primeiro é relativo a raciocinar sobre o que fazer e “surge em resposta a problemas práticos que são endereçados a nós como agentes que estão

⁴⁸ No original: “Understanding the argumentative nature of political texts is therefore key to being able to evaluate the political strategies they are a part of”.

⁴⁹ No original: “The role of deliberation is therefore crucial: carefully weighing a variety of relevant considerations, and ideally with others, in a democratic settings where a wide range of viewpoints can be expressed and taken into account, will not only produce a legitimate decision in the procedural sense, but will also enhance the rationality of the decision-making process and therefore stand a chance of producing a better, more reasonable decision. The decision will be reasonable as a result of the procedure by which it has been arrived at, even though it may not always be the ‘best’ decision (given unavoidable time and information limitations and other constraints)”.

agindo em circunstâncias particulares e com o objetivo de alcançar vários objetivos”⁵⁰ (FAIRCLOUGH; FAIRCLOUGH, 2012, p. 35); já o segundo, por sua vez, é um raciocínio epistêmico, referente ao que é ou não verdadeiro, e “‘parece’ ser verdade, com base em todas as evidências disponíveis e, portanto, é razoável acreditar, mas está sujeito a ser derrotado pelas várias características particulares de uma determinada situação”⁵¹ (FAIRCLOUGH; FAIRCLOUGH, 2012, p. 35).

Fairclough e Fairclough (2012) citam quatro tipos de argumentos, a saber, dedutivos, indutivos, condutivos e plausíveis. Relativo aos argumentos dedutivos, os autores ressaltam que são aqueles em que a conclusão necessariamente decorre das premissas, ou seja, as premissas implicam a conclusão, de modo que as premissas maior e menor estejam sempre ligadas, uma vez que ambas são necessárias e que juntas elas sustentam a conclusão. Já quanto aos argumentos indutivos, Fairclough e Fairclough (2012) evidenciam que são aqueles relativos à probabilidade, que possuem força indutiva, como, por exemplo, generalizações empíricas, e eles possuem um padrão coordenativo que liga várias premissas do mesmo tipo, de modo que todas elas devem ser tomadas em conjunto, uma vez que, de forma separada, elas são muito fracas para sustentar a conclusão.

Por sua vez, referente aos argumentos condutivos, os autores destacam que há um padrão convergente, em que as premissas não precisam ser tomadas juntas para a conclusão, uma vez que sozinhas elas são capazes de fornecer justificção suficiente. Tal tipo de argumento pode apresentar premissas relativas a diferentes contextos da vida, pois umas podem denotar razões para a conclusão, enquanto outras podem denotar razões contra ela. Por fim, concernente ao argumento plausível, os autores salientam que este é baseado na presunção, e tem a conclusão deduzida das premissas de forma provisória, de modo que “‘parece’ ser verdadeira, baseada em todas as evidências disponíveis e, portanto, é razoável acreditar, mas está sujeita à derrota pelas várias características particulares de uma dada situação”⁵² (FAIRCLOUGH; FAIRCLOUGH, 2012, p. 39).

⁵⁰ No original: “It arises in response to practical problems which are addressed to us as agents who are acting in particular circumstances and aiming to achieve various goals”.

⁵¹ No original: “It arises in response to problems addressed to us as knowers with fallible cognitive capacities, trying to figure out what is the case”.

⁵² No original: “it ‘seems’ to be true, based on all the evidence available, and is therefore reasonable to believe, but it is subject to defeat by the various particular features of a given situation”.

Dentre esses quatro tipos de argumentos apresentados, os autores consideram que os argumentos práticos são do tipo plausível, uma vez que, no raciocínio prático, “os agentes apresentam uma reivindicação de ação como um meio presumível para um fim ou meta. A reivindicação pode ser aceita presumivelmente, a menos que haja razões mais fortes e importantes contra ela”⁵³ (FAIRCLOUGH; FAIRCLOUGH, 2012, p. 39). Conforme os autores, em contextos pautados por incerteza, falta de conhecimento completo e com restrições de tempo, em que uma conclusão provisória se faz necessária, os argumentos plausíveis são apropriados. Todavia, “a conclusão de um argumento plausível é sempre impraticável *em princípio*, mesmo nos casos em que a presunção a favor dela é muito forte”⁵⁴ (FAIRCLOUGH; FAIRCLOUGH, 2012, p. 39 - grifo no original).

O raciocínio prático é essencialmente inviável. Mesmo quando uma proposta de ação parece razoavelmente apoiada, alguma premissa adicional (expressando algumas informações novas, alguns meios alternativos melhores que são trazidos à nossa atenção, um objetivo concorrente ou princípio moral, alguma consequência indesejável da ação que não havíamos pensado antes) pode nos levar a revisar o argumento ou rejeitar a reivindicação original. Tendo em mente que novas considerações deste tipo sempre podem surgir, até que elas ocorram, se tivermos prestado atenção suficiente a todas as considerações que pudéssemos pensar, se a alegação sobreviveu às nossas tentativas de encontrar razões (primordiais) contra ela, podemos aceitar presumivelmente a proposta de ação como razoável, como a coisa certa a fazer⁵⁵. (FAIRCLOUGH; FAIRCLOUGH, 2012, p. 39).

Essa percepção denota que uma proposta de ação precisa passar por várias considerações para que ela seja considerada razoável e possível de ser feita, razão pela qual a estrutura do raciocínio prático apresentada pelos autores é constituída pelas seguintes premissas: *proposta de ação*, *objetivos*, *valores*, *circunstâncias* e *meio-fim*⁵⁶ (FAIRCLOUGH; FAIRCLOUGH, 2012). Nessa perspectiva, os objetivos dos agentes são relativos a um futuro estado de coisas, que é sustentado por valores

⁵³ No original: the agents come up with a claim for action as a presumptive means to an end or goal. The claim can be accepted presumptively unless there are stronger, overriding reasons against it”.

⁵⁴ No original: “the conclusion of a plausible argument is always defeasible in principle, even in those cases where the presumption in favour of it is very strong”.

⁵⁵ No original: “Practical reasoning is essentially defeasible. Even when a claim for action seems reasonably, supported, some additional premise (expressing some new information, some better alternative means that is brought to our attention, a competing goal or moral principle, some undesirable consequence of action we had not thought of before) may lead us to revise the argument or to reject the original claim. Bearing in mind that new considerations of this sort can always come up, until they do, if we have paid sufficient attention to all considerations we could think of, if the claim has survived our attempts to find (overriding) reasons against it, we can presumptively accept the proposal for action as a reasonable one, as the right thing to do”.

⁵⁶ Tradução de Gonçalves-Segundo (2019).

e preocupações, ligados a uma premissa circunstancial. Quanto à premissa *objetivo*, os autores destacam que ela está atrelada não ao que o agente quer, mas sim a “um futuro, possível estado de coisas que o agente prevê, *compatível* com suas preocupações (conforme expresso na premissa do valor)”⁵⁷ (FAIRCLOUGH; FAIRCLOUGH, 2012, p. 42), de modo que tais preocupações podem ser relativas aos desejos e vontades do agente, ou podem ser apenas exigências as quais ele deve cumprir.

Em linhas gerais, a forma como o raciocínio prático opera consiste em levar em conta as circunstâncias e o objetivo a ser realizado, e verificar o que o agente deveria fazer para atingir tal objetivo. O *objetivo* é relativo a um estado de coisas futuro, as *circunstâncias* englobam fatos institucionais, enquanto os *meios* operam como hipóteses, no sentido presumível de que, ao realizá-los, passaríamos de um estado de coisas para outro (FAIRCLOUGH; FAIRCLOUGH, 2012). No raciocínio prático,

sei quais são as circunstâncias e sei qual deve ser o resultado futuro: são dois estados do mundo, um imediatamente presente, o outro um futuro imaginado em que o que eu quero ou o que é moralmente requerido (o que eu deveria querer) foi alcançado. O que eu *não sei* é que meios me levarão da situação atual para a futura, e vou *conjecturar* que a ação A pode ser esse meio, baseado em que meu conhecimento do mundo, experiência passada, imaginação, etc. sugerem, a ação que eu finalmente concluo em favor de é aquela que parece conectar as circunstâncias presentes às futuras, aquela que pode transformar minhas circunstâncias atuais de acordo com a *fonte de normatividade* especificada na premissa do valor⁵⁸. (FAIRCLOUGH; FAIRCLOUGH, 2012, p. 43 - grifos no original).

As cinco premissas do raciocínio prático supramencionadas possuem uma relação específica: há uma hipótese de que a *proposta de ação* (A) permita o alcance dos *objetivos* (O⁵⁹) do agente, levando em conta as *circunstâncias* (C) e os *valores* (V), isso leva à alegação presumida de que A é o *meio-fim* (M-O) que leva o Agente de C para O. Essa relação é representada na Figura 7, em que há o emprego de uma

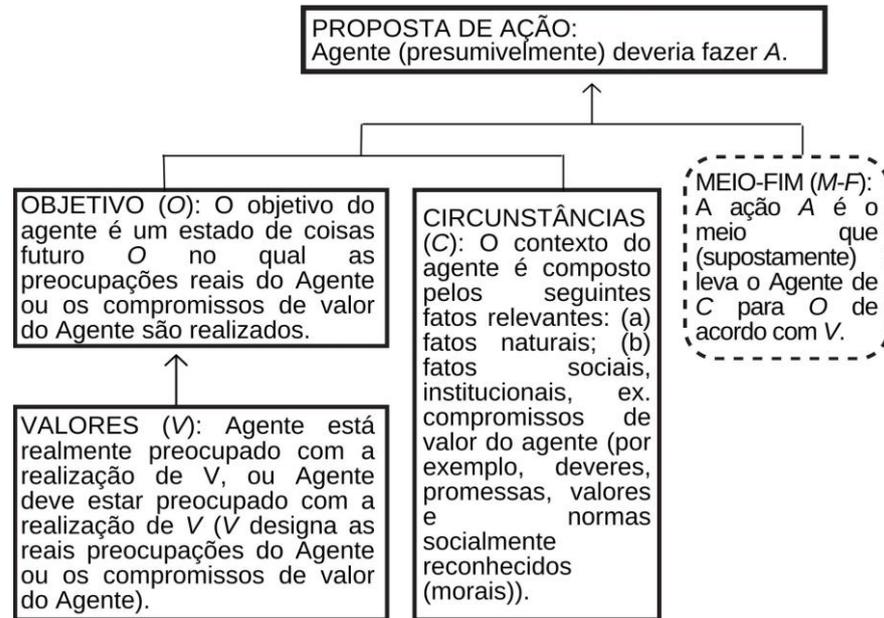
⁵⁷ No original: “a future, possible state of affairs that the agent envisages, compatible with his concerns (as expressed in the value premise)”.

⁵⁸ In other words, I know what the circumstances are, and I know what the future outcome should be: these are *two states of the world*, one immediately present, the other an imagined future in which what I want or what is morally required (what I ought to want) has been achieved. What I *don't know* is what means will take me from the current situation to the future one, and I will *conjecture* that action A might be that means, based on my knowledge of the world, past experience, imagination, etc. So, we suggest, the action I eventually conclude in favour of it the one that appears to *connect* the present circumstances to the future ones, the one that can *transform* my current circumstances in accordance with the *source of normativity* specified in the value premise.

⁵⁹ Empregamos “O” (objetivo) em substituição a “G” (Goal), empregado por Fairclough e Fairclough (2012) na língua inglesa.

linha tracejada entre a premissa *meio-fim* e a conclusão, uma vez que a relação entre eles é apenas presumível.

Figura 7 - Esquema de raciocínio prático



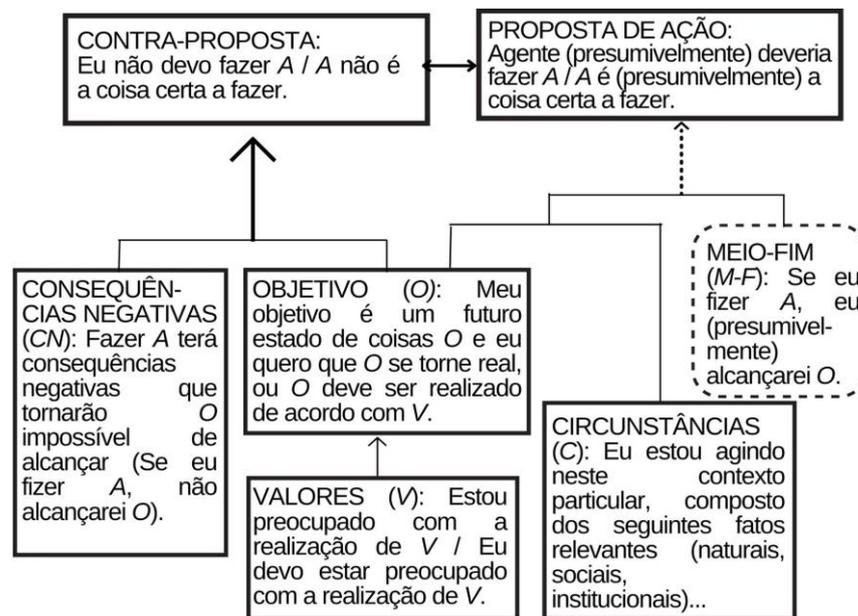
Fonte: Traduzido de Fairclough e Fairclough (2012, p. 48).

Nessa visão de raciocínio prático, as *circunstâncias* e os *objetivos* são tomados como premissas, de modo que, combinados em uma relação *meio-fim*, podem levar o agente das circunstâncias da ação até o seu *objetivo*, que é o futuro estado de coisas. Vale ressaltar que o objetivo não implica necessariamente o desejo pessoal do agente, mas sim aquilo que é normativamente apropriado naquela situação específica. (FAIRCLOUGH; FAIRCLOUGH, 2012). Os valores, tanto reais quanto o que se espera que se tenha, são de ordem moral, social e institucional, os quais podem estar vinculados também a compromissos em que os agentes se envolvem. Os valores incluem e restringem as ações possíveis, uma vez que são eles que devem ser internalizados pelos agentes para moldar os objetivos e a ação que deve ser tomada. As circunstâncias são vistas como um problema a ser resolvido, de modo que, de acordo com o ponto de vista e os objetivos do agente, são avaliadas de forma negativa (FAIRCLOUGH; FAIRCLOUGH, 2012).

Essa visão de raciocínio prático implica que haja sempre uma lacuna entre as premissas e a conclusão, uma vez que não há como raciocinar logicamente a partir

de premissas sobre o que é conhecido por afirmações sobre o que é desconhecido (FAIRCLOUGH; FAIRCLOUGH, 2012). Nesse caso, uma proposta de ação pode ser provisoriamente aceita, desde que, ao tentarmos refutá-la criticamente por meio de possíveis considerações contra ela, ela sobreviva; por essa razão, os autores sugerem que há outro tipo de argumento prático. Trata-se de um argumento de consequências, que considera as consequências prováveis da ação como premissas, de modo a inferir que a ação não deva ser executada (FAIRCLOUGH; FAIRCLOUGH, 2012). Trata-se de um contra-argumento, uma *contraproposta* para o primeiro esquema de raciocínio prático — de objetivos e circunstâncias —, que pode ser verificado na Figura 8.

Figura 8 – Esquema de raciocínio prático com contra-argumento



Fonte: Traduzido de Fairclough e Fairclough (2012, p. 51)

A apresentação de consequências da ação que podem minar a meta servem para refutá-la, mostrando-a como inaceitável ou falsa, de modo que passam a operar como uma premissa em um contra-argumento, e, nessa situação, a não execução da ação é a atitude mais racional a ser tomada (FAIRCLOUGH; FAIRCLOUGH, 2012). De acordo com os autores, o raciocínio prático, no momento em que envolve a ponderação de *prós* e *contras* e que a conclusão é tirada no balanço entre eles, possui argumentação do tipo condutivo. Fairclough e Fairclough (2012) evidenciam que a integração entre os dois esquemas de raciocínio prático — o de objetivos e

circunstâncias e o de contra-proposta — representam a estrutura mínima da deliberação. Os autores ressaltam, em síntese, que a deliberação, por ser um gênero argumentativo, tem o raciocínio prático como o principal tipo de raciocínio e envolve “‘equilibrar’ vários argumentos práticos, em favor de *diferentes* reivindicações de ação, uns contra os outros”⁶⁰ (FAIRCLOUGH; FAIRCLOUGH, 2012, p. 50 – grifos no original).

Como evidenciado, o esquema de raciocínio prático em discussão foi elaborado para explicar o funcionamento da argumentação em contextos de deliberação, especificamente nos contextos institucionais em que Fairclough e Fairclough (2012) situam exclusivamente o discurso político (ver seção 2.1.1). Todavia, consideramos que ele possa ser replicado na análise da argumentação de discursos em outros contextos, incluindo debates eleitorais televisivos, razão pela qual tomaremos esse modelo como suporte para as análises. De forma coadunada, Gonçalves-Segundo (2019) considera que esse modelo parece ser aplicável em outros contextos argumentativos, tais como editoriais, artigos de opinião, entrevistas e debates. Esse autor apresenta uma releitura do modelo proposto por Fairclough e Fairclough (2012), “agregando expansões, rearranjos e revisões” (GONÇALVES-SEGUNDO, 2019, p. 111) e ilustra-a com a análise de um *tweet* sequencial, o que reforça a sua aplicabilidade em outros contextos.

Gonçalves-Segundo (2019) reforça que o movimento argumentativo na argumentação prática, constituída pelos elementos anteriormente apresentados, quais sejam objetivos, circunstâncias, valores, consequências da ação e relação meio-fim, é direcionado à Proposta de Ação, diferente da argumentação epistêmica, em que o movimento é direcionado à Alegação⁶¹. No que se refere às Propostas de Ação, o autor evidencia que ela é construída em cima de alternativas de solução para um problema prático (Contra-Propostas), uma vez que a argumentação se dá no dissenso, e destaca algumas marcas linguísticas típicas do seu emprego, a saber, julgamentos de propriedade (com base em Martin e White, 2005), marcadores deônticos, marcadores volitivos e imperativos (GONÇALVES-SEGUNDO, 2019).

⁶⁰ No original: “‘balancing’ several practical arguments, in favour of *different* claims for action, against each other”.

⁶¹ Diferentemente de Fairclough e Fairclough (2012), Gonçalves-Segundo (2019) grifa os nomes dos elementos do raciocínio prático com iniciais maiúsculas, o que será respeitado aqui.

Assim como Fairclough e Fairclough (2012), o autor considera os dois enquadramentos da argumentação prática, “(i) argumentações práticas cuja problemática é sustentada por um acordo prévio quanto a Circunstâncias e a Objetivos; e (ii) argumentações práticas cuja problemática é oriunda de um desacordo sobre Circunstâncias e Objetivos” (GONÇALVES-SEGUNDO, 2019, p. 116). De acordo com o autor, o primeiro relaciona-se a um acordo prévio sobre os Objetivos, em que há, em certa medida, consenso sobre o estado de coisas futuras que se almejam, enquanto o segundo vincula-se a uma discussão relativa à implementação de uma Proposta de Ação. Em ambos os casos, há dissenso que implica projetos de mudança ou de intervenção da realidade: no primeiro, o dissenso reside nas alternativas de ação a serem realizadas, denominado “problema prático orientado a alternativas de ação” enquanto no segundo o dissenso situa-se na possibilidade de refutação, denominado “problema prático orientado às motivações para ação” (GONÇALVES-SEGUNDO, 2019, p. 117-8).

A percepção de Fairclough e Fairclough (2012) de que a argumentação prática, quando envolve o exame de prós e contras de cada Proposta de Ação, é condutiva, é compartilhada por Gonçalves-Segundo (2019), que considera que uma série de critérios devem ser levadas em conta nesse processo, a saber: a eficácia da Proposta de ação; a viabilidade da Proposta; a eficiência da Proposta; a inofensividade da Proposta; o beneficiamento resultante da Proposta; e o (des)respeito aos Valores. Relativo aos Valores, o autor destaca três funções fundamentais que dele se depreendem:

(i) a de restringir o conjunto de ações que pode ser proposto; (ii) a de delimitar o Objetivo que deve ser alcançado; e (iii) a de sustentar a seleção e a descrição das Circunstâncias que caracterizam o estado-de-coisas indesejável ou inaceitável, a partir do qual o problema prático se origina. (GONÇALVES-SEGUNDO, 2019, p. 120).

Em relação ao componente circunstancial, Gonçalves-Segundo (2019) considera que seja nele que um detalhamento pode ser realizado, com vistas à ampliação do seu potencial descritivo e explicativo relativo ao processo condutivo da argumentação prática. Nesse aspecto encontra-se uma das contribuições de Gonçalves-Segundo (2019) ao modelo proposto por Fairclough e Fairclough (2012), uma vez que, levando em conta que estes consideram as Circunstâncias como um estado-de-coisas presente que é avaliado de forma negativa e também como o

contexto de ação do Agente, aquele elaborou uma tipologia com cinco Circunstâncias para descrever e explicar o funcionamento da argumentação prática. Essa tipologia é exposta no Quadro 3.

Quadro 3 - Tipologia de Circunstâncias da argumentação prática

TIPO	DESCRIÇÃO
Circunstâncias Motivadoras	Trata-se daquelas que dão origem ao problema prático, na medida em que resultam de um enquadramento discursivo que avalia o estado-de-coisas presente de forma negativa, mais especificamente, como indesejável, inaceitável ou, pelo menos, aprimorável. É sobre esse tipo de Circunstância que Fairclough & Fairclough (2012) basicamente se detêm. [...]
Circunstâncias Viabilizadoras	Consistem naquelas que delimitam a viabilidade da Proposta de Ação, indicando que há, no estado-de-coisas presente, condições para aplicá-la. A análise desse tipo de Circunstância está ligada, como o próprio nome indica, à avaliação do critério de viabilidade da Proposta. [...]
Circunstâncias Bloqueadoras	Constituem-se naquelas que delimitam a inviabilidade da Proposta de Ação, indicando que não há, no estado-de-coisas presente, condições para aplicá-la. Nesse sentido, elas podem direcionar a reflexão, em textos monologas, ou a deliberação, em textos dialogais sob contextos pragmaticamente relevantes, para a rejeição da Proposta em foco e para a ponderação de alguma Contra-Proposta de Ação. [...]
Circunstâncias Adversas	São aquelas que delimitam condições que desestimulam a realização da Proposta de Ação. Elas não são vistas como bloqueadoras, na medida em que não são construídas como impeditivas; contudo, oferecem obstáculos para a efetivação da Proposta. Em geral, elas tendem a atuar ou como um mecanismo de ponderação que requisitará dos oradores uma reavaliação do projeto ou como um mecanismo de atribuição relativo à Proposta, buscando desestimular adesão, dadas as dificuldades de concretização, ainda que seja possível fazê-lo. Por conseguinte, elas também podem direcionar a deliberação para uma possível Contra-Proposta.
Circunstâncias Catalisadoras	Trata-se daquelas que delimitam o potencial de o estado-de-coisas presente apresentar condições que garantam o alcance do estado de mundo futuro expresso nos Objetivos, por meio da efetivação da Proposta de Ação. Assim, a análise desse tipo circunstancial consiste em um dos elementos que compõem tanto o critério da eficácia quanto da eficiência da Proposta.

Fonte: Adaptado de Gonçalves-Segundo (2019, p. 122-124).

Em relação ao *layout* de Fairclough e Fairclough (2012) para a análise dos argumentos práticos, Gonçalves-Segundo (2019) evidencia que ele deve ser entendido como um instrumento descritivo, e não como um instrumento normativo, uma vez que ele “permite ao analista apreender o papel das proposições, derivadas de enunciados, que convergem na defesa ou na refutação de uma Proposta de Ação” (p. 125), e não é um modelo ideal de construção da argumentação relativa a um problema prático. Ademais, o autor reforça que não se faz necessária a instanciação de todos os componentes do *layout* para a compreensão de um movimento argumentativo como prático, pois, por mais que eles existam, eles não precisam ser necessariamente explicitados na argumentação. Tal constatação significa que “uma Proposta de Ação pode ser defendida pela focalização de apenas um de seus eixos de funcionamento: eficácia, viabilidade, eficiência, inofensividade, beneficiação ou respeito aos valores” (GONÇALVES-SEGUNDO, 2019, p. 125).

Expostas as questões básicas e específicas que subsidiam esta pesquisa no que concerne à análise de argumentação do *corpus* em questão, a saber, os debates eleitorais televisivos de presidenciais do ano de 2018 e 2022 no Brasil, passamos, no Capítulo seguinte, para a discussão teórica do último elemento da triangulação necessária para o desenvolvimento desta pesquisa. Tal elemento consiste no sistema de avaliatividade, atrelado à perspectiva teórica da Linguística Sistêmico-Funcional, que se encontram descritos na sequência.

4 LINGÜÍSTICA SISTÊMICO-FUNCIONAL

Não há dúvidas de que linguagem e vida humana são dois conceitos estreitamente imbricados. Isso é evidente na medida em que as diversas práticas humanas diárias, mesmo as mais simples — como checar as redes sociais, seguir um manual de instrução, assistir a um vídeo, conferir a previsão do tempo e fazer o pedido do jantar por um aplicativo — são pautadas pela linguagem. Os momentos em que as práticas cotidianas não são conduzidas por ela são escassos, talvez apenas quando os indivíduos encontram-se totalmente dedicados a uma atividade física (EGGINS, 2004). Tal constatação denota o papel primordial que a linguagem exerce nas vivências e nas relações humanas.

Dentre as diversas práticas que perpassam a vida humana, encontra-se a política, que, como enfatizado no Capítulo 2, possui a linguagem como constitutiva de suas ações. Essa noção justifica-se, pois, mesmo que nela haja objetivos que são materiais e não linguísticos, a linguagem está por trás de todas as negociações políticas (BAYLEY, 2008). Dado o caráter imperativo da linguagem no discurso político, a partir do momento em que nos propomos a analisar evidências linguísticas em sua relação com a construção da argumentação — a qual também não pode ser desvinculada da linguagem — em exemplares de textos dessa atividade sociossemiótica da sociedade, torna-se necessário delimitar como esta questão substancial é compreendida nesta Tese. Dessa maneira, a seção 4.1 destina-se à explanação da forma como a teoria linguística empregada, a saber, a Linguística Sistêmico-Funcional (LSF), concebe a linguagem e os aspectos a ela relacionados, pois são essas noções capitais que dão subsídio à pesquisa.

Outro aspecto cuja compreensão se faz basilar para o desenvolvimento deste trabalho concerne às questões relativas ao sistema discursivo que operará como foco na investigação linguística do *corpus*, qual seja, o Sistema de Avaliatividade. Por essa razão, na seção 4.2 dispõe-se da clarificação de questões relativas a esse sistema, que se organiza de modo a “desenvolver e estender a explicação interpessoal da LSF, atendendo a três eixos ao longo dos quais a postura intersubjetiva do falante/escritor pode variar”⁶² (MARTIN; WHITE, 2005, p. 1).

⁶² No original: “is to develop and extend the SFL account of the interpersonal by attending to three axes along which the speaker’s/writer’s intersubjective stance may vary”.

4.1 LINGUAGEM, TEXTO, CONTEXTO E METAFUNÇÕES

A LSF é uma teoria que concebe a linguagem de forma abrangente, o que significa que “ela se preocupa com a linguagem em sua totalidade, de modo que tudo o que é dito sobre um aspecto deve ser entendido sempre com referência ao quadro total”⁶³ (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014, p. 20). Com essa afirmação, Halliday e Matthiessen (2014) sugerem que o pensamento sistêmico sobre a linguagem visa à compreensão da natureza e da dinâmica de um sistema semiótico em sua totalidade. Disso decorre a premissa de que a linguagem é um dos sistemas semióticos que constitui a cultura humana, e seu destaque reside no fato de servir como sistema de codificação para os demais (GHIO; FERNÁNDEZ, 2008). Essa é a razão pela qual a linguagem pode ser considerada, em relação aos outros sistemas semióticos, como detentora de um “status privilegiado”⁶⁴ (EGGINS, 2004, p. 15).

A linguagem, enquanto espécie da semiótica, é entendida “como um entre vários sistemas de significados que, tomados em conjunto, constituem a cultura humana”⁶⁵ (HALLIDAY, 1985, p. 4). Ressaltamos que, na LSF, semiótica não é contemplada conforme o sentido saussureano do termo, que a concebe como o estudo geral dos signos. Na perspectiva hallidayana, essa acepção é concebida como o estudo dos “sistemas de signos”, ou seja, “como o estudo dos significados em seu sentido mais geral”⁶⁶ (HALLIDAY, 1985, p. 3). Disso depreende-se que a linguística, enquanto uma espécie de semiótica, opera com o sistema de signos não como um conjunto de coisas individuais, mas como redes de relacionamentos (HALLIDAY, 1985).

Nessa visão, a linguagem é abordada como um dos modos de construir significados que são modificados social e culturalmente (EGGINS, 2004). Tal afirmação denota a vinculação direta entre a linguagem e o social, outro aspecto incisivo nessa perspectiva teórica. Por social, Halliday (1985) compreende dois significados simultâneos, a saber, um mais geral que a vê como sistema social, tal como sinônimo de cultura, e outro mais particular, que visa à relação entre linguagem

⁶³ No original: “it is concerned with language in its entirety, so that whatever is said about one aspect is to be understood always with reference to the total picture”.

⁶⁴ No original: “privileged status”.

⁶⁵ No original: “as one among a number of systems of meaning that, taken all together, constitute human culture”.

⁶⁶ No original: “in other words, as the study of meaning in its most general sense”.

e estrutura social, que se configura como um aspecto do sistema social. Assim, a perspectiva social é primariamente adotada, visto que se objetiva relacionar a linguagem principalmente à estrutura social, que é um aspecto particular da experiência humana (HALLIDAY, 1985). Resulta disso que os dois aspectos supramencionados — semiótica e social — operam de forma atrelada, de modo que a denotação da abordagem atribuída à linguagem na LSF é de uma perspectiva sociossemiótica (HALLIDAY, 1985; HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014).

Um aspecto que decorre da linguagem enquanto sistema semiótico consiste no conjunto de escolhas ou de oposições significativas que ela cinge (EGGINS, 2004). Isso quer dizer que a linguagem põe à disposição do falante/escritor escolhas ilimitadas de modos de criação de significados, as quais trabalham em todos os pontos de produção de fala e ocorrem, em sua maioria, de forma inconsciente (BLOOR; BLOOR, 2004). Podemos considerar que essas escolhas à disposição estão relacionadas tanto à estrutura quanto ao sistema. Por estrutura, compreendemos o princípio de ordenação de padrões ou regularidades do que vai junto com o quê; já por sistema entendemos o princípio de padrões do que poderia ir em vez de quê — suas ordens são, respectivamente, sintagmáticas e paradigmáticas (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014).

Linguagem pode ser entendida, nessa perspectiva, como “a instanciação de um potencial de significados indefinidamente grande por meio de atos de significados que simultaneamente constroem a experiência e promovem relações sociais”⁶⁷ (WEBSTER, 2019, p. 35). Vale ressaltar que para a LSF, de acordo com Webster (2019), significado não é restrito ao referencial, ele vai além: significados são criados para a construção de experiências, para a representação de relações sociais e para a criação do discurso. Ademais, todo o uso da linguagem é motivado por um propósito, que pode ser claro e pragmático ou menos tangível (EGGINS, 2004).

Em linhas gerais, a linguagem, na perspectiva sistêmico-funcional, pode apresentar quatro principais afirmações teóricas, quais sejam: seu uso é funcional; possui a função de criação de significados; os significados são influenciados pelo contexto social e cultural de troca; e o processo de construção de significados se dá por meio da escolha (EGGINS, 2004). Para além disso, Halliday e Matthiessen (2014, p. 20) ampliam essa percepção, ao considerarem que a linguagem é referida “(i) como

⁶⁷ No original: “the instantiation of an indefinitely large meaning potential through acts of meaning which simultaneously construe experience and enact social relationships”.

texto e como sistema, (ii) como som, como escrita e como linguagem, (iii) como estrutura - configurações de partes, e (iv) como recurso - escolhas entre alternativas”⁶⁸.

Sistema e função são dois aspectos justapostos nessa perspectiva, razão que justifica a nomenclatura atribuída à teoria. O termo “funcional” tem uma compreensão diferente das outras teorias funcionalistas, as quais o concebem como uma ferramenta equivalente ao uso da linguagem, uma vez que essa definição não abarca a natureza interna da linguagem (GHIO; FERNÁNDEZ, 2014). De acordo com Ghio e Fernández (2014), para a LSF, faz-se necessário mostrar a relação dialética estabelecida entre os usos sociais e o sistema, de modo que a noção de função é ampliada para metafunção, que dá conta das funções mais abstratas. Já o termo “sistêmico” é relativo à rede de paradigmas disponíveis, ou seja, às possibilidades de escolha (GHIO; FERNÁNDEZ, 2014).

Essa é uma característica definidora da linguagem, uma vez que “uma linguagem é um recurso para criar significado, e o significado reside em padrões sistêmicos de escolha”⁶⁹ (HALLIDAY E MATTHIESSEN, 2014, p. 23). A linguagem é, então, um sistema de significados, pela qual as pessoas constroem sentidos, razão pela qual a gramática é um estudo da construção de significados por meio de escolhas de palavras e de recursos gramaticais. É, ao mesmo tempo, semântica, na medida em que se preocupa com o significado, e funcional, na medida em que se preocupa em como a linguagem é usada (BLOOR; BLOOR, 2014).

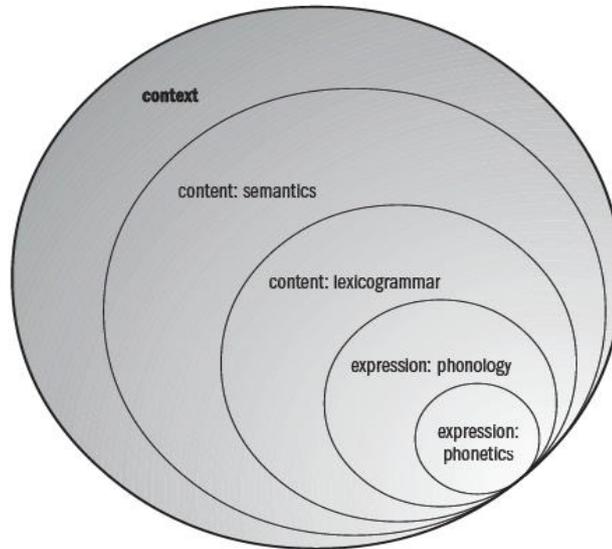
A modelação da linguagem na perspectiva sistêmico-funcional se dá de forma estratificada (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014). Isso significa que ela possui vários níveis para a construção de sentido, a saber, contexto, semântica, léxico-gramática, fonologia e fonética e grafologia. Com a compreensão de que a linguagem é usada para dar sentido à nossa experiência e para interagir com outras pessoas, esses estratos denotam que há a necessidade de interagir com os acontecimentos relativos ao mundo e aos processos sociais em que nos envolvemos (contexto), de transformar a experiência e os relacionamentos interpessoais em significado (semântica), de transformar o significado em redação (léxico-gramática), usando o corpo humano

⁶⁸ No original: “(i) as text and as system, (ii) as sound, as writing and as wording, (iii) as structure – configurations of parts, and (iv) as resource – choices among alternatives”.

⁶⁹ No original: “A language is a resource for making meaning, and meaning resides in systemic patterns of choice”.

como recurso biológico para essa realização (fonologia e fonética) (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014). A Figura 9 representa o sistema estratificado da linguagem.

Figura 9 - Estratificação da linguagem



Fonte: Halliday e Matthiessen, (2014, p. 26).

Todo esse sistema é instanciado em forma de texto, que é abordado tanto como produto quanto como processo: como produto, é algo que pode ser registrado e estudado, e como processo, é um evento interativo que implica um processo contínuo de escolhas semânticas, de modo que “é um produto de seu ambiente, um produto de um processo contínuo de escolhas no sentido de que podemos representar como caminhos múltiplos ou passagens pelas redes que constituem o sistema linguístico”⁷⁰ (HALLIDAY, 1985, p. 11). Um texto também pode ser visto como um artefato e como espécime: o significado no texto e o seu significado em relação ao sistema da língua, respectivamente (HALLIDAY E MATTHIESSEN, 2014). O texto é um processo contínuo, uma vez que há, de forma constante, uma relação entre o texto e seu ambiente, isso porque “os significados são criados pelo sistema social e são trocados pelos membros na forma de texto”⁷¹ (HALLIDAY, 2002, p. 52-3). Por essa razão, e

⁷⁰ No original: “It is a product of its environment, a product of a continuous process of choices in meaning that we can represent as multiple paths or passes through the networks that constitute the linguistic system”.

⁷¹ No original: “that meanings are created by the social system and are exchanged by the members in the form of text”.

pelo fato de o texto ser uma linguagem que funciona em contexto (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014), não há como dissociá-lo dos elementos externos que perpassam a sua elaboração.

Nessa perspectiva, a noção de contexto é cara para a Linguística Sistêmico-Funcional. O contexto é compreendido de duas formas: um imediato, que se refere ao momento específico da situação de comunicação, e um mais amplo, que diz respeito ao contexto social que perpassa a produção dos textos. Trata-se, respectivamente, dos contextos de cultura e de situação. A cultura de uma comunidade é o seu potencial contextual, o que representa o contexto de cultura, um sistema de significados de nível superior (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014). Já as coisas que acontecem no mundo fora do texto, mas que tornam o texto da forma como ele é (BUTT *et al.*, 2000), referem-se ao contexto de situação. Esse contexto é aquele “no qual o texto se desenvolve, está encapsulado no texto”⁷² (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 1985, p. 11), e apresenta três variáveis: campo, relações e modo.

A variável campo refere-se ao que está acontecendo no momento do discurso, a variável relações dá conta dos participantes do discurso e a variável modo é relativa ao papel que a linguagem está desempenhando no discurso (HALLIDAY, 1985). Essas três variáveis juntas, quando descritas, determinam o registro de um texto (EGGINS, 2004). Como apresentado por Eggins (2004), essas três variáveis são importantes na medida em que elas representam os três significados da linguagem. A partir disso, cada uma delas está vinculada a uma das metafunções, que designam os vários significados simultâneos da linguagem (EGGINS, 2004).

A maneira pela qual variáveis de registro e metafunções se conectam ocorre no seguinte sentido: a variável campo está relacionada à metafunção ideacional, que dá conta das representações de experiências no mundo; a variável relações está atrelada à metafunção interpessoal, que engloba aspectos da interação; e a variável modo está vinculada à metafunção textual, que é responsável pela organização do texto (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014). Nosso interesse maior reside na metafunção interpessoal, já que, de acordo com Halliday e Matthiessen (1999, p. 523), “o componente interpessoal é a linguagem como modo de ação, e a realidade consiste tanto no que fazemos quanto no que pensamos”⁷³.

⁷² No original: “in which the text unfolds, is encapsulated in the text”.

⁷³ No original: “the interpersonal component is language as a mode of action; and reality consists as much in what we do as in what we think”.

Essa metafunção é realizada pelo sistema de MODO, que constrói as variações funcionais da fala e trata a oração como uma parte da interação entre aquele que fala e aquele que ouve, com o desempenho de funções de fala (FUZER; CABRAL, 2014). O nosso interesse maior nessa metafunção consiste no fato de que o sistema de avaliatividade, nosso foco de investigação, está atrelado a ela. Com base nisso, não nos restringiremos, neste momento, a uma longa explanação sobre a metafunção interpessoal. Passaremos, de imediato, para o detalhamento acerca do sistema de avaliatividade, na seção 4.2.

4.2 SISTEMA DE AVALIATIVIDADE

Nas relações interpessoais, avaliações de diferentes tipos são empregadas, de acordo com o modo pelo qual um produtor de texto se posiciona com o seu interlocutor e pela forma como ele julga o mundo em seu texto (VIAN JR., 2009). Para esses posicionamentos, o produtor de textos tem à disposição diversos recursos linguísticos, de modo a “emitir avaliações sobre pessoas, objetos, entidades e todos os demais aspectos das relações sociais que negociamos em nosso dia a dia e que são passíveis de avaliação em suas variadas escolhas” (VIAN JR., 2009, p. 100). Como exposto por Vian Jr. (2010), os recursos que os produtores de textos lançam mão para avaliações dos inúmeros aspectos do cotidiano são passíveis de categorização, tal como propõe o sistema de avaliatividade, consolidado por Martin e White (2005).

Antes de adentrarmos no detalhamento da teoria, vale fazermos uma ressalva para o emprego do termo “avaliatividade”. Vian Jr. (2009) justifica que o uso desse termo como tradução para *appraisal* — termo empregado por Martin e White (2005) — justifica-se, primeiramente, pela inadequação teórica e confusão terminológica relativa a “apreciação” e a “valoração”, termos que também foram utilizados nas pesquisas no Brasil. Concordamos com o autor de que o sentido de *appraisal system* (MARTIN; WHITE, 2005) vai além do significado expresso pelos termos “apreciação” e “valoração”, uma vez que “estamos considerando um potencial de significados avaliativos disponíveis no sistema linguístico” (VIAN JR., 2009, p. 103), razão pela qual se justifica o emprego da expressão sistema de avaliatividade.

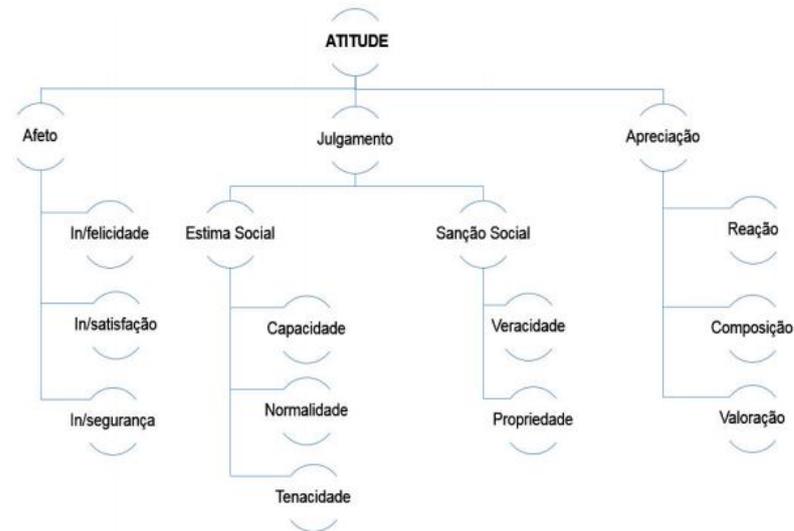
Ademais, destacamos que o sistema de avaliatividade não pode ser entendido como uma teoria, e sim como um sistema discursivo, um arcabouço analítico para o estudo das avaliações vinculado à teoria Sistêmico-Funcional (ALMEIDA, VIAN JR.,

2018). Nesse sistema, em que o produtor de textos sinaliza as suas atitudes, o interlocutor pode ou não apreender e assimilar as avaliações emitidas, o que ocorre em virtude de esse sistema estar vinculado a um universo extratextual (VIAN JR., 2009). Essa afirmação consiste no fato de que, em uma visão estratificada da linguagem, como a defendida pela LSF, o sistema de avaliatividade está situado no nível da semântica do discurso (VIAN JR., 2010). Situando-se nesse nível, por sua vez, o sistema de avaliatividade, de acordo com Vian Jr. (2010), realiza-se no estrato da léxico-gramática, o que se dá de forma oral ou escrita por meio do estrato grafo-fonológico.

Como evidenciado por Vian Jr. (2009; 2010), para a compreensão do sistema de avaliatividade, a concepção de dialogismo, no sentido bakhtiniano, mostra-se essencial, uma vez que os mecanismos de avaliação empregados em textos podem ser compreendidos a partir da relação dialógica entre aqueles que usam a língua. Isso implica que, para que haja entendimento dos significados realizados, faz-se necessário partir “do pressuposto de que toda interação verbal é dialógica, porque em toda e qualquer produção verbal cotidiana, seja oral ou escrita, revela-se a assunção de um leitor ou ouvinte: interagimos em função do, para e com o outro” (VIAN JR., 2009, p. 105). Esse princípio dialógico evidencia um dos pontos caros para a perspectiva sistêmico-funcional, que considera a relação texto-contexto como indissociável, uma vez que “acentua exatamente a natureza contextual da interação, bem como o aspecto sociocultural dos contextos em que as interações são realizadas” (VIAN JR., 2010, p. 26).

No que compete às funções expressas pelas avaliações, o sistema de avaliatividade é composto por três regiões semântico-discursivas, a saber, atitude, engajamento e gradação, ligadas aos sentimentos, às vozes e ao grau das avaliações, respectivamente (MARTIN; WHITE, 2005). A atitude contempla três regiões semânticas de sentimentos: afeto, ligado a reações emocionais, julgamento, atrelado a avaliações de comportamentos, e apreciação, relativo à avaliação de coisas (MARTIN; WHITE, 2005). Cada uma dessas regiões semânticas subdivide-se, de acordo com o significado expresso. A Figura 10 ilustra essa categorização.

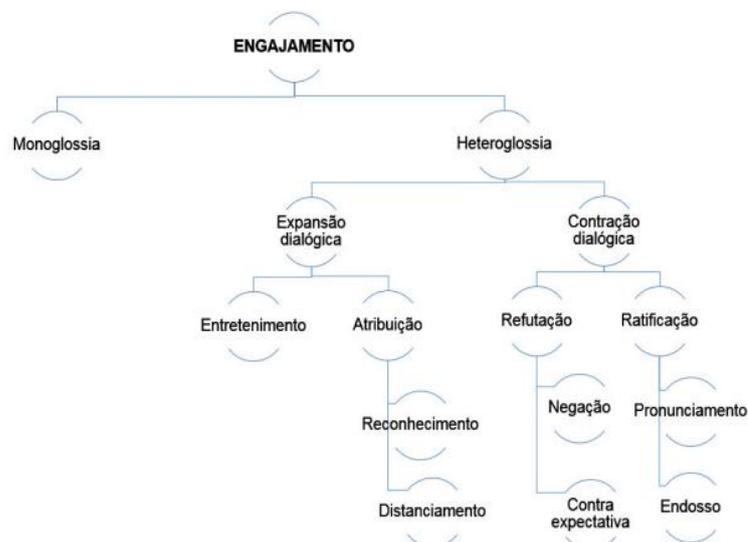
Figura 10 - Regiões semânticas do subsistema atitude



Fonte: Freitas e Cabral (2018, p. 234, a partir de MARTIN; WHITE, 2005).

O subsistema engajamento, como dito, é relativo à forma como as vozes são apresentadas no discurso, ou seja, está vinculado à dialogia entre os interactantes (MARTIN; WHITE, 2005). Um texto pode ser monoglóssico, quando há apenas a voz do autor, ou heteroglóssico, quando há locuções que são abertamente dialógicas (MARTIN; WHITE, 2005). São essas as principais categorias do engajamento, as quais também são subdivididas⁷⁴, tal como o exposto na Figura 11.

Figura 11 - Regiões semânticas do subsistema engajamento



Fonte: Freitas e Cabral (2018, p. 235, a partir de MARTIN; WHITE, 2005).

⁷⁴ Não dissertamos aqui cada uma das subcategorias, por não serem o foco desta pesquisa.

Por fim, o subsistema gradação relaciona-se à gradatividade, ou seja, aos graus atribuídos à avaliação expressa, de forma que ele pode se apresentar de modo a intensificar as avaliações dos outros dois subsistemas (MARTIN; WHITE, 2005). O grau das avaliações pode ocorrer em termos de força ou de foco, as duas categorias principais do subsistema gradação, as quais são subdivididas em outras⁷⁵, como pode ser visto na Figura 12.

Figura 12 - Regiões semânticas do subsistema gradação



Fonte: Freitas e Cabral (2018, p. 236, a partir de MARTIN; WHITE, 2005).

Após essa breve apresentação dos subsistemas pertencentes ao sistema de avaliatividade, ressaltamos que o nosso interesse de pesquisa recai sobre o subsistema **atitude**, dado que nosso objetivo de pesquisa consiste em verificar como as avaliações atitudinais nos discursos de candidatos à presidência da República operam na construção dos argumentos. Por essa razão, dedicar-nos-emos de forma mais detalhada, na sequência desta seção, à explanação desse subsistema específico. Como dito, ele envolve três regiões semânticas, quais sejam, o afeto, o julgamento e a apreciação, que são relativos, respectivamente, à emoção, à ética e a à estética (MARTIN; WHITE, 2005).

O afeto tem a função de registrar sentimentos positivos e negativos e a sua realização inclui modificações de participantes, processos mentais e comportamentais e Adjuntos modais (MARTIN; WHITE, 2005). Nesse sentido, o afeto pode ocorrer

⁷⁵ Assim como procedemos com o subsistema engajamento, não dissertamos aqui cada uma das subcategorias da gradação, por não serem o foco desta pesquisa.

como “qualidade”, por meio de descrição de participantes, atribuição de participantes e modo de processos, como “processo”, por meio de afetivos mentais, e como “comentário”, por meio de Adjuntos modais (MARTIN; WHITE, 2005). Essas categorias são ilustradas com mais detalhes em exemplos que apresentamos na sequência⁷⁶.

O Exemplo 2 ilustra uma avaliação de afeto como “qualidade”, por meio da descrição de participantes. Nesse exemplo, o candidato Alvaro Dias atribui a qualidade “amedrontado” como relativa ao estado de espírito hipotético do participante “cidadão”, o que designa uma avaliação por afeto. Trata-se de uma avaliação relativa à descrição de participante na medida em que ocorre por meio do emprego de um Epíteto.

Ex. 2	Não será um cidadão amedrontado ⁷⁷ , correndo o risco do despejo a qualquer momento.
	D5BL1AD

O Exemplo 3 também apresenta uma avaliação de afeto como “qualidade”, mas de uma maneira distinta da anterior. Nesse exemplo, com o emprego da circunstância “com muita satisfação”, o candidato Henrique Meirelles avalia o seu sentimento ao desempenhar o seu papel de cidadão pagando os seus impostos.

Ex. 3	Então eu pago, sim, todos os impostos, com muita satisfação .
	D3BL1HM

No Exemplo 4, há uma ocorrência de afeto como “processo”, especificamente do tipo mental afetivo. Na oração em questão, o candidato Cabo Daciolo demonstra o seu sentimento positivo em relação aos seus opositores à presidência da República por meio do emprego do processo “amo”.

Ex. 4	Quero dizer a todos aqui que estão concorrendo ao cargo de Presidente da República que eu amo todos os senhores, trato todos com respeito.
	D2BL3CD

⁷⁶ Ressaltamos que todos os exemplos apresentados nesta seção foram extraídos do *corpus* de análise. Os códigos apresentados abaixo do exemplo designam o número do debate em que a fala foi proferida, bem como o bloco específico, seguida pelas iniciais do presidenciável. Esse Código será melhor explicado no Capítulo 5.

⁷⁷ As marcas avaliativas encontram-se destacadas em negrito.

O afeto como “processo” pode ocorrer também em orações comportamentais, como mostra o Exemplo 5. Nesse exemplo, o então candidato Jair Bolsonaro avalia os sentimentos que as suas ações, caso fosse eleito presidente, provocariam nas mães que se preocupam com os filhos. Tal avaliação ocorre por meio de um comportamento físico: “possam sorrir”.

Ex. 5	Um presidente que jogue pesado na questão da insegurança pública para que as mães possam sorrir sem mais temer que seu filho chegue em casa vivo ou não
D1BL5JB	

Outra possibilidade de realização de avaliação por afeto se dá por “comentários”, no sentido de circunstâncias, como podemos verificar no Exemplo 6. Nesse exemplo, o candidato Jair Bolsonaro manifesta, por meio do Adjunto de comentário “lamentavelmente”, o sentimento dele em relação ao posicionamento expresso pela bancada feminina de esquerda na Câmara.

Ex. 6	Lamentavelmente , a bancada feminina de esquerda na Câmara é contrária a isso daí.
D1BL1JB	

Assim como as outras regiões semânticas do sistema de avaliatividade, o afeto pode ser tanto positivo quanto negativo e ele envolve principalmente três grupos de emoções, a saber in/felicidade, in/segurança e in/satisfação (MARTIN; WHITE, 2005). O primeiro grupo — in/felicidade — pode ser observado nos Exemplos 7 e 8. No Exemplo 6, o candidato Cabo Daciolo emprega-o em seu polo positivo, atribuindo ao povo o processo “alegrar-se”, um comportamento que seria provocado em virtude de um governo justo. Já no Exemplo 7, o candidato Alvaro Dias emprega-o em seu polo negativo, com o uso do termo “tristeza”, para designar a forma como ele observou o país.

Ex. 7	Nos deu uma oportunidade, nos deu uma oportunidade e você vai ver que a palavra de Deus é verdadeira. Quando o justo governa, o povo se alegra .
D2BL4CD	

Ex. 8	Eu vi com muita tristeza , não é esse o país que os meus filhos, os meus netos merecem, de um candidato que é inelegível se apresentando como candidato.
D2BL1AD	

O segundo grupo — in/segurança — encontra-se exemplificado em 9 e em 10. O Exemplo 9 ilustra uma ocorrência positiva dessa categoria, em que o candidato Guilherme Boulos emprega a avaliação “dar paz” para designar qual seria o sentimento do povo se o problema da segurança pública fosse resolvido. O Exemplo 10, por sua vez, demonstra um exemplo negativo dessa categoria, na medida em que o candidato Henrique Meirelles emprega o Atributo “preocupados” para se referir ao sentimento de consumidores, investidores e empresários em virtude de uma proposta específica.

Ex. 9	É o grande caminho para resolver a segurança pública e dar paz ao povo brasileiro.
D2BL2GB	

Ex. 10	E consumidores começam a adiar suas compras, investidores e empresários começam a adiar seus investimentos, exatamente preocupados com essa proposta.
D6BL2HM	

Por fim, o grupo in/satisfação é exemplificado em 11 e 12. O Exemplo 11 traz uma ocorrência positiva dessa categoria, por meio da expressão “tem orgulho”. Essa expressão é usada pelo candidato Fernando Haddad para atribuir uma avaliação do sentimento de satisfação do candidato Guilherme Boulos pela profissão que exerce. O Exemplo 12, por sua vez, demonstra o lado negativo dessa categoria, com a expressão “não aguenta mais” empregada por Cabo Daciolo para avaliar o sentimento do povo em relação a promessas sem atitudes por parte de candidatos.

Ex. 11	Guilherme, você, como eu, é professor, vive do seu salário, tem orgulho da sua profissão e muitas vezes é incompreendido por pessoas que ganharam dinheiro muito fácil no Brasil.
D7BL3FH	

Ex. 12	O povo já não aguenta mais promessas, chega de promessas, queremos atitude.
D1BL3CD	

A outra região semântica do sistema de avaliatividade é concernente ao julgamento, que tem por função construir avaliações relativas a pessoas e seus comportamentos. Eles podem ser de estima social, quando se vinculam a avaliações de comportamentos ligados ao cotidiano, permeados por convenções orais, ou por sanção social, que se dá no nível institucional, com base em convenções escritas, como leis da Igreja e do Estado (MARTIN; WHITE, 2005). As ocorrências de julgamento também se dão tanto positivamente quanto negativamente, e as duas principais categorias apresentam subdivisões.

Julgamentos por estima social podem ocorrer com três significados: normalidade, capacidade e tenacidade. Julgamentos por normalidade dão conta do quanto um comportamento é ou não especial, como verificamos nos Exemplos 13 e 14.

Ex. 13	Eleitor, eleitora, agradeço a sua atenção. Sou neto de um líder religioso, sou filho de um agricultor familiar. E aprendi com meu pai que um homem e uma mulher tem que acordar e saber para onde ir.
D7BL4FH	

Ex. 14	Olha, Meirelles, primeiro de fato você falar em trabalho me parece algo muito estranho, porque você é um banqueiro, banqueiro não trabalha.
D7BL3GB	

No Exemplo 13, o candidato Fernando Haddad realiza uma avaliação implícita por meio dos termos “sou neto de um líder religioso”, “sou filho de um agricultor familiar”, “aprendi com meu pai”. Essas expressões designam uma avaliação de normalidade na medida em que, ao empregá-las, há uma tentativa de aproximação com os eleitores, por se mostrar humilde. Já no Exemplo 14, verificamos um exemplo negativo dessa categoria, em que o candidato Guilherme Boulos emprega uma avaliação implícita sobre o comportamento do candidato Meirelles: “você é um banqueiro, banqueiro não trabalha”. Essa construção constitui uma avaliação de normalidade negativa, uma vez que, na visão do produtor do enunciado, o trabalho não é uma característica comum de um banqueiro. Tanto 13 quanto 14 apresentam

avaliações invocadas, uma vez que suscitam valores que estão implícitos nas proposições.

Quanto à categoria de capacidade, ela avalia, como o nome sugere, o quanto alguém é, ou não, capaz de algo, como podemos verificar nos Exemplos 15 e 16.

Ex. 15	Nós admiramos peessoas que conseguem passar num concurso público apesar do péssimo ensino que tiveram no segundo grau.
D1BL5MS	

Ex. 16	Eu dei o exemplo do Geraldo Alckmin. Ele fechou com a coligação de nove partidos. Aí eu pergunto, qual é a liberdade desse homem de governar pra nação?
D1BL3CD	

No Exemplo 15, a candidata Marina Silva realiza uma avaliação relativa à capacidade das pessoas que passam em concurso, mesmo com um ensino com qualidade ruim. Ou seja, há uma avaliação positiva voltada para o desempenho dessas pessoas, com foco específico na sua capacidade. Já no Exemplo 16, o candidato Cabo Daciolo faz uma avaliação negativa em relação à capacidade de um dos seus opositores, o candidato Geraldo Alckmin, de governar, por meio da construção “qual é a liberdade desse homem de governar pra nação”? Essa pergunta retórica pode ser interpretada como uma avaliação invocada acerca da incapacidade de Alckmin para governar o Brasil.

Em relação à categoria tenacidade, ela se refere ao quanto alguém é ou não confiável, e o quanto ele se empenha nas suas ações, a qual se encontra exemplificada em 17 e 18.

Ex. 17	Aprendi isso com meu pai, vou seguir esse princípio à risca até o fim do meu mandato.
D7BL4FH	

Ex. 18	O PT é o partido que mais ataca nessa área. Ficaram 13 anos no governo e nada decidiram.
D1BL1JB	

No Exemplo 17, o candidato Fernando Haddad emprega uma avaliação de tenacidade positiva relativa ao seu comportamento, caso seja eleito: “vou seguir esse princípio à risca até o fim do meu mandato”, o que denota a força que ele vai aplicar para realizar ações positivas. No Exemplo 18, verificamos uma avaliação de tenacidade negativa por parte do candidato Jair Bolsonaro em relação ao partido PT: “ficaram 13 anos no governo e nada decidiram”, o que indica que, por mais que eles tivessem tido oportunidade, não agiram.

Quanto aos julgamentos de sanção social, eles podem ocorrer em dois significados distintos: veracidade e propriedade. Julgamentos de veracidade são aqueles em que se avaliam a honestidade das pessoas, como vemos nos Exemplos 19 e 20.

Ex. 19	Nós precisamos de um presidente honesto , que tenha Deus no coração, seja patriota e seja independente. Para, pelo exemplo, governar esse grande país. Um presidente que honre e respeite a família. Que trate com consideração criança em sala de aula.
D1BL5JB	

Ex. 20	População, preste atenção. Saúde, educação, segurança, todos aqui estão mentindo para vocês.
D6BL3CD	

No Exemplo 19, o candidato Jair Bolsonaro avalia o seu próprio comportamento de forma positiva, como um presidente “honesto”, enquanto no Exemplo 20 o candidato Cabo Daciolo avalia o comportamento dos opositores de forma negativa, como pessoas que estão “mentindo”, ou seja, pessoas que não possuem veracidade, são desonestas.

A propriedade é relacionada à ética dos indivíduos, como podemos observar nos Exemplos 21 e 22.

Ex. 21	Eu tive oito anos no governo, como presidente do Banco Central, dois anos com o ministro da Fazenda. Nunca houve sequer uma suspeita, ou um escândalo, ou uma acusação. Segundo, na minha gestão no Banco Central e na minha gestão da Fazenda, nunca existiu um caso, casos apontados ou acusações de corrupção com a minha equipe.
D2BL3HM	

Ex. 22	O Bolsonaro representa a velha política corrupta , as velhas práticas . Recebeu auxílio moradia tendo casa , aliás, tem a proeza, de em 27 anos aprovou dois projetos e conseguiu comprar cinco imóveis . Mais imóveis do que projetos . Você não tem vergonha Bolsonaro?
D1BL1GB	

No Exemplo 21, o candidato Henrique Meirelles pontua comportamentos positivos seus em relação a sua ética enquanto presidente do Banco Central e ministro da Fazenda: “nunca houve sequer uma suspeita ou um escândalo, ou uma acusação” e “nunca existiu um caso, casos apontados ou acusações de corrupção com a minha equipe”. Já no Exemplo 22, o candidato Guilherme Boulos apresenta algumas características vinculadas ao candidato Jair Bolsonaro: “velha política corrupta”, “velhas práticas”, “recebeu auxílio moradia tendo casa”, “em 27 anos aprovou dois projetos e conseguiu comprar cinco imóveis” e “mais imóveis do que projetos”. Essas características atribuídas ao opositor representam uma avaliação negativa em relação à falta de ética do candidato quando parlamentar.

A última região semântica do subsistema atitude se refere à apreciação, que está voltada para a avaliação de coisas, cujo valor depende do foco institucional (MARTIN; WHITE, 2005). Destacamos que ela se diferencia do afeto na medida em que este é relativo aos sentimentos de alguém, enquanto a apreciação é relativa ao valor das coisas. A apreciação pode apresentar três significados distintos: reação, composição e valoração.

A reação dá conta do impacto e da qualidade, ou seja, do quanto algo chama, ou não, atenção. Os Exemplos 23 e 24 demonstram apreciações do tipo reação com o sentido de impacto.

Ex. 23	Então existe uma questão aqui de dizer a verdade e isto é uma proposta que interessa ao povo brasileiro para estabelecer a justiça e para garantir que todos vão receber a aposentadoria no futuro.
D5BL2HM	

Ex. 24	A dívida pública brasileira cresceu de forma assustadora : de R\$ 1,3 trilhão para R\$ 5,3566 trilhões, quase 80% do PIB.
D1BL1AD	

Em 23, o candidato Henrique Meirelles avalia positivamente o fato de “dizer a verdade” como uma proposta interessante (“que interessa ao povo brasileiro”), demonstrando a possível reação dos brasileiros em relação a sua proposta de um sistema mais justo para todos, enquanto em 24, de forma negativa, o candidato Alvaro Dias avalia o crescimento da dívida pública como assustador, o que evidencia a reação da população frente a esse fato inesperado.

Já apreciações do tipo reação com o sentido de qualidade são ilustradas nos Exemplos 25 e 26.

Ex. 25	Os Poderes são independentes, e esse é um bom caminho que nós acreditamos.
D1BL3GA	

Ex. 26	A nossa proposta é de que o país volte a crescer, que a gente enfrente situações que são estruturantes, como o problema da Previdência - não com as propostas draconianas que foram feitas em prejuízo de alguns, mas é necessário, sim, a reforma da Previdência e que a gente recupere, sobretudo, a credibilidade para o país voltar a crescer.
D1BL2MS	

No Exemplo 25, o candidato Geraldo Alckmin avalia a qualidade dos “Poderes”, por meio do Atributo “bom”, enquanto em 26 a candidata Marina Silva avalia a qualidade de “propostas”, por meio do Epíteto negativo “draconianas”.

A composição, por sua vez, engloba avaliações relativas ao equilíbrio e à complexidade das coisas. Apreciações do tipo composição com o sentido de equilíbrio são apresentadas nos Exemplos 27 e 28.

Ex. 27	Nossa proposta é que essas escolas sejam o padrão de referência do ensino médio dos estados.
D7BL3FH	

Ex. 28	Há quatro anos o <u>nosso país</u> está parado, paralisado por uma crise política assentada no ódio, no desfazimento de um pelo outro , e agora esse filme parece que está querendo se repetir.
D7BL4CG	

Em 27, Fernando Haddad avalia “escolas” como “padrão de referência”, ou seja, trata-se de uma avaliação que designa o funcionamento positivo das escolas após a aplicação da proposta. No entanto, em 28, Ciro Gomes avalia negativamente “nosso país” com a construção “está parado, paralisado por uma crise política assentada no ódio, no desfazimento de um pelo outro”, o que indica que o país, naquele momento, encontrava-se desequilibrado por causa da inércia e de sentimentos de ódio e desprezo das pessoas entre si.

As apreciações por composição podem ter também, como dito, o sentido de complexidade, como podemos ver nos exemplos 29 e 30.

Ex. 29	Então a minha proposta é muito simples . Trabalho duro, como mostrei em toda a minha vida.
D2BL1HM	

Ex. 30	O Brasil precisa ser desburocratizado .
D1BL1JB	

No Exemplo 29, o candidato Henrique Meirelles avalia a sua proposta como “muito simples”, de modo que atribui um sentido de complexidade positiva. No Exemplo 30, o candidato Jair Bolsonaro avalia na necessidade de o Brasil ser “desburocratizado”, ou seja, trata-se de uma apreciação que pressupõe ser o país altamente burocratizado, o que indica complexidade negativa.

Por fim, a última categoria de apreciação se refere à valoração, que está relacionada ao valor que as coisas possuem ou não, como evidenciamos nos Exemplos 31 e 32.

Ex. 31	E vamos investir em <u>ferrovias</u> , que é um transporte mais barato, ambientalmente mais sustentável e mais adequado para algumas regiões do Brasil.
D7BL2MS	

Ex. 32	Primeiramente [quero] dizer que se discute muito os periféricos, metas que são <u>propostas</u> durante a campanha que, muitas vezes, são palavras soltas ao vento, que na realidade não se concretizam porque não há mudança no sistema, no sistema corrupto e incompetente instalado no país .
D6BL3AD	

A candidata Marina Silva, em 31, avalia “ferrovias” com a construção “mais barato, ambientalmente mais sustentável e mais adequado”, o que demonstra o seu valor positivo. No Exemplo 32, por sua vez, o candidato Alvaro Dias realiza uma avaliação negativa voltada para as propostas dos candidatos, com a construção “palavras soltas ao vento, que na realidade não se concretizam porque não há mudança no sistema, no sistema corrupto e incompetente instalado no país”, o que indica que as propostas não possuem valor.

Com esta exposição relativa às principais características do sistema de avaliatividade, com foco específico no subsistema atitude, encerramos a definição da nossa triangulação teórica necessária para o desenvolvimento desta pesquisa. Com isso, passaremos, na seção seguinte, para a apresentação da metodologia desenvolvida para a investigação do *corpus*.

5 METODOLOGIA

Como apresentado inicialmente, a concepção de linguagem adotada nesta pesquisa baseia-se na noção de prática social, em que sua característica sociossemiótica possibilita-lhe a produção e troca de significados, estes intimamente vinculados à situação de uso e ao contexto mais amplo. Desse modo, ressaltamos que esta Tese está intrinsecamente ligada aos pressupostos da Linguística Sistêmico-Funcional (LSF) (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014).

Vista como um sistema complexo, a linguagem é compreendida como uma combinação de estratos e níveis portadores de uma relação hierárquica e constitutiva (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014). Com base nos estratos apresentados pela LSF, consideramos que a análise pretendida aqui situa-se no nível da semântica do discurso, englobando a investigação dos argumentos práticos e do sistema de avaliatividade no *corpus* delimitado para análise.

No que concerne ao tipo de metodologia empregado nesta pesquisa, a fim de atingir os objetivos propostos nesta Tese, adotamos uma análise de cunho **quantitativo e qualitativo**, considerando que a

palavra qualitativa implica uma ênfase sobre as qualidades das entidades e sobre os processos e os significados que não são examinados ou medidos experimentalmente [...] em termos de quantidade, volume, intensidade ou frequência. [...] Já os estudos quantitativos enfatizam o ato de medir e de analisar as relações causais entre variáveis, e não processos. Aqueles que propõem esses estudos alegam que seu trabalho é feito a partir de um esquema livre de valores (DENZIN; LINCOLN, 2006, p. 23).

Assim, esta pesquisa faz uso das duas abordagens metodológicas, pois engloba tanto o número de ocorrências dos elementos linguísticos quanto as interpretações que eles revelam, privilegiando estas últimas. O componente quantitativo alicerçou o procedimento interpretativista, na medida que as recorrências constituíram componente inicial importante e suporte para a análise qualitativa, como será explanado na seção 5.3.

5.1 UNIVERSO DE ANÁLISE

Em termos gerais, o universo de análise da pesquisa compreende os períodos pré-eleitorais brasileiros de 2018 e de 2022. O Brasil é um país republicano,

constituído por um Estado Democrático de Direito (BRASIL, 1988), que define seus governantes por meio de eleições com voto popular a cada quatro anos. Nos anos em questão, o país passou pela escolha de governantes em nível federal e estadual.

A partir desse contexto de período pré-eleitoral, buscamos investigar as falas proferidas por candidatos à presidência do país. Especificamente, interessaram-nos as falas nos debates transmitidos em meio televisivo, uma vez que consideramos que se trata de uma atividade linguística que precisa ser analisada com cautela, pois o que está em jogo são escolhas que afetarão diretamente o rumo do país. Além disso, a mídia possui grande relevância na formação de opinião popular em relação a questões políticas, visto que esse é, em geral, o único meio a que a maioria da população tem acesso para o conhecimento de questões institucionais (BAYLEY, 2008). Os debates televisivos transmitidos por canais de TV aberta contribuem para que os eleitores conheçam as propostas dos candidatos e assim decidam seu voto.

De acordo com a Lei Eleitoral n. 9.504 de 1997, a propaganda eleitoral em rádio ou televisão restringe-se ao horário gratuito (BRASIL, 1997). Quanto aos debates, é facultada a transmissão pelas emissoras e, em caso de realização, devem ser previamente divulgados. Uma vez ocorrido o sorteio para escolha do dia e da ordem de fala dos candidatos, à exceção de acordo em outro sentido entre os partidos e coligações interessados, o debate acontece.

De acordo com a Lei nº 13.488 de 2017, a participação de candidatos em debates é permitida para os partidos que tenham a representação de, no mínimo, cinco parlamentares no Congresso Nacional (BRASIL, 2017). Nas eleições majoritárias de 2018, seguindo essa lei, estavam aptos à participação os representantes dos seguintes partidos: Partido Trabalhista Nacional (PODEMOS), Partido Patriota (PATRIOTA), Partido Democrático Trabalhista (PDT), Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), Movimento Democrático Brasileiro (MDB), Partido Social Liberal (PSL), Rede Sustentabilidade (REDE) e Partido dos Trabalhadores (PT). Já, no ano de 2022, os partidos aptos a participação eram Partido Democrático Trabalhista (PDT), Movimento Democrático Brasileiro (MDB), Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Novo (NOVO), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e União Brasil. O Quadro 4 apresenta o número de participações nos debates por partido, contemplando os dois anos.

Quadro 4 - Partidos e participações em debates

PARTIDOS	N. DE PARTICIPAÇÃO EM DEBATES
PODEMOS	7
PATRIOTA	4
PDT	10
PSDB	7
PSOL	7
MDB	10
PSL	2
REDE	7
PT	6
PL	3
NOVO	3
PTB	2
UNIÃO BRASIL	3

Fonte: Elaborado pela autora.

O Quadro 4 demonstra que apenas os partidos PDT e MDB estiveram presentes em todos os debates dos dois períodos eleitorais aqui investigados, e que a participação dos demais partidos varia de duas a sete ocorrências.

Expostas as principais características relativas ao universo de análise, passaremos, na seção seguinte, à apresentação de informações concernentes ao nosso *corpus* de pesquisa.

5.2 CORPUS DE ANÁLISE

5.2.1 Critérios de seleção do *corpus*

A fim de investigar a arquitetura argumentativa empregada por políticos em situação eleitoral, delimitamos como *corpus* de análise os debates presidenciais que antecederam as eleições de 2018 e de 2022. A legislação prevê que ocorram debates em emissoras de rádio ou televisão; desse modo, devido ao alcance midiático, optamos por debates ocorridos em meio televisivo. A legislação garante a realização de debates com os candidatos em primeiro e, quando houver, em segundo turno. Nos anos em questão, as eleições foram para segundo turno, porém não ocorreu nenhum debate com os dois candidatos que estavam na disputa.

A partir disso, foi necessário delimitar o primeiro turno das eleições de 2018 e de 2022 como espaço temporal para coleta do *corpus*. No total, sete foram as

emissoras que organizaram essa atividade em 2018, sendo elas: Band, Rede TV, TV Gazeta (em parceria com Estadão e JP⁷⁸), TV Aparecida, SBT (em parceria com Folha e UOL⁷⁹), Record TV e Rede Globo; e três emissoras que organizaram os debates de 2022: Band (em parceria com a TV Cultura, com a Folha de São Paulo e com o UOL), SBT e Globo. Informações sobre a contextualização dos debates estão no Quadro 5.

Quadro 5 - Contextualização dos debates

(continua)

Data	Emissora	Candidatos Participantes	Mediação
2018			
09/08/2018	Band	Álvaro Dias (Podemos); Cabo Daciolo (Patriota); Ciro Gomes (PDT); Geraldo Alckmin (PSDB); Guilherme Boulos (PSOL); Henrique Meirelles (MDB); Jair Bolsonaro (PSL); Marina Silva (Rede).	Ricardo Boechat
17/08/2018	Rede TV	Alvaro Dias (Podemos); Cabo Daciolo (Patriota); Ciro Gomes (PDT); Geraldo Alckmin (PSDB); Guilherme Boulos (PSOL); Henrique Meirelles (MDB); Jair Bolsonaro (PSL); Marina Silva (Rede).	Boris Casoy, Amanda Klein e Mariana Godoy
09/09/2018	Gazeta/ Estadão/ JP	Alvaro Dias (Podemos); Ciro Gomes (PDT); Geraldo Alckmin (PSDB); Henrique Meirelles (MDB); Marina Silva (Rede); Guilherme Boulos (PSOL).	Maria Lydia Flandoli
20/09/2018	TV Aparecida	Alvaro Dias (Podemos); Ciro Gomes (PDT); Fernando Haddad (PT); Geraldo Alckmin (PSDB); Guilherme Boulos (PSOL); Henrique Meirelles (MDB); Marina Silva (Rede).	Joyce Ribeiro

⁷⁸ Sigla para Jovem Pan, uma rede comercial de rádio brasileira.

⁷⁹ Folha é a forma como é conhecido o jornal brasileiro Folha de São Paulo Trata-se de um jornal brasileiro editado na cidade de São Paulo, possuindo a maior circulação do Brasil. UOL é uma empresa brasileira de conteúdo, produtos e serviços de Internet do Grupo UOL.

(conclusão)

26/09/2018	SBT/ Folha/ Uol	Alvaro Dias (Podemos); Cabo Daciolo (Patriota); Ciro Gomes (PDT); Fernando Haddad (PT); Geraldo Alckmin (PSDB); Guilherme Boulos (PSOL); Henrique Meirelles (MDB); Marina Silva (Rede).	Carlos Nascimento
30/09/2018	Record	Álvaro Dias (Podemos); Cabo Daciolo (Patriota); Ciro Gomes (PDT); Fernando Haddad (PT); Geraldo Alckmin (PSDB); Guilherme Boulos (PSOL); Henrique Meirelles (MDB); Marina Silva (Rede).	Celso Freitas e Adriana Araújo
04/10/2018	Globo	Alvaro Dias (Podemos); Ciro Gomes (PDT); Fernando Haddad (PT); Geraldo Alckmin (PSDB); Guilherme Boulos (PSOL); Henrique Meirelles (MDB); Marina Silva (Rede).	William Bonner
2022			
28/08/2022	Band, TV Cultura, Folha de São Paulo e UOL	Ciro Gomes (PDT) Jair Bolsonaro (PL) Luiz Felipe D'Avila (Novo) Luiz Inácio Lula da Silva (PT) Simone Tebet (MDB) Soraya Thronicke (União Brasil)	Eduardo Oinegue e Adriana Araújo (Band), Leão Serva (TV Cultura) e Fabíola Cidral (UOL)
24/09/2022	Sbt	Ciro Gomes (PDT) Jair Bolsonaro (PL) Luiz Felipe D'Avila (Novo) Padre Kelmon (PTB) Simone Tebet (MDB) Soraya Thronicke (União Brasil)	Carlos Nascimento
29/09/2022	Globo	Ciro Gomes (PDT) Jair Bolsonaro (PL) Luiz Felipe D'Avila (Novo) Luiz Inácio Lula da Silva (PT) Padre Kelmon (PTB) Simone Tebet (MDB) Soraya Thronicke (União Brasil)	William Bonner

Fonte: Elaborado pela autora.

A partir desses dados, é possível verificar que o *corpus* selecionado para a análise compreende os debates presidenciais transmitidos no período entre 09 de agosto e 04 de outubro de 2018 e 28 de agosto de 2022 e 29 de setembro de 2022. Os únicos candidatos que participaram de debates nos dois períodos eleitorais foram Ciro Gomes, com presença nos dez debates totais, e Jair Bolsonaro, com participação em cinco debates, sendo dois no ano de 2018 e três no ano de 2022. Os demais candidatos, participaram em apenas um dos anos eleitorais aqui investigados.

5.2.2 Coleta do *corpus*

Foram adotados dois procedimentos para coleta do *corpus*: (i) acesso às gravações dos debates e (ii) consequente transcrição. Como ambiente para a busca das gravações dos debates, foram selecionados os sites oficiais das emissoras que promoveram as sessões, com o objetivo de verificar se já existiam transcrições das falas dos participantes. Alguns sites apresentavam as transcrições na íntegra, as quais foram coletadas. Quanto aos sites que não as apresentavam, a transcrição foi feita de forma manual. Esse processo consistiu na escuta dos debates e transcrição simultânea.

Destacamos que, então, a transcrição desses debates é de responsabilidade da autora desta Tese. É importante ressaltar, também, que, nas transcrições que foram coletadas dos sites das emissoras, mantivemos a escrita original. Dessa maneira, haverá, em alguns exemplos, alguns equívocos no emprego da linguagem, o que se justifica pelo fato de termos optado por respeitar a transcrição original, sem qualquer tipo de interferência.

Com o intuito de auxiliar na apresentação dos exemplos nesta pesquisa, cada debate foi identificado por meio de um código, assim organizado: a letra **D**, indicadora do gênero **Debate**, seguido do número sequencial (1, 2, 3...) e das iniciais **BL** (Bloco) e do número correspondente (**BL1**, **BL2**, **BL3...**), adicionado do nome do político participante. As abreviaturas que serão empregadas para a indicação do nome do político constam no Quadro 6.

Quadro 6 – Codificação do *corpus*

NOME	ABREVIATURA
Alvaro Dias	AD
Cabo Daciolo	CD
Ciro Gomes	CG
Fernando Haddad	FH
Geraldo Alckmin	GA
Guilherme Boulos	GB
Henrique Meirelles	HM
Jair Bolsonaro	JB
Marina Silva	MS
Luiz Felipe D'Avila	FD
Luiz Inácio Lula da Silva	LS
Simone Tebet	ST
Soraya Thronicke	STH
Padre Kelmon	PK

Fonte: Elaborado pela autora.

Pelo exposto, o código D3BL2FH, por exemplo, deverá assim ser lido: debate de número três, bloco 2, participação de Fernando Haddad. Isso se justifica pelo fato de que o número que acompanha a letra D refere-se ao número do debate, o número que acompanha BL refere-se ao número do bloco, e a sigla final refere-se à sigla atribuída ao candidato.

5.2.3 Características do *corpus*

Debates são atividades discursivas geralmente iniciadas com a fala do(s) mediador(es), que contextualiza(m) a ação, apresenta(m) os candidatos presentes e orienta(m) o andamento da sessão. As atividades são divididas em blocos, distribuídos e organizados pelas emissoras.

A análise do *corpus* desta Tese demonstrou que as emissoras organizam a sequência de manifestações dos candidatos de maneira semelhante, mas com algumas diferenças. O Quadro 7 apresenta a organização dos blocos de acordo com cada emissora.

Quadro 7 - Configuração dos debates

(continua)

1 B A N D	BLOCO 1: Os participantes começam respondendo a uma mesma questão sugerida pelos leitores do jornal Metro. A seguir, sempre em ordem sorteada, começa o confronto direto, em que um candidato escolhe outro para responder à sua pergunta.
	BLOCO 2: Jornalistas do Grupo Bandeirantes fazem perguntas. Cada jornalista escolhe dois candidatos: um para responder, outro para comentar.
	BLOCO 3: Volta o confronto direto. Desta vez, cada candidato pode ser escolhido até duas vezes.
	BLOCO 4: Nova rodada de jornalistas da Band. Cada um escolhe um candidato para responder e outro para comentar.
	BLOCO 5: Cada participante realiza suas considerações finais, proferindo sua fala diretamente aos eleitores.
2 R E D E T V	BLOCO 1: Todos os candidatos respondem a uma mesma pergunta realizada pelo mediador. A seguir, respondem a questões que foram gravadas com a população e também enviadas pelas redes sociais. Posteriormente, ocorre o confronto direto entre os candidatos;
	BLOCO 2: Jornalistas da Rede TV! e da revista IstoÉ fazem perguntas; cada jornalista faz perguntas a dois candidatos e indica um segundo candidato para comentar a resposta do adversário.
	BLOCO 3: Volta o confronto direto entre os candidatos; cada candidato escolhe um adversário para responder a sua pergunta. Cada um poderá perguntar e responder apenas uma vez.
	BLOCO 4: Candidatos realizam suas considerações finais, direcionadas aos eleitores.
3 G A Z E T A / E S T A D Ã O	BLOCO 1: Confronto direto entre os candidatos, em que um escolhe outro para responder às suas perguntas.
	BLOCO 2: Jornalistas realizam perguntas aos candidatos.
	BLOCO 3: Volta o confronto direto entre os candidatos, em que um escolhe outro para responder às suas perguntas.
	BLOCO 4: Candidatos respondem a perguntas enviadas pelo Twitter.
	BLOCO 5: Candidatos realizam suas considerações finais, deixando mensagem para os eleitores.

(continuação)

4 T V A P A R E C I D A	BLOCO 1: Mediador faz perguntas sobre ética e democracia e os candidatos respondem.
	BLOCO 2: Confronto direto entre os candidatos, em que um escolhe outro para responder às suas perguntas.
	BLOCO 3: Jornalistas fazem perguntas aos candidatos, que respondem.
	BLOCO 4: Volta o confronto direto entre os candidatos, em que um escolhe outro para responder às suas perguntas.
	BLOCO 5: Bispos fazem perguntas aos candidatos, que respondem e, na sequência, realizam as considerações finais direcionadas aos eleitores.
5 F O L H A/ U O L/ S B T	BLOCO 1: Confronto direto entre os candidatos, em que um escolhe outro para responder às suas perguntas.
	BLOCO 2: Jornalistas escolhem um candidato para responder às suas perguntas; o jornalista complementa a pergunta e o candidato tem direito a réplica.
	BLOCO 3: Volta o confronto direto entre os candidatos, em que um faz uma pergunta e cada participante; só pode ser escolhido uma vez para responder. O bloco se encerra com as considerações finais dos candidatos direcionadas aos eleitores.
6 R E C O R D	BLOCO 1: Confronto direto entre os candidatos, em que um escolhe outro para responder às suas perguntas.
	BLOCO 2: Volta o confronto direto entre os candidatos, em que um escolhe outro para responder às suas perguntas.
	BLOCO 3: Novamente ocorre um confronto direto entre os candidatos, em que um escolhe outro para responder às suas perguntas.
	BLOCO 4: Mais um confronto direto entre os candidatos, em que um escolhe outro para responder às suas perguntas.
7 G L O B O	BLOCO 1: Confronto direto entre os candidatos, em que um escolhe outro para responder às suas perguntas com tema livre.
	BLOCO 2: Confronto direto entre os candidatos, em que um escolhe outro para responder às suas perguntas com tema sorteado pelo mediador.
	BLOCO 3: Novamente ocorre o confronto direto entre os candidatos, em que um escolhe outro para responder às suas perguntas com tema livre, podendo o mesmo candidato responder até duas vezes.
	BLOCO 4: Mais uma série de confronto direto entre os candidatos, em que um pergunta para o outro acerca de um tema sorteado pelo mediador, podendo o mesmo candidato responder até duas vezes. Posteriormente, os candidatos realizam suas considerações finais, direcionadas aos eleitores.

(conclusão)

8 B A N D	BLOCO 1: Candidatos respondem a uma pergunta sobre plano de governo, contendo três perguntas diferentes, cada uma direcionada a dois candidatos, seguida por uma rodada de confronto direto com tema livre (com pergunta, resposta, réplica e tréplica).
	BLOCO 2: Candidatos respondem a perguntas de jornalistas das empresas integrantes do debate, de modo que um candidato responde, outro comenta e, na sequência, o primeiro candidato faz a réplica.
	BLOCO 3: Rodada de confronto direto com tema livre (com pergunta, resposta, réplica e tréplica). Na sequência, os candidatos respondem a perguntas programáticas, constituídas por três perguntas diferentes, cada uma direcionada a dois candidatos. O bloco termina com as considerações finais dos candidatos.
9 S B T	BLOCO 1: Rodada de confronto direto com tema livre (com pergunta, resposta, réplica e tréplica).
	BLOCO 2: Os jornalistas que representam a emissora fazem perguntas, escolhendo dois candidatos – um para responder e outro para comentar, de modo que o candidato que responde tem direito à réplica.
	BLOCO 3: Rodada de confronto direto com tema livre (com pergunta, resposta, réplica e tréplica).
	BLOCO 4: Os jornalistas que representam a emissora fazem perguntas, escolhendo dois candidatos – um para responder e outro para comentar, de modo que o candidato que responde tem direito à réplica. O debate é encerrado com as considerações finais dos candidatos.
10 G L O B O	BLOCO 1: Confronto direto entre os candidatos, em que um escolhe outro para responder às suas perguntas com tema livre.
	BLOCO 2: Confronto direto entre os candidatos, em que um escolhe outro para responder às suas perguntas com tema sorteado pelo mediador.
	BLOCO 3: Novamente ocorre o confronto direto entre os candidatos, em que um escolhe outro para responder às suas perguntas com tema livre, podendo o mesmo candidato responder até duas vezes.
	BLOCO 4: Mais uma série de confronto direto entre os candidatos, em que um pergunta para o outro acerca de um tema sorteado pelo mediador, podendo o mesmo candidato responder até duas vezes. Posteriormente, os candidatos realizam suas considerações finais, direcionadas aos eleitores.

Fonte: Elaborado pela autora.

O termo “confronto direto” utilizado no Quadro 7 refere-se ao momento em que os candidatos realizam perguntas entre si. Esse termo é utilizado e apresentado pelos mediadores dos debates no início das atividades. De acordo com o realizado nas emissoras, esse momento está organizado da seguinte forma: há um sorteio prévio, antes dos debates, que define a ordem em que os candidatos realizarão as perguntas;

no momento do debate, o candidato sorteado escolhe outro presidenciável para responder a sua questão. O candidato que realizou a pergunta tem direito à réplica e o candidato respondente tem direito à tréplica. O tempo para cada momento do confronto direto ao vivo – pergunta, resposta, réplica e tréplica – é definido pelas emissoras.

Percebemos, por meio do Quadro 7, que cada emissora possui uma divisão distinta das atividades de cada bloco, mas, em geral, são as mesmas: perguntas de jornalistas, perguntas de telespectadores, confronto direto entre os candidatos e considerações finais direcionadas aos eleitores da nação.

A partir da descrição do *corpus* selecionado para análise, destacamos que a investigação dos debates compreende a exploração textual com foco na análise dos argumentos (FAIRCLOUGH; FAIRCLOUGH, 2012) e análise do subsistema de atitude (MARTIN; WHITE, 2005). Na sequência, apresentamos os procedimentos para análise.

5.3 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE

A análise compreende procedimentos de cunho qualitativo nos argumentos do *corpus* e quali quantitativos no que se refere à análise das ocorrências da atitude. Com o *corpus* constituído, foi realizada, inicialmente, sua descrição contextual para compreender as informações que interagem com os textos (HALLIDAY; HASAN, 1985), visto que a noção de contexto é fundamental na LSF, a qual foi apresentada no Universo de Análise.

Posteriormente, para a análise, a fim de compreender a construção do argumento e da atitude nos debates presidenciais na mídia brasileira nos anos de 2018 e 2022, estabelecemos as seguintes etapas:

1) Identificação das palavras predominantemente utilizadas pelos presidenciáveis e seleção dos trechos em que elas aparecem

Como apresentado em nosso objetivo geral - analisar a arquitetura argumentativa do raciocínio prático empregado em debates presidenciais na TV brasileira no período pré-eleitoral de 2018 e de 2022 e verificar como os debatedores utilizam o subsistema de atitude dos principais campos semânticos de modo a operar na construção do argumento desses eventos discursivos - e desdobrado em nossos

objetivos específicos, a nossa análise se deu em torno do principal campo semântico expresso nas falas dos candidatos. Por essa razão, o primeiro passo da análise consistiu em fazer um levantamento das palavras mais recorrentes, o que realizamos com o auxílio do programa computacional Voyant Tools. Tal programa nos revelou a existência de 196,836 formas únicas de palavras no *corpus* constituído pelos debates de 2018 e 2022. Quanto às palavras recorrentes, expostas pelo programa Voyant Tools, temos o exposto na Figura 13.

Figura 13 - Palavras predominantemente recorrentes

Voyant Tools			
Termos			
		Termo	Contagem
<input type="checkbox"/>	1	brasil	1392
<input type="checkbox"/>	2	candidato	1283
<input type="checkbox"/>	3	pra	853
<input type="checkbox"/>	4	pergunta	756
<input type="checkbox"/>	5	vamos	687
<input type="checkbox"/>	6	governo	610
<input type="checkbox"/>	7	país	597
<input type="checkbox"/>	8	senhor	595
<input type="checkbox"/>	9	mediador	517
<input type="checkbox"/>	10	bolsonaro	470
<input type="checkbox"/>	11	círo	465
<input type="checkbox"/>	12	presidente	416
<input type="checkbox"/>	13	pessoas	361
<input type="checkbox"/>	14	candidatos	361
<input type="checkbox"/>	15	vou	356
<input type="checkbox"/>	16	gente	343
<input type="checkbox"/>	17	só	333
<input type="checkbox"/>	18	milhões	329
<input type="checkbox"/>	19	debate	329
<input type="checkbox"/>	20	política	328
		?	11,660

Fonte: Voyant Tools.

Por meio da Figura 13, é possível perceber que a palavra com maior frequência foi Brasil, com 1392 ocorrências. Tal termo é significativo em um debate presidencial televisivo, uma vez que denota o país ao qual os candidatos estão dispostos a comandar pelos próximos quatro anos, razão pela qual a investigação desse termo torna-se pertinente.

O programa Voyant Tools, dentre as ferramentas disponíveis, oferta-nos uma nuvem de palavras com os principais termos utilizados, conforme exposto na Figura 14.

Quadro 8 - Participação dos candidatos em cada momento da interação e emprego do termo “Brasil”

Candidato	Categoria	P	R	RP	T	C	CF	Total
Alvaro Dias	Participação ⁸⁰	17	28	21	17	4	7	94
	“Brasil”	6	20	18	7	4	8	63
Cabo Daciolo	Participação	8	16	9	11	2	4	48
	“Brasil”	0	10	3	10	0	2	25
Ciro Gomes	Participação	25	40	28	33	6	10	142
	“Brasil”	26	101	54	52	10	29	272
Geraldo Alckmin	Participação	28	32	17	25	4	7	113
	“Brasil”	12	66	16	25	2	24	145
Guilherme Boulos	Participação	18	25	17	20	5	7	92
	“Brasil”	12	38	16	13	5	13	97
Henrique Meirelles	Participação	17	29	18	20	4	7	95
	“Brasil”	16	60	21	23	1	16	137
Jair Bolsonaro	Participação	12	26	16	14	3	5	76
	“Brasil”	7	43	13	13	1	8	85
Marina Silva	Participação	17	27	17	21	5	7	94
	“Brasil”	8	20	7	17	1	12	65
Fernando Haddad	Participação	10	15	8	14	0	4	51
	“Brasil”	7	20	8	11	0	6	52
Luiz Felipe D’Avila	Participação	8	14	6	11	2	3	44
	“Brasil”	10	52	10	40	0	10	122
Lula	Participação	5	9	5	7	0	2	28
	“Brasil”	7	9	9	11	0	7	43
Simone Tebet	Participação	8	12	9	9	3	3	44
	“Brasil”	4	36	16	12	6	18	92
Soraya Thronicke	Participação	9	13	8	9	3	3	45
	“Brasil”	2	11	5	2	1	8	29
Padre Kelmon	Participação	6	8	6	6	2	2	30
	“Brasil”	3	10	2	3	2	2	22

Fonte: Elaborado pela autora.

Através do Quadro 8, é possível evidenciar que o candidato com mais falas e com mais uso do termo Brasil foi o candidato Ciro Gomes. Ademais, é possível perceber que o momento da interação em que houve um maior emprego do termo Brasil foi durante as respostas (R). Conforme o Quadro 8, Brasil foi citado 1.249 vezes pelos candidatos. As demais ocorrências do termo, 143, do total de 1392 ocorrências,

⁸⁰ O termo “participação” empregado no quadro refere-se ao número de envolvimento dos candidatos em cada momento de interação do debate. Dessa forma, em relação ao candidato Alvaro Dias, por exemplo, entendemos que ele fez perguntas 17 vezes, deu respostas 28 vezes, emitiu réplicas 21 vezes e tréplicas 17 vezes, fez 4 comentários e proferiu 7 considerações finais. Na linha de baixo, relativa ao termo Brasil, não apresentados o número de vezes que esse termo apareceu na fala do candidato em cada um dos momentos interativos.

apareceram em outros momentos da interação, como nas falas dos mediadores e dos jornalistas, as quais não foram consideradas para análise.

A partir do exposto, foram selecionados todos os excertos dos momentos de interação dos candidatos – pergunta, resposta, réplica, tréplica, comentário e considerações finais – para a identificação da avaliatividade e da argumentação do raciocínio prático, conforme as etapas a seguir.

2) Averiguação da presença de avaliações atitudinais e de argumentação prática nos excertos selecionados

Com os excertos para investigação definidos, passamos para a busca por avaliações atitudinais. Considerando que grande parte das avaliações ocorrem de forma implícita, as quais dependem de pressupostos e subentendidos para serem compreendidas, esta etapa consistiu na leitura de todos os trechos e seleção daqueles que apresentavam evidências avaliativas do subsistema atitude, razão pela qual todo o trecho precisou ser considerado.

Após essa seleção, passamos para a identificação daqueles que apresentavam indícios de raciocínio prático, ou seja, aqueles que apresentavam potencial para discussão de soluções para problemas práticos. Dessa maneira, selecionamos todos aqueles que apresentavam marcas de *irrealis*, com o propósito de delimitar o que poderia ser feito por eles em um futuro hipotético, caso fossem eleitos para a vaga a qual pleiteavam.

3) Classificação das ocorrências de atitude realizadas pelos debatedores nos excertos selecionados

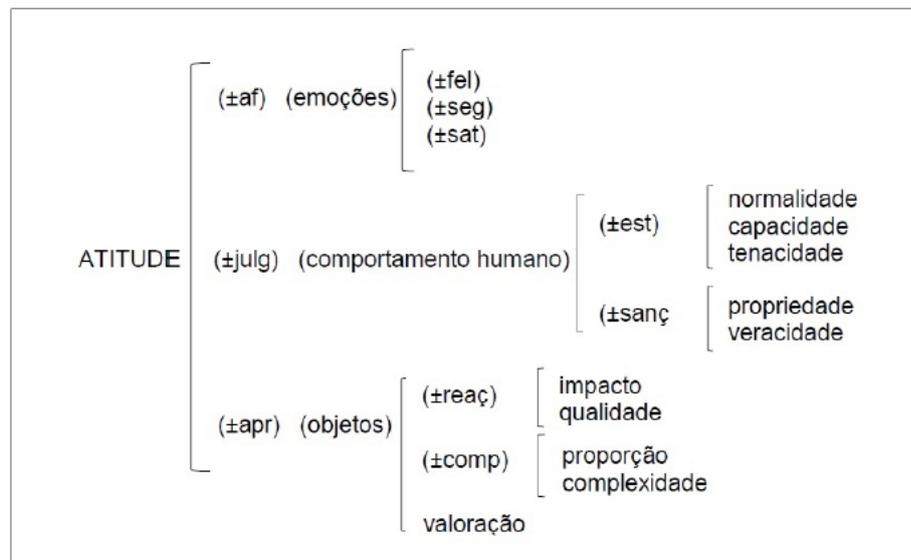
No terceiro momento, foram identificadas as avaliações atitudinais (MARTIN; WHITE, 2005) que os candidatos à presidência da república fazem relativas aos campos semânticos predominantes. Dessa maneira, foi direcionado o olhar para as premissas detectadas na etapa anterior, a fim de identificar elementos semântico-discursivos que contribuem para avaliações atitudinais realizadas pelos candidatos, que são:

- afeto (felicidade, segurança e satisfação, de valores positivos e valores negativos);
- julgamento de estima e de sanção social (normalidade, capacidade, tenacidade, veracidade e propriedade, tanto as positivas quanto as negativas);

- apreciação (reação, composição e valor, também positivos ou negativos).

As marcas linguísticas caracterizadoras das avaliações explícitas são processos mentais e comportamentais, Atributos, Epítetos, circunstâncias e verbos modais. Para as avaliações implícitas, foi necessário observar o contexto e buscar pressupostos e implicaturas. Para as análises, utilizamos, conforme a positividade ou negatividade das avaliações, os códigos apresentados na Figura 15, sistematizados por Santos, Della Mea e Cabral (2020).

Figura 15 - Codificação para a análise do subsistema atitude



Fonte: Santos, Della Mea e Cabral (2020, p. 8, adaptado de VIAN JR., 2010).

4) Identificação dos argumentos e dos elementos de raciocínio prático nos trechos selecionados

Nessa etapa foi realizada a identificação dos argumentos de raciocínio prático, com base em Fairclough e Fairclough (2012). Como já apresentado na seção 3.2, a característica desse tipo de argumento é ser plausível, quando a conclusão é deduzida provisoriamente das premissas. Dessa maneira, para a realização da análise dos tipos de argumentos foi direcionado um olhar para as relações entre as premissas, atentando às seguintes marcas linguísticas: relações lógico-semânticas, circunstâncias de ângulo, projeção, processos e avaliações.

Assim, foi investigada, nos argumentos identificados na etapa anterior, a presença dos elementos do esquema de raciocínio prático proposto por Fairclough e Fairclough (2012): proposta de ação, objetivo, meio-fim, circunstância e valor (ver Figura 7 nesta Tese), a fim de constatar se essa estrutura se realiza nos debates brasileiros ou não.

Por se tratar de um gênero em que predominam situações hipotéticas, uma vez que os participantes estão argumentando em prol de propostas e de ações que se propõem a realizar caso sejam eleitos, torna-se importante a noção de *irrealis*, que significa “um tipo de ‘megamodalidade’ que engloba uma série de subdomínios modais”⁸¹ (EXTER, 2012, p. 177).

Nesse viés, consideramos, para a investigação dos argumentos, marcas linguísticas de *irrealis*, apresentadas na seção 2.2 desta Tese, a saber: marcas de obrigação, vontade, futuro imediato; futuro, habilidade, permissão; complementos de 'querer'; prótase e apódose de orações condicionais hipotéticas, e apódose de orações condicionais contrafactuais (EXTER, 2012).

5) Cruzamento dos resultados das etapas anteriores para identificação da arquitetura argumentativa do raciocínio prático nos debates presidenciais na mídia televisiva brasileira

Na etapa final, foi realizada a investigação de quais relações as avaliações atitudinais realizadas pelos presidenciais possuem com os argumentos e com a estrutura de raciocínio prático, a fim de compreender como esses elementos linguísticos contribuem para a construção da argumentação nos debates presidenciais brasileiros transmitidos em meio televisivo.

No capítulo a seguir, passamos a relatar e discutir os resultados obtidos a partir da aplicação da metodologia aqui apresentada.

⁸¹ No original: “a kind of ‘mega-modality’ subsuming a number of modal subdomains”.

6 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Esta seção está organizada de modo a apresentar as percepções obtidas com a realização desta pesquisa. Dessa forma, ela se divide em três principais momentos: primeiramente, serão apresentadas informações que perpassam as questões culturais e situacionais do nosso contexto de investigação (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014); posteriormente, em paralelo, serão exploradas as nossas análises acerca da construção argumentativa (FAIRCLOUGH; FAIRCLOUGH, 2012) e das avaliações atitudinais para o termo Brasil (MARTIN; WHITE, 2005) por parte dos presidentiáveis que participaram dos debates eleitorais televisivos de 2018 e de 2022; por fim, com o cruzamento dos resultados das análises, apresentaremos a organização estrutural do debate eleitoral televisivo de presidentiáveis a partir das características identificadas.

6.1 APRESENTAÇÃO CONTEXTUAL

Em virtude de ao longo desta Tese já termos apresentado pontos relativos ao contexto em que tema e *corpus* se inserem, retomaremos, nesta seção, apenas alguns aspectos essenciais e traremos outros novos que são pertinentes para a compreensão da dimensão contextual de nossa pesquisa.

A questão primordial que devemos levar em conta ao pensarmos na conjuntura que perpassa o nosso tema e *corpus* de investigação reside na compreensão do contexto político em que o país se insere. Dessa maneira, para um melhor entendimento do contexto de cultura - cenário social amplo -, bem como do contexto de situação - momento específico da situação comunicativa (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014), versaremos, respectivamente, a respeito da inserção dos debates eleitorais em nosso sistema político e sobre algumas situações específicas que tiveram influência exponencial no conteúdo e no andamento das discussões entre os presidentiáveis.

No que concerne ao contexto amplo, nossa Constituição Federal afirma que nos inserimos em um Estado Democrático de Direito, cujos representantes políticos são escolhidos pela soberania popular por meio de voto direto e secreto (BRASIL, 1988). Dessa maneira, Democracia é compreendida, aqui, não como o poder de todos, tal como presumia Aristóteles (2002 [1252]), mas sim como um sistema representativo em que a maioria decide quem ocupará o poder por um determinado período

(SINGER; ARAÚJO; BELINELLI, 2021), em nosso caso, especificamente por quatro anos.

Sendo um sistema representativo, a oportunidade de conhecer aqueles que se pretendem estar à frente da nação se faz crucial para que as escolhas possam ser realizadas. É nesse contexto que o debate eleitoral televisivo de presidentiáveis se mostra como um gênero que possui características democráticas (LEITE, 2003; COLEMAN, 2000), o que se evidencia pelo fato de que o primeiro debate desse tipo no Brasil ocorreu após o fim do Regime Militar, que perdurou de 1964 a 1985.

Com o fim desse regime, em 1985, Tancredo Neves assumiu, por meio de eleição indireta, a presidência do país. O sufrágio popular teve início nas eleições de 1989, de modo que, desde então, contamos com o governo dos seguintes presidentes: Fernando Collor de Melo (1990-1992); Itamar Franco (1992-1995); Fernando Henrique Cardoso (1995-2003); Lula (2003-2011); Dilma Rousseff (2011-2016); Michel Temer (2016-2019); Jair Bolsonaro (2019-2022); e, ainda em exercício, novamente Lula (2023).

Juntamente com o início do sufrágio popular, tivemos o início dos debates eleitorais televisivos de presidentiáveis realizados em TV aberta. Dessa forma, temos registros de debates transmitidos em 1989, 1994, 2002, 2006, 2010, 2014, 2018 e 2022, sendo nestes dois últimos anos o nosso foco de investigação. Vale ressaltar que, embora esse seja um momento importante em que os candidatos possuem espaço para debater as suas ideias, nem sempre eles optam por usufruir da oportunidade. Essa foi uma estratégia adotada pelos presidentiáveis que lideravam a intenção de votos na sua época, a qual tem início desde a origem dos debates, em 1989, quando Fernando Collor não compareceu a todos os debates (CARDOSO, 2018).

Em nossa história, há exemplos de candidatos que foram eleitos, mesmo sem participar de todos os embates televisionados. É o que ocorreu, por exemplo, com os dois presidentes eleitos nos anos aqui investigados: Jair Bolsonaro, em 2018, e Luís Inácio Lula da Silva, em 2022. No período eleitoral de 2018, dos sete debates eleitorais televisivos de presidentiáveis que ocorreram, todos no primeiro turno, Jair Bolsonaro teve a sua participação apenas nos dois primeiros.

A razão de sua ausência nos debates seguintes consistiu no atentado sofrido por ele durante um evento de campanha ocorrido em Juiz de Fora, Minas Gerais, no dia seis de setembro de 2018. Na ocasião, o então candidato à presidência da

República foi atacado com uma faca, o que resultou em internações hospitalares e na realização de cirurgias, o que culminou na sua impossibilidade de participar de alguns debates. No entanto, conforme apresentado por Cardoso (2018), o presidencial, mesmo que liberado pela equipe médica, optaria por não participar dos debates como uma “possibilidade estratégica”.

No que se refere ao então presidente Lula, este não participou do segundo debate eleitoral do último ano em que foi eleito, a saber, 2022. Tal ausência foi justificada em virtude de incompatibilidade de agenda, o que, segundo a assessoria, resultou na impossibilidade de ele se preparar e comparecer aos estúdios do SBT, emissora que realizou o debate.

É inegável que as discussões entre os presidenciais nos debates eleitorais televisivos são pautadas por questões situacionais pertinentes ao cenário político nacional em cada época. Por essa razão, pontuaremos, a seguir, alguns acontecimentos relevantes nos períodos eleitorais investigados, os quais podem ter tido influências, inclusive, na visão do povo sobre os candidatos.

O período eleitoral de 2018 foi marcado pela polarização entre direita e esquerda, tendo sido o ano em que tal divisão ficou mais evidente no cenário nacional, com grandes manifestações nas ruas e nas redes sociais (TV SENADO, 2018). Dentre as causas dessa polarização, podemos ressaltar os desdobramentos da Operação Lava Jato, que culminou no desvelamento de casos de corrupção envolvendo políticos, dentre eles, figuras expoentes do Partido dos Trabalhadores, de posicionamento esquerdista.

Essa questão fez com que uma onda de posicionamentos de direita tomasse conta da nação, tendo, como principal representante, o então candidato à presidência, Jair Bolsonaro. Com a prisão do então ex-presidente Lula nesse mesmo ano, em virtude de ter sido julgado por crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro, ele, que era pré-candidato do Partido dos Trabalhadores à presidência, não pode concorrer. Dessa forma, Fernando Haddad lançou a sua candidatura, e, junto com Jair Bolsonaro, foram os nomes mais notórios desse período eleitoral, disputando o segundo turno, o qual resultou na vitória do candidato de direita.

Ao longo do seu mandato, o mundo enfrentou uma grave crise de saúde pública: a pandemia de COVID-19, que teve início no Brasil em 2020. Essa pandemia afetou diversos setores e trouxe grandes dificuldades para o contexto político do país. Nessa situação, a forma como o então presidente Jair Bolsonaro conduziu a política

nacional e algumas declarações proferidas por ele sobre aspectos da pandemia impactaram a sua popularidade, que teve uma grande queda (EL PAÍS, 2021).

Esse foi apenas um dos fatores que afetou a reputação de Jair Bolsonaro, os quais, culminados com a anulação de condenações de Lula, o que resultou na sua liberdade, fizeram com que a polarização direita e esquerda voltasse a ser marcante na eleição seguinte. Dessa forma, com Bolsonaro tentando uma reeleição, e com Lula liberado para o pleito, as manifestações de direita e esquerda nas redes sociais, assim como em 2018, foram frequentes. Assim, Luís Inácio Lula da Silva e Jair Bolsonaro foram os nomes de destaque na eleição de 2022, finalizada, dessa vez, com a vitória do presidencialista esquerdista.

Foram apresentadas, nesta seção, questões situacionais primordiais nos dois períodos eleitorais investigados. No entanto, quando necessário para um melhor entendimento dos excertos analisados na seção 6.2, traremos mais algumas informações contextuais relevantes sob forma de nota de rodapé. Dessa forma, passaremos, agora, para a abordagem dos nossos resultados no que compete à análise dos argumentos (FAIRCLOUGH; FAIRCLOUGH, 2012) e do sistema de avaliabilidade (MARTIN; WHITE, 2005).

6.2 ATITUDES DOS PRESIDENCIÁVEIS FRENTE AO TERMO BRASIL EM ARGUMENTOS DE RACIOCÍNIO PRÁTICO

A busca pelas falas dos candidatos que utilizaram os recursos, simultaneamente, de avaliações atitudinais relativas ao termo Brasil, bem como de argumentação de raciocínio prático evidenciou a ocorrência de 168 excertos. O Quadro 9 denota essas ocorrências, divididas por candidatos e por momentos da interação nos debates eleitorais televisivos de presidencialistas investigados.

Quadro 9 - Número de excertos analisados

(continua)

CANDIDATO	P	R	RP	T	C	CF	TOTAL
Alvaro Dias	0	10	2	2	1	0	15
Cabo Daciolo	0	1	0	0	0	0	1
Ciro Gomes	0	19	5	4	1	0	29
Geraldo Alckmin	0	16	7	5	1	0	29
Guilherme Boulos	0	12	3	4	3	0	22
Henrique Meirelles	0	15	3	4	0	0	22
Jair Bolsonaro	0	4	2	2	2	0	10
Marina Silva	0	5	1	1	0	0	7

(conclusão)

Fernando Haddad	0	4	2	0	0	0	6
Luiz Felipe D'Avila	0	4	1	5	0	0	10
Lula	0	1	1	0	0	0	2
Simone Tebet	0	4	3	1	0	0	8
Soraya Thronike	0	5	0	1	0	0	6
Padre Kelmon	0	1	0	0	0	0	1
TOTAL	0	101	30	29	8	0	168

Fonte: Elaborado pela autora.

As evidências do Quadro 9 nos mostram que os candidatos Ciro Gomes, Geraldo Alckmin, Henrique Meirelles, Guilherme Boulos e Fernando Haddad foram os candidatos que mais empregaram argumentos de raciocínio prático com a presença do termo Brasil com avaliações atitudinais, com 29, 29, 22 e 22 ocorrências, respectivamente. Em relação aos momentos da situação interativa em que esses recursos foram empregados, destacamos o momento da Resposta, Réplica, Tréplica e Comentários.

Quanto aos momentos Pergunta e Considerações Finais, não foram identificadas quaisquer ocorrências de argumentos de raciocínio prático com avaliações atitudinais do termo Brasil. Tal fato pode ser justificado pelo propósito comunicativo de cada uma dessas etapas: a Pergunta visa questionar em relação aos planos do oponente, de modo que nenhuma proposta de ação é realizada pelo candidato que está perguntando.

Já em relação às Considerações Finais, o propósito comunicativo consiste em dirigir a palavra aos telespectadores, de modo a realizar as suas saudações e solicitar o voto, razão pela qual nenhuma proposta de ação é lançada, ou, em casos em que é lançada, não é desenvolvida.

Especificamente no que se refere à análise da avaliatividade, o número de ocorrências de avaliações atitudinais quanto ao termo Brasil é expressivamente maior do que o número de excertos analisados (301 ocorrências), uma vez que, em alguns trechos, tal termo foi avaliado mais de uma vez. As avaliações identificadas encontram-se representadas no Quadro 10.

Quadro 10 - Categorização das avaliações atitudinais

REGIÃO SEMÂNTICA	CATEGORIA										TOTAL		
Afeto	Felicidade				Segurança				Satisfação		11		
	+		-		+		-		+	-			
	0		2		0		6		0	3			
	2				6				3				
Julgamento	Estima Social					Sanção Social					44		
	Norm		Capac			Tenac		Propr		Verac			
	+	-	+	-		+	-	+	-	+		-	
	0	1	8	8		0	1	2	24			0	0
	18					26						0	
Apreciação	Reação				Composição				Valoração		246		
	Impac		Qual		Propor		Complex						
	+	-	+	-	+	-	+	-	+	-			
	0	0	0	0	8	44	9	160	11	14			
	0				221				25				

Fonte: Elaborado pela autora.

As categorizações do uso de avaliações atitudinais relativas ao termo Brasil evidenciaram uma expressiva presença de avaliações por apreciação, com foco na composição. Essa recorrência justifica-se pelo fato de Brasil ser um país, razão pela qual é avaliado predominantemente como “Ente”, tal como supõe a região semântica da apreciação (MARTIN; WHITE, 2005). Em eventuais ocorrências há a presença de avaliações por afeto e por julgamento, que ocorrem em situações metonímicas do Brasil como alguém que tem sentimentos (afeto) e como alguém que possui comportamentos a serem julgados (julgamento), como podemos observar nos Exemplos 33 e 34.

Ex. 33	Quero cumprimentar a equipe da RedeTV!, cumprimentar a candidata e os candidatos, a você que nos assiste, e dizer que <u>o Brasil tem pressa</u> .
	D1BL2GA

Ex. 34	Nesse ponto, um dos raros pontos em que eu concordo com Alvaro Dias, veja só que não são só as posições que estão trocadas aqui, <u>o Brasil se tornou um paraíso dos banqueiros</u> .
	D3BL1GB

No Exemplo 33 visualizamos uma ocorrência de avaliação por afeto satisfação, do tipo negativo, uma vez que é representado o sentimento do país em relação à situação que se encontra, de modo que tem pressa para melhorar. Já no exemplo 34 há uma ocorrência de julgamento sanção social propriedade, também negativa, já que o que está posto em avaliação é uma competência ética relativa às leis institucionais que foi deixada de lado, pois, implicitamente, avalia-se o país como o “paraíso dos banqueiros”.

Quanto às avaliações predominantes, as quais contemplam a apreciação composição complexidade, podemos constatar uma atitude dos presidentiáveis em relação à forma como o país se encontra, a qual não se dá de forma satisfatória, dado o número significativo de ocorrências negativas. O Exemplo 35 ilustra esse tipo de avaliação.

Ex. 35	Há poucos dias, eu sobrevoei as montanhas de Minas Gerais, e o prefeito de Betim, Mediolli, me dizia: Olha, aquela montanha tem uma das maiores reservas minerais do mundo. Eu vi montanhas ricas e embaixo um povo pobre. <u>A fotografia do Brasil</u> . Desigualdades sociais.
D4BL5AD	

De forma implícita, o candidato Alvaro Dias avalia a situação do Brasil, ao compará-lo com as desigualdades observadas por ele ao sobrevoar as montanhas de Minas Gerais. Dessa forma, o Brasil, conforme atitude do presidentiável em questão, não se apresenta em condição favorável, o que embasa o seu posicionamento, na sequência desse trecho, de que mudanças devem ser tomadas.

Vale ressaltar que, das 301 ocorrências de avaliações analisadas, a grande maioria foi considerada por nós como avaliações implícitas, de modo que, para serem classificadas, foi necessário partir de pressupostos e subentendidos relativos ao contexto ao qual os debates estavam sendo proferidos, bem como à situação em que o país se encontrava naquele momento. Por essa razão, compreendemos que a análise obteve, quase que predominantemente, um cunho interpretativo, o qual perdurou na identificação dos elementos de raciocínio prático.

Para uma melhor interpretação dos dados obtidos, focalizamos, de forma isolada, cada momento da interação que contemplou a presença de avaliações atitudinais para o termo Brasil dentro de um argumento de raciocínio prático, a saber:

resposta, réplica, tréplica e comentário, conforme constatado no Quadro 9. Tal interpretação encontra-se sistematizada nas subseções que seguem.

6.2.1 Atitudes frente ao termo “Brasil” em argumentos de raciocínio prático nas Respostas dos debates eleitorais televisivos de presidencialíveis

Conforme exposto no Quadro 9, as Respostas foram o momento da interação predominante na identificação da presença de avaliações atitudinais do termo Brasil simultaneamente com a presença de argumentos de raciocínio prático, com 101 ocorrências. O Quadro 11 expõe o cômputo das ocorrências de cada elemento do raciocínio prático nas Respostas, assim como a presença das avaliações atitudinais relativas ao termo Brasil.

Quadro 11 - Cômputo dos elementos de raciocínio prático nas respostas dos candidatos

ELEMENTOS DO RACIOCÍNIO PRÁTICO NAS RESPOSTAS DOS CANDIDATOS	OCORRÊNCIAS	PRESENÇA DE AVALIAÇÕES ATITUDINAIS QUANTO AO TERMO “BRASIL”
Proposta de ação	101	21
Objetivo	91	52
Meio-fim	86	12
Circunstância	101	111
Valor	34	3

Fonte: Elaborado pela autora.

As evidências numéricas expostas no Quadro 11 revelam que as premissas *proposta de ação* e *circunstância* são as únicas que aparecem em todos os excertos que preenchem os critérios delimitados com a presença de raciocínio prático. Isso denota que as premissas *objetivo*, *meio-fim* e *valor* não são desenvolvidas em todas as situações em que há uma *proposta de ação*. Consequentemente, podemos afirmar que essas situações, seguindo a perspectiva de Fairclough e Fairclough (2012), não se tratariam de um argumento de raciocínio prático, uma vez que não apresentam todas as premissas necessárias para se deliberar sobre a solução para um problema.

Ademais, ressaltamos que, dos 101 excertos analisados, apenas trinta apresentavam as cinco premissas completas, os quais, pela perspectiva de Fairclough

e Fairclough (2012), seriam os únicos a serem considerados como argumentos de raciocínio prático. Todavia, nesta pesquisa, adotamos o posicionamento de considerar, para a análise, também os excertos com as premissas incompletas, uma vez que julgamos que eles são pertinentes para nos mostrar como a argumentação é construída nos debates eleitorais televisivos de presidenciáveis brasileiros. Dessa forma, levamos em conta todos aqueles que traziam a premissa *proposta de ação*, independentemente de haver ou não todas as outras premissas.

A título de ilustração, selecionamos um excerto do primeiro debate televisivo relativo às eleições presidenciais de 2018, transmitido pela emissora Band e mediado pelo jornalista Ricardo Boechat. O excerto em questão refere-se à resposta do candidato Geraldo Alckmin, no primeiro bloco do debate, a uma pergunta elaborada pelos leitores do jornal Metro⁸². A mesma pergunta foi respondida pelos outros sete candidatos presentes, no entanto optamos por selecionar a resposta do candidato Geraldo Alckmin em virtude de ele ter empregado, dentro das premissas de raciocínio prático, avaliações para o termo Brasil. O trecho selecionado é apresentado no Quadro 12⁸³.

Quadro 12 - Excerto para ilustração das premissas de raciocínio prático nas respostas (D1BL1GA)

MEDIADOR: Muito bem. Na sequência, responde agora o candidato Geraldo Alckmin. Gostaria de reiterar que os leitores do Metro, jornal, explicitamente solicitaram respostas objetivas a questão do desemprego: se eleito, que primeira medida tomará para estimular a contratação de trabalhadores? Como essa medida será implementada e a partir de quando? E de onde virão os recursos para que ela seja bem sucedida. Por favor, o candidato Geraldo Alckmin.

GERALDO ALCKMIN: Quero cumprimentá-lo Boechat. Cumprimentar a candidata e os candidatos. Em especial a vocês, mulheres e homens que nos assistem. Essa é a questão central: voltar o Brasil a gerar emprego e renda. O Brasil precisa crescer. E, para crescer, precisa de investimento. E investimento é confiança. Nas primeiras medidas nossas, serão pelo lado fiscal, sem aumentar impostos. Reduzir despesas, para zerar o déficit em menos de dois anos. E a segunda medida é simplificação tributária. Simplificar, desburocratizar, destravar a economia. A terceira, é abertura econômica. Os países que passaram de renda média para renda mais alta, todos eles tiveram uma abertura da economia um papel fundamental.

⁸² O Metro Jornal é um jornal de distribuição gratuita. No Brasil, foi lançado em 2007 por meio de uma associação entre a empresa sueca Metro Internacional e o Grupo Bandeirantes de Comunicação.

⁸³ Salientamos que foi mantida a escrita tal como apresentada a transcrição no site *Aos fatos*, disponível em: <https://aosfatos.org/noticias/as-chechagens-do-debate-presidencial-da-band/>.

Fazer acordos comerciais, entrar no TPP⁸⁴, na aliança com o Pacífico, junto com Japão e os países asiáticos. Reduzir o custo Brasil. O **Brasil** ficou caro e por isso perdeu a competitividade.

O **Brasil** da década de 30 até a década de 1980 foi o país que mais cresceu no mundo. Ele *precisa voltar a crescer, crescer forte, melhorar o poder de compra, os salários, o salário mínimo, a renda da nossa população*. Essa é a nossa prioridade. Educação básica, começando lá na infância, no ensino infantil, até a pesquisa e a inovação.

Fonte: Adaptado de *Aos Fatos*.

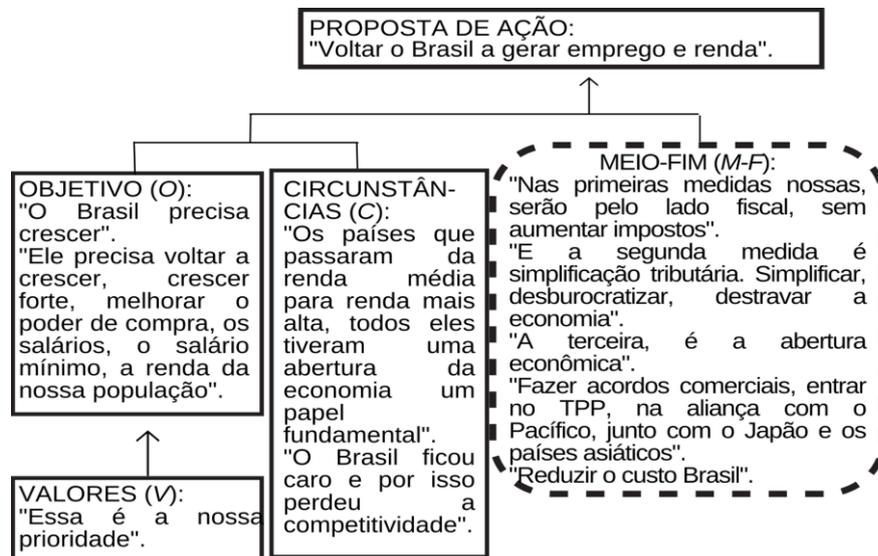
O trecho que se encontra sublinhado no texto diz respeito à argumentação de raciocínio prático, dentro da qual há avaliações para o termo Brasil. Consideramos que, na visão de Fairclough e Fairclough (2012), trata-se de argumentos plausíveis, na medida em que se refere a uma *proposta de ação* como um meio presumível para a sua finalidade, visto que diz respeito a uma situação hipotética, em que são apresentados imaginários para possíveis ações futuras. Dentro desses argumentos, constatamos marcas relativas ao *irrealis*, as quais destacamos em itálico no texto, a saber, “voltar a gerar”, e “precisa”. Essas são marcas que designam os pensamentos do falante em relação ao futuro, em sua possível gestão presidencial, e referem-se à necessidade do país em relação ao problema do desemprego, ou seja, há, aí, uma avaliação por apreciação composição complexidade negativa que denota uma mudança necessária que o país precisa, a qual está relacionada diretamente ao *objetivo* do candidato em questão.

A *proposta de ação*, relativa ao que o *agente* deveria fazer, no caso específico, o candidato Geraldo Alckmin, em resposta à pergunta realizada pelos leitores do jornal Metro, consiste, então, em fazer com que o Brasil volte a gerar emprego e renda. Por trás dessa *proposta de ação*, há duas premissas principais, que são os *objetivos* (O) e as *circunstâncias* (C). No argumento investigado, constatamos que o candidato reafirma que o seu *objetivo* é que o Brasil volte a crescer, e as *circunstâncias* — premissa que diz respeito aos fatos que perpassam o problema enfrentado — são relativas a uma comparação com outros países, os quais tiveram um aumento da renda, e também o fato de o Brasil ter se tornado um país caro, o que agrava o problema da competitividade. Subjacente ao *objetivo*, há um *valor*, que reforça a preocupação do candidato: fazer o Brasil voltar a crescer é a sua prioridade. Por fim,

⁸⁴ TPP é a sigla inglesa para Acordo Transpacífico de Cooperação Econômica.

Geraldo Alckmin enumera ações possíveis de serem realizadas, em concordância com os *objetivos* e as *circunstâncias*, para que ele possa atingir a sua *proposta de ação*. Expomos toda essa relação no esquema de raciocínio prático, proposto por Fairclough e Fairclough (2012), na Figura 16.

Figura 16 - Esquema de raciocínio prático em D1BL1GA



Fonte: Elaborado pela autora.

Essa ilustração confirma-nos que é possível que, em um debate eleitoral televisivo sejam desenvolvidas todas as premissas de um raciocínio prático, embora Fairclough e Fairclough (2012) não o considerem como um gênero do discurso político (ver seção 2.1.1), contexto para o qual esse esquema foi inicialmente pensado. Após essa averiguação, nosso próximo passo metodológico consistiu em verificar as avaliações atitudinais realizadas nos elementos do esquema de raciocínio prático, o que faremos por partes.

De início, verificamos uma avaliação vinculada à *proposta de ação* que, no texto original, a antecede: “essa é a questão central: voltar o Brasil a gerar emprego e renda”. O termo “central” vincula-se à palavra “questão”, que por sua vez se refere à *proposta de ação* do candidato Geraldo Alckmin. Trata-se de uma avaliação por apreciação do tipo valoração positiva, na medida em que o candidato reconhece a centralidade, o valor daquilo que ele se propõe a fazer. Em relação ao *valor* (V), que está diretamente atrelado ao *objetivo* (O), há também uma apreciação do tipo

valoração positiva, visto que ressalta que a questão visada é a “prioridade”, ou seja, possui um valor superior ao das outras questões.

Ademais, nas *circunstâncias* (C), há uma marca avaliativa vinculada ao Brasil, por meio da expressão “ficou caro”. Trata-se de uma apreciação também do tipo valoração, no entanto, negativa, visto que se trata de um problema do país, o que afeta o seu crescimento econômico, prioridade do candidato Geraldo Alckmin.

Após a apresentação de um excerto das Respostas com argumentação prática completa, passaremos a focalizar as avaliações para o termo Brasil em cada elemento do raciocínio prático. Para esse fim, o Quadro 13 externaliza as ocorrências numéricas de cada categoria do subsistema atitude do sistema de avaliatividade (MARTIN; WHITE, 2005) em cada um dos cinco elementos do Raciocínio Prático (FAIRCLOUGH; FAIRCLOUGH, 2012).

Quadro 13 - Cômputo das avaliações atitudinais nos elementos do Raciocínio Prático – Respostas

Raciocínio prático				Proposta de ação	Objetivo	Meio-fim	Circunstância	Valor	Total	
Avaliatividade – Atitude	Afeto	Felicidade	+	0	0	0	0	0	0	
			-	0	0	0	1	0	1	
		Segurança	+	0	0	0	0	0	0	0
			-	0	4	0	0	0	0	4
		Satisfação	+	0	0	0	0	0	0	0
			-	0	0	0	3	0	0	3
	Julgamento	Estima social	Normalidade	+	0	0	0	0	0	0
			-	0	0	0	1	0	1	
			Capacidade	+	0	4	0	3	0	7
		-	0	2	0	2	0	4		
		Tenacidade	+	0	0	0	0	0	0	0
			-	0	0	0	1	0	1	
			Sanção social	Propriedade	+	0	0	0	2	0
		-	2	2	1	10	0	15		
		Veracidade	+	0	0	0	0	0	0	0
	-		0	0	0	0	0	0		
	Apreciação	Reação	Impacto	+	0	0	0	0	0	0
			-	0	0	0	0	0	0	
		Qualidade	+	0	0	0	0	0	0	0
			-	0	0	0	0	0	0	
Composição		Proporção	+	0	1	1	2	0	4	
			-	0	3	0	27	1	31	
		Complexidade	+	0	0	0	6	0	6	
			-	19	36	9	45	1	110	
Valoração		+	0	0	1	2	1	4		
		-	0	0	0	6	0	6		
Total				21	52	12	111	3	199	

Fonte: Elaborado pela autora.

O Quadro 13 revela um total de 199 ocorrências de avaliações atitudinais para o termo Brasil dentro das premissas de raciocínio prático, sendo a maior parte delas dentro das *circunstâncias* (55,77%), seguida pelos *objetivos* (23,13%), pela *proposta de ação* (10,55%), pelo *meio-fim* (6%) e, em número menos expressivo, pelo *valor* (1,50%). Tal percepção denota que as *circunstâncias*, premissa na qual são expostos o contexto que o agente se encontra (FAIRCLOUGH; FAIRCLOUGH, 2012), representam, dentro das Respostas, maior viabilidade para a realização de avaliações atitudinais relativas ao país que os candidatos pretendem governar.

Quanto às avaliações atitudinais para o termo Brasil, a maior parte delas (88,44%) é do campo negativo, representadas pelo sinal de menos (-) ao lado das categorias do subsistema atitude no Quadro 13. Todas as avaliações do campo semântico afeto (oito) foram negativas; das 30 avaliações do campo semântico julgamento, 9 foram positivas (30%); e, das 161 avaliações do campo semântico apreciação, 14 foram positivas (8,69%). Tal constatação desvela, *a priori*, uma tendência, por parte dos presidenciáveis, a se focalizar os aspectos negativos que perpassam o nosso país.

Em relação às categorias do subsistema atitude predominantes, evidenciamos uma vultosa ocorrência de apreciação composição complexidade, de campo negativo, representando, sozinha, 55,27% do total das avaliações identificadas. À exceção do *valor*, tal categoria mostrou-se preeminente em todas as premissas do raciocínio prático, a saber, *circunstância*, *objetivo*, *proposta de ação* e *meio-fim*, respectivamente. A complexidade, uma das divisões da categoria composição, da região semântica apreciação, dá conta de avaliações que se relacionam ao quão complexas as coisas são (MARTIN; WHITE, 2005), ou seja, conforme o Quadro 13, evidenciamos que os presidenciáveis avaliam o Brasil com foco na sua complexidade negativa.

A fim de uma melhor compreensão das evidências quantitativas expostas no Quadro 13, selecionamos excertos de cada premissa de raciocínio prático que contêm avaliações atitudinais para o termo Brasil nas categorias mais expressivas numericamente. Tal ilustração permite-nos obter uma visão qualitativa da construção argumentativa dos presidenciáveis a partir de avaliações para o Brasil no momento das Respostas de debates eleitorais televisivos. Desse modo, passaremos a explorar as avaliações expoentes em cada premissa: *proposta de ação*, *objetivo*, *meio-fim*, *circunstância* e *valor*, respectivamente.

Conforme exposto no Quadro 13, a premissa *proposta de ação* apareceu em 101 excertos analisados, dos quais 21 deles contavam com avaliações atitudinais relativas ao termo Brasil. Essa premissa diz respeito àquilo que deve ser feito pelo *agente* (FAIRCLOUGH; FAIRCLOUGH, 2012); ou seja, no contexto em questão, essa premissa dá conta do que os candidatos à presidência da República deveriam fazer para solucionar os problemas do país levantados nas perguntas direcionadas a eles. Com todas as avaliações negativas na *proposta de ação*, a predominância foi da região semântica apreciação, do tipo composição (94,47%) – complexidade, exemplificada pelo excerto do Quadro 14.

Quadro 14 - Avaliação do termo Brasil (composição complexidade negativa) na premissa *proposta de ação* - Resposta (D4BL4CG)

CIRO – RESPOSTA

O meu estimado companheiro Guilherme Boulos, eu é que tenho muita alegria de ter muita convergência e afinidade com você, eu só tenho inveja da sua idade, mas nada que o tempo não resolva. A minha questão é pragmática, né, e a minha questão é pragmática. É assim, nós temos capital político, e qualquer um de nós, para conseguir de um Congresso Nacional Reacionário, uma regulamentação da mídia que confronte o oligopólio das organizações Globo e toda a outra mídia nepotista que nós temos. Na minha opinião, humildemente, não temos. Por que razão? Porque o Tasso Geressaiti é dono das televisões no Ceará, porque o Collor é dono das televisões em Alagoas, porque o ACM Neto é dono das televisões da Bahia, e assim, para não cansar o cidadão que está ouvindo, eu que conheço a vida brasileira sei que seria jogar um capital político fora. Mas eu não deixo de considerar a grave necessidade de se democratizar a mídia do **Brasil**. Apenas a minha proposta é diferente de uma vendida, de uma vingança, que importaria uma regulação que eu acho que a gente não tem força política para fazer, as vistas que você se eleger, eu vou lhe ajudar nesse, e certamente nós seremos derrotados juntos. Mas eu não creio que seremos capaz de fazer. Qual é a proposta? A ideia aqui é que você use duas ferramentas, facilitar o acesso de tantas entidades de sociedade civil quantas possíveis para terem elas caminhos alternativos de produção cultural e de difusão de informação. Financiar cooperativas de jornalistas, igrejas, como é o caso aqui da TV Aparecida, financiar as centrais sindicais, financiar grêmios estudantis, para dar apenas exemplos. E a outra grande ferramenta é a distribuição da verba publicitária do governo que depois de um corte grande que eu vou fazer, porque a austeridade é necessária, e nós gastamos bilhões de reais que faltam para a moradia, para a saúde, para a segurança, para a educação do nosso povo, com propaganda até de monopólios. Pois bem, esta verba, a partir do governo do PT, foi distribuída por maioria por mídia técnica. Isso é uma aberração. Nós temos que distribuir isso com equidade. Mais para estimular a diversidade.

Em uma situação de confronto direto no quarto bloco do debate organizado pela TV Aparecida, em 2018, o presidenciável Ciro Gomes responde à seguinte pergunta proferida pelo candidato Guilherme Boulos: *Ciro, nós temos pontos de convergência importantes em relação à luta democrática e por direitos no país. Mas também temos diferenças. Uma das nossas diferenças é em relação à democratização das comunicações no Brasil, que estão na mão de seis famílias, seis barões da mídia. Você já disse, certa vez, que a melhor forma para lidar com isso é o controle remoto. Você acha que isso é suficiente, Ciro?*

Em sua resposta, a respeito do seu posicionamento acerca da democratização das comunicações no Brasil, Ciro Gomes apresenta a seguinte *proposta de ação*: a grave necessidade de se democratizar a mídia do Brasil. Trata-se de uma *proposta de ação* na medida em que deixa claro o que o candidato considera que ele presumivelmente deveria fazer para solucionar o problema (FAIRCLOUGH; FAIRCLOUGH, 2012), o qual foi levantado pelo seu oponente na pergunta.

Ademais, é possível evidenciar que, nessa *proposta*, o termo Brasil é avaliado, implicitamente, em relação a sua complexidade, uma vez que revela que no país não há uma democratização da mídia. Esse aspecto é considerado pelo candidato como negativo, de modo que revela que a democratização da mídia é uma grave necessidade. Dessa forma, por meio de pressupostos, é possível considerar que há, nessa *proposta de ação*, uma avaliação de composição complexidade, a qual, ao deixar claro que essa questão é negativa, contribui para a construção da ideia de que a *proposta de ação* exposta é relevante.

Quanto aos *objetivos*, relativos ao estado de coisas futuro que engloba as preocupações do *agente* (FAIRCLOUGH; FAIRCLOUGH, 2012), detectamos 91 ocorrências. Do total de ocorrências, houve a presença de 52 avaliações atitudinais relativas ao termo Brasil, e, diferentemente da *proposta de ação*, aqui foi possível constatar a presença de avaliações positivas, tal como exposto no Quadro 15.

Quadro 15 - Avaliação do termo Brasil (estima social capacidade positiva) na premissa *objetivo* - Resposta (D5BL6HM)

HENRIQUE MEIRELLES – RESPOSTA

A minha política para a educação é uma política baseada na competência. Por exemplo: tudo aquilo que você se referiu, que você fez, foi possível porque o **Brasil** cresceu, aumentou a arrecadação pública e o governo teve condições de criar todos esses programas. Então a primeira coisa que eu vou fazer é conduzir a política

econômica correta, adequada e o **Brasil** vai crescer muito. O **Brasil** não vai só criar 10 milhões de empregos, como o **Brasil** vai fazer mais, vai aumentar a arrecadação e aí nós vamos poder sim criar universidades e poder melhorar a qualidade das universidades e a qualidade do ensino, porque isso é um dos problemas que hoje os estudantes enfrentam, quando sai da escola. Do ensino médio ou do ensino profissionalizante ou, principalmente da universidade. Nós vamos aumentar a qualidade investindo fortemente e melhorando a qualidade dos professores e demanda de desempenho. É importante que o estudante exerça seu direito de aprender, não apenas o direito de passar de ano. E, em relação ao Prouni, nos vamos estender o Prouni também para as creches, para que as mães e os pais possam trabalhar quando o necessário, deixando a criança na creche.

Fonte: Adaptado de *Aos Fatos*.

Nesse excerto, que se trata de uma resposta do candidato Henrique Meirelles a uma pergunta feita pelo candidato Fernando Haddad no debate organizado pelo SBT em 2018, é possível identificar avaliações positivas concernentes aos objetivos do presidencial. A pergunta consistia em: *Vou perguntar pro Meirelles. Meirelles, eu fui Ministro da Educação do Lula por muitos anos, sete anos. E graças ao seu apoio eu pude abrir a porta das universidades para o jovem trabalhador. Prouni: 2 milhões de bolsas, universidades federais Brasil afora, todas as cidades pólo do país, sobretudo no interior, FIES sem fiador. Grandes projetos de inclusão. Qual que será sua política, se eleito, para a educação superior do Brasil?*

Ao elaborar a sua *proposta de ação* sobre a educação superior do Brasil, Henrique Meirelles expõe, dentro dos seus *objetivos*, o seguinte: e o **Brasil** vai crescer muito. O **Brasil** não vai só criar 10 milhões de empregos, como o **Brasil** vai fazer mais. São evidentes, nesses trechos, avaliações implícitas que denotam a capacidade do Brasil de crescer e agir em prol do seu crescimento, ao criar empregos e produzir mais.

Tais marcas revelam avaliações de julgamento de estima social capacidade, as quais são positivas. Considerando que o propósito dos *objetivos* em um raciocínio prático consiste no estado de coisas futuro em que as preocupações do *agente* são realizadas (FAIRCLOUGH; FAIRCLOUGH, 2012), é esperado que haja a predominância de avaliações positivas, visto que, ao se elaborar uma proposta, é evidente que o que se busca é atingir um bem comum, ou um bem maior. No entanto, o excerto do Quadro 15 ilustra uma exceção, uma vez que, assim como *na proposta de ação*, a predominância recaiu sobre avaliações da região semântica do tipo apreciação complexidade, de caráter negativo, como exposto no Quadro 16.

Quadro 16 - Avaliação do termo Brasil (composição complexidade negativa) na premissa *objetivo* - Resposta (D1BL1JB)

JAIR BOLSONARO – RESPOSTA

Primeiro agradeço a Deus pela oportunidade e ao sistema Band. Daciolo, eu tenho, na verdade, 46 anos de serviço público, 16 de exército brasileiro, com muita honra. A nossa missão aqui é mais que dar esperança para o povo. É dar certeza que faremos um governo realmente diferente. Nunca integrei o executivo. Entre outras medidas, o **Brasil** precisa voltar a fazer comércio com o mundo todo sem o viés ideológico. Precisa agregar valor naquilo que tem, não só em seu subsolo, bem como produtos do campo. O **Brasil** precisa ser desburocratizado. É um cipoal de leis que desestimula qualquer um a abrir qualquer empresa. Tem que ser desregulamentado. Todos nós sabemos, que o salário no **Brasil** é pouco para quem recebe e muito para quem paga. A classe empresarial tem dito também - e o que vou falar aqui é para perder voto, mas eu não quero ganhar eleições e não poder governar - os empresários têm dito para mim que o trabalhador vai ter que decidir um dia: menos direitos, e emprego; ou todos os direitos, e desemprego. Eu acredito que, com essas medidas iniciais, além de atacar de frente a questão da violência, nós possamos fazer voltar no **Brasil**, o emprego.

Fonte: Adaptado de *Aos Fatos*.

O excerto do Quadro 16 apresenta a resposta do candidato Jair Bolsonaro à pergunta realizada pelos leitores do Jornal Metro, no primeiro debate eleitoral televisivo de presidentiáveis do ano de 2018, transmitido pela emissora Band, a qual era direcionada a todos os candidatos. Assim como o excerto do Quadro 12, a pergunta consistia em: *se eleito, que primeira medida tomará para estimular a contratação de trabalhadores? Como essa medida será implementada e a partir de quando? E de onde virão os recursos para que ela seja bem sucedida?* Com uma *proposta de ação* que consistia em desburocratizar o país no que se refere a questões comerciais, o presidentiável apresentou como *objetivo*, em resumo, gerar empregos no Brasil.

Com os processos utilizados na frase *Eu acredito que [...] nós possamos fazer voltar no **Brasil**, o emprego*, há a apresentação de um futuro estado da nação pretendido por Jair Bolsonaro, de modo que se evidencia ser esse um dos seus *objetivos* com a sua *proposta de ação*. Além disso, ao utilizar os termos “fazer voltar”, o presidentiável avalia, implicitamente, que o país não possui empregos suficientes, o que denota uma complexidade negativa, na medida em que demonstra que o país é insuficiente em relação às necessidades da população.

Apesar de ser presumível que as avaliações para o Brasil nos *objetivos* sejam positivas, na medida em que, no contexto desta pesquisa, essa premissa visa expor

aquilo que se pretende atingir para a nação – e o esperado é que os presidenciais almejem aspectos positivos –, o excerto do Quadro 16 vem para ilustrar que o contrário também é válido. Isso se justifica pela evidência de que a estratégia que os presidenciais lançam mão nessa premissa é a de avaliar negativamente o país em sua situação atual, a fim de mostrar que a sua *proposta de ação* tem por *objetivo* trazer mudanças positivas para o país, assim como exposto no Quadro 16.

Relativamente à premissa *meio-fim*, que contempla um meio presumível de se levar um estado de coisas a outro (FAIRCLOUGH; FAIRCLOUGH, 2012), evidenciamos a sua presença em 86 excertos, dos quais 12 apresentavam avaliações para o termo Brasil. Embora houvesse a presença de avaliações positivas (duas ocorrências), o predomínio foi de avaliações do campo negativo, relativas à região semântica apreciação, do tipo composição complexidade (75%). O Quadro 17 demonstra um exemplo dessa recorrência.

Quadro 17 - Avaliação do termo Brasil (composição complexidade negativa) na premissa *meio-fim* - Resposta (D3BL1GB)

GUILHERME BOULOS – RESPOSTA

Primeiro boa noite, boa noite Maria Lydia, boa noite a todos os candidatos, boa noite a você que nos assiste em casa. Nesse ponto, um dos raros pontos em que eu concordo com Alvaro Dias, veja só que não são só as posições que estão trocadas aqui, o **Brasil** se tornou um paraíso dos banqueiros. É impressionante, é uma verdadeira Disneylândia financeira. Banco aqui faz o que quer. Esses dias, estava dialogando com um economista que me contou um exemplo do banco Santander. O banco Santander para uma mesma linha de crédito na Espanha, sua matriz, cobra juro zero, no **Brasil**, cobra 140%. Nós vamos acabar com a farra dos bancos. Primeiro, em relação à bolsa banqueiro, que são os juros abusivos que se cobra para a dívida pública no **Brasil** e que levam mais de 400 bilhões de reais ao ano. Enfrentando a bolsa banqueiro, nós temos condição de investir no social, de investir em educação, saúde, moradia popular e em tudo o que o **Brasil** precisa. E segundo, baixando os juros que você paga no seu cartão, no cheque especial. Vamos fazer isso através dos bancos públicos, da Caixa Econômica e do Banco do **Brasil**. Se a Caixa Econômica e o Banco do **Brasil** baixam os juros, os bancos privados têm que vir atrás, se não perdem a clientela. Assim, nós vamos enfrentar a farra dos bancos no **Brasil**, é um clube dos privilegiados, que acham que manda no país. Eu não vou governar para banqueiro, eu não vou governar para mercado, o mercado já mandou demais, já falou demais, está na hora de ouvir a maioria do povo brasileiro.

Fonte: Transcrição própria.

O trecho do Quadro 17 é referente à resposta do candidato Guilherme Boulos à pergunta do presidencial Alvaro Dias, realizada durante um confronto direto no

primeiro bloco do debate transmitido pela TV Aparecida, em 2018. Na ocasião, Alvaro Dias levantou o seguinte questionamento ao seu oponente na interação: *qual é o tratamento que, na presidência da república, você dará ao sistema financeiro?* Ao passo que o candidato Guilherme Boulos emitiu uma resposta cuja *proposta de ação* consistia em acabar com os privilégios voltados aos bancos.

A passagem sublinhada no Quadro 17 refere-se à premissa *meio-fim*, na qual são contemplados meios pelos quais o candidato se propõe a acabar com tais privilégios, a saber: enfrentar a bolsa banqueiro para ter condições de investir no que o país precisa, além de baixar os juros de cartão e cheque especial para a população nos bancos públicos, para que, em virtude da competitividade, atinja também aos demais bancos. Trata-se de um meio presumível para que a *proposta de ação* chegue ao *objetivo* definido por ele, qual seja, *enfrentar a farra dos bancos no Brasil*.

Ao falar que [...] *Enfrentando a bolsa banqueiro, nós temos condição de investir no social, de investir em educação, saúde, moradia popular e em tudo o que o **Brasil** precisa*, dentro da premissa *modo-meio*, o presidenciável, de forma implícita, avalia o país como uma entidade que possui muitas demandas a serem solucionadas, o que demonstra uma avaliação também da região semântica apreciação, do tipo composição complexidade. Assim como na premissa *objetivos*, o que observamos aqui, na premissa *modo-meio* é que há uma tendência a se focalizar as questões problemáticas atuais do país para se enfatizar um desejo, ou até mesmo uma competência, por parte dos presidenciáveis, de fazer diferente e mudar o que não está satisfatório.

Dentre as cinco premissas de raciocínio prático, a *circunstância* foi a que obteve maior número de avaliações para o termo Brasil, ultrapassando, até mesmo, o número de excertos em que ela aparece. Tal premissa perpassou os 101 excertos que contêm proposta de ação, e, dentro dela, houve 111 avaliações para o termo em investigação. Desse total, 15 foram avaliações positivas, e a predominância se deu por avaliações da região semântica apreciação, do tipo composição complexidade (40,54%) e proporção (24,32%), bem como da região semântica julgamento, do tipo sanção social propriedade (9%), todas negativas. Considerando o número expressivo dessas ocorrências, os Quadros 18, 19 e 20 trazem excertos para ilustrá-las.

Quadro 18 - Avaliação do termo Brasil (composição complexidade negativa) na premissa *circunstância* - Resposta (D10BL4ST)

Excelente pergunta, é um prazer poder debater o Brasil com você e aí pedindo já desculpas pra aqueles que estão essa hora da noite vendo um bate-boca aqui que não coloca você eleitor, cidadão brasileiro, no centro do debate. Tenho certeza que você que está nos ouvindo quer se tratar disso, de educação, de saúde, de segurança pública, o que nós como candidatos e futuros presidentes da república podemos e vamos fazer pra resolver e melhorar a sua vida. Então é um prazer poder estar aqui respondendo de novo essa questão a essa questão tão importante que é a saúde pública no Brasil. A coordenação passa por um governo federal forte, atuante, sensível com os problemas das pessoas. Por um candidato de um presidente da república que nos momentos que mais se precisa estende a mão. Lamentavelmente não foi isso que aconteceu.

Primeiro ponto: é preciso que o governo federal volte a investir no SUS no **Brasil**.

Lá atrás, muito lá atrás, antes do governo do PT, inclusive a União repassava, 60% do repasse com o SUS era do governo federal. Hoje é algo em torno de 40%.

Segundo, nós temos hospitais regionais espalhados pelo Brasil inteiro, os governos estaduais não dão conta. Equipar aparelhos pra fazer exames, cirurgias, consultas, em parceria. Colocar no governo digital a telemedicina, o prontuário único que é uma... dá dó, é lamentável.

Saber que a mulher lá do meu Pantanal, lá da Amazônia ela tem que às vezes andar muitos quilômetros, na Amazônia então 200 km pra levar seu filho. Muitas vezes com uma simples dor de barriga, mas que pode ficar desidratada e vir a falecer, mortalidade infantil, porque não tem um médico ali.

Mais do que isso, precisamos atualizar a tabela SUS. Eu disse aqui e vou repetir, que tristeza: 20% dos pobres no **Brasil** que são detectados com câncer morrem prematuramente porque tem as portas do SUS fechado, porque as Santas Casas querem ajudar mas a tabela SUS está desatualizada há quase vinte anos. Dinheiro tem. Falta vontade política. Dinheiro tem. Lamentavelmente vai pro desvio da corrupção.

Fonte: Adaptado de *Aos Fatos*.

A premissa *circunstancial* é aquela em que são apresentados o contexto do *agente*, e dá conta de fatos sociais, naturais e institucionais (FAIRCLOUGH; FAIRCLOUGH, 2012). É possível perceber, no trecho sublinhado no Quadro 18, que a candidata Simone Tebet, em uma interação de confronto direto com o candidato Felipe D'Ávila, no quarto bloco do debate eleitoral televisivo de presidenciais transmitido pela Rede Globo em 2022, trouxe, em sua resposta, algumas questões sociais relativas à questão da saúde pública, a fim de ilustrar o contexto nacional quanto a essa questão à época do debate.

Na ocasião, Felipe D'Ávila havia posto em discussão a seguinte indagação: *Como melhorar essa coordenação do SUS, principalmente do Governo Federal, com*

os estados e municípios, que praticamente inexistiu durante a pandemia⁸⁵? Sobre essa questão, Simone Tebet havia como *proposta de ação* a volta de investimentos no Sistema Único de Saúde (SUS) por parte do governo federal, de modo que as *circunstâncias* apresentadas referiam-se ao descaso do governo com a saúde pública: redução do repasse da União para o SUS, incapacidade de os governos estaduais darem conta dos hospitais regionais existentes, dificuldade de acesso à saúde na Amazônia e desatualização da tabela SUS que acarreta em mortes prematuras de pessoas pobres com doenças graves.

Dentre as informações apresentadas, a presidenciável afirma que [...] *20% dos pobres no **Brasil** que são detectados com câncer morrem prematuramente porque tem as portas do SUS fechado*⁸⁶, em que podemos evidenciar a presença de uma avaliação implícita que denota que o país possui dificuldades em contemplar as necessidades de saúde das pessoas sem condições financeiras. Essa avaliação é classificada como pertencente à região semântica apreciação, do tipo composição complexidade, de campo negativo, na medida em que ressalta um dos problemas existentes na nação. Em razão de essa ser a categoria avaliativa predominante na premissa *circunstância*, evidenciamos que a estratégia mais empregada pelos presidenciáveis é a de contextualizar a situação do país com foco em seus aspectos negativos, a fim de lançar uma *proposta de ação* que vise solucionar o problema apresentado.

Ademais, conforme exposto anteriormente, outra categoria avaliativa relativa ao termo Brasil também obteve notoriedade nas análises da premissa *circunstância*, a saber, apreciação do tipo composição proporção. O Quadro 19 apresenta um exemplo dessa ocorrência.

Quadro 19 - Avaliação do termo Brasil (composição proporção negativa) na premissa *circunstância* - Resposta (D6BL2GA)

GERALDO ALCKMIN – RESPOSTA

Olha, primeiro, aumentar o crédito no **Brasil**, essa é uma questão central. O Chile, que é um país vizinho, tem praticamente o dobro da oferta de crédito no **Brasil**. Trazer mais bancos pro **Brasil**. Primeira medida que eu vou tomar é acabar com o decreto que pra vir um banco estrangeiro para o país é preciso ter autorização

⁸⁵ Aqui, o candidato refere-se à pandemia de Covid-19, que teve início, no Brasil, em 2020, durante o governo de Jair Bolsonaro.

⁸⁶ Conforme exposto na Metodologia, mantivemos a transcrição original coletada nos sites das emissoras, razão pela qual os desvios de escrita, como os de concordância nesse trecho, foram mantidos.

presidencial. Estados Unidos têm mais de 4 mil bancos. Ter mais bancos, mais disputa. Desregular, desregular outras formas de crédito: cooperativas de crédito, FINTECs. Reduzir a taxa de juros, e a maneira mais rápida de reduzir as taxas de juros é boa política fiscal. Não vou aumentar imposto. Tava nos estudos do Ciro criar CPMF, do ministro da Fazenda dele, daquele que ele tem como seu guru na área econômica, aí ele viu a repercussão que deu do Bolsonaro e deu uma recuada. Não vou aumentar carga tributária. Eu fui um dos autores do Código de Defesa do Consumidor. Nós vamos apoiar as pessoas que estão endividados, procurar reduzir a sua dívida, renegocia-la com bancos públicos e também pressionar o bancos privados. De outro lado, crédito para o pequeno empreendedor, como fiz em São Paulo com juros zero para os pequenos empreendedores.

Fonte: Adaptado de *Aos Fatos*.

O Quadro 19 traz a resposta do candidato Geraldo Alckmin à pergunta feita pelo candidato Ciro Gomes em um confronto direto no segundo bloco do debate eleitoral televisivo de presidenciáveis transmitido pela Record em 2018: *Qual é a sua proposta para ajudar as famílias brasileiras desse constrangimento do explosivo endividamento?*⁸⁷ Como ideia de solução, a *proposta de ação* lançada pelo candidato Geraldo Alckmin residia em aumentar o crédito no Brasil e trazer mais bancos para cá. Algumas informações contextuais foram abordadas a fim de situar a problemática, dentre as quais havia a comparação com outros países.

Nesse viés, na passagem [...] *O Chile, que é um país vizinho, tem praticamente o dobro da oferta de crédito no **Brasil***, percebemos que o presidenciável realiza uma avaliação implícita para o termo Brasil: ao comparar com o Chile, fica evidente que, se colocarmos em uma escala, nosso país encontra-se em um nível inferior ao país vizinho no que se refere à oferta de crédito. Dessa maneira, há, aí, uma avaliação implícita da região semântica apreciação, do tipo composição proporção, uma vez que se organiza em torno do equilíbrio (MARTIN; WHITE, 2005). Sobre esse aspecto, foi notório que os presidenciáveis que lançaram mão de avaliações desse tipo, nas *circunstâncias*, as fizeram ao comparar com outros países, de forma a demonstrar que a situação do Brasil era inferior à dos demais, uma vez que 93,1% delas foram negativas.

Por fim, avaliações para o termo Brasil pela região semântica julgamento do tipo sanção social propriedade também foram notórias nos excertos analisados. Esse

⁸⁷ Essa questão referia-se aos 63 milhões de brasileiros que estavam, à época do debate, com o nome no Serviço de Proteção ao Crédito (SPC), dado apresentado anteriormente pelo candidato Ciro Gomes.

tipo de avaliação dá conta de julgamentos atrelados à ética dos indivíduos (MARTIN; WHITE, 2005), e encontra-se ilustrado no Quadro 20.

Quadro 20 - Avaliação do termo Brasil (sanção social propriedade negativa) na premissa *circunstância* - Resposta (D8BL3FD)

FELIPE D'ÁVILA – RESPOSTA

Bom, parte disto é a impunidade no Brasil que é uma coisa que nós precisamos combater com a justiça que faça leis ser cumpridas. Segundo, precisamos replicar as boas experiências existentes. Por exemplo, a polícia Maria da Paz, uma força importante que vem aumentando brutalmente as mulheres que têm coragem de denunciar estupro. Nós temos que aproveitar as boas experiências de política pública voltadas para combater crimes dessa natureza.

Portanto, o que o **Brasil** precisa fazer não é inventar mais política pública, é fazer cumprir a lei, combater a impunidade e aproveitar excelentes exemplos como é o caso da força da Maria da Paz. Por que isso? Porque se nós ficarmos toda hora inventando política pública nova e não fazendo cumprir a lei o Brasil não evolui.

Nós precisamos ter um princípio liberal fundamental. A lei tem que ser igual e valer para todos.

Fonte: Adaptado de *Aos Fatos*.

O Quadro 20 expõe a resposta do presidente Felipe D'Ávila a uma pergunta feita pelo mediador do debate eleitoral televisivo de presidentes transmitido pela Band no ano de 2022, durante o seu terceiro bloco. Nesse bloco, a mesma pergunta era direcionada a dois candidatos – nesta, a Felipe D'Ávila e Jair Bolsonaro –, que deveriam apenas responder, sem apresentar réplica e tréplica. A pergunta consistia em: [...] *E eu quero falar sobre mulheres também. Porque a cada 10 minutos no Brasil uma mulher é estuprada. E a cada sete minutos uma mulher é vítima de feminicídio. É algo muito grave que acontece no nosso país. E a gente sabe que há uma queda nos investimentos de políticas públicas voltadas para as mulheres. Dados do Instituto de Estudos Socioeconômicos revelam que houve um corte no orçamento de 33% nas políticas públicas voltadas às mulheres neste ano. Eu gostaria de saber o que será feito no seu governo para reduzir esses números.*

Como *proposta de ação* para a problemática apresentada no questionamento, Felipe D'Ávila considerou a necessidade de fazer com que as leis sejam cumpridas e de replicar os bons exemplos já existentes. Para situar a ideia, *circunstâncias*, de caráter institucional, foram apresentadas, as quais aparecem sublinhadas no Quadro 20 e possuem a função de contextualizar que o país não cumpre leis existentes e de mostrar que há meios já criados que são úteis para a solução da problemática, tal

como a Polícia Maria da Paz. Dentro dessa *circunstância*, percebemos, na utilização da expressão *parte disto é a impunidade no **Brasil***, uma avaliação implícita para o país, uma vez que há um julgamento relacionado à ética da nação, na medida em que esta não aplica as punições necessárias e previstas em lei. Nessa perspectiva, foi evidente que, ao realizar avaliações pela região semântica julgamento, do tipo sanção social propriedade, os presidencialistas expunham, especialmente, as questões legais que não eram seguidas pelo país, com vistas a demonstrar que eles passariam a adotar um caminho diferente deste.

Por fim, a premissa *valor*, que se refere àquilo que o Agente deveria estar preocupado e que molda os *objetivos* e as *ações* a serem seguidos (FAIRCLOUGH; FAIRCLOUGH, 2012), foi observada em 34 dos 101 excertos analisados nas respostas (30,6%). No que compete às avaliações atitudinais para o termo Brasil, três foram localizadas (1,5%), as quais eram da região semântica apreciação: composição proporção (uma ocorrência), composição complexidade (uma ocorrência) e valoração (uma ocorrência), de modo que esta era positiva e aquelas, negativas. Por não haver uma categoria predominante, os três excertos encontram-se ilustrados nos Quadros 21, 22 e 23.

Quadro 21 - Avaliação do termo Brasil (composição proporção negativa) na premissa *valor* - Resposta (D4BL4FH)

HADDAD - RESPOSTA

Amigo Ciro, muito obrigado pela pergunta. É, realmente, esse é um dos maiores problemas brasileiros, porque quanto mais pobre você é, mais imposto você paga, proporcionalmente a sua renda. Quanto mais rico você é, menos imposto você paga, proporcionalmente a sua renda. Isso no **Brasil**, e isso tem que mudar. Dois colaboradores do governo Lula, durante os últimos dois anos, elaboraram uma proposta que me parece muito viável. A proposta consiste no seguinte: você garantir a estados e municípios que a receita deles de impostos não vai cair ao longo da transição do sistema tributário, e fixar um imposto de valor agregado que congregue todos os outros impostos sobre consumo, para simplificar e diminuir a carga tributária sobre consumo, justamente beneficiando os mais pobres, porque o pobre paga imposto ao consumir. Eu estou falando de dois colaboradores do governo Lula, Bernard Appy e Nelson Machado, que elaboraram esse projeto, que foi muito bem avaliado pelo presidente Lula e por mim, e consta no nosso plano de governo. Do outro lado, do lado da renda e do patrimônio, aí sim nós temos que cobrar dos milionários o que não pagam de impostos. Por exemplo, os brasileiros muito ricos, quando recebem dividendos das suas empresas, bancos, etc., não pagam imposto de renda, ao contrário do trabalhador que paga na fonte até 27,5% do seu salário o imposto de renda que é retido. O que se recebe de dividendos desde 1995 que não se paga, é preciso corrigir essa distorção. Impostos sobre patrimônios, sobre

grandes patrimônios, também não são alvo de fiscalização, e o imposto sobre a herança no **Brasil**, sobre grandes patrimônios herdados, é um dos mais baixos...

Fonte: Transcrição própria.

A resposta de Fernando Haddad, presente no Quadro 21, refere-se a um momento de confronto direto com o candidato Ciro Gomes, no quarto bloco do debate eleitoral televisivo de presidenciáveis transmitido pela TV Aparecida, em 2018. O questionamento consistia em: *Qual é a sua proposta para resolver a mais grave distorção de todas as gravíssimas distorções brasileiras que é o sistema tributário? Nós cobramos muito mais dos pobres, e muito menos dos ricos. Qual é a sua proposta para resolver essa injustiça?* Ao que Fernando Haddad respondeu ser esse um dos maiores problemas brasileiros e trouxe, como *proposta de ação*, a correção dessa distorção seguindo uma proposta que foi elaborada por dois colaboradores do governo Lula⁸⁸.

Ao trazer a *circunstância* de que, no país, pobres, proporcionalmente à renda, pagam mais impostos que os ricos, Fernando Haddad expõe a sua premissa de *valor*: *Isso no Brasil, e isso tem que mudar*. Uma vez que o presidenciável considera ser esse um dos maiores problemas nacionais, ele assume a postura de preocupação com a solução dessa problemática, o que denota o seu *valor*. Ainda, ao utilizar a expressão “isso no Brasil”, retoma a *circunstância* apresentada anteriormente e avalia o país, implicitamente, em relação à sua composição: trata-se de uma avaliação do tipo proporção negativa, pois dá conta de avaliar o equilíbrio existente na questão abordada. Assim, essa avaliação opera de modo a evidenciar uma proporção negativa que existia à época do debate, mas que o candidato em questão tinha como premissa de *valor* solucioná-la.

Outro tipo de avaliação presente na premissa *valor* nas respostas, também da região semântica apreciação, refere-se à composição complexidade negativa. Essa ocorrência é demonstrada no Quadro 22.

Quadro 22 - Avaliação do termo Brasil (composição complexidade negativa) na premissa *valor* - Resposta (D8BL3STH)

SORAYA THRONICKE – RESPOSTA

Candidato, nem todos tem o patrimônio que o senhor tem e que muitos doadores da campanha de vocês têm para tocar uma campanha que é caro. Muito cara. Se

⁸⁸ Ambos, Fernando Haddad e Lula, são integrantes do Partido dos Trabalhadores (PT).

nós não tivéssemos o fundo eleitoral para financiar a democracia nós nunca, principalmente nós mulheres, jamais teríamos acesso à política. Ainda é necessário. Nós não temos a cultura como acontece nos Estados Unidos de doar. E é difícil, é difícil sim, mas tem muita gente ali no próprio partido de vossa excelência que está usando, sim. Está falando mal da campanha eleitoral, mas aparece na campanha eleitoral. Isso custa. De onde sai? Eu não sei. Vocês vão ter que explicar. É importante neste momento do país financiarmos a democracia porque senão somente os candidatos dos governadores e do presidente da República estariam eleitos porque eles estão com a máquina na mão. E eu presido União **Brasil** Mulher Nacional. Estou vendo a dificuldade das mulheres de conseguirem financiar as suas campanhas. E os brasileiros não têm a cultura de doar. Tem que começar a ter a cultura de doar, mas mais do que isso, nada mais me deixa indignada que é ver os candidatos que já foram, um que é presidente e o outro que era presidente, falarem no mundo que não existe. Eu vou aproveitar o meu momento agora pra tratar disso. O mundo do presidente Lula está nas propagandas dele e do presidente Bolsonaro está nos grupos de WhatsApp. Além da propaganda também. Mas o **Brasil** real. Neste país, na realidade nas ruas, tem gente nesse momento catando lixo, fuçando lixo pra ter o que comer. Eu tenho coragem, eu não tenho rabo preso com nada e com ninguém. Tudo o que nós estamos fazendo e propondo para esse país tem uma explicação. O candidato Lula até agora não explicou como é que ele vai baixar os impostos e acabar com a inflação. Não tem. Nós temos, sim, uma proposta. Uma proposta estudada há 30 anos com muito muito afinco pelo pelo professor Marcos Cintra. É um homem que passou 17 anos em Harvard, tem livros escritos. Não é qualquer pessoa. Quando a gente tem um posto Ipiranga que não sabe o que é o princípio da essencialidade e abaixa imposto de jet ski, de videogame no momento onde tinha que abaixar o imposto do arroz, do feijão e do leite isso me deixa muito mais indignada. Se não deixa vossa excelência, eu sinto muito. Mas é com isso que eu estou preocupada, com o **Brasil** real que passa fome. E por isso eu vou lutar, sim, para que todas as mulheres e todas as pessoas que não teriam jamais a porta aberta por conta do coronelismo neste país dentro de partidos tenham a condição de romper essa barreira com uma barreira que eu rompi. Eu estava aí sentada na cadeira como você assistindo isso aqui. Jamais imaginei conseguir estar aqui um dia. A única forma que você tem é assim. Com um pouquinho de financiamento. E se você for dividir todo o fundo eleitoral pelo número total de candidatos é bem pouco, senhor candidato.

Fonte: Adaptado de *Aos Fatos*.

Durante o terceiro bloco do debate eleitoral televisivo de presidenciais transmitido pela Band, em 2022, em uma situação de confronto direto, a candidata Soraya Thronicke emite a resposta presente no Quadro 22 para a pergunta proferida pelo seu oponente, candidato Felipe D'Ávila. A pergunta consistia em: [...] *que dignidade é essa de se aprovar um fundo eleitoral de R\$ 5 bilhões? Tirar dinheiro da educação, do combate à pobreza, de atendimento médico, para financiar campanha política, para todo mundo vim aqui no debate de jatinho enquanto tem gente passando*

*fome. Qual é a dignidade de se aprovar uma excrecência que esse fundo eleitoral? Uma indecência*⁸⁹.

Na fala do próprio candidato é notória a sua desaprovação quanto ao fundo eleitoral, enquanto a postura adotada pela candidata Soraya Thronicke vai em sentido contrário. Sobre esse tópico, a presidenciável admite ser essa uma medida necessária para os partidos que não possuem outro tipo de investimento nas campanhas e julga ser esse um financiamento pela democracia. Nesse viés, a *proposta de ação* defendida pela candidata é a de lutar para que as portas da política estejam abertas a todos aqueles que não fazem parte do coronelismo, o que depende de um financiamento público. Além disso, expõe como *valor* a sua preocupação *com o Brasil real que passa fome*, de modo que a sua *proposta de ação* está organizada a fim de agir em prol dessa questão.

Na premissa de *valor* apresentada, percebemos que o Brasil é avaliado como uma nação cuja realidade envolve pessoas com fome, sendo tal avaliação da região semântica apreciação, do tipo composição complexidade negativa. Dessa maneira, percebemos aí, assim como no exemplo anterior, um posicionamento da candidata frente a um aspecto negativo do país, com o intuito de demonstrar estar disposta a agir para solucionar a problemática.

O último mecanismo utilizado para avaliar o termo Brasil na premissa *valor* nas respostas dos candidatos foi também da região semântica apreciação, mas do tipo valoração. Diferentemente dos exemplos anteriores, essa ocorrência se deu por meio de uma avaliação positiva, ilustrada no Quadro 23.

Quadro 23 - Avaliação do termo Brasil (valoração positiva) na premissa *valor* - Resposta (D1BL2HM)

HENRIQUE MEIRELLES – RESPOSTA

A situação da Venezuela é dramática, não há dúvida, e a situação dos venezuelanos pior ainda. O nosso problema é conseguir resolver a situação do povo e não permitir que você chegue na mesma situação que está o povo da Venezuela. Para isso, é preciso que ter uma política no **Brasil** que assegure crescimento, assegure emprego e assegure renda. Na Venezuela, o problema é que o povo não tem emprego, mas, pior do que isso, começa a faltar dinheiro inclusive para comer. O

⁸⁹ Aqui, há uma crítica, por parte de Felipe D'Ávila, ao fundo eleitoral, nome utilizado para se referir ao Fundo Especial de Financiamento de Campanha, que se destina às campanhas eleitorais. Na ocasião, o partido da candidata Soraya Thronicke seria o que mais havia recebido recursos desse fundo, razão pela qual a pergunta fora direcionada a ela.

governo está em colapso, e isto causa uma situação, uma crise humanitária de proporções absolutamente inaceitáveis. E os venezuelanos estão fugindo do país. O **Brasil** já recebeu um número grande de venezuelanos aí, um pouco menos de 100 mil, mas a Colômbia recebeu 700 mil. O que nós temos que agir é para que a situação da Venezuela mude, e que mude esse regime, e que a situação dos venezuelanos possa ser revertida para que os venezuelanos possam e devam querer voltar para a Venezuela. Mas, até lá, o **Brasil** tem que atender à sua postura humanitária e de abrigo, que sempre teve historicamente. E isso é fundamental. E, sim, temos que providenciar recursos para o estado de Roraima para acomodar aquela população. Mas vamos resolver o problema na causa, trabalhando junto para ajudar a mudar a situação na Venezuela.

Fonte: Adaptado de *Aos Fatos*.

No segundo bloco do debate eleitoral televisivo de presidenciáveis transmitido pela Band, em 2018, houve um momento em que jornalistas do Grupo Bandeirantes faziam perguntas, escolhendo um candidato para responder e outro para comentar. O Quadro 23 expõe a resposta do candidato Henrique Meirelles à seguinte pergunta do jornalista Rafael Colombo: [...] *O senhor é a favor de alguma espécie de restrição para a entrada de venezuelanos no Brasil? Alguma espécie de exigência? Há como dar alguma espécie de apoio maior a estados como Roraima, que não estão conseguindo atender todos os venezuelanos que estão entrando no Brasil?*⁹⁰

Sobre esse ponto levantado pelo jornalista, o presidenciável Henrique Meirelles pontuou a necessidade de auxiliar o país vizinho, mas sem permitir que o nosso chegue a mesma situação, de modo que sua *proposta de ação* residiu em *ter uma política no **Brasil** que assegure crescimento, assegure emprego e assegure renda.* Ao apresentar os meios a serem adotados nessa *proposta de ação*, uma premissa de valor foi lançada: [...] *o **Brasil** tem que atender à sua postura humanitária e de abrigo, que sempre teve historicamente. E isso é fundamental.*

Diferentemente das avaliações anteriores, houve, aqui, uma avaliação positiva, da região semântica apreciação, do tipo valoração, que se relaciona ao valor que as coisas possuem ou não (MARTIN; WHITE, 2005). A valoração consistiu em exaltar uma postura humanitária e de abrigo que o país adotou historicamente, evidenciando que uma conduta acolhedora é um dos valores que perpassa a nossa nação. Assim,

⁹⁰ Esse questionamento refere-se a onda migratória de venezuelanos para o Brasil no ano de 2018 em virtude da crise política, econômica e social enfrentada em seu país de origem. Tal crise trouxe diversos efeitos para os cidadãos da Venezuela, como escassez de alimentos e medicamentos, além de uma violência generalizada, fazendo com que muitos abandonassem o país em busca de condições melhores.

notamos, aqui, um posicionamento altruísta do país que serve de base para moldar os argumentos de raciocínio prático do presidencialável.

Com a análise do momento das Respostas dos presidencialáveis nos dez debates eleitorais televisivos que constituem o *corpus* desta pesquisa, evidenciamos que se trata de um momento profícuo para o desenvolvimento de argumentos de raciocínio prático, pois houve o maior número de *propostas de ação* (101 ocorrências). Além disso, o grande número de raciocínio prático foi compatível com o expressivo número de avaliações atitudinais para o termo Brasil (199 ocorrências), demonstrando ser este um momento oportuno para a apresentação de atitudes frente ao país.

Ademais, constatamos que, nesta etapa da interação, a *circunstância* é a única premissa que perpassa todos os excertos que possuem *proposta de ação*, o que demonstra que contextualizar as informações é uma abordagem basilar para a construção argumentativa por parte dos candidatos. Nesse contexto, evidenciamos que, nas Respostas, não há, de forma geral, uma construção argumentativa conforme os preceitos de Fairclough e Fairclough (2012), na medida em que *objetivos*, *meio-fim* e, especialmente, *valor* não são premissas que predominam nos argumentos dos presidencialáveis.

Quanto às avaliações atitudinais, a premissa *circunstância* mostrou-se a mais fecunda para a emissão de posicionamentos dos candidatos frente ao Brasil, já que apresentou um número expressivo de avaliações para esse termo. Em relação à categoria avaliativa predominante, houve destaque, em todas as premissas, para a região semântica apreciação, do tipo composição complexidade. Além disso, todas as recorrências avaliativas para o termo Brasil apresentam significados para a construção argumentativa dos presidencialáveis em cada premissa, conforme exposto nos exemplos desta subseção.

Após apresentarmos a investigação da construção argumentativa em relação com a construção avaliativa para o termo Brasil nas Respostas, passaremos, na subseção seguinte, a abordar essa relação dentro do momento das Réplicas.

6.2.2 Atitudes frente ao termo “Brasil” em argumentos de raciocínio prático nas Réplicas dos debates eleitorais televisivos de presidencialáveis

A Réplica, momento em que o candidato que realizou a pergunta tem a oportunidade de contra-argumentar o que foi respondido pelo seu adversário, foi o

segundo momento da interação em que predominaram, conjuntamente, avaliações atitudinais para o termo Brasil e presença de argumentos de raciocínio prático⁹¹ (ver Quadro 9). A fim de uma melhor visualização, o Quadro 24 apresenta os dados quantitativos desses elementos.

Quadro 24 - Cômputo dos elementos de raciocínio prático nas réplicas dos candidatos

ELEMENTOS DO RACIOCÍNIO PRÁTICO NAS RÉPLICAS DOS CANDIDATOS	OCORRÊNCIAS	PRESENÇA DE AVALIAÇÕES ATITUDINAIS QUANTO AO TERMO “BRASIL”
Proposta de ação	29	5
Objetivo	26	12
Meio-fim	25	3
Circunstância	27	19
Valor	5	0

Fonte: Elaborado pela autora.

Das 29 ocorrências de argumentos de raciocínio prático que foram identificadas, quatro apresentavam, paralelamente, as cinco premissas: *proposta de ação*, *objetivo*, *meio-fim*, *circunstância* e *valor*, de modo que somente essas seriam consideradas, na perspectiva de Fairclough e Fairclough (2012), como argumentos de raciocínio prático. No entanto, assim como no momento das Respostas, interessou-nos analisar todas as que traziam uma *proposta de ação*, razão pela qual investigamos os 29 excertos.

O Quadro 24 expõe um destaque para a presença de *circunstâncias*, que, após a *proposta de ação*, foi a premissa mais recorrente, além de ter sido a premissa com maior número de avaliações atitudinais para o termo Brasil. Isso indica que, assim como nas Respostas, as *circunstâncias* nas Réplicas são cruciais para a construção argumentativa dos candidatos, além de ser o momento mais profícuo para se demonstrar avaliações atitudinais frente ao país. Posteriormente, temos a presença das premissas *objetivo* e *meio-fim* com o mesmo número de ocorrências, de modo que as avaliações se deram em maior número na primeira. Por fim, em número menos

⁹¹ Selecionamos, aqui, as falas dos candidatos que continham, ao menos, uma *proposta de ação*.

expressivo temos a premissa *valor*, que contou com apenas uma avaliação atitudinal para o termo Brasil.

Para uma melhor clarificação da relação entre as premissas de raciocínio prático (FAIRCLOUGH; FAIRCLOUGH, 2012) e as avaliações atitudinais (MARTIN; WHITE, 2005), especialmente no que compete ao termo Brasil, o Quadro 25 expõe as evidências numéricas dessa vinculação no momento interativo das Réplicas nos debates eleitorais televisivos de presidenciáveis analisados.

Quadro 25 - Cômputo das avaliações atitudinais nos elementos do Raciocínio Prático – Réplicas

Raciocínio prático				Proposta de ação	Objetivo	Meio-fim	Circunstância	Valor	Total	
Avaliabilidade – Atitude	Afeto	Felicidade	+	0	0	0	0	0	0	
			-	0	1	0	0	0	1	
		Segurança	+	0	0	0	0	0	0	
			-	0	0	0	1	0	1	
		Satisfação	+	0	0	0	0	0	0	
			-	0	0	0	0	0	0	
	Julgamento	Estima social	Normalidade	+	0	0	0	0	0	0
			-	0	0	0	0	0	0	
			Capacidade	+	0	1	0	0	0	1
		-	3	0	0	0	0	3		
		Tenacidade	+	0	0	0	0	0	0	
			-	0	0	0	0	0	0	
	Sanção social		Propriedade	+	0	0	0	0	0	0
	-	0	1	0	0	0	1			
	Veracidade	+	0	0	0	0	0	0		
	-	0	0	0	0	0	0			
	Apreciação	Reação	Impacto	+	0	0	0	0	0	0
			-	0	0	0	0	0	0	
		Qualidade	+	0	0	0	0	0	0	
			-	0	0	0	0	0	0	
Composição		Proporção	+	0	1	0	2	0	3	
		-	0	0	0	3	0	3		
Complexidade		+	0	0	0	1	0	1		
		-	2	6	1	10	0	19		
Valoração	+	0	0	0	1	0	1			
	-	0	1	0	1	0	2			
Total				5	11	1	19	0	36	

Fonte: Elaborado pela autora.

Podemos observar, por meio do Quadro 25, que há 36 avaliações atitudinais para o termo Brasil nas premissas de raciocínio prático das Réplicas dos candidatos à presidência da República que participaram dos debates eleitorais televisivos de 2018

e 2022. Assim como no momento das Respostas, a predominância, aqui, foi de avaliações atitudinais para o termo Brasil dentro das *circunstâncias* (52,77%). Na sequência, verificamos o predomínio de avaliações nos *objetivos* (30,55%), seguido pela *proposta de ação* (13,88%) e, em número menos significativo, pelo *meio-fim* (2,77%), além de não ter sido identificada nenhuma avaliação atitudinal na premissa *valor*.

Relativo às atitudes frente ao termo Brasil, evidenciamos, novamente, a hegemonia de avaliações negativas (30 ocorrências – 83,33%) em detrimento das positivas (seis ocorrências – 16,66%). Essa evidência incidiu nas regiões semânticas: as duas avaliações por afeto são negativas; das cinco avaliações por julgamento, quatro são negativas (80%); e, das vinte e nove por apreciação, vinte e quatro são negativas (82,75%). Esses dados numéricos apontam que a tendência a se realçar aspectos negativos do país é uma característica marcante nas falas dos candidatos em debates eleitorais televisivos de presidencialistas.

Quanto às categorias do subsistema atitude recorrentes, evidenciamos uma notória presença de avaliações da região semântica apreciação, do tipo composição complexidade, de campo negativo. Ela, exclusivamente, contemplou 52,77% das avaliações totais para o termo Brasil nas premissas de raciocínio prático nas Réplicas dos candidatos, o que demonstra uma inclinação a se realizar avaliações relativas ao quanto complexas questões atreladas ao país são, conforme a perspectiva de Martin e White (2005). Sobre as demais categorias avaliativas, não há nenhuma outra que se sobressaia, na medida em que os dados numéricos expuseram uma variação entre uma ou três ocorrências.

Com vistas a compreender a relação entre os expoentes atitudinais e as premissas do raciocínio prático, na sequência apresentamos excertos que contemplam cada premissa e a categoria avaliativa recorrente em cada uma delas. Dessa forma, a explanação está organizada de modo a abordar as características das premissas *proposta de ação*, *objetivo*, *meio-fim* e *circunstância*, respectivamente. A premissa *valor* não será contemplada nesta explanação, na medida em que não foram verificadas, nelas, avaliações atitudinais para o termo Brasil.

Conforme apresentado no Quadro 25, a *proposta de ação* contou com cinco ocorrências de avaliações atitudinais para o termo Brasil. Dentre as avaliações, detectamos três pela região semântica julgamento, do tipo estima social capacidade, e duas pela região semântica apreciação, do tipo composição complexidade, todas

negativas. Dessa maneira, conforme os preceitos de Martin e White (2005), notamos que, na premissa *proposta de ação*, os candidatos se posicionavam frente ao país em relação a sua capacidade de não fazer algo, uma vez que os julgamentos por estima social capacidade foram negativos, e também quanto ao alto nível de complexidade de questões relacionadas ao país, visto que as apreciações por composição complexidade também foram negativas. Os Quadros 26 e 27 apresentam excertos que contemplam essas características.

Quadro 26 - Avaliação do termo Brasil (estima social capacidade negativa) na premissa *proposta de ação* - Réplica (D7BL1HM)

MEIRELLES – RÉPLICA

Concordo integralmente, acho que é um momento em que o **Brasil** precisa de competência, é o momento em que o **Brasil** precisa de experiência e o **Brasil** precisa de propostas concretas. Alguém que já tenha mostrado resultado e que tem condições de administrar o país. Eu trabalhei no governo durante dez anos, criei, através das políticas que implantei, cerca de 12 milhões de empregos e, mais importante do que isso, a vida dos brasileiros melhorou nesse período. Agora, por exemplo tirei o **Brasil** da maior recessão da história. Chegamos na superfície, saímos do fundo do poço, mas está na hora de começar a crescer. Eu tenho várias propostas objetivas para o país como, por exemplo, criação do Pró Criança, um programa para fornecer creches para toda a população infantil, são 7 milhões de crianças precisando de creche, e outras propostas.

Fonte: Adaptado de *Globo.com*.

O Quadro 26 refere-se à réplica da interação entre Henrique Meirelles e Ciro Gomes, em um confronto direto no primeiro bloco do debate eleitoral televisivo transmitido pela Rede Globo no ano de 2018. Na ocasião, Henrique Meirelles havia levantado o seguinte questionamento: *por que essa história de salvador da pátria sempre dá errado e termina em desastre e sofrimento para a população?*⁹² Ao passo que a resposta de Ciro Gomes se concentrou na perspectiva de que os brasileiros aprenderam a votar em projetos e ideias e de que nenhum candidato é dono da verdade, de modo que não existe salvador da pátria.

Sobre isso, Henrique Meirelles, ao concordar com o seu oponente, trouxe, em forma de *proposta de ação*, sua perspectiva quanto a solução para a problemática

⁹² Aqui, o presidenciável fazia alusão à escolha por Fernando Collor como presidente em 1989, o qual construiu uma imagem de salvador da pátria e, em virtude de diversos prejuízos à população, sofreu *impeachment*. À época do debate transmitido pela Rede Globo, estavam em evidência duas personalidades políticas como possíveis “salvadores da pátria”: Fernando Haddad, representando o lulismo, e Jair Bolsonaro, representando o antilulismo, conforme exposto na resposta de Ciro Gomes. Nessa interação, pergunta e resposta se vinculavam a essa ideia.

levantada por ele na pergunta: *é um momento em que o **Brasil** precisa de competência, é o momento em que o **Brasil** precisa de experiência e o **Brasil** precisa de propostas concretas.* Sua *proposta de ação* trazia como *agente* ele próprio, na medida em que, na sequência, são apresentadas *circunstâncias* que enfatizam a sua capacidade de conduzir o país.

Nessa *proposta de ação* há evidências modais (precisa) que indicam necessidades do país, o que mostra uma vontade do candidato em relação ao futuro imediato (EXTER, 2012). Adicionalmente, nessas evidências modais, notamos avaliações imbricadas a elas: O **Brasil** [...] *precisa de competência*, [...] *precisa de experiência* e [...] *precisa de propostas concretas*. Evidenciamos, aí, avaliações implícitas de julgamento, do tipo estima social capacidade (MARTIN; WHITE, 2005), uma vez que, ao enumerar que competência, experiência e propostas concretas são necessidades do país, expressa-se que a nação não possui tais capacidades até o momento. Nesse viés, percebemos que Henrique Meirelles lança mão de tais avaliações ao expressar o seu desejo para o futuro, em consonância com as *circunstâncias* apresentadas por ele, para construir uma autoimagem de ser capaz de solucionar os problemas do país.

A outra categoria avaliativa verificada nas *propostas de ação* nas réplicas foi, como dito, da região semântica apreciação, do tipo composição complexidade, de campo negativo. O Quadro 27 expõe um exemplo dessa ocorrência.

Quadro 27 - Avaliação do termo Brasil (composição complexidade negativa) na premissa *proposta de ação* - Réplica (D1BL1JB)

JAIR BOLSONARO – RÉPLICA

Realmente, lá é um foco de corrupção, de desmando. Onde impera também a indicação política - com toda certeza Vossa Excelência não adotaria essa política caso chegasse lá. E creio eu que deveria ser o compromisso de todos. Para começarmos realmente a diagnosticar os problemas do nosso **Brasil**. De modo que possamos ter esperança, por parte de nós, que porventura venha a ocupar a chefia do governo. Trate com o devido zelo, um banco de fomento tão importante como esse. Então parabênizo Vossa Excelência. Eu acho que o **Brasil** está de parabéns se essa proposta for à frente a partir do próximo governo.

Fonte: Adaptado de *Aos Fatos*.

O excerto do Quadro 27 expõe a réplica do candidato Jair Bolsonaro após a resposta do presidenciável Alvaro Dias no primeiro bloco do debate eleitoral televisivo

transmitido pela Rede Globo em 2018. Nessa interação, o questionamento de Bolsonaro consistia em saber, por parte de Alvaro Dias, como seria a relação com o vice⁹³ por ele escolhido, já que eles apresentavam diferentes princípios. Por sua vez, Alvaro respondeu que a escolha do vice se deu em razão de haver propostas convergentes, especialmente quanto ao empréstimo de recursos por parte do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para outras nações.

Em sua réplica, Jair Bolsonaro exalta o BNDES, e apresenta alguns valores éticos que seriam base para a *proposta de ação* apresentada por ele: *começarmos realmente a diagnosticar os problemas do nosso **Brasil***. Há, nessa premissa, processos que se configuram em marcas de futuro que denotam a ação a ser seguida por ele, além de uma avaliação atitudinal para o país. Ao declarar que os “problemas do nosso Brasil” serão diagnosticados, evidenciamos uma avaliação da região semântica apreciação, do tipo composição complexidade (MARTIN; WHITE, 2005), de forma implícita, na medida em que indica que o país possui problemáticas, o que demonstra o seu caráter negativo. Nesse viés, foi evidente que avaliações dessa categoria para o termo Brasil, na *proposta de ação*, evidenciam que essa premissa está organizada de forma a abarcar os aspectos negativos no país.

No que compete à premissa *objetivos*, evidenciamos a recorrência de avaliações da região semântica apreciação, do tipo composição complexidade. O Quadro 28 ilustra essa situação.

Quadro 28 - Avaliação do termo Brasil (composição complexidade negativa) na premissa *objetivo* - Réplica (D5BL2FH)

FERNANDO HADDAD – RÉPLICA

Olha, quem responde... Eu fui coordenador do Plano de Governo, que era para ser do Lula. Lutamos até os 47 minutos do segundo tempo para que o Lula fosse candidato. E fui eu que coordenei o plano de Governo do [ex-]presidente Lula, que agora é o meu Plano de Governo. E o meu compromisso é com o Plano de Governo que está registrado no Tribunal Superior Eleitoral, e toda aliança que eu vier a fazer no meu governo terá um pressuposto: eu não vou demonizar ninguém, eu vou perguntar para deputados e senadores se concordam com aquela plataforma. Porque aquela plataforma vai tirar o **Brasil** da crise como nós fizemos em 2002. Quem mais gerou oportunidades neste país foram os nossos governos, e o **Brasil** vai voltar a ser feliz de novo a partir de janeiro.

Fonte: Adaptado de *Aos Fatos*.

⁹³ Aqui, os candidatos referiam-se a Paulo Rabello de Castro, economista que chefiou o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) durante o governo Temer.

Um dos momentos do segundo bloco do debate transmitido pelo SBT no ano de 2018 consistia em uma interação entre jornalistas e candidatos, de modo que o jornalista realizava uma pergunta, o candidato respondia, o jornalista realizava um complemento da pergunta e o candidato emitia a sua réplica, conforme as normas pré-estabelecidas no início do bloco. Nessa ocasião, o jornalista Fernando Canzian, da Folha de S. Paulo, questionou se o candidato Fernando Haddad se considerava um candidato teleguiado, pois ele tinha por rotina visitar o então ex-presidente Lula na cadeia⁹⁴. Nessa situação, Fernando Haddad respondeu ser o advogado do ex-presidente e que estava em busca de provar a sua inocência e, na sua réplica, alegou que o plano de governo para a pré-candidatura de Lula, antes de ser preso, foi elaborado por Haddad, razão pela qual ele não seria um candidato “teleguiado”.

Ademais, na réplica, exposta no Quadro 28, Haddad lança uma *proposta de ação* ligada às suas alianças, a saber, perguntar a deputados e senadores se concordam com a plataforma. Ou seja, evidenciamos marcas de ações futuras a serem realizadas por ele. Também, dois objetivos são apresentados pelo presidenciável, os quais se encontram sublinhados no Quadro 28: *aquela plataforma vai tirar o Brasil da crise e o Brasil vai voltar a ser feliz de novo a partir de janeiro*. Notamos, nesses dois objetivos, o compromisso que o candidato assume com a sua *proposta de ação*, de modo que ele almeja uma melhoria da situação do país, bem como o retorno da felicidade para a nação.

Notamos que há, no primeiro objetivo, uma avaliação para o Brasil relativa à categoria predominante exposta no Quadro 25, a saber, apreciação composição complexidade negativa. Essa avaliação é implícita, na medida em que é evidenciada ao compreender que há uma crise que perpassa à nação, o que ressalta uma dificuldade enfrentada, sobre a qual o presidenciável visa agir para solucionar.

No segundo objetivo, há também, uma avaliação para o termo Brasil. Embora não seja de uma das categorias predominantes (Quadro 25), vale observar que em o *Brasil vai voltar a ser feliz*, há a demonstração de um desejo por um estado futuro que difere do momento atual que o país se encontra, o qual demonstra uma infelicidade por parte da nação, razão pela qual tal ocorrência classifica-se como relativa à região

⁹⁴ À época das eleições de 2018, o então ex-presidente Lula estava preso em virtude de ter sido condenado por crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro, no entanto, tempo depois, ele foi absolvido de alguns processos. Por ser a figura expoente do Partido dos Trabalhadores, o candidato Fernando Haddad ia visitá-lo com frequência durante o período de campanha eleitoral, o que foi levantado pelo jornalista na pergunta.

semântica afeto, do tipo felicidade negativa (MARTIN; WHITE, 2005). É evidente que, nos dois *objetivos*, as avaliações para o termo Brasil constroem a imagem de que o presidencialível pode beneficiar o país a partir de sua *proposta de ação*.

A premissa *meio-fim* apresentou uma ocorrência de avaliação atitudinal para o termo Brasil, a qual se encontra ilustrada no Quadro 29.

Quadro 29 - Avaliação do termo Brasil (composição proporção negativa) na premissa *meio-fim* - Réplica (D6BL1GA)

GERALDO ALCKMIN – RÉPLICA

Olha, eu nunca fui favorável à PEC do Teto, tanto que São Paulo não tem a PEC do Teto e nós não temos déficit. A PEC do Teto foi importante porque o PT quebrou o governo federal. Quem assumir ano que vem, é o sexto ano de déficit primário, todas as áreas sem recurso. O **Brasil** precisa voltar a crescer, para voltar a crescer precisa ter confiança, confiança do investidor, confiança do consumidor, e nós vamos investir na saúde. A saúde está fora da PEC. Você pode, saúde e educação, aumentar o valor, desde que você reduza outros setores. Governar é escolher, e nós vamos cuidar daqueles que precisam. Vou pôr para funcionar, 30 mil leitos que estão hoje fechados no **Brasil**. Voltar a funcionar, atender com carinho, de maneira humanizada, quem precisa.

Fonte: Adaptado de *Aos Fatos*.

O Quadro 29 refere-se à réplica do candidato Geraldo Alckmin em uma interação com o candidato Guilherme Boulos em uma situação de confronto direto no primeiro bloco do debate eleitoral transmitido pela Record no ano de 2018. Na ocasião, Alckmin questionou sobre as propostas de saúde de Boulos, que respondeu que suas propostas se concentravam em revogar as emendas do governo Temer e combater privilégios. Geraldo Alckmin, por sua vez, replicou apresentando a *proposta de ação* de investir na saúde, escolhendo governar para aqueles que precisam.

Para complementar a proposta, a premissa *meio-fim* apresentou que o meio para a realização da ação seria *pôr para funcionar 30 mil leitos que estão hoje fechados no **Brasil***. Nessa proposta, há uma avaliação do tipo apreciação composição complexidade, negativa e implícita, na medida em que revela que, no país, há leitos, mas que estes não estão operando em prol da população que necessita. Por essa razão, evidenciamos uma construção que denota que o presidencialível visa tomar como *meio* aquilo que os políticos anteriores negligenciaram.

Relativo à premissa *circunstância*, a mais recorrente dentre todas, evidenciamos 19 avaliações atitudinais para o termo Brasil, sendo a expressiva

maioria da região semântica apreciação, do tipo composição complexidade negativa (ver Quadro 25). Nesse viés, o Quadro 30 aponta um exemplo dessa ocorrência.

Quadro 30 - Avaliação do termo Brasil (composição proporção negativa) na premissa *circunstância* - Réplica (D1BL3CG)

CIRO GOMES – RÉPLICA

Eu não tô muito preocupado, nesse assunto, com quem foi o responsável por essa tragédia. De fato, da Dilma pra cá, o **Brasil** tá descambando todo dia e eu tomei uma posição muito clara, embora tenha defendido o mandato dela contra o golpe, na medida em que um presidente deve ter a estabilidade do seu mandato a não ser que seja ladrão, e nem sequer a oposição mais violenta acusou a Dilma de ser ladra. O que acusaram dela foi dum truque contábil que todos os presidentes fizeram, mas deixa eu dizer, Jair, a dívida é grande, de fato, que soma de todos os 63 milhões, mas repare bem, a média é de R\$ 1.400 por pessoa. Você acha que não dá pra gente pegar um conjunto de providências e ajudar essas pessoas financiando em outros prazos, negociando com os titulares desses créditos, que botaram aí juros, correção monetária, abuso? Eu sei fazer. Vou permitir que todos possam duvidar, mas vou dar os detalhes. Fique tranquilo que eu vou tirar seu nome do SPC.

Fonte: Adaptado de *Aos Fatos*.

O excerto do Quadro 30 refere-se à réplica do candidato Ciro Gomes em uma interação de confronto direto com o candidato Jair Bolsonaro no terceiro bloco do debate eleitoral televisivo transmitido pela Rede Globo em 2018. Nesse momento, o candidato Ciro havia questionado o seu oponente sobre como ele ajudaria a enfrentar o problema das 63 milhões de pessoas que estavam com o nome no SPC. Em sua resposta, Jair Bolsonaro não apresentou *proposta de ação* para essa questão e pediu que Ciro Gomes respondesse como poderia solucionar a problemática.

Dessa maneira, em sua réplica, conforme exposto no Quadro 30, a *proposta de ação* de Ciro consistia em ajudar essas pessoas por meio de financiamento em outros prazos e negociações com os titulares dos créditos. Antes de emitir a sua *proposta de ação* e seu *meio-fim*, o presidenciável havia desenvolvido uma premissa *circunstancial* que dava conta do contexto à época do debate no que se refere ao responsável pela situação chegar nesse nível, o que havia sido posto em discussão por Jair Bolsonaro em sua resposta. Embora tenha dito que não estava preocupado com os responsáveis, Ciro Gomes contextualizou que houve um declínio após o governo Dilma, e usou a expressão o **Brasil** tá descambando todo dia.

Em tal expressão, evidenciamos uma avaliação implícita da região semântica apreciação, do tipo composição complexidade, porque evidencia que as

circunstâncias denotam que o nível do país, no que se refere à questão financeira, vem baixando após um governo específico. Dessa forma, notamos, aí, uma avaliação que demonstra uma questão de complexidade negativa no contexto do país, a qual o presidenciável se propõe a melhorar.

A investigação do momento das Réplicas dos debates eleitorais televisivos de presidenciáveis de 2018 e 2022 permitiu-nos identificar que, embora em número menor do que as Respostas, demonstra ser um momento oportuno para a apresentação de argumentos plausíveis de raciocínio prático. Os cinco elementos simultaneamente ocorreram em apenas quatro excertos, os quais, na perspectiva de Fairclough e Fairclough (2012), seriam os únicos a serem considerados argumentos de raciocínio prático. Todavia, para nós, todos os excertos que possuem *proposta de ação* operam como raciocínio prático, mesmo que de forma incompleta, razão pela qual levamos em consideração os 29 excertos.

Diferentemente das Respostas, a premissa *circunstância* não perpassou todas as Réplicas que continham uma *proposta de ação*, mas, ainda assim, apareceu em um número expressivo de excertos (27 ocorrências), o que reforça a perspectiva de que a contextualização da problemática se faz crucial na construção argumentativa dos candidatos. Outra evidência que merece destaque, aqui, foi a presença significativa das premissas *objetivo* e *meio-fim*, com 26 e 25 casos, respectivamente. Ademais, ressaltamos que, tal como nos Resultados, a premissa *valor* foi a menos evidente, de forma que a exposição dos compromissos de ordem moral, social ou institucional dos Agentes (FAIRCLOUGH; FAIRCLOUGH, 2012) não demonstram ser o foco dos presidenciáveis.

Detectamos, nas Réplicas, a repetição da tendência de construções avaliativas atitudinais para o Brasil ocorrerem predominantemente na premissa *circunstância*, bem como visualizamos, também, a tendência de avaliações da região semântica apreciação do tipo composição complexidade negativa serem as mais recorrentes. Tais percepções colocam em evidência, dentre as demais características identificadas, que abordar questões contextuais é primordial para a construção argumentativa dos presidenciáveis, assim como se posicionar negativamente frente às questões de complexidade atreladas ao país.

Descritos os pontos pertinentes ao momento interativo das Réplicas dos debates eleitorais televisivos de presidenciáveis, passaremos, na subseção seguinte,

a abordar as características atreladas a um outro momento interativo, a saber, as trélicas.

6.2.3 Atitudes frente ao termo “Brasil” em argumentos de raciocínio prático nas Trélicas dos debates eleitorais televisivos de presidenciais

Em debates eleitorais televisivos, as trélicas são o momento em que, em uma interação de confronto direto, o candidato que respondeu à pergunta emite uma nova fala após a réplica do seu oponente. De acordo com o Quadro 9, esse foi o momento da interação que, conjuntamente com as Réplicas, teve o segundo maior número de concomitância entre argumentos de raciocínio prático e avaliações atitudinais para o termo Brasil. Nesse contexto, o Quadro 31 está organizado com vistas a demonstrar as evidências numéricas dessa coexistência.

Quadro 31 - Cômputo dos elementos de raciocínio prático nas trélicas dos candidatos

ELEMENTOS DO RACIOCÍNIO PRÁTICO NAS TRÉPLICAS DOS CANDIDATOS	OCORRÊNCIAS	PRESENÇA DE AVALIAÇÕES ATITUDINAIS QUANTO AO TERMO “BRASIL”
Proposta de ação	29	6
Objetivo	22	20
Meio-fim	27	3
Circunstância	29	27
Valor	9	0

Fonte: Elaborado pela autora.

Ressaltamos que cinco das 29 ocorrências de argumentos de raciocínio prático⁹⁵ nas Trélicas apresentavam as cinco premissas completas (*proposta de ação, objetivo, meio-fim, circunstância e valor*). Todavia, assim como nos momentos interativos anteriores, consideramos todos os excertos para a investigação; ou seja, focalizamos a investigação das 29 ocorrências que continham *proposta de ação*.

Ficou evidente, a partir do exposto no Quadro 31, que a premissa *circunstância* foi a única que perpassou todos os excertos que continham *proposta de ação*, o que realça o padrão que já vinha sendo observado. Ademais, é notória a recorrência da

⁹⁵ Estamos considerando como argumento de raciocínio prático aqueles que contém, ao menos, *proposta de ação*.

premissa *meio-fim*, seguida pela premissa *objetivo*. Mais uma vez, a premissa *valor* apresenta pouco espaço nas falas dos candidatos à presidência da República.

A fim de uma melhor compreensão da vinculação entre as premissas de raciocínio prático e as avaliações atitudinais para o termo Brasil nas Tréplicas dos candidatos à presidência da República nos debates eleitorais televisivos analisados, o Quadro 32 está organizado de forma a demonstrar as ocorrências numéricas.

Quadro 32 - Cômputo das avaliações atitudinais nos elementos do Raciocínio Prático – Tréplicas

Raciocínio prático				Proposta de ação	Objetivo	Meio-fim	Circunstância	Valor	Total	
Avaliabilidade – Atitude	Afeto	Felicidade	+	0	0	0	0	0	0	
			-	0	0	0	0	0	0	
		Segurança	+	0	0	0	0	0	0	0
			-	0	0	0	1	0	1	
		Satisfação	+	0	0	0	0	0	0	
			-	0	0	0	0	0	0	
	Julgamento	Normalidade	+	0	0	0	0	0	0	
			-	0	0	0	0	0	0	
		Capacidade	+	0	0	0	0	0	0	
			-	0	0	0	1	0	1	
		Tenacidade	+	0	0	0	0	0	0	
			-	0	0	0	0	0	0	
	Sanção social	Propriedade	+	0	0	0	0	0	0	
		-	0	3	0	4	0	7		
	Veracidade	+	0	0	0	0	0	0		
		-	0	0	0	0	0	0		
	Apreciação	Reação	Impacto	+	0	0	0	0	0	0
			-	0	0	0	0	0	0	
		Qualidade	+	0	0	0	0	0	0	
			-	0	0	0	0	0	0	
Composição		Proporção	+	0	0	0	0	0	0	
		-	0	1	0	7	0	8		
Complexidade		+	0	1	1	0	0	2		
		-	6	12	0	10	0	28		
Valoração	+	0	2	0	2	0	4			
	-	0	2	0	2	0	4			
Total				6	21	1	27	0	55	

Fonte: Elaborado pela autora.

Das 55 avaliações totais para o termo Brasil dentro das premissas de raciocínio prático nas Tréplicas dos candidatos, expostas no Quadro 32, a maior parte delas, assim como nos momentos interativos analisados anteriormente, recaiu na premissa *circunstância* (49,09%). Na sequência, a recorrência se deu na premissa *objetivos*

(38,18%), seguida pelas premissas *proposta de ação* (10,90%) e *meio-fim* (1,81%), com a premissa *valor* sem nenhuma avaliação atitudinal para o termo analisado.

Além disso, evidenciamos, novamente, a supremacia de avaliações do campo negativo (49 ocorrências – 89,09%) sobre as de campo positivo (6 ocorrências – 10,91%). Esses indicativos também foram evidentes nas avaliações de cada região semântica: a única avaliação por afeto foi negativa; as oito avaliações por julgamento foram negativas; e, das 46 avaliações por apreciação, 40 foram negativas. Notamos, mais uma vez, uma propensão por parte dos candidatos à presidência da República a se posicionarem negativamente frente a questões ligadas ao país que pretendem governar.

Sobre as categorias atitudinais recorrentes, averiguamos que as avaliações da região semântica apreciação do tipo composição complexidade, de campo negativo, são, assim como nos momentos interativos anteriormente analisados, as mais preeminentes. Tal categoria, de forma isolada, representa 50% das avaliações totais, o que sustenta a percepção de que a complexidade de questões atreladas ao país é o foco das avaliações dos presidenciáveis que participaram dos debates eleitorais televisivos de 2018 e 2022. Dentre as demais categorias avaliativas, nenhuma outra atingiu notoriedade numérica.

Com o propósito de obtermos uma melhor visibilidade do encadeamento das premissas de raciocínio prático (FAIRCLOUGH; FAIRCLOUGH, 2012) com as avaliações atitudinais para o termo Brasil (MARTIN; WHITE, 2005) nas Trélicas dos candidatos, apresentamos, na sequência, trechos que dão conta das principais evidências detectadas. Assim, exploraremos, primeiro, os indícios da *proposta de ação*, seguidos pelos do *objetivo*, pelos do *meio-fim* e pelos da *circunstância*. A premissa *valor*, por não ter contemplado nenhuma avaliação atitudinal para o termo Brasil, assim como nas Réplicas, não será abordada.

Quanto à *proposta de ação*, premissa que se refere àquilo que presumivelmente o Agente deveria fazer em determinado contexto (FAIRCLOUGH; FAIRCLOUGH, 2012), detectamos seis avaliações, todas pela região semântica apreciação, do tipo composição complexidade negativa (MARTIN; WHITE, 2005). A análise dos excertos que davam conta dessas características permitiu-nos evidenciar que as avaliações atitudinais dos candidatos para o termo Brasil no momento em que externalizavam a sua *proposta de ação* se concentravam em torno de se focalizar

adversidades do país, as quais eles, os presidenciáveis, seriam *agentes* capazes de solucioná-las. O Quadro 33 ilustra um exemplo dessa ocorrência.

Quadro 33 - Avaliação do termo Brasil (composição complexidade negativa) na premissa *proposta de ação* – Tréplica (D7BL2GB)

BOULOS – TRÉPLICA

É isso. Nós temos que descriminalizar o consumo de drogas e, mais do que isso, **Ciro**, nós temos que rever o modelo de segurança pública no **Brasil**. Esse modelo está falido, o modelo que é só repressão, policiamento ostensivo, militarização. O estado do Rio de Janeiro está sob intervenção militar. Os índices só pioraram. O caminho não é esse; o caminho é antes de tudo atuar com prevenção: nós não queremos construir presídios, nós queremos construir escola. Nós não queremos dar a primeira arma para o nosso jovem; nós queremos dar o primeiro emprego, a oportunidade, e evidentemente precisamos resolver o problema de quem hoje é assaltado no ponto de ônibus. Agora, isso não se resolve com mais violência, com mais polícia, essa não é a receita. Isso se resolve com inteligência, para não deixar a arma chegar onde ela está chegando hoje. Combatendo o tráfico de armas e munições que tem relação com as grandes empresas de arma, que ganham com isso. Para dar um rápido exemplo aqui no estado do Rio de Janeiro a maior apreensão de arma não foi nenhuma favela, foi no aeroporto do Galeão e foi prender o responsável em Miami.

Fonte: Adaptado de *Globo.com*.

No debate transmitido pela Rede Globo em 2018, especificamente em uma interação de confronto direto no segundo bloco, o candidato **Ciro Gomes** questionou **Guilherme Boulos** a respeito da sua compreensão acerca de jovens que são presos e acabam se integrando ao crime organizado e a facções. Em sua resposta, **Boulos** critica a chamada “guerra das drogas” que vinha sendo feita no país e defende que o abuso de substâncias químicas é uma problemática de saúde pública, e não caso de polícia. Em sua réplica, **Ciro Gomes** considera que a lei para tratar das drogas, que havia sido criada em 2006, é uma aberração que deveria ser corrigida. **Boulos**, ao proferir sua tréplica (Quadro 33), concorda com o oponente e apresenta a sua *proposta de ação*: *Nós temos que descriminalizar o consumo de drogas e, mais do que isso, **Ciro**, nós temos que rever o modelo de segurança pública no **Brasil**.*

Observamos que, ao enunciar “nós temos que”, por duas vezes, **Guilherme Boulos** emprega marcas de obrigação (EXTER, 2012), o que indica a sua projeção de futuro sobre o que deve ser feito. Nessa *proposta de ação*, há uma atitude frente ao termo **Brasil**: ao dizer que o modelo de segurança pública daqui precisa ser revisto, o presidenciável, implicitamente, posiciona-se negativamente frente a essa

problemática que assola o país, uma vez que este não contava com um modelo satisfatório de segurança pública. Por essa razão, essa avaliação classifica-se como pertencente à região semântica apreciação, do tipo composição complexidade, e contribui para a construção da premissa *proposta de ação* ao trazer uma atribuição existente que o presidenciável estava disposto a solucionar.

Relativo à premissa *objetivo*, que consiste no futuro estado de coisas que o *agente* pretende atingir (FAIRCLOUGH; FAIRCLOUGH, 2012), foram detectadas 21 avaliações atitudinais para o termo Brasil, sendo, assim como na premissa *proposta de ação*, a maior parte pelo tipo apreciação composição complexidade negativa (54,54%) (MARTIN; WHITE, 2005). Com essa recorrência, evidenciamos que esse tipo de avaliação contribuía com a construção argumentativa uma vez que, por meio dela, os candidatos se posicionavam contrariamente a uma determinada situação do país, vigente na época, manifestando o seu *objetivo* de melhorá-la no futuro. O Quadro 34 expõe um exemplo dessa situação.

Quadro 34 - Avaliação do termo Brasil (composição complexidade negativa) na premissa *objetivo* – Tréplica (D1BL3CG)

CIRO GOMES – TRÉPLICA

A democracia é uma delícia, é uma beleza, e eu dei a vida inteira, e continuarei dando, mas ela tem certos custos... Eu vou aproveitar esses 40 segundos pra propor três alternativas para retomar o desenvolvimento no **Brasil**. Uma... aliás, são quatro, mas eu já falei uma e vou repetir: ajudarei aos brasileiros que estão, aos 63 milhões deles, endividados no SPC. Eu vou ajudar a pagar a dívida e restaurar o consumo das famílias. Dois: consertarei, apoiarei um esforço de desfazimento do cartel que hoje cobra de quem trabalha e produz no **Brasil** a maior taxa de juros do mundo, na ponta. Três: vou consertar as contas públicas pra dizer de onde veio o dinheiro pra gente transformar o **Brasil** - se não digo na primeira, mas na quinta, na sexta economia do mundo, que eu já vivi. E quatro: vou celebrar uma política industrial e de comércio exterior na área de petróleo, gás, bioenergia, complexo industrial da saúde, complexo industrial da defesa e complexo industrial do agronegócio, começando com construção civil... Eu tinha deixado um minuto pra trás, sei lá...

Fonte: Adaptado de *Aos Fatos*.

No Quadro 34, temos a Tréplica do candidato Ciro Gomes, emitida no terceiro bloco do debate transmitido pela Band em 2018, no momento em que ele e o presidenciável Cabo Daciolo participavam de um confronto direto. Nessa interação, Daciolo questiona Ciro Gomes a respeito de sua participação na criação do Foro de

São Paulo⁹⁶ e sobre o plano Ursal⁹⁷, de modo que Ciro, brevemente, responde não ter conhecimento dessas questões. Daciolo, por sua vez, segue essa discussão, em sua réplica, afirmando que o comunismo não terá vez em seu governo. Para finalizar a interação, Ciro Gomes aproveita o tempo de sua tréplica para apresentar algumas de suas propostas, as quais tinham por objetivo *retomar o desenvolvimento no **Brasil**. e transformar o **Brasil** [...] na quinta, na sexta economia do mundo* (trechos sublinhados no Quadro 34).

Observamos que os processos “retomar” e “transformar” denotam mudanças que Ciro Gomes, enquanto *agente*, pretende alcançar, o que indica serem esses os *objetivos* de um possível futuro governo do presidencial. Notamos, também, avaliações implícitas para o Brasil, uma vez que, se o desenvolvimento precisa ser retomado no país, significa que essa é uma condição que se encontra estagnada, razão pela qual consideramos ser essa uma avaliação do tipo apreciação composição complexidade negativa, realizada de forma implícita.

No segundo *objetivo*, embora não seja pertencente à categoria avaliativa recorrente, notamos outro posicionamento atitudinal que vale a pena se considerar: se o Brasil precisa ser transformado em uma economia melhor, significa que ele não se encontrava, naquele momento, em uma escala favorável em relação aos outros países, de modo que há, aí, uma avaliação do tipo apreciação composição proporção negativa, também implícita. Essas evidências demonstram que as avaliações atitudinais das categorias aqui demonstradas auxiliaram na construção argumentativa dos *objetivos* plausíveis dos candidatos na medida em que operaram de forma a demonstrar que eles buscavam modificar uma realidade existente, apreciada por eles negativamente.

Embora a premissa *meio-fim*, aquela que denota o meio que levará o Agente ao *objetivo* pretendido (FAIRCLOUGH; FAIRCOUGH, 2012), não tenha apresentado avaliações atitudinais significativas para o termo Brasil, visto que contou com apenas uma ocorrência, julgamos pertinente apresentá-la aqui. Nesse único indício, percebemos uma avaliação atitudinal do tipo apreciação composição complexidade positiva (MARTIN; WHITE, 2005), cuja contribuição para a construção argumentativa

⁹⁶ Trata-se de um órgão que reúne partidos e organizações de esquerda da América Latina e do Caribe, criado em 1990.

⁹⁷ Significa União das Repúblicas Socialistas da América Latina, cujo objetivo seria o de unir os países da América Latina em um bloco socialista. No entanto, não há evidências para a existência de um Plano Ursal, razão pela qual essa fala do candidato repercutiu, especialmente nas redes sociais, em tom de deboche.

da premissa *meio-fim* se deu na medida em que ressaltou condições positivas existentes no país, as quais podem servir de meio para a adoção de ações, como exposto no excerto do Quadro 35.

Quadro 35 - Avaliação do termo Brasil (composição complexidade positiva) na premissa *meio-fim* – Tréplica (D7BL1CG)

CIRO – TRÉPLICA

O estimado amigo, nós somos colegas, não é? Tem uma história de vida brilhante. Menos essa passagem com Michel Temer, que de fato não lhe honra, nem lhe faz a melhor justiça, o que não desmerece a sua longa folha de serviços prestados ao **Brasil**. E por isso eu lhe respeito e lhe tenho na conta de um bom amigo, discordando de todas as compreensões. O **Brasil** precisa ativar quatro motores para de fato falarmos em desenvolvimento, emprego, salário e dinheiro para melhorar a saúde, a educação, a segurança e a infraestrutura, tudo em pandarecos. Resolver o endividamento das famílias, o programa Nome Limpo, para limpar o nome das pessoas, com 63 milhões estão com o nome no SPC. Resolver o colapso do endividamento dos empresários, tem que trazer uma reestruturação da capacidade de investimento do empresário, corrigir a conta pública, cobrando mais imposto dos muito ricos e diminuindo a tributação na classe média e do povo trabalhador. E, por fim, buscar um caminho de indústria *naqueles caminhos que o Brasil tem: petróleo, gás e bioenergia são exemplos junto com saúde, o complexo industrial de defesa e o complexo industrial do agronegócio.*

Fonte: Adaptado de *Globo.com*.

O excerto do Quadro 35 apresenta a tréplica do momento interativo que foi ilustrado no Quadro 26, no qual Henrique Meirelles e Ciro Gomes participavam de um confronto direto no primeiro bloco do debate eleitoral televisivo transmitido pela Rede Globo em 2018, cuja discussão girava em torno da ideia da existência de um “salvador da pátria”. Após a réplica de Meirelles, que, com a construção de seu argumento de raciocínio prático, especialmente no que se refere à premissa *circunstância*, e com as avaliações atitudinais para o termo Brasil nessa mesma premissa, mostrou-nos a externalização de uma autoimagem de “salvador da pátria” (ver discussão sobre o Quadro 26 na subseção anterior), o candidato Ciro Gomes expressa a tréplica exposta no Quadro 35.

Nessa Tréplica, Ciro Gomes apresenta a sua *proposta de ação*, que consiste nos “quatro motores para o desenvolvimento”: emprego, educação, segurança e infraestrutura. Dentre os meios que o presidenciável cita para realizar essas ações, os quais se encontram sublinhados no Quadro 35, há uma avaliação atitudinal para o termo Brasil no último meio a ser apresentado por ele, a saber, buscar um caminho

para a indústria. Essa avaliação reside no fato de que caminhos positivos que o país já possui serão aproveitados para atingir ao seu objetivo, quais sejam, petróleo, gás e bioenergia. Dessa forma, notamos uma apreciação que consiste em focalizar condições favoráveis do país, de forma que demonstra uma complexidade positiva. Tal estratégia atua de modo a construir a premissa *meio-fim* ao definir que um dos meios a ser seguidos partirá de algo positivo que o país dispõe.

Por fim, a premissa *circunstância*, que enfoca os fatos relevantes do contexto do *agente* (FAIRCLOUGH; FAIRCLOUGH, 2012), foi a que obteve maior presença nos excertos analisados, tendo, nas Tréplicas, o mesmo número de ocorrências do que a premissa *proposta de ação* (ver Quadro 24). Além disso, ela obteve, também, a identificação do maior número de avaliações atitudinais frente ao termo Brasil, assim como ocorreu nos momentos interativos anteriormente analisados, o que enfatiza a percepção de que esta é a premissa mais útil para a construção argumentativa dos presidenciáveis, bem como para a realização de posicionamentos atitudinais frente ao termo Brasil.

Como exposto no Quadro 32, a categoria avaliativa predominante nessa premissa, com 45,45% das ocorrências, foi apreciação composição complexidade negativa (MARTIN; WHITE, 2005). A estratégia evidenciada com esse tipo de avaliação, na premissa *circunstância*, foi de que os presidenciáveis realçavam problemas que o país vinha enfrentando, de modo a demonstrar que eles seriam capazes de converter a situação para um contexto favorável.

O Quadro 32 demonstra também que avaliações do tipo apreciação proporção complexidade negativa (MARTIN; WHITE, 2005) também possuíram notoriedade nessa *premissa*, com 31,81% das ocorrências. Nesses casos, o que observamos foi que os candidatos traziam dados de outros países para comparar com o Brasil, colocando-o em uma escala menor, demonstrando que eles possuíam propostas e meios de mudar tal situação.

Como as duas categorias recorrentes levam-nos a uma mesma conclusão frente ao emprego de avaliações atitudinais para o termo Brasil nas *circunstâncias* dos argumentos de raciocínio prático dos presidenciáveis, optamos por descrever apenas uma ocorrência da categoria predominante. Dessa forma, o Quadro 36 ilustra um excerto que contém avaliação do tipo apreciação composição complexidade negativa para o termo Brasil na premissa *circunstância* nas tréplicas.

Quadro 36 - Avaliação do termo Brasil (composição complexidade negativa) na premissa *circunstância* – Tréplica (D2BL1GA)

GERALDO ALCKMIN – TRÉPLICA 8

Olha, na realidade, a PEC do Teto foi uma espécie de vacina contra o PT e seus aliados, que quebraram o **Brasil**, essa é a grande realidade. Não precisa PEC do Teto nenhuma pra diminuir o tamanho do Estado. E, no meu governo, não vai faltar recurso, vou priorizar a saúde. Governar é escolher. O dinheiro sempre vai ser apertado. No próximo governo, no outro... Governar é escolher e nós vamos priorizar a educação, educação básica, priorizar a saúde - meu dever, até como médico - e a segurança pública e trazer investimento privado para a infraestrutura do nosso país, que vai gerar muito emprego e rapidamente.

Fonte: Adaptado de *Aos Fatos*.

O Quadro 36 conta com a Tréplica do candidato Geraldo Alckmin em um confronto direto com o presidenciável Ciro Gomes no primeiro bloco do debate eleitoral televisivo transmitido pela Rede TV, em 2018. O questionamento de Ciro Gomes residia em saber se o seu oponente revogaria ou manteria o teto de gastos⁹⁸ se eleito presidente da República, de forma que a resposta consistiu na defesa de se controlar as contas públicas para a recuperação de investimentos. Ciro Gomes, em sua réplica, defendeu que exigiria a revogação dessa lei, se fosse eleito presidente, por considerá-la imoral e antipopular. Nesse sentido, a tréplica de Geraldo Alckmin trouxe, como *proposta de ação*, priorizar questões básicas, e abordou a questão da PEC do Teto em forma de *circunstância*, sublinhada no excerto do Quadro 36.

Nessa *circunstância*, o presidenciável aponta um posicionamento frente ao país ao utilizar a expressão *quebraram*⁹⁹ o **Brasil**. Assim, o candidato contextualiza a situação justificando que tal medida era necessária, uma vez que o país estava “quebrado” pelas ações do governo anterior, revelando, aí, uma avaliação do tipo apreciação composição complexidade negativa (MARTIN; WHITE, 2005), já que enfoca uma adversidade existente. No entanto, ele se apropria dessa situação negativa do país para expressar a sua proposta de ação, que vai na contramão da *circunstância*, pois serão, conforme ele, priorizados os aspectos básicos. Desse

⁹⁸ O candidato se refere à emenda à Constituição proposta do governo Temer que proibia o aumento de investimento em diversos fatores ligados às necessidades da população, como saúde, educação, segurança e moradia, por exemplo. O presidenciável ainda ressalta que o seu oponente Geraldo Alckmin foi a favor dessa emenda, enquanto ele, Ciro Gomes, foi contra.

⁹⁹ O candidato remete às investigações de corrupção que envolveram integrantes do Partido dos Trabalhadores (PT), as quais se tornaram evidentes a partir da Operação Lava Jato, uma operação que visava desarticular esquemas de corrupção e lavagem de dinheiro.

modo, a *circunstância* negativa do país serve de base para a construção de uma *proposta de ação* positiva por parte do presidencial.

As análises descritas nesta subseção mostraram-nos que, assim como nos momentos interativos anteriormente analisados, as Tréplicas dos candidatos à presidência da República que participaram dos debates eleitorais televisivos de 2018 e de 2022 apresentaram potencial para a construção de argumentos de raciocínio prático. Embora apenas quatro excertos contassem com um argumento completo nos termos de Fairclough e Fairclough (2012), julgamos que os 29 excertos aqui investigados são raciocínios práticos, mesmo que incompletos.

Assim como nas Respostas, a premissa *circunstância* perpassou todos os excertos que continham *proposta de ação*, demonstrando, novamente, ser uma ferramenta que os presidenciais se apoiam fortemente para a construção da sua argumentação. Ademais, a premissa *meio-fim*, embora não tenha sido empregada em todas as Tréplicas analisadas, demonstrou uma grande presença, ocupando também lugar de destaque. Quanto aos *objetivos*, estes apareceram em menor proporção do que nas Réplicas, talvez porque estivessem subentendidos nas Respostas, já que as Tréplicas são posteriores a elas.

Sobre as avaliações atitudinais relativas ao termo Brasil, os padrões detectados repetem aqueles observados nas Respostas e nas Réplicas: avaliações negativas predominam em todas as regiões semânticas, a maioria das avaliações se dá na premissa *circunstância*, e a categoria mais evidente é a apreciação composição complexidade.

Assim como nas Réplicas, a premissa *valor*, além de ter aparecido em um número significativamente menor do que as outras premissas, não contemplou avaliações atitudinais para o termo Brasil. Dessa maneira, percebemos que se posicionar frente ao país, nas poucas vezes em que os presidenciais externalizaram os seus compromissos de valor, não aparenta ser o foco em uma argumentação de raciocínio prático em debates eleitorais televisivos.

Após a exposição da nossa investigação das Tréplicas que fazem parte do nosso *corpus* de análise, passaremos, na subseção que segue, a abordar o último momento interativo em que foram detectados argumentos de raciocínio prático com avaliações atitudinais para o termo Brasil: os Comentários.

6.2.4 Atitudes frente ao termo “Brasil” em argumentos de raciocínio prático nos Comentários dos debates eleitorais televisivos de presidentiáveis

O momento dos Comentários não é recorrente nos debates eleitorais televisivos de presidentiáveis analisados. Isso acontece pois, conforme explicitado na seção 2.2, a configuração desse gênero não segue um padrão rígido, sendo moldado por cada emissora (MOURA, 2018). Dessa maneira, há emissoras que optam por priorizar apenas a interação de confronto direto entre os candidatos, enquanto há outras que abrem espaço para que outros participantes, que não os presidentiáveis, realizem perguntas. É nesse momento que os Comentários ocorrem.

Mais claramente, os Comentários acontecem quando jornalistas escolhidos ou internautas dirigem perguntas para os candidatos, de forma que dois são escolhidos: um para responder e outro para comentar. Ou seja, um Comentário é elaborado a partir da resposta do oponente à pergunta feita por um participante externo. Dentre os dez debates analisados, cinco abrem espaço para esse tipo de interação dialógica: Band (2018), Rede TV (2018), TV Gazeta (2018), Band (2022) e SBT (2022).

Desses cinco debates, apenas nos dois últimos não foram identificados argumentos de raciocínio prático em coexistência com avaliações atitudinais para o termo Brasil como pressupõe o nosso objetivo. Uma vez que o número de debates com essas características foi reduzido, a quantidade de excertos que nos serviram de base para a investigação também foi reduzida. A partir disso, o Quadro 37 está organizado para demonstrar as evidências numéricas pertinentes nesta análise.

Quadro 37 Cômputo dos elementos de raciocínio prático nos comentários dos candidatos

ELEMENTOS DO RACIOCÍNIO PRÁTICO NOS COMENTÁRIOS DOS CANDIDATOS	OCORRÊNCIAS	PRESENÇA DE AVALIAÇÕES ATITUDINAIS QUANTO AO TERMO “BRASIL”
Proposta de ação	8	1
Objetivo	6	4
Meio-fim	5	0
Circunstância	8	6
Valor	4	1

Fonte: Elaborado pela autora.

Como exposto no Quadro 37, o número de ocorrências de argumentos de raciocínio prático nos Comentários foi de oito, o que se justifica pela ausência desse momento interativo em todos os debates eleitorais televisivos de presidenciáveis analisados. Além disso, ressaltamos que dois excertos contemplavam, simultaneamente, as cinco premissas, de modo que, pela perspectiva de Fairclough e Fairclough (2012), apenas esses seriam considerados raciocínio prático. No entanto, consideramos todos os trechos que continham uma *proposta de ação*.

Novamente, percebemos, no Quadro 37, que a *circunstância* é a única premissa que acompanha sempre a *proposta de ação*. Ademais, houve destaque para a presença da premissa *objetivo*, seguida pela *meio-fim*. A premissa *valor*, assim como nos demais momentos interativos, teve uma presença tímida quanto às demais. Para melhor compreensão, o Quadro 38 expõe as evidências quantitativas.

Quadro 38 - Cômputo das avaliações atitudinais nos elementos do Raciocínio Prático – Comentários

Raciocínio prático				Proposta de ação	Objetivo	Meio-fim	Circunstância	Valor	Total	
Avaliabilidade – Atitude	Afeto	Felicidade	+	0	0	0	0	0	0	
			-	0	0	0	0	0	0	
		Segurança	+	0	0	0	0	0	0	0
			-	0	0	0	0	0	0	0
		Satisfação	+	0	0	0	0	0	0	0
			-	0	0	0	0	0	0	0
	Julgamento	Normalidade	+	0	0	0	0	0	0	0
			-	0	0	0	0	0	0	0
		Capacidade	+	0	0	0	0	0	0	0
			-	0	0	0	0	0	0	0
		Tenacidade	+	0	0	0	0	0	0	0
			-	0	0	0	0	0	0	0
	Sanção social	Propriedade	+	0	0	0	0	0	0	0
		-	0	1	0	0	0	0	1	
	Veracidade	+	0	0	0	0	0	0	0	
		-	0	0	0	0	0	0	0	
	Apreciação	Reação	Impacto	+	0	0	0	0	0	0
			-	0	0	0	0	0	0	
		Qualidade	+	0	0	0	0	0	0	0
			-	0	0	0	0	0	0	
Proporção		+	0	0	0	1	0	1		
		-	0	1	0	1	0	2		
Complexidade		+	0	0	0	0	0	0		
		-	1	0	0	2	0	3		
Valoração	+	0	0	0	2	0	2			
	-	0	1	0	0	1	2			
Total				1	3	0	6	1	11	

Fonte: Elaborado pela autora.

A premissa *circunstância*, assim como nos demais momentos interativos investigados, foi a que apresentou a maior recorrência de avaliações atitudinais para o termo Brasil: das 11 avaliações totais, conteve 6 (54,54%). Observamos, também semelhantemente aos outros momentos interativos do debate, que a premissa *objetivo* contou com um número significativo de avaliações atitudinais (27,27%). Em um número menor, percebemos avaliações na *proposta de ação* e na premissa *valor* (9,09% cada). A premissa *meio-fim*, que já vinha apresentando um número baixo de avaliações atitudinais para o termo Brasil nos momentos interativos anteriores, aqui não houve ocorrência.

Em virtude da quantidade baixa de avaliações, não há categoria atitudinal que se destaque expressivamente, uma vez que elas variam entre uma e três ocorrências, apenas. No entanto, tal como nos outros momentos da interação, apreciações por composição complexidade negativa continuam entre as mais recorrentes.

A fim de compreendermos o entrelaçamento entre as premissas de raciocínio prático (FAIRCLOUGH; FAIRCLOUGH, 2012) e as avaliações atitudinais para o termo Brasil (MARTIN; WHITE, 2005), passaremos, na sequência, a apresentá-las de forma separada: *proposta de ação*, *objetivo*, *circunstância* e *valor*, respectivamente. A premissa *meio-fim* não será contemplada, na medida em que não revelou nenhuma avaliação atitudinal para o nosso termo de investigação.

Primeiramente, a respeito da premissa *proposta de ação*, que contempla aquilo que seria plausível de ser feito em determinada circunstância (FAIRCLOUGH; FAIRCLOUGH, 2012), detectamos apenas uma avaliação atitudinal para o termo Brasil, da região semântica apreciação, do tipo composição complexidade, negativa (MARTIN; WHITE, 2005). Esse Comentário, proferido pelo presidenteável Ciro Gomes, possibilitou-nos evidenciar, na *proposta de ação*, a ênfase em agir sobre um problema do país.

Assim, a avaliação identificada nos permitiu constatar que ela opera na construção argumentativa da premissa *proposta de ação* no sentido de enfatizar o que há de negativo no país para que o presidenteável se mostre disposto a melhorar tal questão. Nesse viés, o Quadro 39 expõe o excerto em que há a avaliação para o termo Brasil do tipo apreciação composição complexidade na *proposta de ação* no momento interativo dos Comentários.

Quadro 39 - Avaliação do termo Brasil (composição complexidade negativa) na premissa *proposta de ação* – Comentário (D1BL2CG)

CIRO GOMES – COMENTÁRIO

Veja, um trabalhador rural no **Brasil**, ter como idade mínima 65 anos... Só quem não conhece o Vale do Ribeira em São Paulo para defender uma selvageria dessas. Mas no Nordeste semiárido que eu conheço bem, no fundão da Amazônia que eu conheço bem, na metade sul do Rio Grande do Sul que eu conheço bem, no Vale do Jequitinhonha que eu conheço bem, nas Minas Gerais, isso é uma abominação. O Brasil precisa celebrar um regime de capitalização, porque é a capitalização que vai permitir uma poupança. A proposta que eu tenho zera, estabelecendo um teto único para o trabalhador da iniciativa privada e para o trabalhador do serviço público. Só que com uma regra, para não ser mentira. Nós não podemos retroagir lei nenhuma, a Constituição não permite que mude direitos adquiridos. Ainda que haja muitos privilégios, especialmente na Justiça, no Ministério Público e entre os políticos. Por isso, eu nunca aceitei receber as três aposentadorias que eu teria direito.

Fonte: Adaptado de *Aos Fatos*.

No excerto supracitado, relativo ao segundo bloco do debate eleitoral televisivo de presidenciáveis transmitido pela Band em 2018, a pergunta que deu origem à interação partiu do jornalista Fábio Pannunzio, e consistia em questionar como seriam enfrentadas a reforma da presidência e a reforma trabalhista nos possíveis governos. A interação encerrou com o Comentário de Ciro Gomes, cuja *proposta de ação* consistia em: *O Brasil precisa celebrar um regime de capitalização*. Há, aqui, marca linguística que denota uma necessidade do país (precisa), revelando sua vontade em relação ao futuro imediato (EXTER, 2012). Ademais, há, nesse trecho, uma avaliação implícita para o Brasil, do tipo apreciação composição complexidade, uma vez que evidencia que não há, no país, um regime de capitalização, o que se torna uma problemática. Por essa razão, o presidenciável demonstra querer agir sobre esse problema, o que expõe a forma como tal avaliação opera na construção argumentativa da premissa.

Quanto aos *objetivos*, que denotam aquilo que os *agentes* pretendem atingir em um estado futuro (FAIRCLOUGH; FAIRCLOUGH, 2012), localizamos três categorias avaliativas atitudinais distintas: uma da região semântica julgamento - do tipo sanção social propriedade; e duas da região semântica apreciação - uma do tipo composição complexidade e outra do tipo composição proporção, todas negativas (MARTIN, WHITE, 2005).

Essas evidências possibilitaram-nos compreender que, ao expressar seus *objetivos*, os candidatos posicionavam-se frente ao Brasil no que compete às questões éticas (julgamento), ou no que concerne a problemáticas existentes ou a níveis desfavoráveis ao país (apreciação – complexidade e proporção, respectivamente). Dessa maneira, a construção argumentativa da premissa *objetivo* foi pautada na ênfase do que era ruim, a fim de demonstrar que o candidato pretendia atingir o contrário disso. Uma vez que avaliações por apreciação foram recorrentes nos excertos anteriores, trazemos para ilustração, no Quadro 40, o excerto que contempla uma avaliação da região semântica julgamento nos *objetivos*.

Quadro 40 - Avaliação do termo Brasil (sanção social propriedade negativa) na premissa *objetivo* – Comentário (D3BL2AD)

ALVARO DIAS – COMENTÁRIO

É o maior desserviço que se prestou ao país foi a banalização da corrupção durante muito tempo. E idealizaram um complexo e sofisticado esquema de corrupção em nome de um projeto de poder de longo prazo, evidentemente liderado pelo ex-presidente. A Operação Lava Jato desvenda os mistérios desse esquema de corrupção e coloca na cadeia aqueles que antes estavam impunes. A Operação Lava Jato tem que ser política de Estado. No combate implacável à corrupção para que o **Brasil** volte a ser sério.

Fonte: Transcrição própria.

No segundo bloco do debate eleitoral televisivo transmitido pela TV Gazeta em 2018, o jornalista Augusto Nunes questionou a candidata Marina Silva sobre corrupção, especificamente no que concerne à prisão do ex-presidente Lula¹⁰⁰. Alvaro Dias, por sua vez, foi chamado a dar o seu comentário acerca da resposta da oponente, o qual se encontra exposto no Quadro 40. Na ocasião, Alvaro apresentou a seguinte *proposta de ação*: *A Operação Lava Jato tem que ser política de Estado*. Relativamente a essa proposta, apresenta, também, o seu *objetivo*, a saber: *No combate implacável à corrupção para que o **Brasil** volte a ser sério*.

A finalidade de sua ação encontra-se explícita no trecho do Quadro 40, além de ter uma avaliação a ela justaposta: uma vez que se objetiva que o país volte a ser sério, fica evidente que essa é uma característica ausente naquele momento, e, por estar remetendo a questões éticas, visto que se refere ao combate a corrupção, o

¹⁰⁰ À época, Lula estava preso após investigações da Operação Lava Jato.

presidenciável assume o posicionamento de que está em busca de devolver os princípios morais ao país. Dessa maneira, percebemos que essa avaliação atitudinal para o termo Brasil na premissa *objetivo* denota que o presidenciável buscava ir na contramão do que vinha ocorrendo à época na política nacional, visando transformações positivas para o país.

Sobre a premissa *circunstância*, na qual o contexto que o *agente* enfrenta é situado (FAIRCLOUGH; FAIRCLOUGH, 2012), obtivemos dois tipos de avaliações predominantes, com duas ocorrências cada, sendo ambas da região semântica apreciação – uma por composição complexidade negativa, e outra por valoração positiva (MARTIN; WHITE, 2005). Novamente, observamos a tendência de que os presidenciáveis lançam mão de problemáticas do cenário nacional para elaborar uma proposta se mostrando como *agentes* capazes de solucioná-las (apreciação composição complexidade).

O que ganha destaque aqui, na medida em que difere dos exemplos discutidos anteriormente, é a ocorrência de apreciações do tipo valoração positiva. Nessa categoria, o foco recai no valor da coisa avaliada, e, considerando que as avaliações foram positivas, percebemos uma ênfase a condições favoráveis que o país possui. Assim, tal categoria avaliativa operou na construção argumentativa da premissa *circunstância* no sentido de se enfatizar o que há de bom, mas que deve ser melhor administrado, como podemos observar no Quadro 41.

Quadro 41 - Avaliação do termo Brasil (valoração positiva) na premissa *circunstância* – Comentário (D1BL2GB)

GUILHERME BOULOS – COMENTÁRIO

Olha, o problema do **Brasil** não é falta de dinheiro. O **Brasil** é a oitava economia do mundo, nós não somos um país pobre. Dinheiro tem, só que ele está profundamente mal distribuído e numa economia, numa forma de organização de sociedade cheia de privilégios. Nós vamos tomar três medidas: primeiro, enfrentar o bolsa banqueiro. Com essa dívida pública, com juros escorchantes, que são os maiores do mundo. Segundo: o bolsa empresário. [R\$] 280 bilhões só em desonerações fiscais esse ano, só para grandes empresários, sem contrapartida de emprego. E terceiro: reforma tributária progressiva, porque não é justo que o dono do Bradesco, o dono do Itaú paguem menos impostos que o trabalhador brasileiro. Se a gente tiver coragem de mexer nos privilégios, a gente encontra o dinheiro para fazer investimento público. Nós temos.

Fonte: Adaptado de *Aos Fatos*.

O excerto do Quadro 41 expõe o Comentário do candidato Guilherme Boulos em uma interação que começou com a pergunta do jornalista Sérgio Amaral para o candidato Cabo Daciolo, no segundo bloco do debate eleitoral televisivo de presidenciáveis transmitido pela Band em 2018. A pergunta consistia em saber como o candidato Daciolo pretendia cumprir com as suas propostas de investimentos com o déficit que a economia se encontrava no momento, ao passo que o candidato respondeu que a crise era mentirosa. Guilherme Boulos, por sua vez, comentou trazendo a sua *proposta de ação* para a problemática, com as três medidas expostas no Quadro 41.

Além disso, o candidato pontuou as *circunstâncias* que perpassavam a problemática levantada (trecho sublinhado no Quadro 41), nas quais observamos duas avaliações atitudinais para o termo Brasil, dentre elas a que diz que *o Brasil é a oitava economia do mundo*. Ao enfatizar a sua posição no nível econômico entre os países, o presidenciável ressalta o seu valor positivo, o que reflete na afirmação *nós não somos um país pobre*. Notamos, dessa forma, que essa construção avaliativa age em prol de construir um argumento que parte de circunstâncias valorosas do país para que o candidato se mostre como capaz de aproveitá-las de uma forma melhor do que vinha sendo aquela época.

Por fim, relativo à premissa *valor*, referente às preocupações subjacentes às ações (FAIRCLOUGH; FAIRCLOUGH, 2012), detectamos apenas uma avaliação, a qual era da região semântica apreciação, do tipo valoração negativa (MARTIN; WHITE, 2005). Dessa maneira, ficou evidente que o candidato que lançou mão desse recurso o fez no sentido de se posicionar contra um valor existente no país, de modo a se mostrar como uma opção que agirá pelo contrário. Essa constatação encontra-se exposta no Quadro 42.

Quadro 42 - Avaliação do termo Brasil (valoração negativa) na premissa *valor* – Comentário (D1BL3JB)

JAIR BOLSONARO – COMENTÁRIO

O ministério do Transporte é um dos mais corruptos no **Brasil**. Tudo de errado acontece lá. Obviamente o preço do que transportamos encarece. Devemos investir buscando a iniciativa privada em outros modais, como ferrovias e aquaviária. No mais, como temos basicamente o rodoviário, devemos acabar com a indústria da multa. É um vexame o que acontece, uma roubalheira só. Devemos rever via acordo o preço dos pedágios. É inadmissível o pedágio altíssimo que temos hoje no **Brasil**.

Fonte: Adaptado de *Aos Fatos*.

No terceiro bloco do debate transmitido pela Band em 2018, o jornalista questionou a presidenciável Marina Silva acerca do que ela faria para melhorar a competitividade do produto brasileiro no que se refere a questões de logística, de modo que sua *proposta de ação* se concentrou em investir na redução dos custos de produção. Jair Bolsonaro, por sua vez, responsável por emitir o comentário da resposta da oponente, trouxe a iniciativa privada como *proposta de ação*, conforme o Quadro 42. Além disso, expressou o *valor* que está vinculado a sua *proposta de ação* pois, ao dizer que *é inadmissível o pedágio altíssimo que temos hoje no Brasil*, demonstra que essa é uma preocupação que perpassa a forma como ele agirá.

Percebemos que há, nessa premissa, uma avaliação implícita para o termo Brasil, do tipo apreciação valoração. Aqui, o presidenciável aprecia negativamente a situação que o Brasil vivenciava a respeito da questão dos transportes, considerada por ele como inadmissível. Assim, o candidato avalia negativamente um *valor* do país, de modo a demonstrar a sua preocupação com o contrário dele.

Nesta subseção enfocamos a descrição da nossa análise acerca do momento interativo Comentário nos debates eleitorais televisivos de presidenciáveis que constituem nosso *corpus* de investigação. De início, constatamos que esse não é um momento recorrente, visto que não faz parte da configuração do debate de todas as emissoras. No entanto, evidenciamos que, mesmo em pouca frequência, esse também é um momento que possui potencial para serem elaborados argumentos de raciocínio prático¹⁰¹.

Esta análise confirmou a predisposição anterior: a premissa *circunstância* é a mais empregada pelos presidenciáveis em conjunto com a premissa *proposta de ação*. Novamente, as premissas *objetivo* e *meio-fim* ocuparam segundo lugar de destaque, e a premissa *valor* mostrou-se pouco evidente.

Quanto às avaliações atitudinais para o Brasil, novamente o campo negativo obteve destaque (72,72%), o que demonstra que a argumentação dos presidenciáveis se constrói a partir das questões negativas do país. Além disso, a premissa *circunstância* contou, mais uma vez, com o maior número de avaliações atitudinais para o termo Brasil, e, embora com uma diferença numérica pouco expressiva, a categoria apreciação composição complexidade negativa foi, repetindo os padrões anteriormente identificados, a mais recorrente.

¹⁰¹ Estamos considerando raciocínio prático como aqueles que contém, ao menos, proposta de ação.

Dessa forma, constatamos que há características que se repetem, independentemente do momento interativo em que ocorram. Nesse sentido, na subseção seguinte, dedicamo-nos a evidenciar a síntese das percepções obtidas com as análises até aqui descritas.

6.3 ARQUITETURA ARGUMENTATIVA DOS DEBATES ELEITORAIS TELEVISIVOS DE PRESIDENCIÁVEIS NO BRASIL

A seleção dos excertos que continham argumentos de raciocínio prático, conforme a nossa perspectiva de considerar ao menos a premissa *proposta de ação*, mostrou-nos que, na maior parte deles, não há a identificação das cinco premissas propostas por Fairclough e Fairclough (2012) simultaneamente. Do total de 168 excertos analisados, os quais contemplavam os nossos critérios de seleção, a saber, presença da premissa *proposta de ação* e avaliações atitudinais para o termo Brasil (ver Quadro 9), apenas 41 deles abarcavam todas as premissas (30 Respostas, 4 Réplicas, 5 Tréplicas e 2 Comentários).

Sendo o discurso político uma forma de argumentação prática, em que a discussão sobre o que fazer é fundamental (FAIRCLOUGH; FAIRCLOUGH, 2012), evidenciamos que os argumentos dos excertos analisados são plausíveis nos termos de Fairclough e Fairclough (2012), uma vez que todos contemplam uma reivindicação de ação como o meio presumível para se atingir um fim, o qual é relacionado ao tema em discussão no momento interativo em que os presidenciáveis se envolvem.

Por essa razão, dizemos que eles fazem, sim, parte de argumentos de raciocínio prático, mesmo que nem todos apresentem as cinco premissas propostas por Fairclough e Fairclough (2012) de forma completa. Sobre isso, o que ressaltamos, no entanto, é que a construção argumentativa dos debates eleitorais televisivos brasileiros analisados demonstra que há um maior interesse em se focalizar, além da *proposta de ação*, as *circunstâncias*, ao passo que os *objetivos* e os *meios-fim* não são sempre expostos ao se construir a argumentação. Ademais, observamos que não há uma preocupação em se demonstrarem os *valores* que os presidenciáveis levam em consideração ao elaborar a sua *proposta de ação*.

No que se refere às avaliações atitudinais, percebemos que os posicionamentos dos presidenciáveis frente ao termo Brasil contribuíram para a construção argumentativa dentro de cada premissa. Dessa forma, tal percepção

permitiu-nos a identificação da arquitetura argumentativa dos debates eleitorais de presidenciáveis brasileiros a partir das avaliações atitudinais para o termo Brasil. Essa arquitetura encontra-se exposta no Quadro 43, que contempla todos os momentos interativos dos debates, com as características da construção argumentativa evidenciadas em cada premissa. Salientamos que as premissas de raciocínio prático, expostas na segunda coluna, não seguem a mesma sequência, uma vez que as apresentamos de acordo com a ordem de predominância em cada momento interativo. Ademais, a terceira coluna contempla apenas as evidências avaliativas mais significativas em cada premissa.

Quadro 43 - A arquitetura argumentativa dos debates eleitorais televisivos brasileiros com avaliações atitudinais para o termo Brasil

(continua)

Momento interativo	Premissa de raciocínio prático	Avaliações atitudinais para o Brasil	Construção argumentativa pela avaliação
Pergunta	-	-	-
Resposta	<i>Proposta de ação</i>	- Apreciação composição complexidade (negativa).	Foco em aspectos do país avaliados como negativos, de modos que o presidenciável demonstra que a sua <i>proposta de ação</i> é capaz de solucionar a problemática.
	<i>Circunstância</i>	- Apreciação composição complexidade (negativa); - Apreciação composição proporção (negativa); - Julgamento sanção social propriedade (negativo).	Foco em contextualizar a situação do país quanto aos seus aspectos negativos, a fim de lançar uma proposta de ação que vise solucionar os problemas existentes. Há, também, foco em contextualizar a problemática por meio da equiparação com outros países, de modo a demonstrar que a situação do Brasil é inferior, e que o presidenciável é capaz de reverter. Ademais, há o foco na exposição de questões legais que não são seguidas pelo país, as quais serão solucionadas pelo presidenciável.
	<i>Objetivo</i>	- Apreciação composição complexidade (negativa).	Foco em avaliar negativamente o país em sua situação atual, a fim de mostrar que a <i>proposta de ação</i> tem por <i>objetivo</i> trazer mudanças positivas.
	<i>Meio-fim</i>	- Apreciação composição complexidade (negativa).	Foco nas questões problemáticas do país para se enfatizar um desejo, ou até mesmo uma competência, por parte dos presidenciáveis, de fazer diferente e mudar o que não está satisfatório.

(continuação)

	<i>Valor</i>	<ul style="list-style-type: none"> - Apreciação composição complexidade (negativa); - Apreciação composição proporção (negativa); - Apreciação valoração (positiva). 	O valor é construído a partir da demonstração de um posicionamento contrário a um aspecto negativo do país. Ademais, há o posicionamento contrário a uma proporção existente no país, o qual norteia a <i>proposta de ação</i> . Por fim, há um <i>valor</i> que parte da postura altruísta adotada pelo país ao longo da história.
Réplica	<i>Proposta de ação</i>	<ul style="list-style-type: none"> - Julgamento estima social capacidade (negativa); - Apreciação composição complexidade, (negativa). 	Foco em aspectos do país avaliados como negativos, de modo que o presidenciável demonstra que a sua <i>proposta de ação</i> é capaz de solucionar a problemática. Além disso, há o foco na exposição da incapacidade de o país fazer algo, de modo que o presidenciável se mostra como uma opção capaz de fazer o que não é feito.
	<i>Circunstância</i>	<ul style="list-style-type: none"> - Apreciação composição complexidade (negativa). 	Foco em contextualizar a situação do país quanto aos seus aspectos negativos, a fim de lançar uma <i>proposta de ação</i> que vise solucionar o problema existente.
	<i>Objetivo</i>	<ul style="list-style-type: none"> - Apreciação composição complexidade (negativa). 	Foco em avaliar negativamente o país em sua situação atual, a fim de mostrar que a <i>proposta de ação</i> tem por <i>objetivo</i> trazer mudanças positivas.
	<i>Meio-fim</i>	<ul style="list-style-type: none"> - Apreciação composição proporção (negativa). 	Há um foco em tomar como meio aquilo que os políticos anteriores negligenciaram, de modo a demonstrar que o presidenciável irá partir disso.
	<i>Valor</i>	-	-
Tréplica	<i>Proposta de ação</i>	<ul style="list-style-type: none"> - Apreciação composição complexidade (negativa). 	Foco em aspectos do país avaliados como negativos, de modo que o presidenciável demonstra que a sua <i>proposta de ação</i> é capaz de solucionar a problemática.
	<i>Circunstância</i>	<ul style="list-style-type: none"> - Apreciação composição complexidade (negativa). 	Foco em contextualizar a situação do país quanto aos seus aspectos negativos, a fim de lançar uma <i>proposta de ação</i> que vise solucionar o problema existente.
	<i>Meio-fim</i>	<ul style="list-style-type: none"> - Apreciação composição complexidade (positiva). 	Ênfase em condições positivas existentes no país, as quais podem servir de meio para a adoção de ações.
	<i>Objetivo</i>	<ul style="list-style-type: none"> - Apreciação composição complexidade (negativa). 	Foco em avaliar negativamente o país em sua situação atual, a fim de mostrar que a <i>proposta de ação</i> tem por <i>objetivo</i> trazer mudanças positivas.
	<i>Valor</i>	-	-

(conclusão)

Comentário	<i>Proposta de ação</i>	- Apreciação composição complexidade (negativa).	Foco em aspectos do país avaliados como negativos, de modo que o presidencialista demonstra que a sua <i>proposta de ação</i> é capaz de solucionar a problemática.
	<i>Circunstância</i>	- Apreciação composição complexidade (negativa); - Apreciação valoração (positiva).	Foco em contextualizar a situação do país quanto aos seus aspectos negativos, a fim de lançar uma <i>proposta de ação</i> que vise solucionar o problema existente. Ademais, há uma ênfase no que há de bom no país, mas que deve ser melhor administrado.
	<i>Objetivo</i>	- Julgamento sanção social propriedade (negativa); - Apreciação composição complexidade (negativa); - Apreciação composição proporção (negativa).	Posicionamento frente ao Brasil no que concerne às questões éticas, de modo a demonstrar que o presidencialista seria capaz de solucioná-las. Há, também, foco em avaliar negativamente o país em sua situação atual, a fim de mostrar que a <i>proposta de ação</i> tem por <i>objetivo</i> trazer mudanças positivas. Por fim, há foco em demonstrar índices negativos do país em comparação a outros, de modo a posicionar o presidencialista como alguém capaz de reverter a situação.
	<i>Meio-fim</i>	-	-
	<i>Valor</i>	- Apreciação valoração (negativa).	Posicionamento contra um valor existente no país, de modo que o presidencialista se mostra como uma opção que agirá pelo contrário.
Considerações finais	-	-	-

Fonte: Elaborado pela autora.

Uma vez que a argumentação no discurso político opera em contextos de crise, em que discussões ocorrem para se definir ações a serem tomadas para restaurar o equilíbrio (FAIRCLOUGH; FAIRCLOUGH, 2012), mesmo que de forma hipotética, como nos debates eleitorais televisivos aqui analisados, é justificável a predominância de avaliações atitudinais negativas frente ao país, como evidenciado no Quadro 43. Ao se posicionar frente a características negativas, especialmente por meio de apreciações do tipo composição complexidade, categoria mais recorrente, os presidencialistas partem de problemáticas para proferir a sua *proposta*, como forma de demonstrar que eles são *agentes* que possuem a solução para os problemas do país.

Nas poucas ocorrências de avaliações atitudinais positivas, o que observamos foi um movimento em que os presidentiáveis que lançaram mão desse recurso exaltavam pontos positivos existentes no país, mas que não eram bem aproveitados ou bem administrados. Assim, houve a demonstração de que eles eram *agentes* capazes de realizar mudanças positivas a partir do aproveitamento daquilo que o país já fornecia de favorável e que os políticos anteriores não usufruíam. Dessa maneira, constatamos que tanto com avaliações negativas quanto com avaliações positivas o objetivo argumentativo, por parte os presidentiáveis, era o mesmo: construir a autoimagem de um candidato que seria a melhor opção de voto naquele momento para solucionar os problemas do país.

Relativo às premissas de raciocínio prático identificadas, verificamos que, após a *proposta de ação*, a premissa *circunstância* foi a mais evidente, estando presente em quase todos os excertos analisados. Tal evidência demonstra que contextualizar a problemática é uma das características básicas para embasar a *proposta de ação* dos presidentiáveis, sendo fundamental na construção argumentativa dos debates eleitorais televisivos.

Ademais, percebemos que as premissas *objetivo* e *meio-fim* não foram predominantes nos excertos investigados, cuja posição alternou entre terceiro e quarto lugar nas premissas de cada momento interativo do debate. Apesar de não serem dominantes, foi possível identificar que as avaliações atitudinais para o termo Brasil também contribuíram para a construção argumentativa adequada ao propósito de cada uma dessas premissas.

Quanto à premissa *valor*, esta mostrou ser a menos frequente; todavia, também demonstrou que, mesmo em pouca frequência, é possível apresentar uma contribuição de avaliações atitudinais para a construção argumentativa adequada ao propósito da premissa. Dessa forma, evidenciamos que o entrelaçamento entre avaliações atitudinais e premissas de raciocínio prático contribuem para a construção argumentativa de debates eleitorais televisivos de presidentiáveis.

Para finalizar, a respeito da estrutura do debate eleitoral televisivo de presidentiáveis no Brasil, constatamos que, dos seis momentos interativos, a saber, Pergunta, Resposta, Réplica, Tréplica, Comentário e Considerações Finais, apenas o primeiro e o último não contemplam argumentos de raciocínio prático em consonância com avaliações atitudinais para o termo Brasil. Atribuímos a esse dado o fato de que, nesses momentos, não há espaço apropriado para se lançar um argumento desse

tipo, uma vez que, na Pergunta, apenas se lança um questionamento sobre uma *proposta de ação*, e, nas Considerações Finais, o candidato apenas direciona uma mensagem à população com o intuito de pedir voto.

Percebemos, então, que os momentos de Resposta, Réplica, Tréplica e Comentário são fecundos para a construção de argumentos de raciocínio prático e que não há grandes variações entre suas características: as premissas *proposta de ação* e *circunstância* são as principais, as premissas *objetivo* e *meio-fim* são secundárias e a premissa *valor* possui pouco espaço. Além disso, percebemos que as avaliações atitudinais operam de forma semelhante na construção das premissas em todos os momentos interativos, como foi exposto nesta seção.

Após a apresentação da análise e da discussão dos resultados desta pesquisa, passaremos para o último capítulo com a explanação de nossas considerações finais.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta Tese teve por objetivo analisar a arquitetura argumentativa do raciocínio prático empregada em debates presidenciais na TV brasileira no período eleitoral de 2018 e 2022 e verificar como os debatedores utilizavam o subsistema de atitude dos principais campos semânticos frente ao termo Brasil de modo a operar na construção do argumento desses eventos discursivos. Para tanto, uma triangulação conceitual precisou ser adotada, a saber, discurso político, argumentação no discurso político e avaliação na linguagem, tendo como base, dentre outros teóricos, as perspectivas de Bochetti *et al.* (2017), Fairclough e Fairclough (2012) e Martin e White (2005), respectivamente.

Quanto ao primeiro termo da triangulação, evidenciamos, e achamos pertinente reforçar, que não há um consenso a respeito da definição de discurso político, uma vez que este é englobado em diversas disciplinas e abordagens, o que dificulta a apresentação de uma definição única. Por essa razão, partimos da percepção de alguns estudiosos, os quais concebem desde uma visão mais canônica até uma visão mais abrangente para o discurso político (FAIRCLOUGH; FAIRCLOUGH, 2012; WODAK, 2009; BAYLEY, 2005; BOCHETT *et al.*, 2017), a fim de delimitar a nossa percepção, a qual foi adotada neste estudo.

Em linhas gerais, concordamos com a perspectiva de Fairclough e Fairclough (2012) no que concerne à compreensão da existência de uma relação inerente entre política e argumentação prática. Todavia, ampliamos a concepção dos autores na medida em que estes compreendem discurso político apenas como aquele relativo a agentes legitimados, proferidos em ambiente institucional, enquanto nós consideramos que discurso político envolve também discussões hipotéticas acerca de decisões políticas, as quais nem sempre ocorrem em ambiente institucional, tais como os debates eleitorais televisivos que constituem o *corpus* desta pesquisa.

Ademais, no que tange à concepção proposta por Wodak (2009), concordamos com a autora no que se refere à relação entre política e mídia. Essa concordância se justifica uma vez que julgamos que ambos os contextos citados possuem, juntos, o papel de tornar questões institucionais mais próximas à população. Além disso, principalmente, consideramos que a mídia possui grande influência na produção de imagens dos agentes que se envolvem no contexto político, o que pode influenciar a opinião pública, e também fornece espaço para que os próprios agentes políticos

criem a sua imagem a ser transmitida ao público, assim como ocorre nos debates eleitorais televisivos de presidenciáveis.

Relativamente à acepção de Bayley (2005) acerca do discurso político, compactuamos com o autor no que compete à percepção de que esse tipo de discurso não está apenas no ambiente institucional, pois reside também em categorias consideradas de “base”, como em textos midiáticos e em conversas cotidianas. Coadunamos com essa ideia na medida em que vivemos em uma sociedade democrática, e que se expressar sobre questões políticas fazem parte de nossa vivência. Além disso, se apenas textos do âmbito institucional fossem considerados discursos políticos, o gênero em investigação em nossa pesquisa não seria contemplado, na medida em que ocorre em um espaço midiático. Todavia, a partir do que foi discutido nesta Tese, não é plausível considerar que o ato de se debater sobre política em rede nacional não seja um exemplo de discurso político.

Por fim, quanto à perspectiva de Bochetti *et al.* (2017), assumimos a mesma posição dos autores ao contemplar os mais diversos gêneros ligados a questões políticas, agrupados conforme o seu grau de protocolaridade e de performatividade. Assim, cada evento discursivo vinculado a essa seara possui o seu espaço dentro da classificação de discursos políticos, com base no registro que empregam. Dessa maneira, o debate eleitoral televisivo, aqui analisado, possui uma classificação que o contempla, a saber: Discurso do Político (DDP), visto que é expresso por agentes políticos que são legitimados, mas não é direcionado a outros agentes de mesma função, e sim é direcionado aos eleitores da nação.

A partir das quatro visões acima apresentadas, definimos a nossa própria percepção de discurso político, a qual foi a noção adotada nesta Tese: discurso político é aquele que se refere a textos (orais ou escritos) que possuem, em alguma medida, relação com a esfera política, podendo ser proferidos por agentes dos mais diversos níveis sociais nos mais variados ambientes, classificados conforme as suas características em comum e permeados por argumentação prática e por performances dos agentes para se mostrarem convincentes (ver seção 2.1.5). Assim, defendemos que debates eleitorais televisivos de presidenciáveis são, sim, discursos políticos, mais especificamente pertencentes ao Discurso do Político (DDP), conforme proposto por Bochetti *et al.* (2017).

No que se refere ao segundo ponto da triangulação teórica adotada nesta pesquisa, ressaltamos que, no que compete à argumentação em um sentido amplo,

partimos, nesta pesquisa, da concepção aristotélica acerca do gênero deliberativo. Conforme Aristóteles (2005 [1354]), as deliberações ocorrem sobre coisas que podem ou não vir acontecer, a respeito de assuntos cujas produções dependem dos seres que deliberam, tais como finanças, defesa nacional e legislação, por exemplo. Nessa acepção, deliberações visam atingir aquilo que é bom e conveniente (ARISTÓTELES, 2005 [1354]), assim como ocorre em debates eleitorais televisivos, nos quais os presidentiáveis deliberam acerca de um futuro hipotético com vistas a atingir o bom e o conveniente para a nação.

Quanto à argumentação especificamente ligada ao discurso político, apropriamo-nos da percepção de Fairclough e Fairclough (2012), a qual se liga diretamente à noção de deliberação aristotélica. Nessa perspectiva, discurso político é concebido como uma forma de argumentação prática, em que agentes que visam fundamentar uma decisão precisam deliberar sobre as diversas possibilidades para a ação (FAIRCLOUGH; FAIRCLOUGH, 2012). Além disso, os autores consideram que tais argumentações operam em contextos de crise, quando se faz necessário deliberar acerca da agência dos atores políticos. Isso vai ao encontro do que se espera em um debate eleitoral televisivo, na medida em que são postos em discussão problemas reais do país, de modo que os presidentiáveis devem deliberar acerca de como eles poderão agir frente a esse contexto, razão pela qual tal perspectiva teórica serviu de base para fundamentar as nossas análises nesta pesquisa.

Ademais, ressaltamos que coadunamos com os autores quando estes afirmam que o discurso político tem como fim convencer o público de que o percurso de ação apresentado por eles é o correto (FAIRCLOUGH; FAIRCLOUGH, 2012). Dessa maneira, evidenciamos que a investigação da argumentação em discursos políticos se faz fundamental, uma vez que ela é uma das principais características dos textos dessa seara. Tal percepção ratifica a relevância do olhar assumido nesta pesquisa para os debates eleitorais televisivos, visto que são eventos discursivos em que a busca pelo convencimento se faz evidente, o que denota a necessidade de um olhar mais atento.

O terceiro ponto de nossa triangulação teórica adotada no desenvolvimento desta pesquisa refere-se à argumentação na linguagem. Como evidenciado, política e linguagem são aspectos indissociáveis, uma vez que a linguagem está por trás de todas as manifestações políticas (BAYLEY, 2008). Nesse viés, a linguagem foi concebida, nesta pesquisa, a partir de uma perspectiva sociosemiótica, ou seja, seu

uso foi compreendido, aqui, como a produção e a troca de significados em contextos sociais (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014). Nesse viés, compreendemos linguagem como um sistema de escolhas, em que há ilimitados modos de criação de significados à disposição de falantes e escritores (BLOOR; BLOOR, 2004). De modo que todo uso da linguagem é permeado por um propósito (EGGINS, 2004), os significados criados por ela constroem sentidos, o que enfatiza que posicionamentos são criados por meio das construções linguísticas realizadas.

Dessa maneira, a avaliação na linguagem se organiza de modo a construir os posicionamentos de um produtor de textos acerca do modo como ele julga o mundo (VIAN JR., 2009). Especificamente, a perspectiva que nos serviu de base para a investigação dos posicionamentos dos presidentiáveis, a fim de compreendermos como eles contribuíam com a construção argumentativa em suas falas nos debates eleitorais televisivos, recaiu sobre o Sistema de Avaliatividade (MARTIN; WHITE, 2005).

Nosso foco incidiu sobre o subsistema atitude, relativo a posicionamentos interpessoais acerca da avaliação de sentimentos, comportamentos e coisas, contemplando as regiões semânticas afeto, julgamento e apreciação, respectivamente (MARTIN; WHITE, 2005). Tal sistema discursivo foi pertinente nesta pesquisa na medida em que nos possibilitou tornar explícitas as formas como os presidentiáveis se posicionavam frente a um ponto crucial em um contexto político, a saber, o país que eles pretendiam governar (Brasil). Essa foi a perspectiva que finalizou a tripartição teórica adotada nesta Tese.

Conforme supracitado, nosso *corpus* foi constituído pela transcrição de debates eleitorais televisivos. Especificamente, debruçamo-nos na investigação daqueles concatenados às eleições presidenciais de 2018 e de 2022 no Brasil, os quais, somados, tiveram dez ocorrências: sete debates em 2018 e três debates em 2022, todos em primeiro turno. Esses dez debates contaram com a participação de 14 diferentes candidatos à presidência da República, sendo que apenas dois tiveram participação nos dois anos eleitorais investigados.

Uma vez que a linguagem é constitutiva da ação política (BAYLEY, 2005), e que negociações estão sempre em jogo nas atividades dessa esfera, a construção linguística é um elemento crucial nesse contexto. Nesse viés, debates eleitorais televisivos de presidentiáveis, aqui investigados, precisam, primordialmente, ser concebidos com essa perspectiva, na medida em que se tratam de eventos

discursivos que não só se organizam em torno da palavra, como também possuem a capacidade de alterar o rumo do país em razão da sua influência de decisão nas urnas.

Tal entendimento é corroborado com o fato de esse gênero estar vinculado a um contexto democrático (LEITE, 2003; COLLEMAN, 2000). Uma vez que o Brasil é constituído em um Estado Democrático de Direito (BRASIL, 1998), o qual compreendemos ser aquele que é regido por um sistema representativo em que a maioria popular possui participação na decisão do comando do país (SINGER; ARAUJO, BELINELLI, 2021), aqueles que se envolvem no evento comunicativo aqui analisado devem lançar mão das melhores estratégias linguísticas para se mostrarem a melhor opção de voto, uma vez que o objetivo desse evento consiste na derrota dos adversários e conquista do eleitor (DALINGHAUS, 2018).

Dessa maneira, a argumentação é uma característica que perpassa um debate eleitoral televisivo (DALINGHAUS, 2018), de modo que, para persuadir, os candidatos precisam estar preparados para demonstrar os seus posicionamentos da melhor maneira. Nesse sentido, ficou evidente que a construção avaliativa dos candidatos frente a questões-chave contribui para a constituição da sua argumentação, tal como os seus posicionamentos atitudinais frente ao termo Brasil, investigados nesta Tese.

Ademais, ressaltamos que compreendemos o evento discursivo aqui analisado não apenas como pertencente ao campo político, mas pertencente também ao campo midiático. Isso decorre, pois, as características estruturais que um debate eleitoral televisivo apresenta são moldadas pela esfera midiática, e, principalmente, pelo fato de a mídia garantir que eles tenham uma repercussão que ultrapassa a sua realização em si. Em outras palavras, ao transmitir os debates, a mídia fornece ao público a possibilidade de ter acesso àquilo que os postulantes ao cargo mais expoente do governo federal têm a mostrar à população. O discernimento que os candidatos possuem quanto ao impacto que um debate televisionado pode ter no modo como os telespectadores e eleitores o enxergam influencia a forma como eles escolhem se posicionar, uma vez que isso contribui para a criação de suas imagens, assim como apresentado nesta Tese.

Essa percepção está relacionada ao fato de que, embora o público telespectador não participe da discussão em um debate eleitoral televisivo, as estratégias utilizadas pelos debatedores são voltadas a eles (MARQUES, 2005). Assim, estamos diante de um evento discursivo que conta com protagonistas em um embate – os candidatos debatedores – que empregam estratégias linguísticas para

se promover e desqualificar o seu oponente, mas que possuem como foco atingir aqueles que estão apenas os assistindo no momento da interação (SOARES; GOMES 2007). Disso decorre o fato de que estamos diante de um discurso que conta com dois níveis interacionais, mas com três polos de interação, que englobam um nível de copresença – participantes do debate – e um nível de ausência física que sofre o impacto das estratégias de persuasão empregada pelos participantes copresentes – o público eleitor (MARQUES, 2005).

Vale ressaltar que, ao longo desta Tese, assumimos a nomenclatura “debate eleitoral televisivo de presidenciáveis” para nos referirmos ao *corpus* constituinte de nossa pesquisa. Essa posição justifica-se pelo fato de que, embora seja um discurso político, conforme defendido anteriormente, este não pode ser denominado apenas como “debate político”, pois essa é uma nomenclatura ampla, na medida em que julgamos que qualquer cidadão pode participar de um debate político a partir do momento em que se colocam em discussão assuntos políticos. Dessa forma, empregamos o termo “eleitoral”, pois se trata de um discurso político proferido durante esse período, e “televisivo” para restringir o ambiente específico em que eles ocorrem. Por fim, acrescentamos “de presidenciáveis” para indicar que estamos diante apenas de produções discursivas daqueles que se pretendem presidentes da República, visto que há, também, debates para postulantes a outros cargos, tais como governadores estaduais, os quais podem apresentar características distintas das aqui constatadas.

Com o *corpus* constituído pelas características anteriormente apresentadas, elencamos quatro objetivos específicos que foram seguidos para que pudéssemos atingir ao nosso objetivo principal, quais sejam: (1) reconhecer o campo semântico predominante nos discursos dos candidatos; (2) identificar as situações em que há uma organização argumentativa do raciocínio prático nos discursos, a partir das premissas de raciocínio prático (FAIRCLOUGH; FAIRCLOUGH, 2012); (3) analisar as avaliações atitudinais (MARTIN; WHITE, 2005) que os candidatos fazem no processo argumentativo de raciocínio prático frente ao país que pretendem governar; e (4) interpretar como as avaliações atitudinais operam para a construção da argumentação de raciocínio prático. Para atender a esses objetivos, a metodologia de investigação adotada seguiu procedimentos quantitativos e qualitativos, com ênfase em uma abordagem interpretativista, visto que a maior parte das avaliações atitudinais ocorreram de forma implícita.

Relativo ao primeiro objetivo específico, lançamos mão do programa computacional *Voyant Tools* para nos auxiliar na identificação dos campos semânticos mais recorrentes nas falas dos candidatos à presidência da República do Brasil participantes dos debates eleitorais televisivos de 2018 e 2022. As ferramentas desse programa nos mostraram um total de 196,836 formas únicas de palavras no *corpus*, sendo Brasil a palavra preeminente, a qual foi selecionada para nortear a nossa investigação de avaliações atitudinais e seu papel na construção argumentativa dos presidenciáveis no evento discursivo em questão. Ressaltamos que, além de nossa investigação ter sido voltada para esse termo por ele ter sido o predominante em nosso *corpus* (ver seção 5.3), consideramos que a análise dele se fez essencial no exame de debates eleitorais televisivos, visto que, ao examiná-lo, tivemos a compreensão de como os presidenciáveis entendiam e se posicionavam frente ao país que pretendiam governar.

Concernente ao segundo objetivo específico, a investigação dos momentos interativos dos debates eleitorais televisivos, a saber, Pergunta, Resposta, Réplica, Tréplica, Comentário e Considerações Finais, revelou-nos que o primeiro e o último não apresentaram ocorrências de argumentos de raciocínio prático nas falas dos presidenciáveis que continham a presença do termo Brasil. Essa ocorrência está atrelada ao fato de que os propósitos comunicativos desses momentos interativos não são fecundos para a construção de um argumento de raciocínio prático, uma vez que, nas Perguntas, apenas se questiona a respeito da *proposta de ação* a ser adotada pelo candidato que irá responder, enquanto nas Considerações Finais os candidatos apenas dirigem a sua fala aos eleitores da nação com vistas a solicitar voto.

Dessa forma, identificamos que os momentos das Respostas, Réplicas, Tréplicas e Comentários são as situações de um debate eleitoral televisivo de presidenciáveis em que ocorrem uma organização argumentativa com as premissas de raciocínio prático (FAIRCLOUGH; FAIRCLOUGH, 2012). Isso decorre, pois, são nesses momentos que os candidatos apresentam as suas *propostas de ação* acerca do tema que foi colocado em pauta para discussão. Por essa razão, Respostas, Réplicas, Tréplicas e Comentários foram os momentos que tomamos como foco de investigação nesta pesquisa.

Quanto ao terceiro objetivo específico, a investigação de posicionamentos dos presidenciáveis frente ao Brasil, país que os candidatos visavam governar, por meio da análise das avaliações atitudinais, desvelou a predominância de avaliações da

região semântica apreciação, do tipo composição complexidade (MARTIN; WHITE, 2005). A recorrência de posicionamentos atitudinais pela região semântica apreciação se deu em virtude de estarmos considerando avaliações voltadas a um país, o que justifica o fato de ele ser avaliado predominantemente como “Ente”. Ademais, o domínio de avaliações por composição complexidade nos mostrou que há uma ênfase em se posicionar frente a problemáticas evidentes no país. As avaliações que ocorreram pelas regiões semânticas afeto e julgamento nos mostraram uma metaforização do país, como alguém que possui sentimentos e comportamentos.

É importante ressaltar que as avaliações atitudinais, independentemente da categoria, foram, expressivamente, negativas. Essa evidência contribuiu para a construção dos posicionamentos dos presidenciáveis frente ao país, na medida em que se demonstraram contrários a todas as questões negativas apresentadas, criando a autoimagem de um candidato capaz de agir em prol de mudanças positivas para a nação. Destacamos que, em sua maioria significativa, as avaliações atitudinais ocorreram de forma implícita, e foram classificadas por nós por meio da aplicação de pressupostos e subentendidos atrelados ao contexto situacional que perpassava o país no período de realização dos debates eleitorais televisivos investigados, o que justifica a nossa análise ter sido de cunho interpretativista.

Por fim, a respeito do quarto objetivo específico, constatamos que, dentre as premissas de raciocínio prático, a *proposta de ação* e a *circunstância* foram as mais recorrentes, de modo que *objetivo* e *meio-fim* foram premissas que ficaram em segundo plano e a premissa *valor* não ocupou presença significativa. Uma vez que, conforme Fairclough e Fairclough (2012), são as cinco premissas juntas que operam na construção da argumentação de raciocínio prático, a maior parte de nossos excertos não seriam considerados argumentos desse tipo. Todavia, com o respaldo da perspectiva de Gonçalves-Segundo (2019), que diz que não se faz necessária a presença de todos os elementos do *layout* proposto por Fairclough e Fairclough (2012) para que um argumento seja considerado prático, julgamos que aqueles que apresentavam ao menos a premissa *proposta de ação* já indicavam deliberações acerca de caminhos plausíveis a serem adotados em um futuro estado de coisas.

Dessa forma, investigamos todos os excertos que continham *proposta de ação*, junto com as demais premissas que a acompanhavam, mesmo que não fossem todas aquelas apresentadas por Fairclough e Fairclough (2012). Nesse viés, independentemente do número de ocorrências de cada premissa, e

independentemente do momento interativo em que elas eram apresentadas (Resposta, Réplica, Tréplica e Comentário), evidenciamos um padrão na forma como as avaliações atitudinais para o termo Brasil operaram na construção da argumentação de raciocínio prático nos debates eleitorais televisivos de presidenciáveis: as avaliações atitudinais se dão no sentido de enfatizar que a situação do país não se encontra favorável, e que o presidenciável possui meios e capacidade de resolvê-la, construindo uma imagem favorável de si, quase como um “salvador da pátria”.

A partir do cruzamento das análises realizadas, chegamos à seguinte percepção, defendida nesta Tese: os debates eleitorais televisivos de presidenciáveis da atualidade demonstram uma preocupação dos candidatos em contextualizar a situação do país de forma negativa e em apresentar o que pretendem fazer para solucioná-la, sem enfatizar os objetivos e os meios de se realizar a ação proposta, bem como os valores que perpassam as ações. Em síntese, podemos afirmar que **avaliações atitudinais relativas ao país que os candidatos pretendem governar contribuem para a construção argumentativa dos debates eleitorais televisivos recentes no Brasil.**

A partir do exposto, consideramos que esta Tese preencheu as lacunas de pesquisa identificadas na seção 2.3, uma vez que contemplou a investigação de debates eleitorais televisivos adotando uma perspectiva teórico-analítica de base sistêmico-funcional para a investigação de avaliações atitudinais na construção argumentativa. Dessa maneira, compreendemos que nossos resultados contemplam contribuições para as pesquisas em estudos linguísticos, especificamente no que se refere ao estudo de debates eleitorais televisivos de presidenciáveis.

Ao longo de nossa investigação, percebemos aspectos que são válidos de serem levados em conta em novas investigações, os quais não foram abordados aqui em virtude de não atenderem ao escopo desta pesquisa. Uma vez que as *circunstâncias* se demonstraram uma das premissas mais importantes na investigação dos debates eleitorais televisivos, acreditamos que uma investigação focada nelas a partir da categorização proposta por Gonçalves-Segundo (2019) seja pertinente. Além disso, por se tratar de um momento em que a argumentação se constrói numa troca interativa, achamos válido também destinar um olhar para a análise dos contra-argumentos dos presidenciáveis, tal como apresentado na perspectiva de Fairclough e Fairclough (2012).

Ademais, consideramos que é possível ampliar a pesquisa ao focalizar uma análise multimodal que contemple todos os aspectos da interação, incluindo olhares, gestos, tom de voz e postura frente ao púlpito, visto que esses são fatores que podem ter influência na construção de significados na interação, o que não foi contemplado aqui em virtude de nosso foco consistir apenas na investigação do que fora expresso verbalmente pelos candidatos. Em adição, pelo fato de termos evidenciado que alguns candidatos participantes dos debates empregaram mais argumentos de raciocínio prático do que outros, consideramos conveniente uma investigação que abarque as estratégias individuais de cada presidenciável.

Por fim, julgamos pertinente transformar este estudo em um projeto voltado ao letramento político nas escolas, de modo que estudantes do Ensino Médio possam ser contemplados com um melhor entendimento de questões relativas à política nacional, bem como com a aprendizagem da identificação de estratégias argumentativas empregadas em discursos voltados para a persuasão do público eleitor. Com essa proposta, seria possível ampliar o senso crítico dos alunos e prepará-los para um melhor discernimento da importância da política e da escolha do voto. Essas são sugestões para estudos futuros que podem trazer contribuições profícuas para a área de Estudos Linguísticos no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEXANDRE JÚNIOR, M. Introdução. In: ARISTÓTELES. **Retórica**. 2. ed., revista. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2005 [1354].

ALMEIDA, F. A. S. D. P.; VIAN JR., O. Estudos em avaliatividade no Brasil: panorama 2005-2017. **Signótica**, Goiânia, v. 30, n. 2, p. 273-295, abr./jun. 2018.

AMOSSY, R. **A argumentação no discurso**. Coordenação e tradução: Eduardo Lopes Piris e Moisés Olímpio-Ferreira; tradução de Angela M. S. Corrêa... [et al.]. São Paulo: Contexto, 2018.

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000 [1140].

ARISTÓTELES. **A política**. Traduzido por Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 2002 [1252].

ARISTÓTELES. **Retórica**. 2. ed., revista. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2005 [1354].

ARRUDA, R. F. de. **Imagens de Lula e Dilma em artigos de opinião**: um estudo à luz da linguística sistêmico-funcional. 2018. 168p. Tese (Doutorado em Letras) – Centro de Artes e Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018. Disponível em: z\.. Acesso em: 23 maio 2020.

BARROS, D. H. C. **Argumentatividade no discurso parlamentar**: do universo social feminino à gramática. 2008. 359p. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Letras, Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade de Brasília, Brasília, 2008. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/1088/1/TESE_2008_DulceECBarros.pdf. Acesso em: 22 maio 2020.

BAYLEY, P. Introduction: The whys and wherefores of analysing parliamentary discourse. In: **Cross-Cultural Perspectives on Parliamentary Discourse**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2004. p. 1 – 43

BAYLEY, P. Analysing Language and Politics. **Mediazione**: Rivista online di studi interdisciplinari su lingue e culture. 2005. Disponível em: <http://www.mediazioni.sitlec.unibo.it/images/stories/PDF_folder/document-pdf/2005/articoli2005/4%20bayley.pdf>. Acesso em: 26 dez. 2016.

BLOOR, T.; BLOOR, M. **The functional analyses of English**: a Hallidayan Approach. 2. ed. New York: Oxford University Press, 2004.

BOCHETT, A. C. **Modalidade em discursos ambientalistas**: jogo de máscaras em gêneros que compõem as audiências públicas. 2015. 162p. Dissertação (Mestrado em Letras) – Centro de Artes em Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras,

Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2015. Disponível em: https://www.ufsm.br/laboratorios/labport/wp-content/uploads/sites/772/2020/01/Amanda-Canterle-Bochett_Disserta%C3%A7%C3%A3o-de-Mestrado.pdf. Acesso em: 28 maio 2020.

BOCHETT, A. C.; *et al.* Concepções de discurso político: caminhos para uma discussão teórica. **Moara**, n. 47, p. 128-151, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/moara/article/view/4229/4453>. Acesso em: 20 maio 2020.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nos 1/1992 a 68/2011, pelo Decreto Legislativo nº 186/2008 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/1994. – 35. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012.

BRASIL. **Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997**. Estabelece normas para as eleições. 1997. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9504.htm. Acesso em: 21 mar. 2019.

BRASIL. **Lei nº 13.488, de 6 de outubro de 2017**. Altera as leis nºs 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei das Eleições), 9.096, de 19 de setembro de 1995, e 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), e revoga dispositivos da Lei nº 13.165, de 29 de setembro de 2015 (Minirreforma Eleitoral de 2015), com o fim de promover reforma no ordenamento político-eleitoral. 2017.

BRENT, G. R. **Escolhas sistêmicas de transitividade e de léxico na representação de escândalos políticos**: A construção da realidade de crise e de corrupção. 2011. 167p. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/DAJR-8H5QBV/1/1410m.pdf>. Acesso em: 21 maio 2020.

BUTT, D. *et al.* **Using Functional Grammar**: An Explorer's Guide. 2. ed. Sydney: Macquarie University, 2000.

BUTT, D. G.; LUKIN, A.; MATTHIESSEN, C. M. I. M. Grammar–The First Covert Operation of War. **Discourse & Society**, v. 15, p. 267–290, 2004.

CABRAL, S. R. S. **A mídia e o presidente**: um julgamento com base na teoria da valoração. 2007. 171p. Tese (Doutorado em Letras) – Centro de Artes e Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/3945/SARACABRAL.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 21 maio 2020.

CABRAL, S. R. S.. Transitividade e auto/representação em um debate político. **L&S Cadernos de Linguagem e Sociedade**, v. 16, p. 9-35, 2015.

CABRAL, S. R. S.; BOCHETT, A. C. Audiências públicas: a polissemia do -dever- no discurso do político. **Revista Letras**, v. 28, p. 143-163, 2018.

CALLEGARO, E. K. **Discurso político de Lula: o papel do marcador “não” na construção da persona textual**. 2015. 151p. Dissertação (Mestrado em Letras) – Centro de Artes e Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/9932/CORREA%2c%20ERICK%20KADER%20CALLEGARO.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 21 maio 2020.

CALLEGARO, E. K. **Não é não, não? Um estudo sobre o marcador negativo “não” em discursos políticos de presidentes brasileiros na perspectiva da linguística sistêmico-funcional**. 2019. 236p. Tese (Doutorado em Letras) – Centro de Artes e Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2019. Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/16524/TES_PPGLETRAS_2019_CORREA_ERICK.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 21 maio 2020.

CARDOSO, C. **Saiba quais presidenciais faltaram a debates e acabaram eleitos**. Poder 360. 2018. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/eleicoes/saiba-quais-presidenciais-faltaram-a-debates-e-acabaram-eleitos/>. Acesso em: 24 abr. 2023.

COLLEMAN, S. Meaningful Political Debate in the Age of the Soundbite. In COLLEMAN, S. (eds.). **Televised Election Debates**. London: Palgrave Macmillan, London. 2000. Disponível em: https://link.springer.com/chapter/10.1057%2F9780230379602_1. Acesso em: 25. jun. 2019.

CORTE, S. D. **Modos de organização do discurso e representação de um governo latino-americano no gênero reportagem**. 2009. 114p. Dissertação (Mestrado em Letras) – Centro de Artes em Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/9810/DALLA%20CORTE%2C%20SIMONE.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 23 maio 2020.

COSTA, S. J. da. **Vem Pra Rua: um estudo sistêmico-funcional baseado em corpora digitais**. 2016. 164p. Dissertação (Mestrado em Letras) – Centro de Educação e Humanidades, Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: http://www.bdtd.uerj.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=10354. Acesso em: 21 maio 2020.

DALINGHAUS, I. V. O Debate Político Eleitoral: um olhar sobre suas características e implicações. **Revista Diálogos Interdisciplinares – GEPFIP/UFMS/CPAQ** – Edição especial, v. 1, n. 5, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/deaint/article/view/7352>. Acesso em: 25 nov. 2020.

DENZIN, N. K. LINCOLN, Y. S. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Trad. Sandra Regina Nentz. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DESOUZA, V. F. **Power relations in Padre Cícero's Epistolary Political Discourse: An investigation in the light of systemic-functional grammar and critical discourse analysis**. 2011. 339p. Tese (Doutorado em Letras) – Pós-Graduação em Letras/Inglês e Literatura Correspondente, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/95058/299821.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 21 maio 2020.

DESOUZA, V. F. Political discourse analysis (PDA): theoretical and practical considerations. **Letras** (UFSM/on-line), v. 28, p. 123, 2018.

DUARTE, R. D. **A transitividade em textos da propaganda política eleitoral gratuita televisionada: uma abordagem funcional**. 2005. 131p. Dissertação (Mestrado em Letras) – Centro de Letras e Artes, Universidade Federal do Pará, Belém, 2005. Disponível em: http://repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/3012/1/Dissertacao_TransitividadeTextosPropaganda.pdf. Acesso em: 21 maio 2020.

EGGINS, S. **An Introduction to Systemic Functional Linguistics**. 2. ed. London / New York: Continuum, 2004.

EL PAÍS. **Popularidade de Bolsonaro despenca ante piora da pandemia e fim do auxílio emergencial**. 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-01-23/popularidade-de-bolsonaro-cede-ante-piora-da-pandemia-e-fim-do-auxilio-emergencial.html>. Acesso em: 24 abr. 2023.

EXTER, M. 'Realis' and 'irrealis' in Wogeo: A valid category? **LD&C Special Publication No. 5: Melanesian languages on the edge of Asia: Challenges for the 21st Century**, 2012.

FAIRCLOUGH, I; FAIRCLOUGH, N. **Political Discourse Analysis: a method for advanced students**. Nova York: Routledge, 2012.

FARENCENA, G. S.; SANTOS, M. F. dos. A avaliação em um discurso do presidente Michel Temer: uma análise a partir dos recursos de gradação. **Letras**, v. 28, p. 109, 2018.

FREITAS-ESCÓRCIO, M. C. S. **A representação do Brasil nos discursos de posse dos presidentes pós-ditadura**. 2014. 191p. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Letras, Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas, Universidade de Brasília, Brasília, 2014. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/17040/1/2014_MaraCristinaSantosFreitasEscorcio.pdf. Acesso em: 21 maio 2020.

FREITAS, J. C. de. **Corrupção na Lava Jato: Desvio Individual ou mal social? Uma análise das representações pela mídia na perspectiva da LSF**. 2017. 174p. Dissertação (Mestrado em Letras) – Centro de Artes e Letras, Programa de Pós-

Graduação em Letras, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2017.
Disponível em:

https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/14137/DIS_PPGLETRAS_2017_%20FREITAS_CANTELE.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 21 maio 2020.

FREITAS, J. C. de. **Corrupção na Lava Jato**: Desvio Individual ou mal social? Uma análise das representações pela mídia na perspectiva da LSF. 2017. 174p.

Dissertação (Mestrado em Letras) – Centro de Artes e Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2017.

Disponível em:

https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/14137/DIS_PPGLETRAS_2017_%20FREITAS_CANTELE.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 21 maio 2020.

FREITAS, J. C.; CABRAL, S. R. S. Avaliatividade: marcas linguísticas em exemplares do gênero exposição. In: CABRAL, S. R. S; BARBARA, L. (orgs.).

Estudos sistêmico-funcionais no âmbito do Projeto SAL. Santa Maria: Programa de Pós-Graduação em Letras - PPGL UFSM, 2018.

FREITAS, J. C.; CABRAL, S. R. S. Representar, avaliar e imaginar em tempos de eleição política. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, v. 21, p. 82-99, 2020.

FREITAS, J. C. de; CABRAL, S. R. S. Interface discurso político e Linguística Sistêmico-Funcional: uma cartografia de teses e dissertações no contexto brasileiro. In: ALMEIDA, F. A. S. D. P.; MARUES-SANTOS, L. E.; GOMES, I. C. *et al.* (orgs.).

Estudos da linguagem: lentes para a leitura do mundo pós-pandêmico - X SEPPEGEL – Seminário de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem. São Paulo: Pimenta Cultural, 2023.

FUZER, C.; CABRAL, S.R.S. **Introdução à Gramática Sistêmico-Funcional em Língua Portuguesa**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2014.

GASTIL, J. Undemocratic discourse: a review of theory and research on political discourse. *Discourse & Society*, v. 3, n. 4, 1992. p. 469-500. Disponível em:

https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2748416. Acesso em: 11 ago. 2020.

GHIO, E; FERNÁNDEZ, M. D. **Linguística Sistêmico Funcional**: aplicaciones a la lengua española. Santa Fe: Universidad Nacional Del Litoral, Waldhuter Editores, 2008.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2008.

GONÇALVES, C. R. A. **Importância e repercussão na mídia dos debates presidenciais televisivos nas eleições brasileiras de 2006**. Dissertação

(Mestrado em Comunicação e Informação) — Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008. Disponível em:

<https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/13805>. Acesso em: 15 jan. 2020. 180p.

GONÇALVES-SEGUNDO, P. R. A configuração funcional da argumentação prática: uma releitura do layout de Fairclough & Fairclough (2012). **Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n. 19, v. 2, 2019. Disponível em: <https://periodicos.uesc.br/index.php/eidea/article/view/2498/1864>. Acesso em: 20 jul. 2020.

HALLIDAY, M. A. K. "Part A". In: HALLIDAY, M. A. K.; HASAN, R. **Language, Context and Text: aspects of language in a social-semiotic perspective**. Oxford: Oxford University Press, 1985.

HALLIDAY, M. A. K. **Linguistic studies of text and discourse**. London / New York: Continuum, 2002.

HALLIDAY, M. A. K.; HASAN, R. **Language, Context and Text: aspects of language in a social-semiotic perspective**. Oxford: Oxford University Press, 1985.

HALLIDAY, M. A. K.; MATTHIESSEN, C. M. I. M. **Construing experience through meaning**. London / New York: Continuum, 1999.

HALLIDAY, M. A. K. e MATTHIESSEN, C. M. I. M. **An introduction to functional grammar**. 3rd, ed. London: Arnold, 2004.

HALLIDAY, M. A. K.; MATTHIESSEN, C. M. I. M.. **Halliday's Introduction to Functional Grammar**. 4th. ed. London / New York: Routledge, 2014.

JORNADA, D. Z. **Avaliatividade: estratégia discursiva na representação de atores sociais**. 2009. 87p. Dissertação (Mestrado em Letras) – Centro de Artes em Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/9803/JORNADA%2c%20DANIELA%20ZENATTO.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 24 maio 2020.

LEITE, J. F. L. Os presidenciáveis no ringue eletrônico: Apontamentos sobre a história dos debates presidenciais televisivos. **INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. 2003. Anais. Disponível em: http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2003/www/pdf/2003_NP10_leite.pdf. Acesso em: 25 nov. 2020.

MARCHI, A. **A critical discourse analysis of Barack Obama's campaign speech in Berlin**. 2012. 177p. Dissertação (Mestrado em Letras) – Pós-Graduação em Letras/Inglês e Literatura Correspondente, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/101018/309493.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 21 maio 2020.

MARTIN, J. R.; WHITE, P. **The language of evaluation: appraisal in English**. New York: Palgrave, 2005.

MARTINS, J. C. **Prime minister Tony Blair's speech at the annual labour party conference 2003**: An analysis of exigence and transitivity based on CDA and LSF. 2007. 129p. Dissertação (Mestrado em Letras) – Pós-Graduação em Letras/Inglês e Literatura Correspondente, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007. Disponível em:
<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/90688/240097.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 21 maio 2020.

MARTINS, J. de P. **As manifestações político-sociais brasileiras de junho de 2013**: Um enfoque sistêmico-funcional. 2014. 82p. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em:
<https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/13684/1/Janaina%20de%20Paula%20Martins.pdf>. Acesso em: 21 maio 2020.

MATTHIESSEN, C. **The “architecture” of language according to systemic functional theory**: developments since the 1970s. Quinox, Editors: Ruqaiya Hasan, Christian M.I.M. Matthiessen, Jonathan J. Webster, pp.505-561, 2007.

MATTHIESSEN, C. M. I. M. Modeling context and register: the long-term project of registerial cartography. **Letras**, Santa Maria, n. 50, jun. 2015. Disponível em:
<https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/20205/pdf>. Acesso em: 10 mar. 2020.

MILANEZ, A. A. Z. **Michel Temer e a persuasão no discurso de posse presidencial**: Um olhar sistêmico-funcional. 2019. 70p. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em:
<https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/22902/2/Aline%20Andrea%20Zamboni%20Milanez.pdf>. Acesso em: 23 maio 2020.

MORAIS, F. B. C. de. **As mulheres na política brasileira**: um estudo sob a perspectiva sistêmico-funcional. 2008. 133p. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em:
<https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/14005/1/Fernanda%20Beatriz%20Caricari%20de%20Morais.pdf>. Acesso em: 21 maio 2020.

MULDERRIG, J. The Grammar of Governance. **Critical Discourse Studies**. February 2011. Disponível em:
https://lexically.net/wordsmith/corpus_linguistics_links/mulderrig/Grammar%20of%20Governance.pdf. Acesso em: 23 maio 2020.

NUNES, G. G. **O Estadão e a presidente**: o editorial como estratégia de avaliação. 2014. 159p. Dissertação (Mestrado em Letras) – Centro de Artes em Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2014. Disponível em:
<https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/9898/NUNES%2c%20GLIVIA%20GUI%20MARAES.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 21 maio 2020.

NUNES, G. G. **Relações lógico-semânticas na organização sequencial da argumentação em textos**: um estudo sistêmico-funcional. 2018. 209p. Tese (Doutorado em Letras) – Centro de Artes e Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2018. Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/14179/TES_PPGLLETRAS_2018_NUNES_GLIVIA.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 21 maio 2020.

NUNES, G. G.; CABRAL, S. R. S. Julgamento como categoria avaliativa: o desempenho de Dilma Rousseff em foco. **(Con)textos Linguísticos**, v. 7, p. 81-96, 2013

PALMER, F. R. **Mood and Modality**. 2. ed. New York: Cambridge University Press, 2001.

PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. **Tratado da argumentação**: a nova retórica. [prefácio Fábio Ulhôa Coelho: tradução Maria Ermantina Galvão G. Pereira]. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

ROCHA, F. F. da S. **De 64 à redemocratização**: uma representação do governo militar por meio do sistema de transitividade em editoriais pernambucanos. 2007. 150p. Dissertação (Mestrado em Letras) – Centro de Artes e Comunicação, Departamento de Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/7741/1/arquivo7434_1.pdf. Acesso em: 28 maio 2020.

ROCHA, F. F. da S. **A imprensa e a construção do discurso da ditadura civil-militar brasileira de 1964**: um estudo sistêmico-funcional. 2018. 248p. Tese (Doutorado em Letras) – Centro de Artes e Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/32764/1/TESE%20FI%20a1via%20Ferreira%20da%20Silva%20Rocha.pdf>. Acesso em: 27 maio 2020.

RODRIGUES, D L. **A política sob o julgamento de Eliana Cantanhêde**: uma investigação da assinatura valorativa. 2013. 126p. Dissertação (Mestrado em Letras) – Centro de Artes em Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/9895/RODRIGUES%2c%20DANIELA%20LEITE.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 21 maio 2020.

RODRIGUES, D. L. **A interpessoalidade nos discursos de posse presidencial do Brasil (1985-2011)**. 2017. 337p. Tese (Doutorado em Letras) – Centro de Artes e Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2017. Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/14713/TES_PPGLLETRAS_2017_RODRIGUES_DANIELA.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 21 maio 2020.

RODRIGUES, D. L. **A interpessoalidade nos discursos de posse presidencial do Brasil (1985-2011)**. 2017. 337p. Tese (Doutorado em Letras) – Centro de Artes e

Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2017. Disponível em:
https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/14713/TES_PPGLETRAS_2017_RODRIGUES_DANIELA.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 21 maio 2020.

RODRIGUES, E. H. S. **A Deus o que é de César**: a Câmara Federal e o casamento igualitário, uma análise linguística. 2016. 257p. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Letras, Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas, Universidade de Brasília, Brasília. 2016. Disponível em:
https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/21634/1/2016_EmanuelHenriqueSouzaRodrigues.pdf. Acesso em: 24 maio 2020.

RODRIGUES, I. A. **Os elementos de modalidade no discurso político**. 2004. Dissertação (Mestrado em Letras) – Centro de Letras e Artes, Universidade Federal do Pará, Belém, 2004.

RODRIGUES, I. A.; MACEDO, C. M. M. Os operadores modais em textos de campanha eleitoral. **Moara**, v. 24, p. 22-36, 2005.

SANTOS, M. de F. **O processo persuasivo sobre o impeachment de Dilma Rousseff nos jornais *Folha de São Paulo* e *The New York Times***. Um enfoque crítico da Linguística Sistemico-Funcional. 2017. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. Disponível em:
<https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/20664/2/Marcel%20de%20Freitas%20Santos.pdf>. Acesso em: 22 maio 2020. 67p.

SANTOS, M. F. dos; DELLA MEA, T.; CABRAL, S. R. S. Fábrica de Coringas: estratégias avaliativas na construção de sentido no texto jornalístico. **Entrepalavras**, Fortaleza, v. 10, n. 3, p. 1-21, set.-dez./2020.

SANTOS, T. de C. D. **Movimentos sociais em rede: uma aproximação das ações sociodiscursivas do “Movimento Brasil Livre”**. 2016. 113p. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Letras, Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas, Universidade de Brasília, Brasília, 2016. Disponível em:
https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/22752/1/2016_ThaizadeCarvalhodosSantos.pdf. Acesso em: 22 maio 2020.

SCHMIDT, A. P. C. Discurso político sobre educação no período pré-eleitoral: o que esperar dos candidatos?. **Revista Letras Raras**, v. 8, p. 80, 2019.

SCOTT, M. **WordSmith Tools version 6.0**. Liverpool: Lexical Analysis Software, 2012.

SILVA, I. J. da. **A modalização verbo-gestual em entrevistas do programa *Roda Viva***. 2018. 179. Dissertação (Mestrado em Letras) – Centro de Artes e Comunicação, Departamento de Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018. Disponível em:

<https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/30989/1/DISSERTA%c3%87%c3%83O%20Ivanilson%20Jos%c3%a9%20da%20Silva.pdf>. Acesso em: 27 maio 2020.

SINGER, A.; ARAUJO, C.; BELINELLI, L. **Estado e democracia: uma introdução ao estudo da política**. 1a ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

SOUZA, A. A.; CABRAL, S. R. S.; DESOUSA, V. F. Análise do discurso político: questões de teoria e de prática. Apresentação. **Revista Letras**, Santa Maria, v. 28, n. 56 jan./jun. 2018, p. 7-14.

TOULMIN, S. **Os usos do argumento**. Imprensa: Rio de Janeiro, Martins Fontes, 2001.

TV SENADO. **A polarização da sociedade é a marca das eleições de 2018**. 2018. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/tv/programas/eleicoes-2018/2018/10/a-polarizacao-da-sociedade-e-a-marca-das-eleicoes-de-2018>. Acesso em: 24 abr. 2023.

VEIGA, A. S. da. **A representação do povo brasileiro em discursos parlamentares**. 2015. 223p. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Letras, Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas, Universidade de Brasília, Brasília, 2015. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/19959/1/2015_AngelaSilvadaVeiga.pdf. Acesso em: 15 maio 2020.

WODAK, R. **The discourse of politics in action**. London: Palgrave, 2009.

YARED, M. L. P. M. de. **A representação da corrupção pela imprensa escrita: uma perspectiva pela análise de discurso crítica**. 2011. 135p. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Letras, Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas, Universidade de Brasília, Brasília, 2011. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/9952/1/2011_MariaLilianMedeirosYared.pdf. Acesso em: 21 maio 2020.

APÊNDICE A — Visão geral das teses e dissertações mapeadas para contextualização da pesquisa

CÓD.		ANO	TÍTULO	AUTOR
#D01	U N B	2015	A representação do povo brasileiro em discursos parlamentares	Angela Silva da Veiga
#D02		2014	A representação do Brasil nos discursos de posse dos presidentes pós-ditadura	Mara Cristina Santos Freitas Escórcio
#D03		2011	A representação da corrupção pela imprensa escrita – uma perspectiva pela análise de discurso crítica	Maria Lilian de Medeiros Yared
#D04		2016	Movimentos sociais em rede: uma aproximação das ações sociodiscursivas do “Movimento Brasil Livre”	Thaiza de Carvalho dos Santos
#D05		2016	A Deus o que é de César: a Câmara Federal e o casamento igualitário, uma análise linguística	Emmanuel Henrique Souza Rodrigues
#D06	U F S M	2015	Discurso político de Lula: o papel do marcador “não” na construção da persona textual	Erick Kader Callegaro Corrêa
#D07		2017	Corrupção na Lava Jato: desvio individual ou mal social? uma análise das representações pela mídia na perspectiva da LSF	Jéssica Cantele de Freitas
#D08		2013	A política sob o julgamento de Eliane Catanhêde: uma investigação da assinatura valorativa	Daniela Leite Rodrigues
#D09		2014	O estadão e a presidente: o editorial como estratégia de avaliação	Glívia Guimarães Nunes
#D10		2009	Modos de organização do discurso e representação de um governo latino-americano no gênero reportagem	Simone Dalla Corte
#D11		2009	Avaliatividade: estratégias discursivas na representação de atores sociais	Daniela Zenatto Jornada
#D12		2015	Modalidade em discursos ambientalistas: jogo de máscaras em gêneros que compõem as audiências públicas	Amanda Canterle Bochet
#D13	U F S C	2007	Prime minister Tony Blair’s speech at the annual labour party conference 2003: an analysis of exigence and transitivity based on CDA and SFL	José Carlos Martins
#D14		2012	A Critical Discourse Analysis of Barack Obama’s campaign speech in Berlin	Andreana Marchi
#D15	U F M G	2011	Escolhas sistêmicas de transitividade e de léxico na representação de escândalos políticos – a construção de realidades de crise e de corrupção	Guilherme Rocha Brent
#D16	P	2008	As mulheres na política brasileira: um estudo sob a perspectiva sistêmico-funcional	Fernanda Beatriz Caricari de Moraes
#D17	U C	2014	As manifestações político-sociais brasileiras de junho de 2013: um enfoque sistêmico-funcional	Janaina de Paula Martins
#D18	- S P	2017	O processo persuasivo sobre o impeachment de Dilma Rouseff nos jornais Folha de São Paulo e The New York Times. Um enfoque crítico da Linguística Sistêmico-Funcional	Marcel de Freitas Santos
#D19	U E R J	2019	Michel Temer e a persuasão no discurso de posse presidencial: um olhar sistêmico-funcional	Aline Andrea Zamboni Milanez
#D20		2016	<i>Vem pra rua</i> : um estudo sistêmico-funcional baseado em <i>corpora</i> digitais	Suzana Jordão da Costa
#D21	U F P E	2018	A modalização verbo-gestual em entrevistas do programa roda viva	Ivanilson José da Silva
#D22		2007	De 64 à redemocratização: uma representação do Governo Militar por meio do sistema de transitividade em editoriais pernambucanos	Flávia Ferreira da Silva Rocha

#D23	U F P A	2005	A transitividade em textos da propaganda política-eleitoral gratuita televisionada: uma abordagem funcional	Raimunda Dias Duarte
#D24		2004	Os elementos de modalidade no discurso político	Ivanildo de Almeida Rodrigues
#T01	U N B	2008	Argumentatividade no discurso parlamentar: do universo social feminino à Gramática	Dulce Elena Coelho Barros
#T02	U F S M	2017	A interpessoalidade nos discursos de posse presidencial do Brasil (1985-2011)	Daniela Leite Rodrigues
#T03		2019	Não é não, não? Um estudo sobre o marcador negativo “não” em discursos políticos de presidentes brasileiros na perspectiva da Linguística Sistêmico-Funcional	Erick Kader Callegaro Corrêa
#T04		2007	A mídia e o presidente: um julgamento com base na teoria da valoração	Sara Regina Scotta Cabral
#T05		2018	Relações lógico-semânticas na organização sequencial da argumentação em textos: um estudo sistêmico-funcional	Glívia Guimarães Nunes
#T06	U F S C	2011	Power relations in Padre Cícero's epistolar political discourse: an investigation in the light of Systemic-Functional Grammar and Critical Discourse Analysis	Vilmar Ferreira de Souza
#T07	U F P E	2018	Imagens de Lula e Dilma em artigos de opinião: um estudo à luz da linguística sistêmico-funcional	Rinalda Fernanda de Arruda
#T08		2018	A imprensa e a construção do discurso da ditadura civil-militar brasileira de 1964: Um estudo sistêmico-funcional	Flávia Ferreira da Silva Rocha